

Assessoria à Implementação de Propostas de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Produto 2.27 – Manual Técnico da Regional da Capital Leste: Mapeamento Técnico – 2ª Versão

30 de outubro de 2020



FICHA TÉCNICA

Objeto	Assessoria à implementação de propostas de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo nos territórios do Estado de São Paulo
Data de Assinatura do Contrato	20 de maio de 2020
Prazo de Execução	24 (vinte e quatro) meses
Contratante	SEBRAE – SP
Contratada	Fundação Getulio Vargas
Gerente Executivo	José Bento Carlos Amaral Junior
Coordenador	Orlando Cattini Junior



EQUIPES ENVOLVIDAS NO PROJETO

FGV

COORDENAÇÃO

Gerente Executivo

Prof. José Bento Carlos Amaral Junior

Coordenador Geral

Prof. Orlando Cattini Junior

Coordenador Operacional

Lucas Cavalcanti

MAPEAMENTO TÉCNICO

Coordenador responsável

Prof. Eduardo José Grin

Consultores

Eduardo Rosseti
Pierre Oberson de Souza

Análise e tratamento de dados

Alexandre Rabelo
Ana Flávia Lima
Caio Castro
Felipe Barros
Fernanda Oliveira
Ítalo Soares
Thiago Gimenis

ESCRITÓRIO DE INTELIGÊNCIA

Coordenação

Fábio Dias Bahia
Felipe Bittencourt

Consultoras

Bárbara Aparecida de Souza
Daiane Neves dos Santos

Apoio

Jurídico contratual, Qualidade e Administrativo financeiro

SEBRAE - SP

UNIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Gerente

Beatriz Gusmão Sanches Pereira

Coordenadora de Políticas Públicas

Manuela Correia Botelho Colombo

Gestor Responsável

Filipe Rubim de Castro Souza

Equipe técnica

Aline Vilas Boas Oliveira
Beatriz Rennó Biscalchim
Camila Patricio
Filipe Rubim de Castro Souza
Gisela Maria Bernardes Solymos
Guilherme Santos e Campos
Jocely Teixeira Junior
Patrícia Costa Silva
Priscilla Evelyn Cubas de Moraes (estagiária)
Thais Escridelli da Silveira
Tiago Sousa Ramos
Vinícius Souza Fernandes (estagiário)

UNIDADE GESTÃO ESTRATÉGICA

Gerente

Bruno Shibata Ramos da Silva

Coordenadora

Carolina Fabris Ferreira

Equipe técnica

Pedro João Gonçalves
Renan Rodrigues Silva Sousa (estagiário)

Apoio

Rede de Atendimento Sebrae-SP (Escritórios Regionais)

3 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	DIMENSÃO SOCIAL.....	10
2.1	DEMOGRAFIA E POPULAÇÃO	10
2.2	EDUCAÇÃO	26
2.3	SAÚDE.....	38
2.4	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	50
2.5	ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	61
3.	DIMENSÃO ECONÔMICA.....	71
3.1	PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	71
3.2	VOCAÇÕES ECONÔMICAS	80
3.3	AGROPECUÁRIA.....	109
4.	DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	122
4.1	FISCAL	122
4.2	GESTÃO MUNICIPAL	137
4.3	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO.....	155
4.4	COMPRAS GOVERNAMENTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR.....	170
4.5	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	171
4.6	INCLUSÃO PRODUTIVA	190
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
	ANEXO ÚNICO - ROTEIROS DAS PESQUISAS PRIMÁRIAS REALIZADAS	217

1. Introdução

Este documento apresenta o **Produto 2.27 – Manual Técnico da Regional da Capital Leste: Mapeamento Técnico**, referente à **Fase 1 do Projeto**, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviço Nº 011/2020 firmado entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo – SEBRAE-SP e a Fundação Getulio Vargas – FGV em 20 de maio de 2020.

O Mapeamento Técnico foi concebido em conformidade com a metodologia sugerida pela FGV em sua proposta FGV Projetos Nº 073-a/20, parte integrante do contrato supracitado e com os aprimoramentos discutidos entre as partes nas reuniões de alinhamento do projeto, apresentando os resultados do mapeamento para a região da Capital Leste, levando em consideração as 7 (sete) dimensões apresentadas no Termo de Referência - TR Nº 170/2020 do SEBRAE-SP, as quais constam indicadas a baixo:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

As atividades para a elaboração do Mapeamento Técnico contemplam o período de 30 de junho a 15 de setembro de 2020. Tendo em vista a convergência entre as dimensões citadas no TR, conforme acordado com o SEBRAE-SP, o mapeamento da região da Capital Leste foi dividido em três seções principais, i) Dimensão Social, ii) Dimensão Econômica e iii) Dimensão Institucional.

Para cada uma dessas seções, foram selecionadas com o SEBRAE-SP, o conjunto de variáveis de interesse disponíveis em bases de dados secundárias públicas ou de propriedade do próprio SEBRAE. Dentre as bases selecionadas estão IBGE, MUNIC, SUAS, SUS, RAIS, CAGED, CAPAG, Receita

Federal e Tesouro Nacional. Fruto desta análise, as três dimensões foram divididas conforme descrito a seguir:

Dimensão Social:

- Demografia e população, incluindo informações referentes ao perfil da população, crescimento, estrutura etária e indicadores de fecundidade e mortalidade;
- Educação básica, média, superior e profissionalizante;
- Saúde, incluindo descrição dos equipamentos de saúde, perfil de mortalidade e perfil de internações; e
- Assistência Social, incluindo o levantamento dos equipamentos da região e indicadores de pobreza e IDH.

Dimensão Econômica:

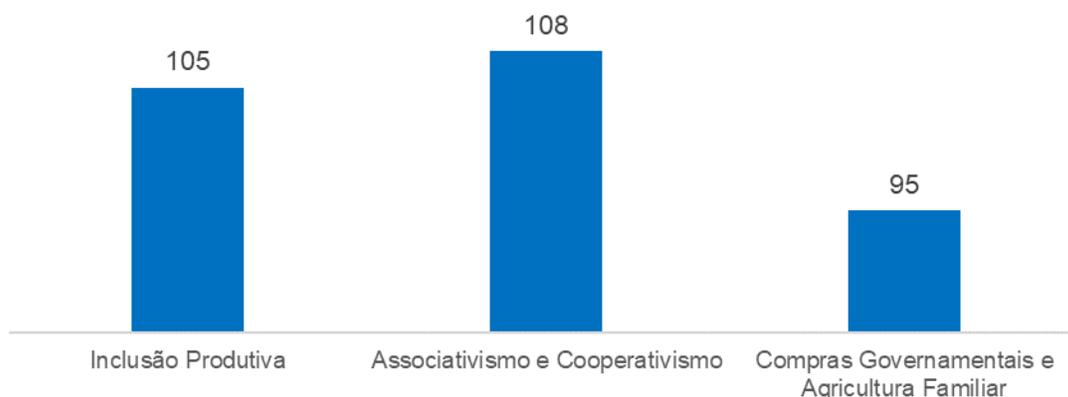
- PIB da região;
- Vocações econômicas, com base no número de vínculos por setor e porte das empresas e informalidade; e
- Agropecuária, com base nas características dos estabelecimentos produtores e das características produtivas da região.

Dimensão Institucional

- Situação fiscal da região, contemplando receitas e despesas correntes, com análise por função e de acesso a financiamentos por meio de análise do CAPAG;
- Consórcios municipais, identificando a presença ou não de consórcios na região;
- Instrumentos de planejamento, com informações referentes a instrumentos das gestões municipais utilizados ou não pelas prefeituras da região;
- Inclusão produtiva, identificando as principais ações adotadas pelos municípios da região;
- Associativismo e cooperativismo, identificando a participação de empresas na região com vínculo a associações; e
- Compras governamentais, incluindo a análise do tipo de produto adquirido, o porte dos fornecedores e o canal utilizado para os processos licitatórios.

Além da análise de dados secundários, conforme descrito acima, foram realizadas pesquisas primárias para os três últimos itens, Inclusão Produtiva, Associativismo/Cooperativismo e Compras Governamentais. As pesquisas foram realizadas por meio da consulta a atores de 150 prefeituras randomicamente selecionadas nas 28 regiões do Estado, de tal forma que os resultados obtidos possuem representatividade estadual, uma vez que a taxa de respostas foi superior a 63%, atingindo aproximadamente 15% do total de Municípios no Estado para a pesquisa de compras governamentais, conforme indicado abaixo.

Figura 1 - Total de Municípios respondentes para cada uma das pesquisas primárias até o dia 19.08.2020

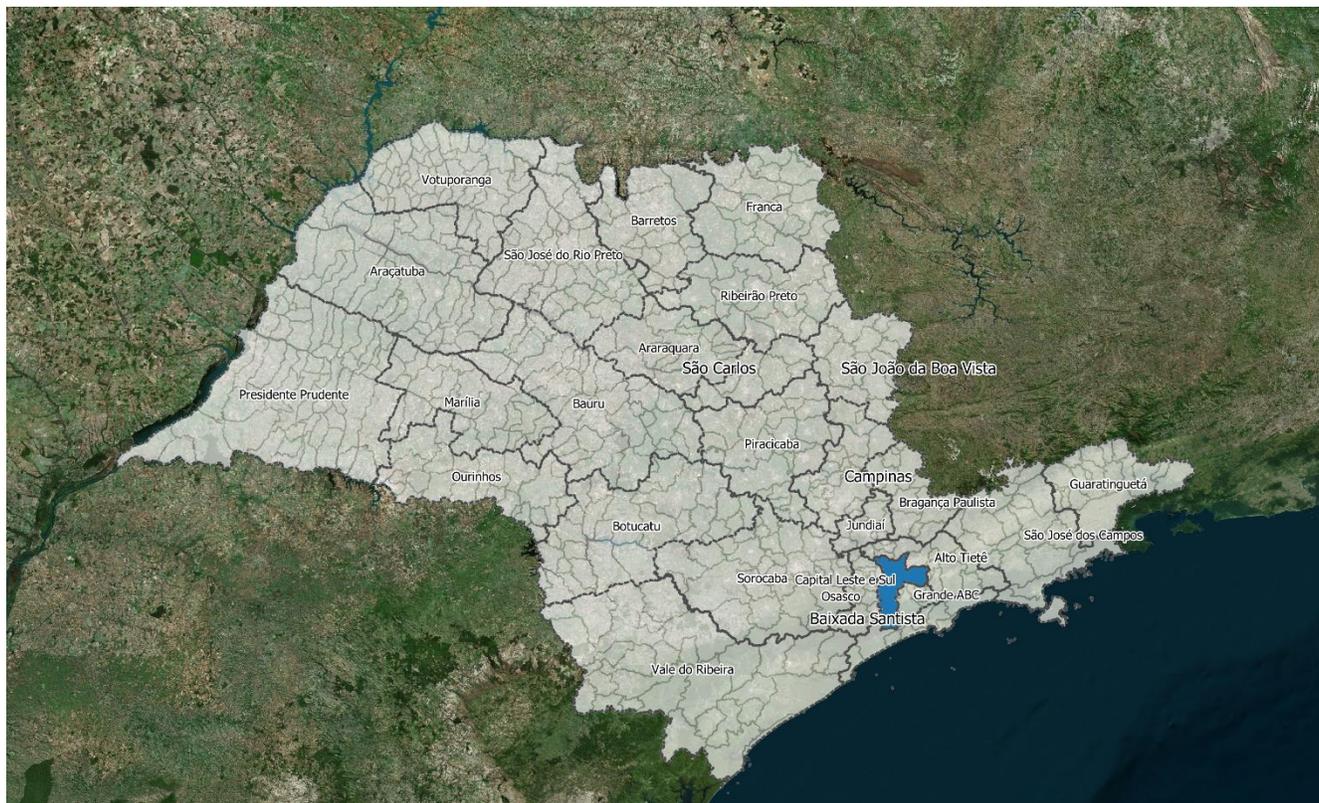


Fonte: Elaboração FGV com base na coleta de dados realizada entre 28/07/2020 e 19/08/2020

Conforme será apresentado adiante, o estudo da região da Capital Leste foi realizado comparando-se os resultados da região com os índices médios do Estado e das outras 28 regiões¹ do Estado, sendo que as variáveis de dados secundários foram coletadas em nível municipal e agregadas para a região, obtendo-se um indicador único para cada localidade. Conforme destacado na Figura 2, a região da Capital Leste, localizada na região central do estado, forma um território com 6.671.451 habitantes, o que representa cerca de 14,5% da população do Estado de São Paulo.

¹ O Projeto engloba 28 regiões de articuladores. Entretanto, o município de São Paulo foi dividido em duas regiões: Capital Leste e Capital Sul. Com isso, quando possível, os resultados deste documento consideraram esta divisão territorial e nestes casos, a comparação considerou 28 regiões. Em casos contrários, quando a informação não pôde ser segmentada, a comparação considerou 27 regiões.

Figura 2 - Divisão regional dos Municípios do Estado de São Paulo, com destaque para a Região da Capital.



Fonte: elaboração FGV com base na divisão regional determinada pelo SEBRAE-SP

Como pode ser observado na Figura 2, o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões, as quais contemplam todos os 645 Municípios do Estado. Como resultado desta análise é esperado que sejam gerados insumos suficientes para que, após discussão dos resultados com atores regionais, seja possível elaborar planos de ação coerentes com as vocações regionais e que permitam o preenchimento de lacunas que afetam o desenvolvimento da região. A Tabela 1 apresenta os municípios que compõem a região de articuladores da Capital Leste com as respectivas regiões Administrativas e Escritórios Regionais.

Tabela 1 – Lista de Municípios do Estado de São Paulo que pertencem a Região da Capital Leste

Município	Região Administrativa Central	Escritório Regional
São Paulo	Capital Leste	Capital Leste

Fonte: elaboração FGV com base na divisão regional determinada pelo SEBRAE-SP

No caso da Regional Capital Leste, excetuados os dados demográficos e da pesquisa Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), todos os demais são agregados para o nível municipal, pois não há como desdobrar para as regiões da cidade de São Paulo. Portanto, todos os demais indicadores apresentam sua performance para o conjunto da cidade. Nesse sentido, as duas regiões do SEBRAE São Paulo instaladas na cidade (Capital Leste – Capital Sul) representam os resultados agregados para a cidade como um todo. Na redação serão privilegiadas a palavra cidade para enfatizar que essa é a abrangência territorial das informações apresentadas. Assim, nos gráficos e tabelas, onde se lê Capital Leste – Capital Sul, a rigor, o que está apresentado são indicadores para a cidade.

O objetivo deste documento é fornecer insumos para a implementação do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getúlio Vargas – FGV** que visa promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Com base nas informações levantadas nesta etapa, os Laboratórios de Formação de Agenda, a serem realizados nas 28 regiões analisadas, possibilitarão que os atores regionais agreguem seu conhecimento sobre a região, gerando insumos para a criação de planos de ação a serem implementados ao longo do projeto.

2. Dimensão Social

Esta seção apresenta dados e informações de desenvolvimento social para a região da Capital Leste. Serão abordados e analisados os seguintes tópicos:

- ▣ Demografia e População;
- ▣ Educação;
- ▣ Saúde;
- ▣ Assistência Social;
- ▣ Índices de Desenvolvimento Humano.

Em cada uma destas dimensões serão comparados indicadores para da região com Estado de São Paulo e, quando necessário, serão apresentadas as características dos municípios com o intuito de apresentar as potencialidades e os gargalos para o desenvolvimento social.

2.1 Demografia e População

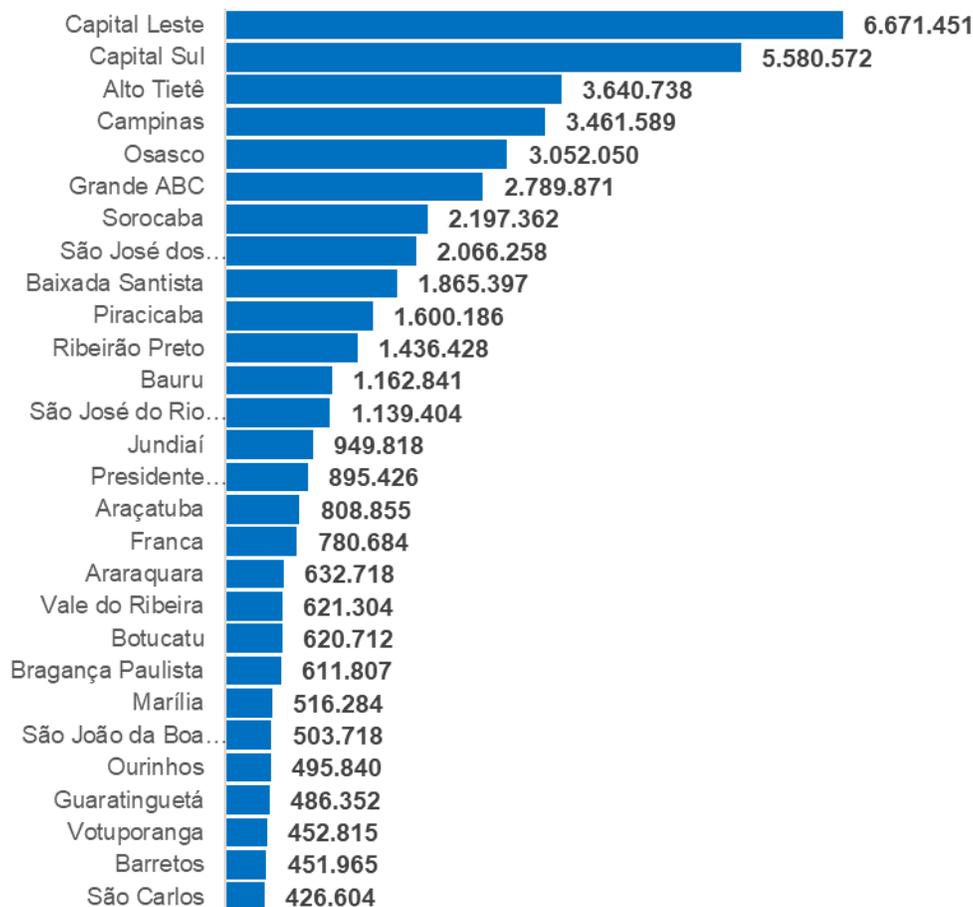
Buscar compreender a dinâmica populacional é atividade inicial fundamental no processo de levantamento de dados sobre o desenvolvimento social de uma região. A seguir, serão apresentados alguns dos principais elementos de análise demográfica com ênfase aos seguintes indicadores: (i) população absoluta, (ii) variação populacional, (iii) pirâmide etária, (iv) razão de sexos, (v) índice de envelhecimento e (vi) razão de dependência.

2.1.1 Totais de população

A região da Capital Leste abriga, na totalidade, uma população de 6.671.451 residentes, isto corresponde a 14,5% do total paulista estimado em 45.919.049 indivíduos, do quais 3.174.058 são do sexo masculino e 3.497.393 são do sexo feminino.

Comparativamente, a região da Capital Leste se situa na parte superior do *ranking* das 28 regiões abrangidas nesse estudo ao ser classificada como 1ª mais populosa do Estado de São Paulo, logo a frente da Capital Sul na 2ª posição com 5.580.572 moradores.

Figura 3 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo populações totais.



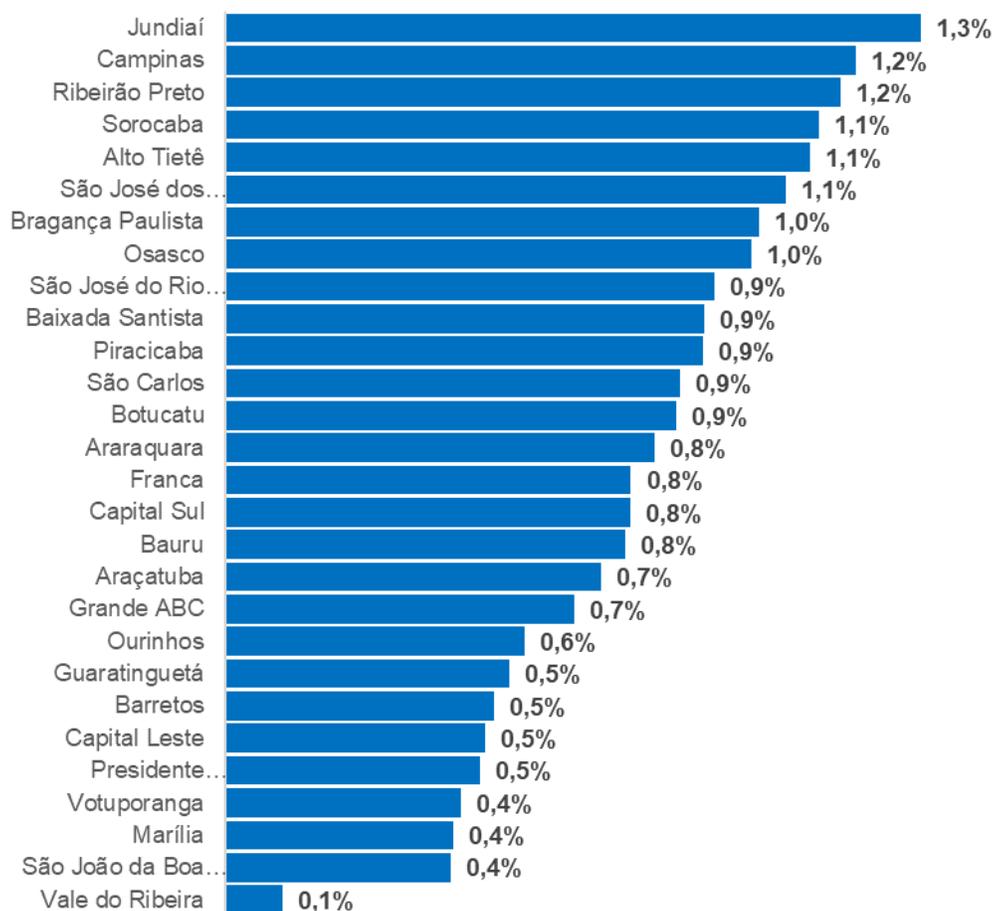
Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

2.1.2 Crescimento entre 2019 e 2018

Durante os anos de 2018 e 2019, a região da Capital Leste apresentou um crescimento populacional da ordem de 0,5%. Isso quer dizer que a população da região passou de uma população total de

6.638.730 em 2018, para 6.671.451 em 2019. A região obteve o 23º maior crescimento populacional entre todas as regiões do estado de São Paulo. A Figura 4 mostra o *ranking* de crescimento populacional de todas as regiões do estado.

Figura 4 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo variação populacional.

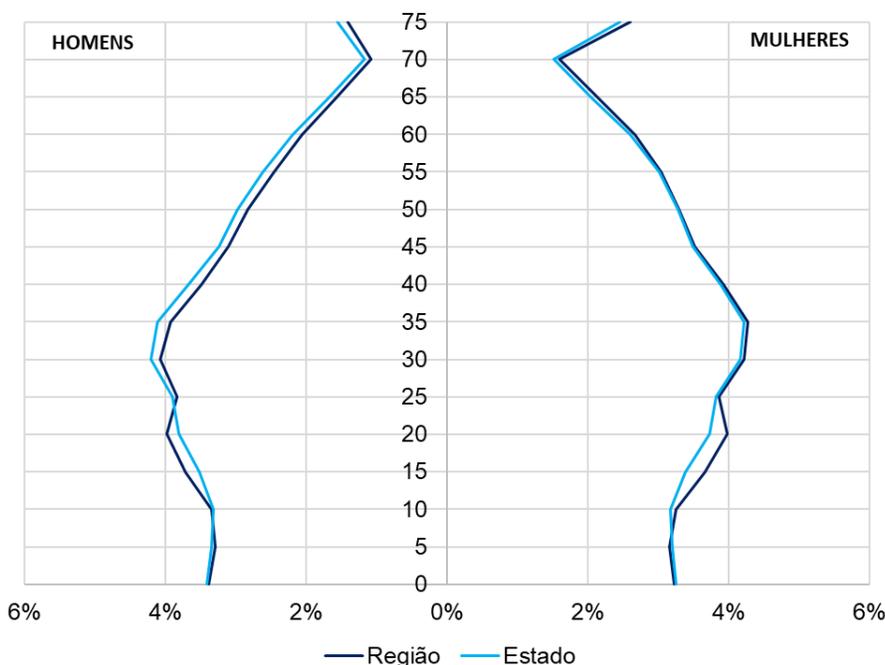


Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2018-2019.

2.1.3 Indicadores de estrutura etária

A pirâmide etária é um indicador fundamental para se entender a estrutura da região. Visualmente a Figura 5, mostra que a região da Capital Leste possui uma estrutura etária razoavelmente diferente da média do Estado. Analisando a população masculina, é possível notar que existe uma população de homens e mulheres entre 10 e 25 anos maior que a média do Estado de São Paulo, e há também um pequeno descolamento entre as curvas na população masculina acima dos 30 anos, mostrando que a população de homens nessa faixa etária é menor que a média do Estado. Já com relação às mulheres, é possível notar semelhança da população entre 35 e 75 anos.

Figura 5 – Pirâmides etárias.



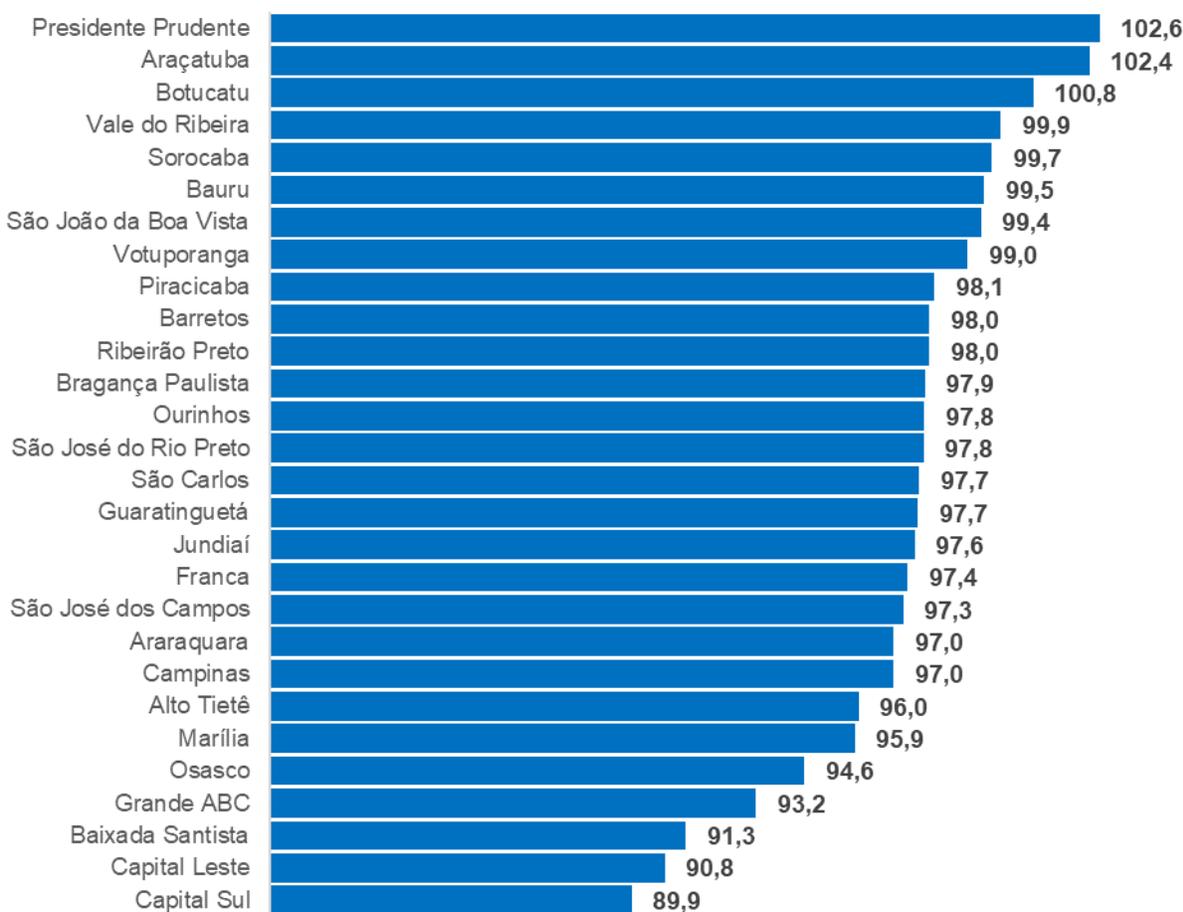
Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

De modo complementar à apresentação das pirâmides etárias é interessante apresentar os resultados para 3 indicadores adicionais essenciais à delineação do perfil demográfico na região da Capital Leste: (i) a razão de sexo, (ii) o índice de envelhecimento e (iii) a razão de dependência.

RAZÃO DE SEXOS

Este indicador mede o quão proporcional é a distribuição de gênero entre a região. Ou seja, a proporção de homens para cada 100 mulheres. A região da Capital Leste é composta por uma parcela maior de mulheres em comparação com homens. A Figura 6 mostra que a região ocupa a 28ª posição entre as 28 regiões do estado de SP, com um índice de 90,8 homens a cada 100 mulheres.

Figura 6 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo razão de sexos.



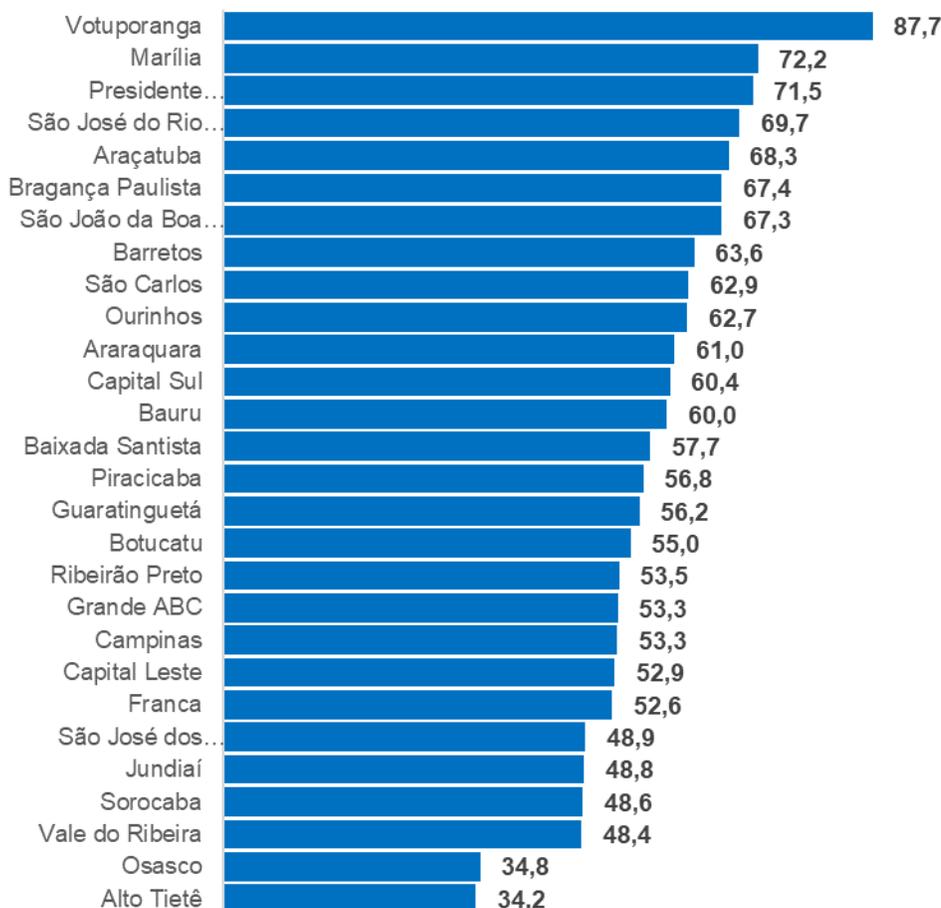
Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.



ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

O índice de envelhecimento representa a razão da quantidade de idosos (>65 anos) pela quantidade de jovens (<15 anos). Um índice alto representa uma maior expectativa de vida, enquanto um índice mais baixo representa uma expectativa de vida menor. Quando se compara a região com o estado de São Paulo, a Capital Leste apresenta um índice de envelhecimento intermediário em comparação com outras regiões. Isso corrobora o fato encontrado na pirâmide etária, onde a região, sobretudo para população feminina, apresentava uma alta densidade de idosos e adultos. A Figura 7 mostra o *ranking* do índice de envelhecimento para todas as regiões do estado.

Figura 7 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo índice de envelhecimento.

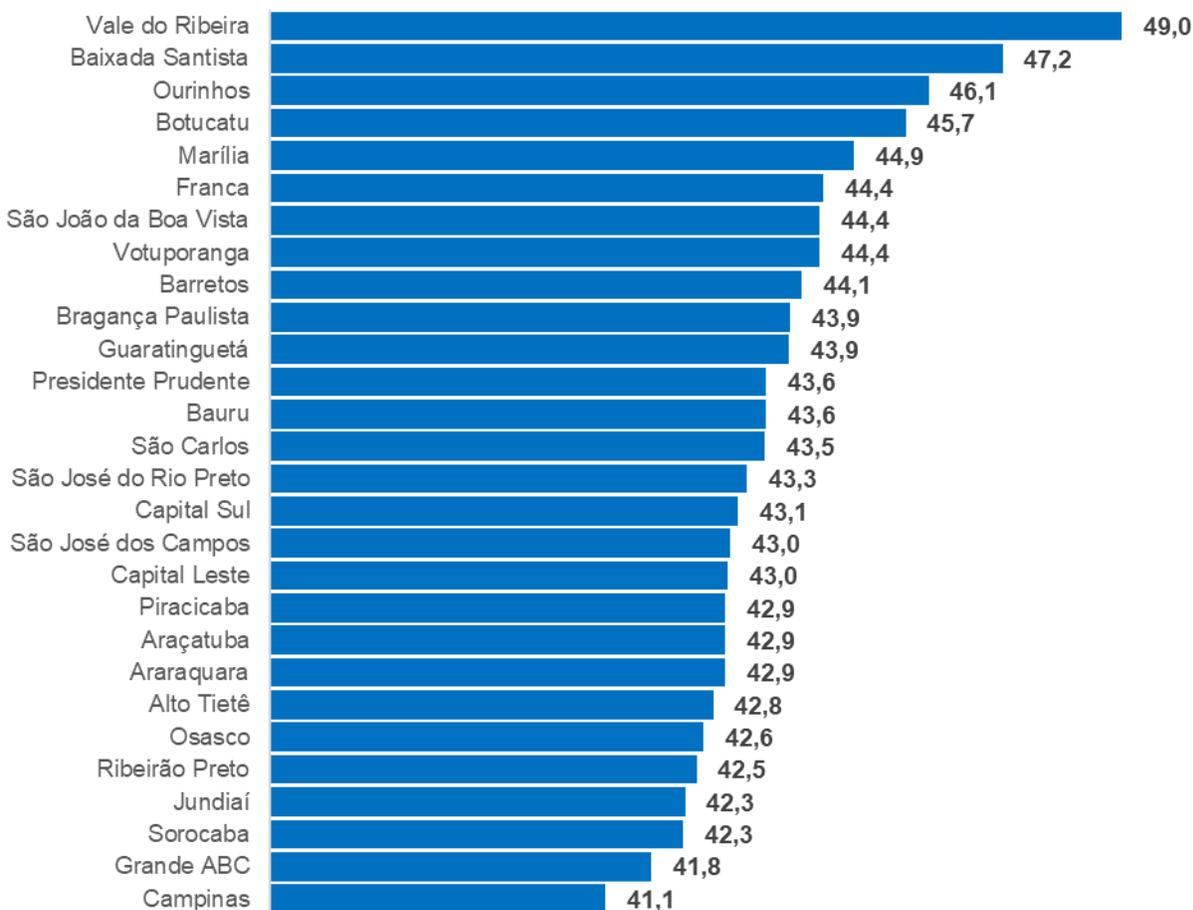


Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

A razão de dependência é calculada como sendo a relação entre a quantidade de indivíduos em idade não produtiva (>65 anos e <15 anos) e a quantidade de indivíduos em idade produtiva (entre 15 e 65 anos). Comparando-se a região da Capital Leste com as demais do estado, percebe-se que existe um patamar uniforme do índice, em torno de 43, para todo o estado (com exceção para as regiões do Vale do Ribeira, Baixada Santista, Ourinhos e Botucatu).

Figura 8 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo razão de dependência.



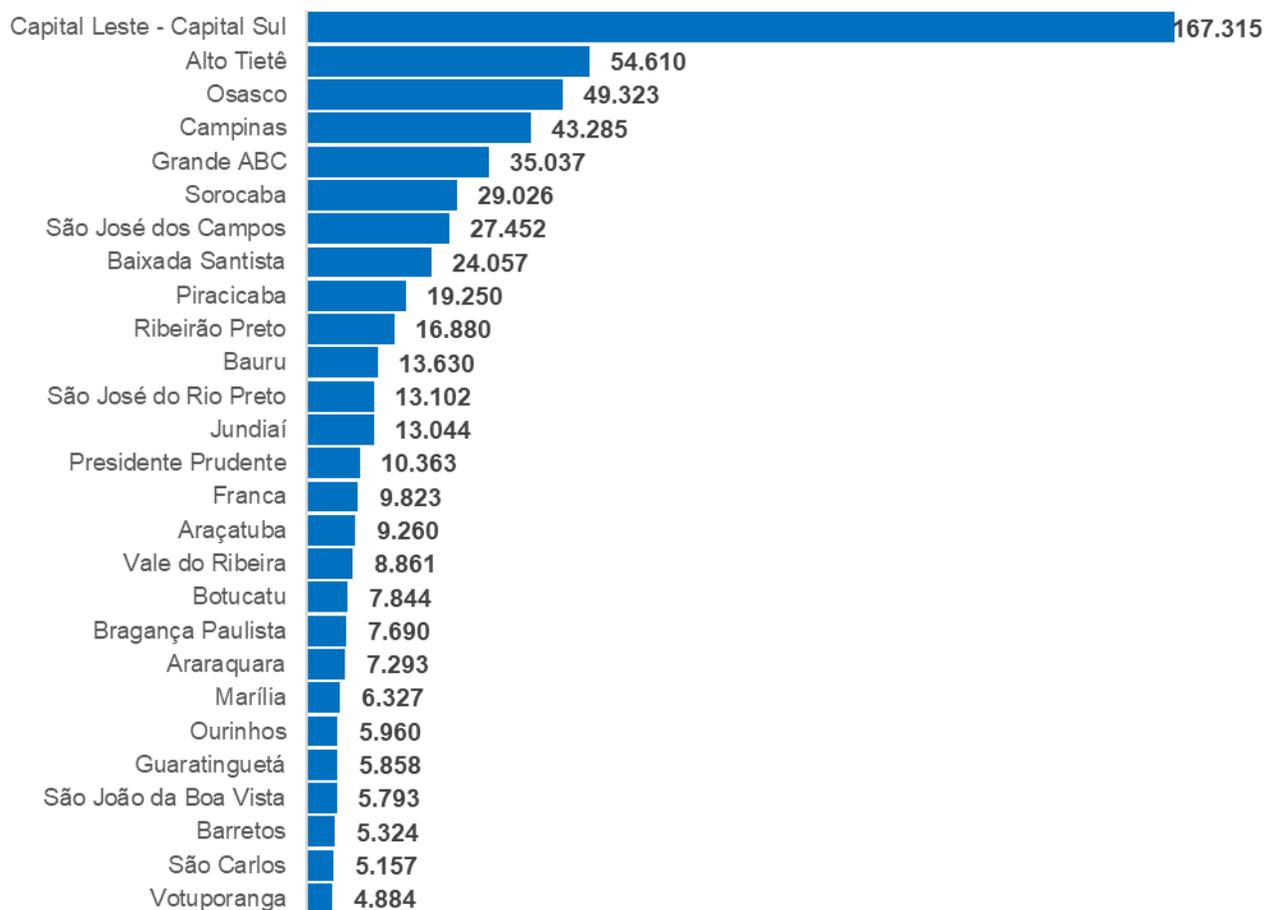
Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

2.1.4 Fecundidade

Os dados dessa subseção não conseguem ser desagregados conforme subdivisão da capital entre Capital Leste e Capital Sul, portanto os resultados aqui apresentados compreendem ambas as subdivisões. Na região da Capital, houve na média anual dos anos entre 2016 e 2018, o registro de 167.315 crianças nascidas vivas, o que representa 27,59% da média anual estimada para o Estado de São Paulo, a saber 606.447 registros. Comparativamente, a região da Capital se situa entre as regiões

com maior número de nascimentos entre as 28 regiões abrangidas nesse estudo, ao ser classificada como 1ª com maior número de nascidos vivos do Estado de São Paulo.

Figura 9 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo total de nascidos vivos.



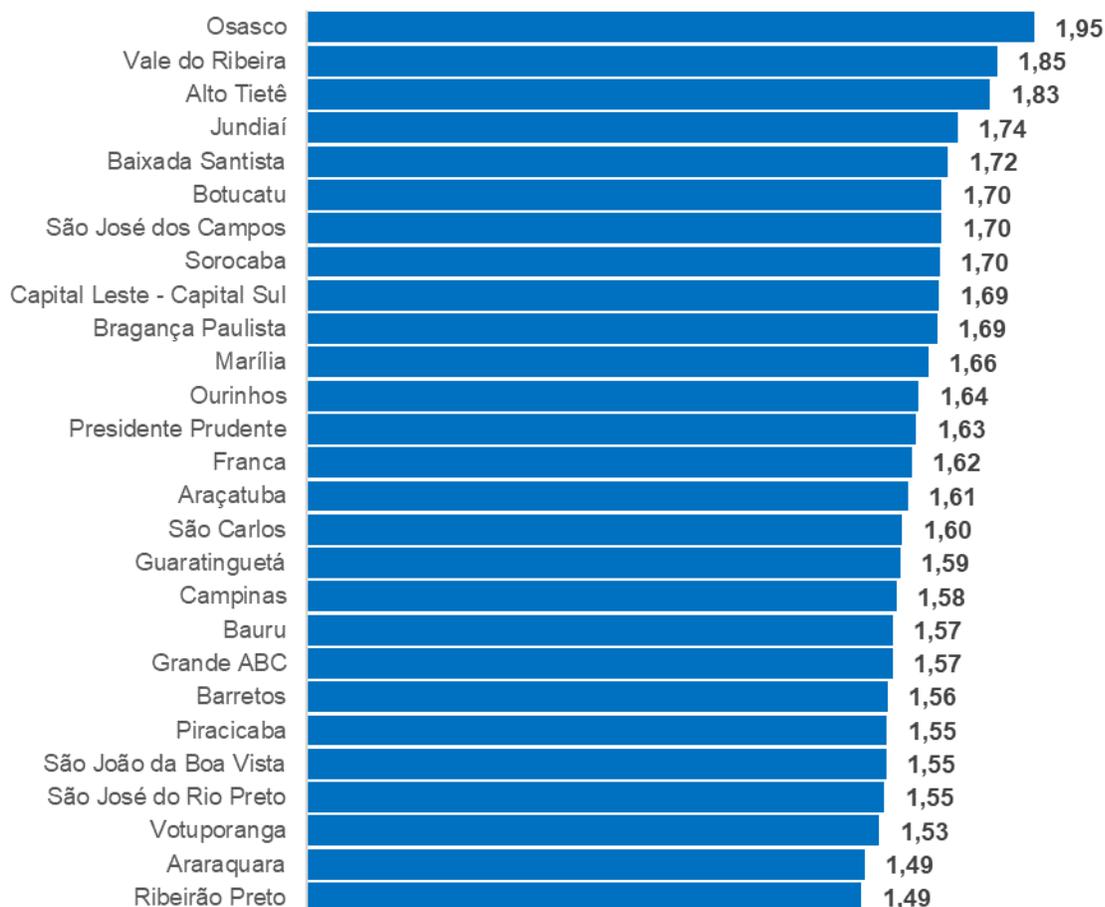
Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL

Uma das maneiras de se analisar o nível de fecundidade de uma região é por meio da taxa de fecundidade total (TFT). Esse indicador revela o número médio de filhos nascidos vivos que cada mulher residente em determinado espaço geográfico e momento, ao longo de seu período reprodutivo.

Na região da Capital tem-se taxa de 1,69 filho/mulher, valor cerca de 0,75% superior à média estadual (1,68) e o 20º dentre todas as 28 regiões paulistas.

Figura 10 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo taxa de fecundidade total.



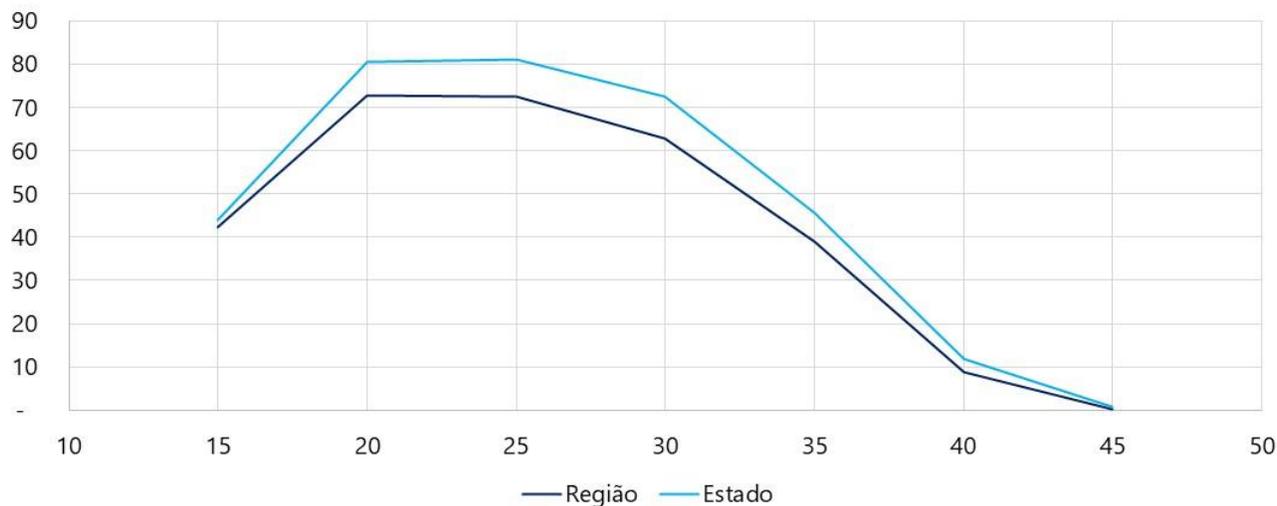
Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

Adicionalmente, vale discutir as taxas específicas de fecundidade (TEF), que expressam a razão do número de nascidos vivos pelo total de mulheres considerando os grupos de idade da mãe. Nesse sentido, a região da Capital apresenta padrão semelhante, porém em níveis diferentes ao do estado, afirmação possível a partir da comparação entre os formatos das curvas contendo as taxas específicas de fecundidade do Estado de São Paulo e da área em questão conforme mostra a Figura 11.

Apesar da semelhança no padrão, e no formato das duas curvas, em nível as curvas se tornam distintas, sobretudo para o grupo etário de 15 a 30 anos de idade, onde a taxa de fecundidade da região é menor que a média do restante do Estado. Isso corrobora o fato de a Capital ter uma variação populacional baixa, quando comparado à outras regiões. A Figura 11, também indica que existe uma inversão no patamar das curvas, depois dos 30 anos. Tal fato indica que na Capital as mulheres tendem a ter filhos em idades mais avançadas do que aquelas em outras regiões.

Por fim, destaca-se que as duas curvas atingem seu ápice entre as mulheres jovens de dois grupos etários consecutivos, a saber de 20 a 24 e entre 25 e 29 anos de idade. Nessas faixas etárias, as mulheres da região da Capital exibem uma taxa média cerca de 2% menor do que no restante do estado (79 ante 81 filhos/1.000 mulheres do grupo etário), o que contribui para o baixo crescimento demográfico observado na região.

Figura 11 – Taxas específicas de fecundidade (em milhares).

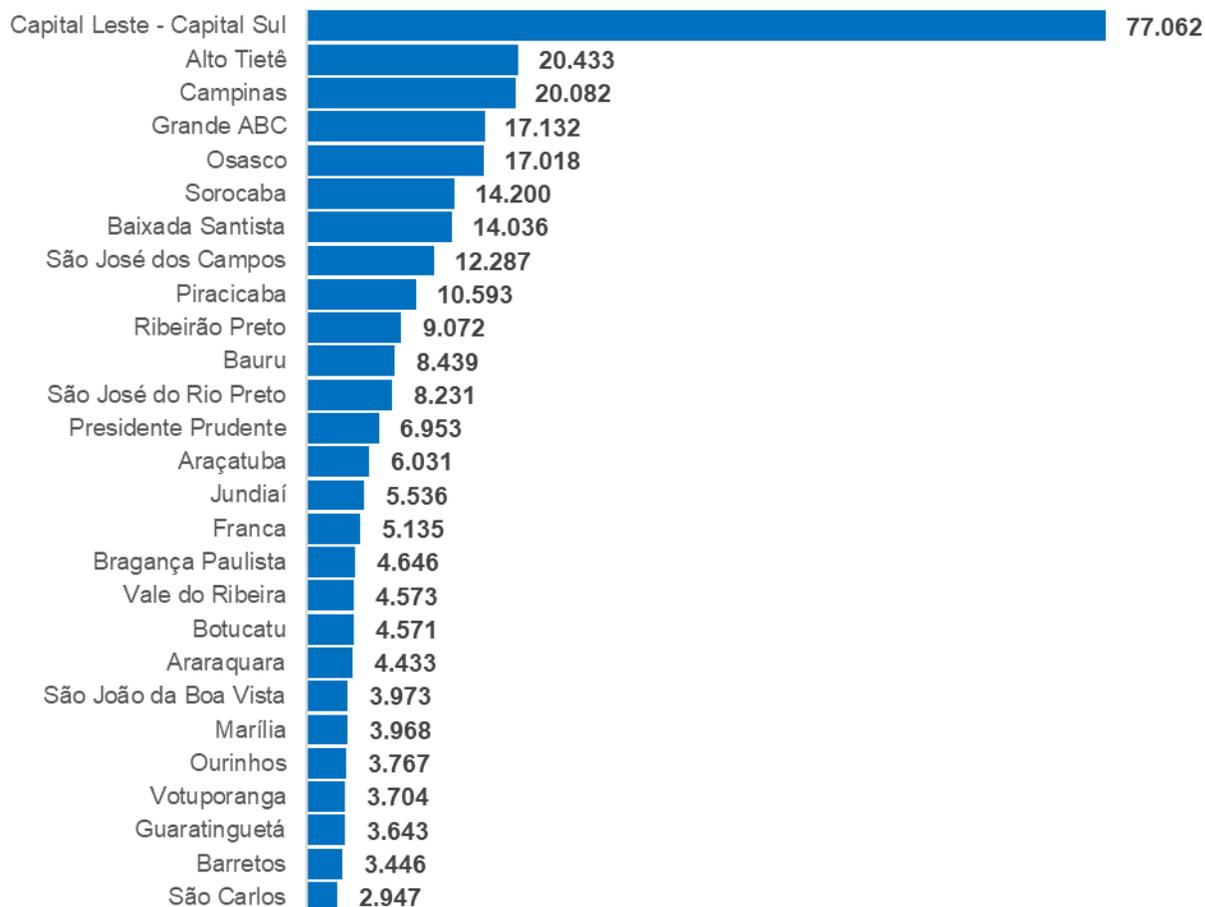


Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

2.1.5 Mortalidade

No período em questão, a região da Capital registrou na totalidade, 77.062 óbitos entre seus moradores, isto é, 26,04% do total paulista estimado em 295.914 falecimentos. Dentre o número de óbitos na região, 37.205 foram entre mulheres e 39.857 entre os homens. Em perspectiva comparada, a região da Capital apresenta alta quantidade de óbitos, o que a posiciona na 1ª colocação entre as 28 regiões do Estado de São Paulo.

Figura 12 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo óbitos totais.

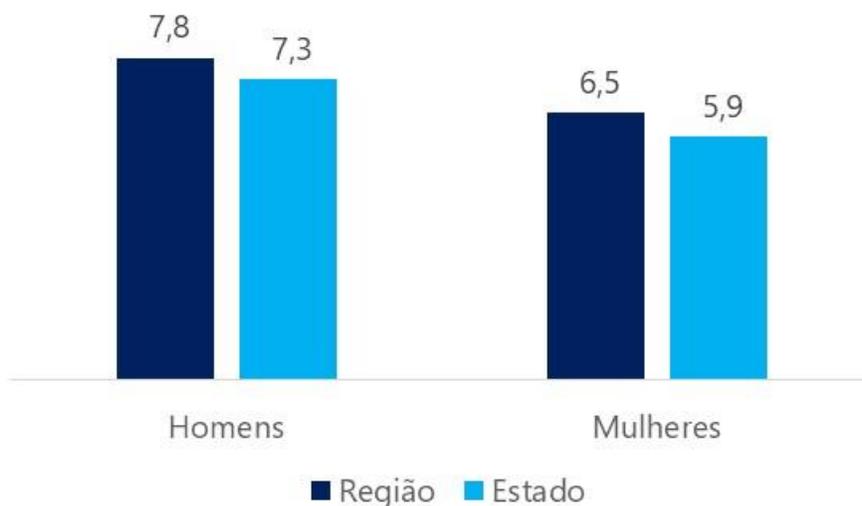


Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (TBM)

Esse indicador revela o número de óbitos por 1.000 mil habitantes e sofre influência da estrutura etária da população vivendo na área geográfica sob estudo. Em outras palavras, regiões mais envelhecidas tendem a ostentar TBM mais elevadas dado que maiores são as probabilidades de óbito quanto mais avançada a idade de um indivíduo. Esse padrão esperado é exatamente aquele observado na região do Grande ABC quando comparada ao restante do Estado de São Paulo. A maior presença de populações mais envelhecidas na região contribui para que a TBM aferida se situe no patamar de 6,4 óbitos/1.000 habitantes, cerca de 3% inferior aos 6,6 óbitos/1.000 habitantes observados no conjunto do estado. Como mostra a Figura 13, tal padrão de menor mortalidade na região se repete tanto entre os homens (TBM de 6,9 ante 7,3) quanto entre as mulheres (TBM igual a 5,9 ante 5,9).

Figura 13 – Taxas brutas de mortalidade (TBM) segundo sexo.



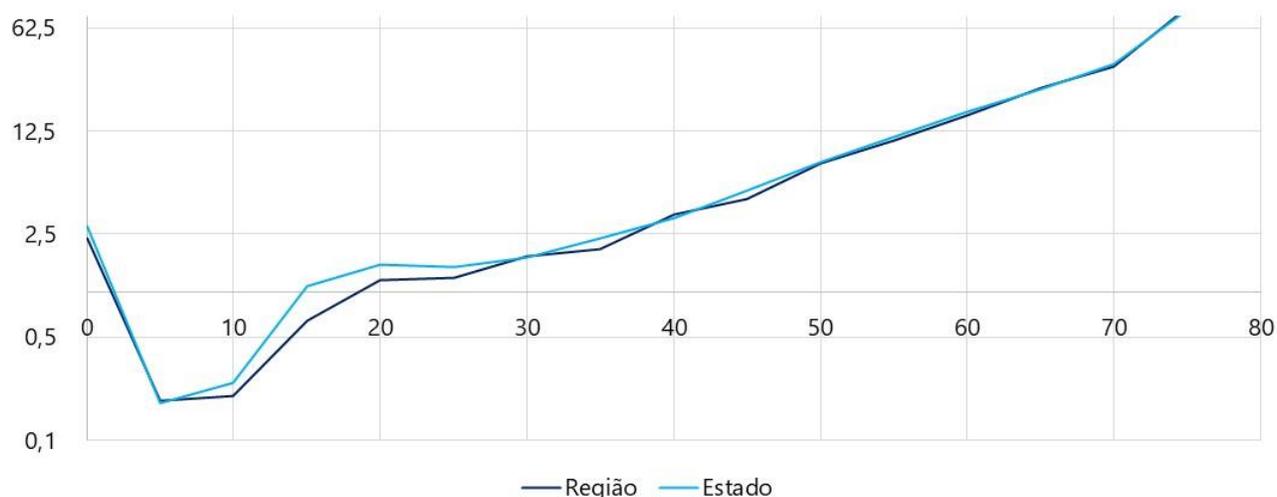
Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

TAXA ESPECÍFICA DE MORTALIDADE (TEM)

A taxa específica de mortalidade (TEM) é uma medida calculada entre a razão do número de óbitos pela população, por grupos de idade quinquenais. A Figura 14 revela que as taxas específicas de

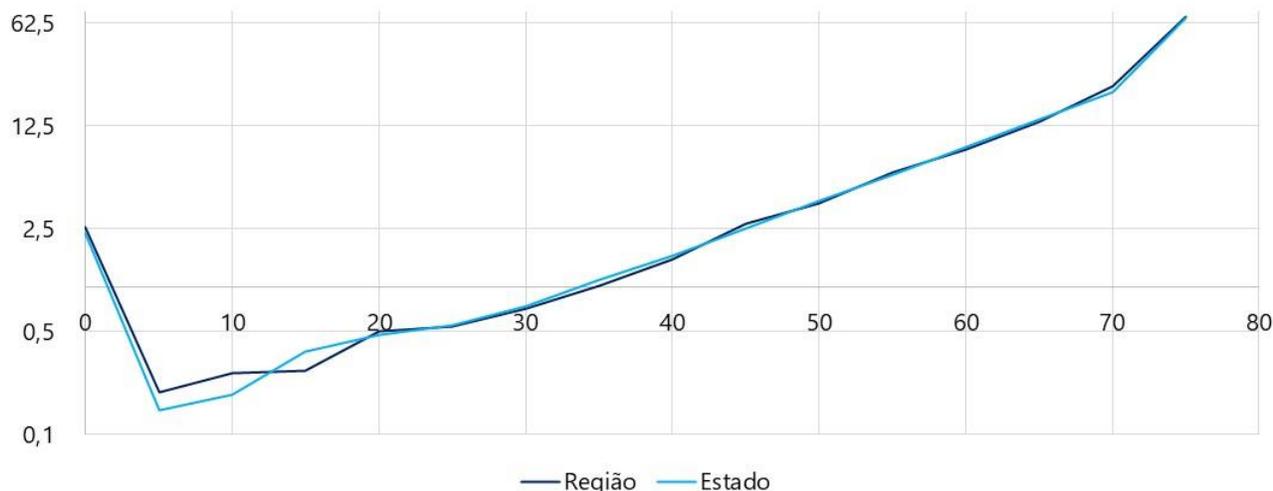
mortalidade entre os homens seguem um formato semelhante à curva do estado, onde uma curva se sobrepõe à outra. Entre as mulheres o padrão ainda é semelhante. Um ponto a chamar atenção, é que há descolamento das duas curvas para a faixa etária de 15 a 25 anos, onde a curva da região se torna maior em nível do que a curva do Estado. Esse fato, pode estar correlacionado com mortes entre jovens devido à violência. A Figura 15 também, assim como o gráfico para os homens, aponta para uma sistemática superposição da curva da região ante a curva do estado, e conforme visto que a TBM entre mulheres é a mesma na região e no estado, a TEM também reflete esse padrão.

Figura 14 – Taxa específica de mortalidade (TEM) entre homens.



Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

Figura 15 – Taxa específica de mortalidade (TEM) entre mulheres.

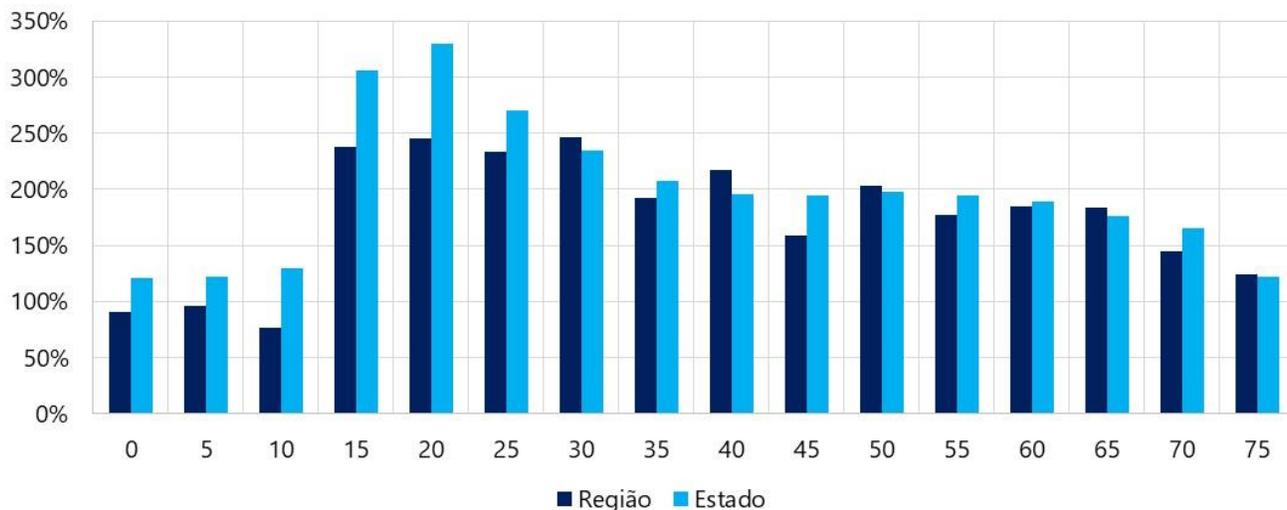


Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

SOBREMORTALIDADE MASCULINA

A sobremortalidade masculina é um indicador calculado a partir da razão entre a taxa específica de mortalidade (TEM) masculina e a feminina. Dessa forma, é um indicador relevante para identificar os diferenciais de mortalidade entre grupos etários de homens e de mulheres. Normalmente, as maiores diferenças são encontradas nos grupos etários entre 15 e 39 anos, faixa em que homens tendem a apresentar maior mortalidade, algo que ocorre especialmente em função de óbitos por causas externas como violência e acidentes de transporte. Na comparação com o restante do Estado de São Paulo, a região da Capital, conforme visto anteriormente, apresenta sobremortalidade masculina consistentemente superior para aqueles entre 15 e 25 anos e razoavelmente igual, ou pouco inferior, para as demais faixas etárias.

Figura 16 – Sobremortalidade masculina.



Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016-2018.

2.1.6 Considerações referentes à demografia na região

A partir daquilo que foi apresentado ao longo dessa seção, notam-se certas particularidades na demografia da região da Capital Leste. Em linhas gerais, tem-se que a população da região (6.671.451 habitantes) é alta entre todas as regiões – representa 14,5% do total estadual (45.919.049 moradores). Além disso, seu crescimento populacional em anos recentes (0,5%) é equivalente ao observado no conjunto do Estado de São Paulo, porém apenas o 23º entre as demais regiões paulistas.

Em termos da estrutura etária, verifica-se distribuição assemelhada na comparação região-estado, mas regionalmente sobre-representada entre as mulheres e homens jovens (com idades entre 14 e 30 anos) e sub-representada em idades acima de 35 anos, especialmente entre os homens. Complementarmente, tem-se que a razão de sexos (90,8 homens/100 mulheres) é apenas a 27ª do estado, assim como a razão de dependência, que indica a presença de 43 jovens abaixo de 14 anos e idosos acima de 65 anos para cada 100 indivíduos com idades entre 15-64 anos.

A respeito da fecundidade na região, está se mostra como intermediária para a Capital – sendo a 9ª do estado – e atinge ápice entre as mulheres de 20 a 29 anos, padrão equivalente ao estadual. Por fim,

sobre a mortalidade, ela é menor na região da Capital para os homens entre 10-20 anos ao mesmo tempo em que existe alta sobreposição nas curvas de mortalidade feminina já a partir dos grupos acima de 20 anos de idade. Todos esses indicadores ajudam a delinear as principais características demográficas da região da Capital, tarefa diagnóstica essencial e que precede o desenho e a implementação de políticas públicas regionalmente customizadas.

2.2 Educação

Compreender os atributos do sistema educacional é essencial para que se faça de forma completa o mapeamento das regiões do Estado de São Paulo. De modo complementar, entender as características educacionais da população e suas principais particularidades permite a elaboração de políticas públicas, em geral, e de fomento ao empreendedorismo, em particular, que supram demandas mais específicas. Nesse contexto, o desenho de políticas que não considerem tais peculiaridades regionais pode acarretar baixa eficácia e, até mesmo, resultados contrários aos inicialmente vislumbrados. Educação assume papel importante para o desenvolvimento regional, pois seus indicadores de avanços e progressos podem ser associados produtividade econômica e desenvolvimento social da população. Tanto que educação é uma das dimensões chave do IDH.

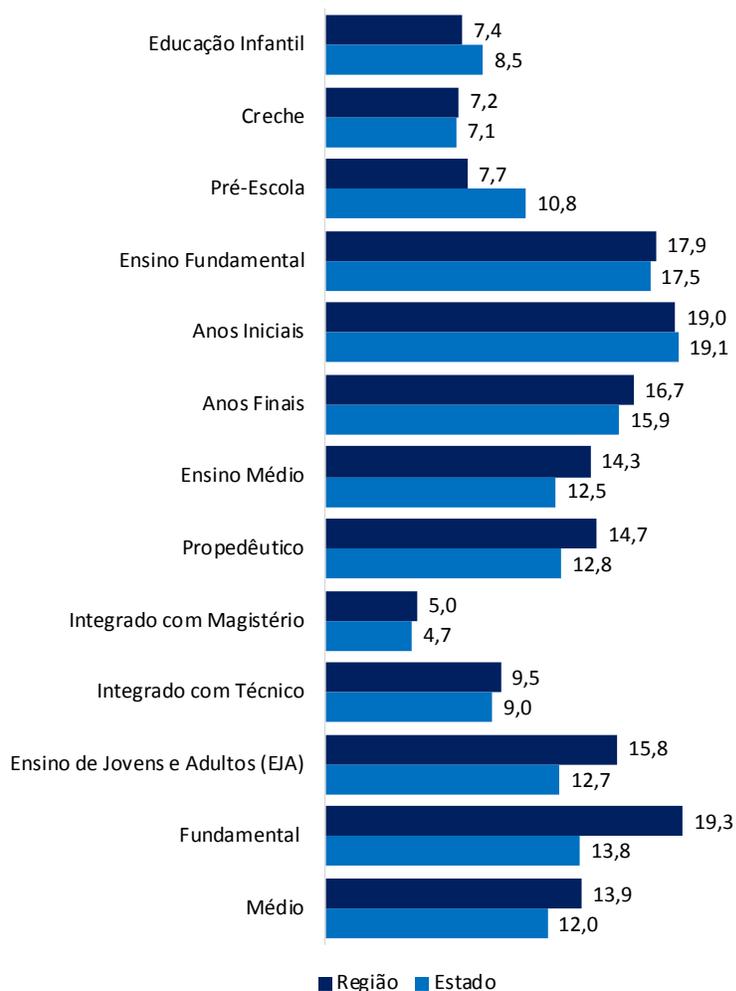
Nas próximas seções serão apresentados aspectos relacionados a diferentes redes de educação: básica, técnica e superior. Para cada um destes níveis educacionais, serão discutidos indicadores relacionados tanto a oferta de cursos, a exemplo do número de matrículas por docente e do número de instituições na região, quanto a sua qualidade, a exemplo das notas no índice IDEB. Vale dizer que, além da comparação entre os indicadores regionais e os estaduais, serão apresentadas informações desagregadas por dependência administrativa, focando na confrontação de indicadores das redes pública e privada de ensino. A seguir encontram-se os principais resultados das análises envolvendo da política educacional em nível municipal.

2.2.1 Educação Básica

A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino

Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio. A Figura 17 apresenta o número de matrículas por docente a partir da segregação dos dados segundo as etapas da educação básica e da inclusão da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de métrica relevante pois ela é um indicativo de quão sobrecarregado o sistema educacional está. Observe-se que a Cidade de São Paulo apresenta número de alunos por professor em linha com o que acontece no restante do estado. No entanto cabe notar que no ensino fundamental a região apresenta um número de alunos por docente substancialmente maior que a média do estado, 19,3 ante 13,8.

Figura 17 – Matrículas por docente no ensino básico.



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

É também importante entender a distribuição das dependências administrativas – escolas municipais, estaduais e federais – na cidade. Nesse contexto, percebe-se, inicialmente, que na Capital o número absoluto de matrículas em escolas públicas é muito maior que o privado em todas as etapas do ensino básico. Como esperado, as matrículas na educação infantil pública estão concentradas em entidades municipais. De acordo com o Pacto Federativo da Educação, a educação infantil e ensino fundamental são de responsabilidade da administração pública municipal enquanto o ensino médio é de responsabilidade da administração pública estadual. Para o ensino fundamental, nota-se divisão mais equilibrada das matrículas entre colégios municipais e estaduais. Por fim, tanto no ensino médio, quanto na EJA a participação do estado é mais elevada.

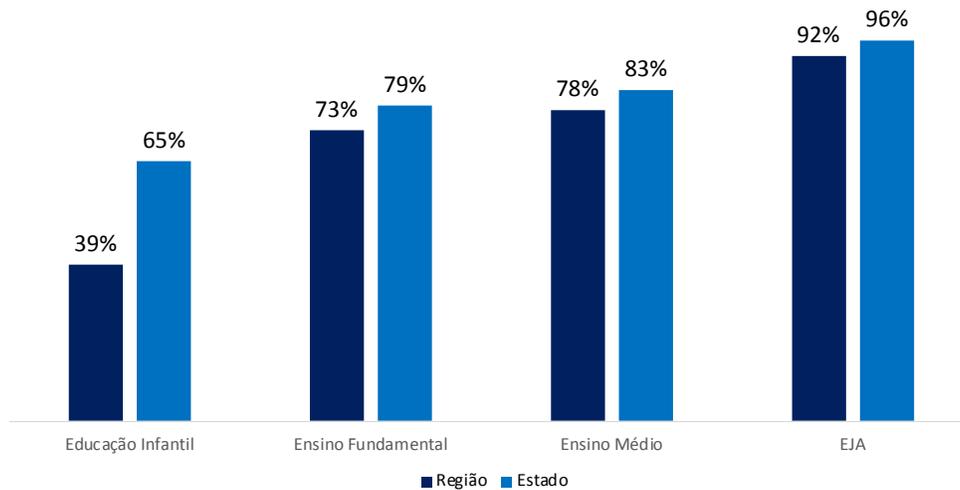
Tabela 2 – Número de matrículas na educação básica por etapa de ensino e dependência administrativa.

Etapas de Ensino	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
Público	271.338	1.016.318	304.453	111460
Federal	188	232	1.498	164
Estadual	145	598.222	300.437	63970
Municipal	271.005	417.864	2.518	47326
Privada	418.082	371.569	84.140	9651
Total	689.420	1.387.887	388.593	121111

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

Além disso, deve-se analisar a participação de escolas públicas na cidade ante àquela aferida para o conjunto do Estado de São Paulo. A esse respeito, observa-se que em todas etapas do ensino básico, bem como para a modalidade EJA, a presença de escolas públicas em relação ao total não se sobressai na Capital ante o conjunto do estado.

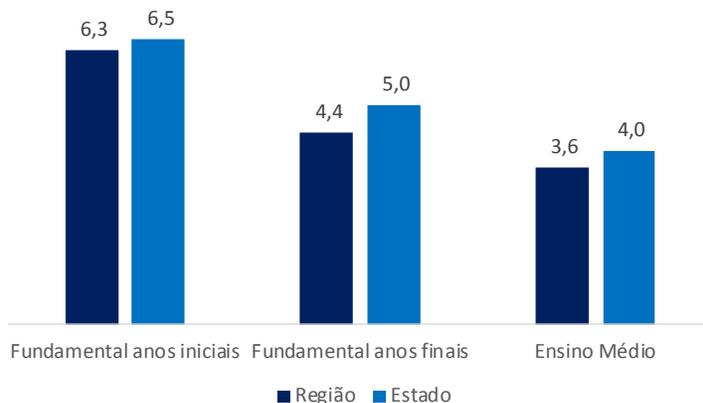
Figura 18 – Participação de escolas públicas no ensino básico.



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

Uma das métricas mais utilizadas para avaliar a qualidade da educação no Brasil é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que tem como finalidade mensurar a qualidade da educação através de dois conceitos complementares: o fluxo escolar e as médias de desempenho em avaliações. A esse respeito, a Capital apresenta, para todas as etapas de ensino, médias do IDEB inferiores ao do estado como um todo.

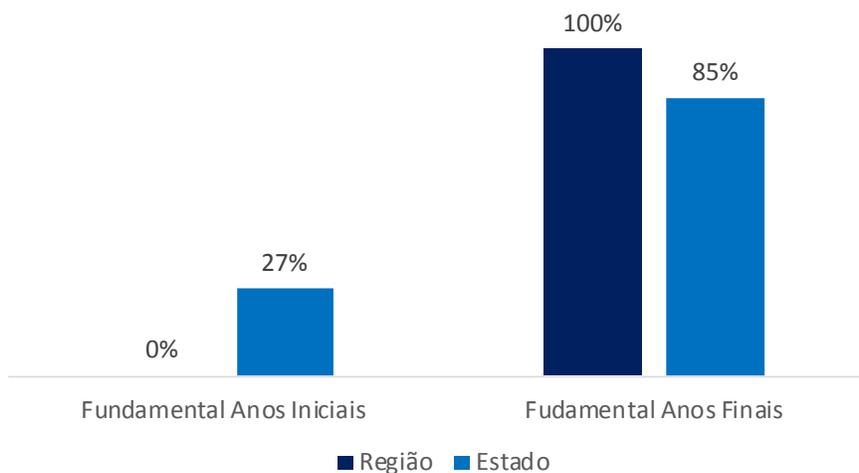
Figura 19 – Nota do IDEB por etapa de ensino.



Fonte: IDEB, INEP, 2017.

Para melhor entender o desempenho regional, pode-se verificar o número de municípios na região com resultados aquém de sua meta. A Figura 20 indica que a maior deficiência no ensino fundamental da Capital se encontra em seus anos finais, pois a cidade apresenta um déficit com relação à nota do IDEB. Em contrapartida, a cidade São Paulo não apresenta média abaixo da meta para os anos iniciais do ensino fundamental.

Figura 20 – Fração de municípios abaixo da meta da nota do IDEB.



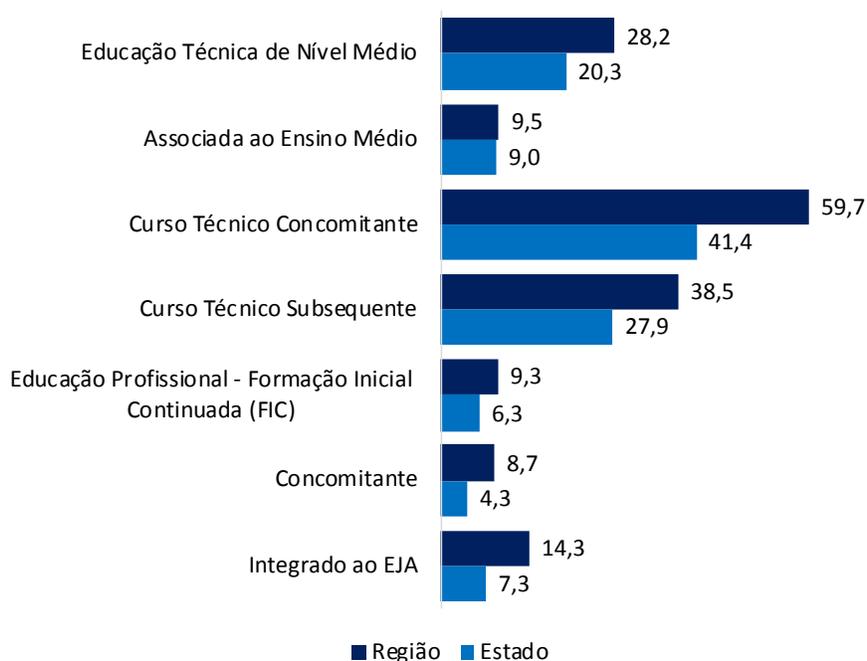
Fonte: IDEB, INEP, 2017.

2.2.2 Educação Técnica

Em muitos setores produtivos o ensino profissionalizante é fundamental no fornecimento de mão-de-obra capacitada em curto período e na implantação de políticas de empreendedorismo regional, inclusive para programas desenvolvidos pelo SEBRAE-SP como aqueles voltados à **Inclusão Produtiva e de Desenvolvimento Econômico Local**.

A análise do número de matrículas por docentes para diferentes tipos de ensino técnico revela algumas peculiaridades na comparação região-estado. Destaca-se que a região apresenta um número de matrículas por docente superior ao estado, em todas as modalidades de ensino, indicando um potencial gargalo. Nota-se ainda que o curso técnico concomitante é onde se encontra a maior relação matrículas/docente, que é substancialmente superior ao verificado no estado.

Figura 21 – Matrículas por docente no ensino técnico.



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

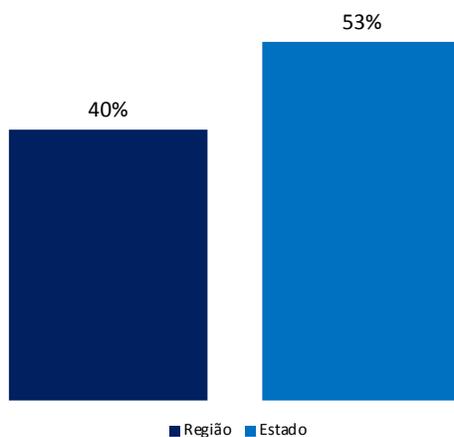
Em seguida, é interessante analisar a distribuição das dependências administrativas na região. Nota-se que existe um número maior de escolas públicas, sendo a sua maioria estaduais. Além disso a proporção público/total no ensino técnico da Capital (40%) é inferior à do estado como um todo (53%), como mostra a Figura 22.

Tabela 3 – Número de matrículas em educação profissional por dependências administrativas.

Etapas de Ensino	Educação Profissional
Público	53.399
Federal	2.398
Estadual	49.203
Municipal	1.798
Privada	81.378
Total	134.777

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

Figura 22 – Participação de escolas públicas no ensino técnico.



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

Uma última discussão em relação ao ensino técnico envolve os eixos temáticos mais presentes na capital. Neste caso, os dados obtidos só permitem a análise para a rede federal de ensino

profissionalizante, que abrange 22 possíveis eixos temáticos. Para a Capital nota-se moderada variedade na oferta de cursos, a qual engloba 8 dos eixos. Principais destaques entre eles são aqueles relacionados a elétrica (469 cursos, ou 27,1% do total), informática (354, ou 20,5%) e Gestão e Negócios (296, ou 17,1%) e mecânica (231, ou 13,4%), cujas maiores presenças podem indicar demandas específicas da região da Capital.

Tabela 4 – Perfil da educação profissional por eixo temático na rede federal.

Eixo Temático	Inscritos em Curso			
	Região (Total)	Estado (Total)	Região (%)	Estado (%)
Agrícola	-	188	0,0%	1,3%
Agroindústria	-	81	0,0%	0,6%
Alimentos	-	303	0,0%	2,1%
Arte e Cultura	39	39	2,3%	0,3%
Automação	-	2.531	0,0%	17,7%
Civil	237	1.079	13,7%	7,5%
Desenvolvimento Educacional	-	240	0,0%	1,7%
Desenvolvimento Educacional e Social	11	118	0,6%	0,8%
Design	-	47	0,0%	0,3%
Elétrica	469	1.610	27,1%	11,2%
Eventos	-	154	0,0%	1,1%
Gestão e Negócios	296	2.170	17,1%	15,2%
Hospitalidade	-	5	0,0%	0,0%
Informática	354	3.062	20,5%	21,4%
Lazer	-	78	0,0%	0,5%
Mecânica	231	1.723	13,4%	12,0%
Meio Ambiente	-	122	0,0%	0,9%
Pesca	-	68	0,0%	0,5%
Petroquímico	-	69	0,0%	0,5%
Química	-	519	0,0%	3,6%

Eixo Temático	Inscritos em Curso			
	Região (Total)	Estado (Total)	Região (%)	Estado (%)
Segurança	-	24	0,0%	0,2%
Telecomunicações	91	91	5,3%	0,6%
Total	1.728	14.321	100,00%	100,00%

Fonte: Instituto Nilo Peçanha, Ministério da Educação, 2019.

2.2.3 Educação Superior

A educação de nível superior no Brasil apresentou na última década mudanças tanto em sua distribuição espacial quanto na oferta e acesso a seus cursos. A ideia principal por trás dessas mudanças é de que as instituições de ensino superior são ferramentas-chave para impulsionar o desenvolvimento regional, aumentando o capital intelectual e social da população e, assim, melhorando sua produtividade e capacidade de inovação. Dessa forma, é relevante que se entenda sua estrutura e eixos temáticos presentes na região sob análise.

A Tabela 5 e a Tabela 6 apresentam, para a região da Capital e o Estado de São Paulo, o número de instituições de ensino superior por categoria administrativa e por organização, respectivamente. Regionalmente, existem 34 instituições de ensino superior – 8 públicas e 26 privadas – das quais 27 são classificadas como faculdade, 3 como universidade e 4 como centro universitário.

Tabela 5 – Número de instituições de ensino superior segundo categoria administrativa.

Categoria Administrativa	Região	Estado	Participação Estadual
Pública	8	106	7,5%
Federal	1	5	20,0%
Estadual	5	77	6,5%
Municipal	2	24	8,3%
Privada	26	506	5,1%
Total	34	612	5,6%

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018.

Tabela 6 – Número de instituições de ensino superior segundo organização acadêmica.

Organização Acadêmica	Região	Estado	Participação Estadual
Universidade	3	38	7,9%
Centro Universitário	4	71	5,6%
Instituto Federal	-	1	0,0%
Faculdade	27	502	5,4%
Total	34	612	5,6%

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018.

O número de matrículas reforça a dependência da Capital do ensino superior privado, como pode ser visto na Tabela 7. A região possui 59,6% dos matriculados em cursos superiores do Estado de São Paulo, ou 1.329.633 alunos, dos quais 181.226 estão matriculados em instituições públicas e 1.148.407 em instituições de ensino privadas. Vale ressaltar que a maioria das matrículas se dá na modalidade presencial (68,21%, ou 907.008 matrículas). O que chama atenção é o fato de o ensino à distância ser bastante presente na região (31,79%, ou 422.625 matrículas), e também ser responsável por 71,74% dessa modalidade em todo o estado.

Tabela 7 – Número de matrículas em cursos de ensino superior segundo categoria administrativa.

Categoria Administrativa	Região	Estado	Participação Estadual
Pública	181.226	328.375	55,2%
Federal	25.813	52.444	49,2%
Estadual	155.413	230.799	67,3%
Municipal	-	45.132	0,0%
Privada	1.148.407	1.904.313	60,3%
Total	1.329.633	2.232.688	59,6%

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018.

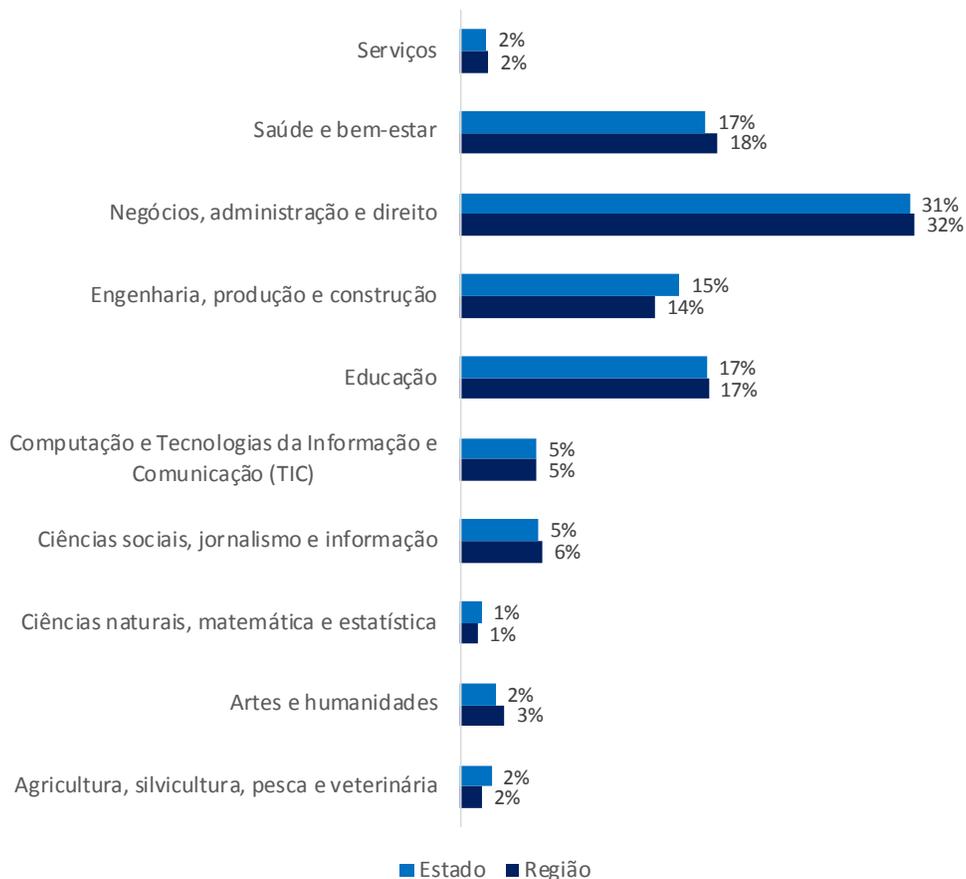
Tabela 8 – Número de matrículas em cursos de ensino superior segundo modalidade de ensino.

Modalidade de Ensino	Região	Estado	Participação Estadual
Presencial	907.008	1.643.637	55,18%
Distância	422.625	589.051	71,74%
Total	1.329.633	2.232.688	59,6%

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018.

A Figura 23 apresenta o perfil dos cursos de ensino superior na Capital por meio do percentual de matrículas por eixo temático. Observa-se que a região em questão possui um padrão de distribuição das matrículas muito similar ao observado no estado. É possível perceber também que os cursos de Negócios, administração e direito representam os cursos mais demandados na região, seguidos de saúde e bem-estar e educação. Os cursos menos demandados são aqueles na área de serviços, ciências naturais, matemática e estatística e artes e humanidades.

Figura 23 – Perfil dos cursos de ensino superior.



Fonte: Censo da Educação Superior, INEP, 2018.

2.2.4 Considerações referentes à educação na região

Em linhas gerais, nota-se, portanto, que, ao se adotar indicadores do Estado de São Paulo como parâmetros, a Capital se caracteriza como uma região que necessita maior atenção aos anos finais de educação. Outro ponto importante é que a cidade possui notas do IDEB abaixo da média para todos os níveis educacionais. Com relação ao ensino profissional, a modalidade predominante, em termos de matrículas por docente, é o curso concomitante ao ensino médio, para o qual se verifica o número expressivo de 59,7 matrículas por docente. Ainda no que toca o ensino profissional, destaca-se que na Capital há grande variedade de cursos administrados pela União, com presença de 8 dos 22 eixos

temáticos existentes. Por fim, o ensino superior na cidade é significativamente dependente do setor privado que representa 60% de todas as matrículas do estado. Em contraponto, apesar do número de matrículas no ensino privado ser maior em relação ao público, a região apresenta um alto número de matrículas em instituições públicas. Além disso, é possível notar que a região apresenta uma grande quantidade de matrículas em ensino à distância, representando 70% do total do estado, o que pode ser visto como alguma potencialidade ou peculiaridade da região.

2.3 Saúde

Outro aspecto importante a ser considerado na análise dos níveis de desenvolvimento social das regiões paulistas é a área da saúde. Desse modo, apresentaremos a seguir alguns dos principais indicadores da área com ênfase sobre (i) os equipamentos de saúde disponíveis, (ii) o perfil de internações e (iii) o perfil de mortalidade. Destaca-se, também, nesse conjunto, o levantamento realizado a respeito de leitos de internação, leitos em UTI e quantidade de respiradores no sistema, equipamentos, esses, de disponibilidade ainda mais fundamental dada a pandemia de COVID-19 atualmente enfrentada.

A saúde assume papel preponderante para o desenvolvimento regional, pois a articulação entre território e política de saúde tem na regionalização, e no caso brasileiro, na descentralização que organiza o SUS, uma de suas características-chave. Desenvolvimento local e humano está associado com qualidade de vida, tanto que saúde contém indicadores chave para o cálculo do IDH.

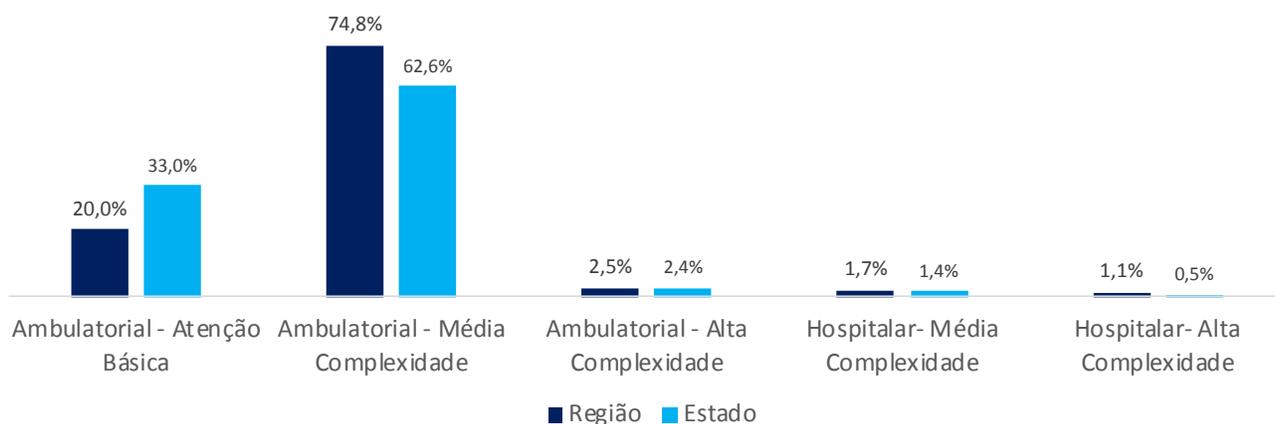
2.3.1 Equipamentos de saúde

TIPOS DE ESTABELECIMENTOS

A Capital responde por cerca de 14,7% (ou 12.276) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no Estado de São Paulo em junho de 2020. Apesar de aparentemente bem equipada, a região se mostra, na verdade, subrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (27%, ou 12.252.023 habitantes).

Na comparação com o restante do estado, nota-se ênfase na rede ambulatorial de média complexidade, que representa mais da metade dos estabelecimentos de saúde na Capital (74,8%). Tal participação se mostra superior ao índice estadual (62,6%). Em contrapartida, a rede ambulatorial de atenção básica se encontra subrepresentada na cidade, em comparação com o estado (20% ante 33%). Por outro lado, a partir da Figura 24, nota-se superioridade nas participações dos estabelecimentos ambulatoriais de alta complexidade, média complexidade e de alta complexidade, ainda que a diferença seja mínima.

Figura 24 – Equipamentos de saúde agrupados por nível de atenção.

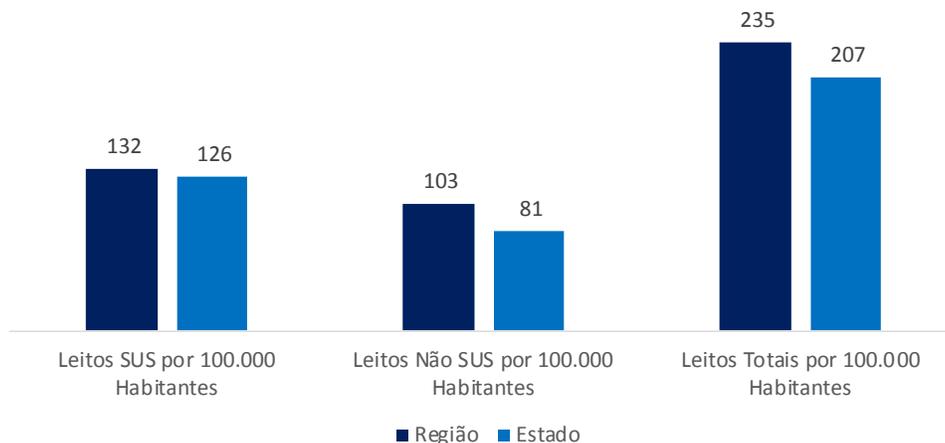


Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

LEITOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Em termos de disponibilidade de leitos de internação hospitalar, a Capital se mostra bem equipada quando se adota o conjunto do Estado de São Paulo como padrão para análise. Nesse contexto, vale dizer que a participação regional nos leitos estaduais disponíveis tanto na rede SUS (28%) quanto na rede privada (33,9%) estavam acima do nível estadual, em junho de 2020. Como consequência, na comparação cidade-estado dos indicadores de leitos por 100.000 habitantes exibidos na Figura 25 a região tem, relativamente à sua população, maior disponibilidade de leitos de internação hospitalar tanto na rede SUS (+5%, ou 132 leitos) quanto, especialmente, na rede privada (+26,9%, ou 103 leitos).

Figura 25 – Leitos de internação hospitalar disponíveis por 100.000 habitantes.



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade. 2020.

Em tais circunstâncias, a Figura 26 revela que seus 132 leitos de internação hospitalar disponíveis por 100.000 habitantes na rede SUS qualificam a Capital como a 11ª entre as 27 regiões do estado, atrás de Ribeirão Preto (138,4) e à frente da região de Araçatuba (127,6).

Figura 26 – Ranqueamento das regiões segundo leitos de internações do SUS por 100.000 habitantes.



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

LEITOS EM UTI

De modo complementar aos leitos de internação hospitalar, também os leitos em UTI são essenciais à estruturação de sistemas de saúde. A partir da Figura 27 tem-se que, também a esse respeito, a cidade se encontra, em linhas gerais, melhor equipada ante o conjunto do Estado de São Paulo. A região apresenta uma quantidade de leitos por 100.000 habitantes, maior que a média do estado tanto na rede

SUS (+29% ou 10 leitos) quanto na rede privada, onde a diferença é quase o dobro (+72% ou 18,6 leitos).

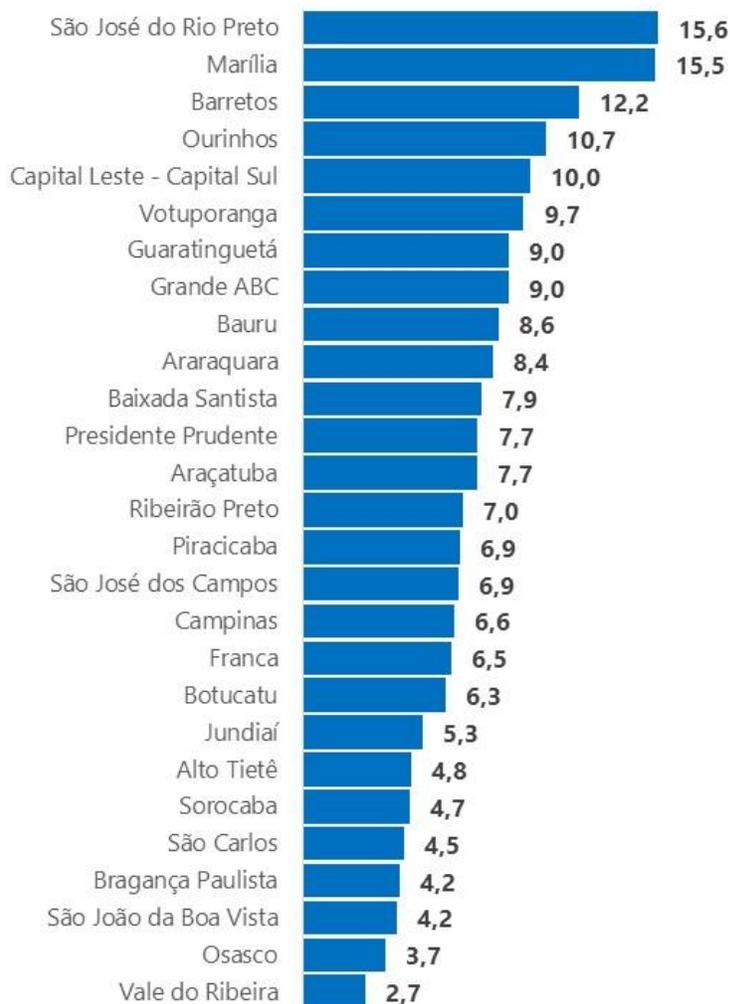
Figura 27 – Leitos em UTI disponíveis por 100.000 habitantes.



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

Assim como ocorre a respeito dos leitos de internação hospitalar, também quanto às UTIs a Capital figura entre aquelas com maior disponibilidade de leitos na rede SUS. Ao ostentar índice de 10 leitos por 100.000 habitantes ela se posiciona em 5º lugar entre as 27 regiões do Estado de São Paulo, à frente da região de Votuporanga (9,7), em 6º lugar, e atrás de Ourinhos (10,7), na 4ª posição.

Figura 28 – Ranqueamento das regiões segundo leitos em UTI do SUS por 100.000 habitantes.



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

RESPIRADORES

Ventiladores pulmonares, ou respiradores, são equipamentos muito comentados desde o início da pandemia de COVID-19, sendo, inclusive, objeto de disputas comerciais em função de sua centralidade no tratamento dos pacientes mais gravemente acometidos pela enfermidade. Com base em dados de dezembro de 2019, nota-se que a Capital apresentava, em contexto pré-pandêmico, disponibilidade bem superior de respiradores ao restante do estado (58,5 ante 39,2 respiradores por 100.000

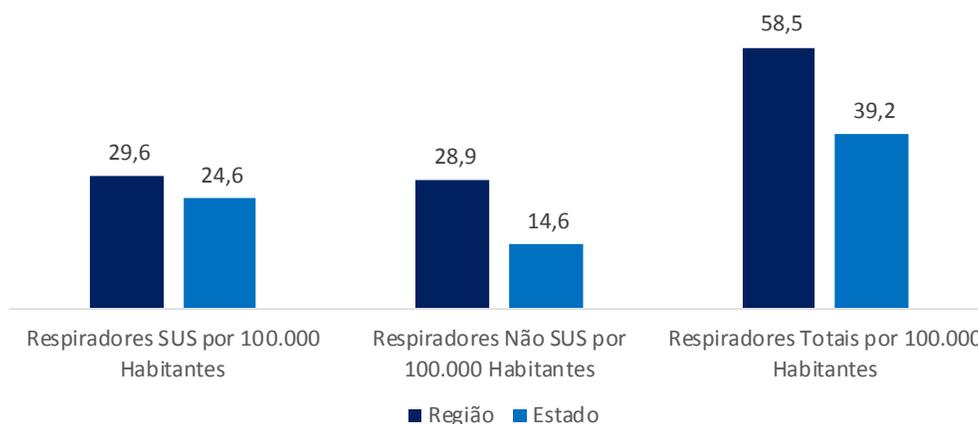
43 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

residentes). Tal superioridade no número total de respiradores advém da superioridade tanto na rede SUS (+21% ou 29,6 respiradores por 100.000 habitantes), quanto na rede privada (+98% ou 28,9 respiradores por 100.000 habitantes).

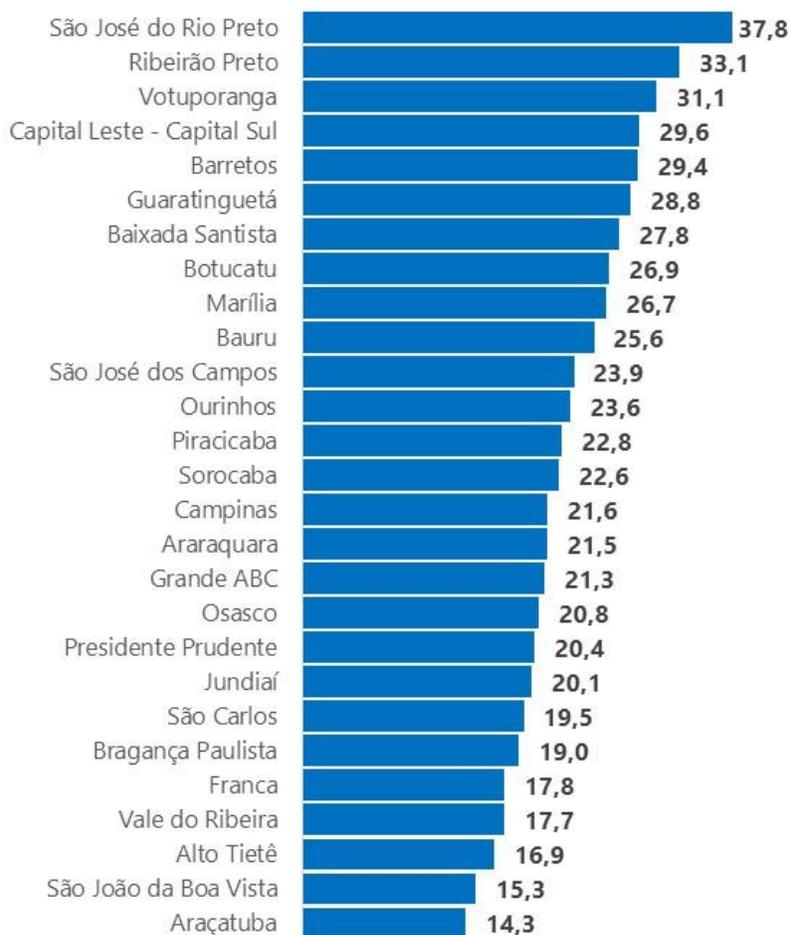
Figura 29 – Respiradores disponíveis por 100.000 habitantes.



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

Na comparação das 27 regiões exibidas na Figura 30, a Capital, uma vez mais, se apresenta na faixa superior no *ranking* das regiões, ao ocupar a 4ª posição entre as redes SUS mais bem equipadas, à frente de Barretos (29,4), na 5ª posição, e logo atrás de Votuporanga, na 3ª posição com índice de 31,1 respiradores/100.000 moradores.

Figura 30 – Ranqueamento das regiões segundo respiradores do SUS por 100.000 habitantes.



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

2.3.2 Perfil de internações

As causas de internação na região são representadas na Figura 31. Os algarismos correspondem às condições clínicas e enfermidades presentes na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), segundo Tabela 9. O gráfico ilustrado na Figura 31 mostra a relação entre o quociente locacional – razão entre a incidência relativa de determinada doença na região e no estado – e a participação da doença no total de internações. A linha tracejada representa o limiar do quociente locacional acima do

qual a os Algarismos representam causalidades com maior incidência na região em comparação ao estado e abaixo, ao contrário, representam as causalidades com menor incidência.

Tabela 9 – Capítulos da classificação CID-10.

Capítulo CID-10	Descrição
Cap I	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
Cap II	Neoplasmas [tumores]
Cap III	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
Cap IV	Neoplasmas [tumores]
Cap V	Transtornos mentais e comportamentais
Cap VI	Doenças do sistema nervoso
Cap VII	Doenças do olho e anexos
Cap VIII	Doenças do ouvido e da apófise mastóide
Cap IX	Doenças do aparelho circulatório
Cap X	Doenças do aparelho respiratório
Cap XI	Doenças do aparelho digestivo
Cap XII	Doenças da pele e do tecido subcutâneo
Cap XIII	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
Cap XIV	Doenças do aparelho geniturinário
Cap XV	Gravidez, parto e puerpério
Cap XVI	Algumas afecções originadas no período perinatal
Cap XVII	Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas
Cap XVIII	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
Cap XIX	Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas
Cap XX	Causas externas de morbidade e de mortalidade
Cap XXI	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde

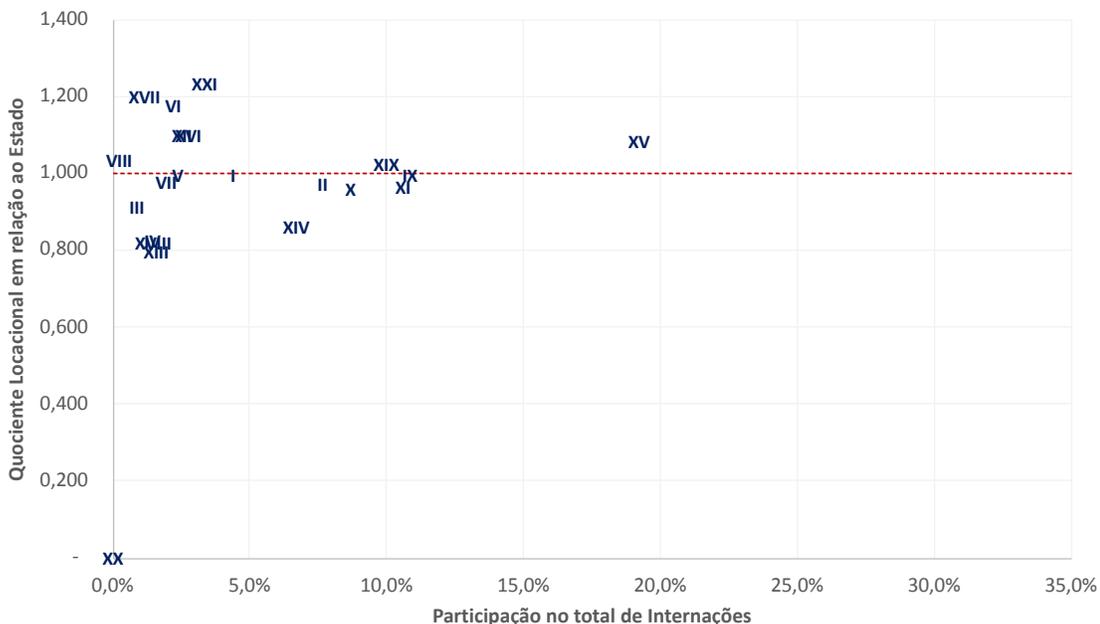
Fonte: Ministério da Saúde.

As causas mais comuns de internação na Capital em 2019 foram: gravidez, parto e puerpério (XV), doenças do aparelho circulatório (IX), doenças do aparelho circulatório (IX), doenças do aparelho digestivo (XI), e Lesões, envenenamentos e algumas outras conseqüências de causas externas (XIX) cujas internações corresponderam, respectivamente, a 19,2%, 10,8%, 10,6% e 10% do total de internações no período.

A gravidez, parto e puerpério são as principais causas de internação na região, e também sua incidência se localiza acima do limiar do quociente locacional, ou seja, é maior do que aquela apresentada pelo Estado de São Paulo (+8%). De maneira similar, as Lesões, envenenamentos e algumas outras conseqüências de causas externas (XIX) além de estar entre as principais causas de internação na região, também acima do que no estado (+2%). Em contrapartida, doenças do aparelho circulatório (IX), doenças do aparelho digestivo (XI) que figuram entre as principais causas de internação na região, encontram-se abaixo da linha do quociente locacional. A maior incidência dessas doenças pode estar relacionada às características demográficas da região, que apresenta índice de envelhecimento superior ao do estado.

Na Figura 31 se observa também que há fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (XXI), embora representem apenas 3,4% das causas de internações na Capital, se situam acima do limiar do quociente locacional em um patamar 23% maior na comparação com as demais regiões do estado.

Figura 31 – Comparação dos perfis de internação região-estado.



Fontes: SIHSUS, Ministério da Saúde, 2019.

2.3.3 Perfil de mortalidade

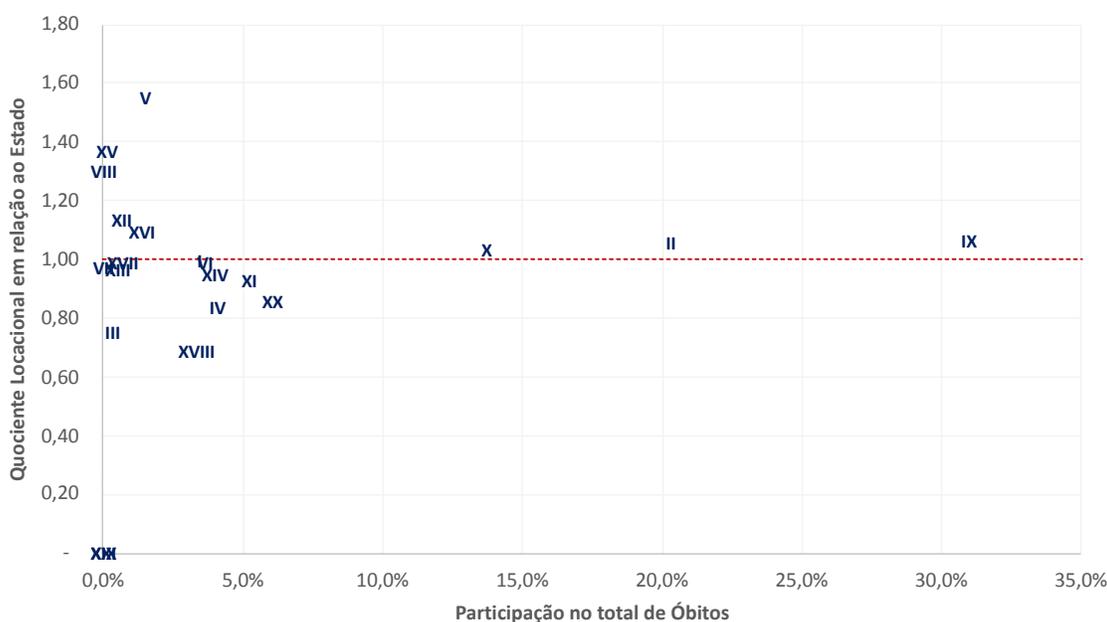
Assim como quanto ao perfil de internações, as doenças do aparelho circulatório (IX) e do aparelho respiratório (X) também se localizam entre as principais causas de morte na região em 2019 ao responderem por 31% e 13,7%, respectivamente. Entre elas, no entanto, figuram os neoplasmas (II) como o segundo grupo de causas com maior participação nas mortes da região (20,3%).

Embora se tenha constatado que a incidência de doenças do aparelho circulatório (IX) nas causas de internação seja superior na região, este padrão se repete na análise das causas de mortalidade, cuja comparação região-estado se apresenta relativamente equilibrada, porém em patamar um pouco mais alto que o estado (+6,2% de mortalidade na região). Tal superioridade ante o conjunto do Estado de São Paulo também se dá na análise dos neoplasmas (grupo II) que, embora sejam mais presentes em populações envelhecidas como a da Capital, situa-se em nível próximo, porém superior ao estado entre as causas de mortalidade (20,3% ante 19,2%). O mesmo ocorre para as doenças do aparelho

respiratório (X), cuja incidência nos casos de morte ultrapassa em 3,5% aquela apresentada pelo estado como um todo.

Vale ainda mencionar que Transtornos mentais e comportamentais (V) são responsáveis por 40% das mortes atribuídas à essa categoria em todo o estado, além disso, analisando seu quociente locacional, é possível perceber que a incidência de mortes é 55% superior à média do estado.

Figura 32 – Comparação dos perfis de mortalidade região-estado.



Fontes: SIM, Ministério da Saúde, 2018.

2.3.4 Considerações referentes à saúde na região

Em resumo, a região da Capital possui uma estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de média complexidade. A região se mostra bem equipada na disponibilidade de respiradores, leitos de internação hospitalar e em UTI, sobretudo na rede privada de atendimento, onde a diferença com relação à média do estado é ainda maior.

As causas mais comuns de internação na região foram IX), doenças do aparelho digestivo (XI), e Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (XIX). Deve-se destacar ainda a participação de Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (XXI) (23,3%) e das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (XIII) no total de internações (-20%).

Em relação ao perfil de mortalidade na região, nota-se padrão semelhante ao perfil de internações, marcado por alta participação de doenças do aparelho circulatório (IX) e do aparelho respiratório (X) nos óbitos registrados. Soma-se a essas causas os neoplasmas (grupo II), segunda causa mortis mais frequente. Por fim, nos extremos da comparação região-estado, observa-se a sobre-representação (+55%) de Transtornos mentais e comportamentais (V).

2.4 Assistência Social

Na assistência social, assim como nas demais áreas sociais, os municípios têm papel fundamental pois são os executores dos programas, serviços e ações. Dentro do Sistema de Único de Assistência Social (SUAS) os municípios atuam em dois níveis de atenção: o Preventivo – através da Proteção Básica – e o Protetivo – através da Proteção Especial. Assim, dentro desse contexto, os principais representantes das unidades de atuação e oferta de serviços voltados a assistência social ao nível municipal são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Essa seção busca apresentar indicadores sobre a infraestrutura de atendimento à população através dos totais de equipamentos públicos disponíveis, bem como da sua distribuição espacial. Além disso, são apresentados indicadores complementares sobre o perfil dos beneficiários e de suas respectivas famílias por meio do uso dos dados do Cadastro Único.

Aqui vale ressaltar que a estrutura e infraestrutura da assistência social em nível municipal apresenta forte correlação com os temas de estudo e as políticas desenvolvidas pelo SEBRAE-SP, especialmente as voltadas para **Inclusão Produtiva**, **Capacitação de Mão de Obra** e **Associativismo e Cooperativismo** – tanto para aos projetos voltados a agricultura familiar quanto aos voltados para a

economia solidária. Entretanto, os mecanismos de gestão municipal - instrumentos e políticas – pertencentes ao tema serão abordados com mais detalhes no Capítulo 3 deste documento, referente à dimensão institucional.

2.4.1 Equipamentos Públicos

Em relação a oferta de equipamentos para serviços públicos, a região da Capital conta com 55 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e 30 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respondendo por cerca de 4,8% e 10,1%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no Estado de São Paulo. A região conta ainda com 6 unidade do Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e 810 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência – aproximadamente 10% do total estadual. Ainda assim, a região apresenta 273 Unidades de Acolhimento, equipamento público responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Os dados absolutos e relativos dos equipamentos públicos da região estão disponíveis na Tabela 10.

Cabe notar que, como destacado anteriormente, a região da Capital possui 12.252.023 habitantes, o que representa cerca de 27% da população estadual. A cobertura relativa de equipamentos na região – na faixa de 10% a 20% do total – é, portanto, inferior à fração da população paulista presente no território da região.

Tabela 10 – Equipamentos públicos na região da Capital .

Equipamento	Região	Estado	Participação Estadual
CRAS	55	1.142	4,8%
CREAS	30	298	10,1%
Centro POP	6	56	10,7%
Centro DIA	810	8.136	10,0%
Unidade de Acolhimento	273	1.587	17,2%

Fonte: Censo Suas, Ministério do Desenvolvimento Social, 2019.

51 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

2.4.2 Perfil Cadastro Único

As famílias em situação de vulnerabilidade social no Brasil podem se registrar Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (CadÚnico). O CadÚnico é a porta de entrada para o acesso a programas sociais, como o Bolsa Família. Dessa forma, entender o perfil dos cadastrados no CadÚnico, em determinada região é um importante indicador das vulnerabilidades socioeconômicas às quais os indivíduos e famílias estão expostos.

FAMÍLIAS DO CADASTRO ÚNICO

No intuito de aprofundar a descrição da região da Capital, é interessante compreender indicadores sobre a composição das famílias em situação de vulnerabilidade e cadastradas no CadÚnico. No ano de 2020 a região possui o total de 1.324.537 famílias cadastradas, representando 31,7% do total de 4.173.780 de famílias cadastradas no estado de São Paulo.

Entretanto, o perfil dessas famílias é diverso. A região possui atualmente totais de 304 famílias indígenas, 8 famílias quilombolas, 599 famílias de agricultores familiares, 32 famílias em assentamentos de reforma agrária, 10.782 famílias de catadores de materiais recicláveis e 34.085 famílias em situação de rua. Dentre todas essas classificações de famílias cadastradas no CadÚnico, a informação que se destaca é que a região da Capital possui 0,8% de Famílias de Catadores de Materiais Recicláveis e daquelas Famílias em Situação de Rua 2,57%. A Tabela 11 apresenta os dados de perfil familiar da região da Capital a comparação com o perfil estadual.

Tabela 11 – Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico na região da Capital .

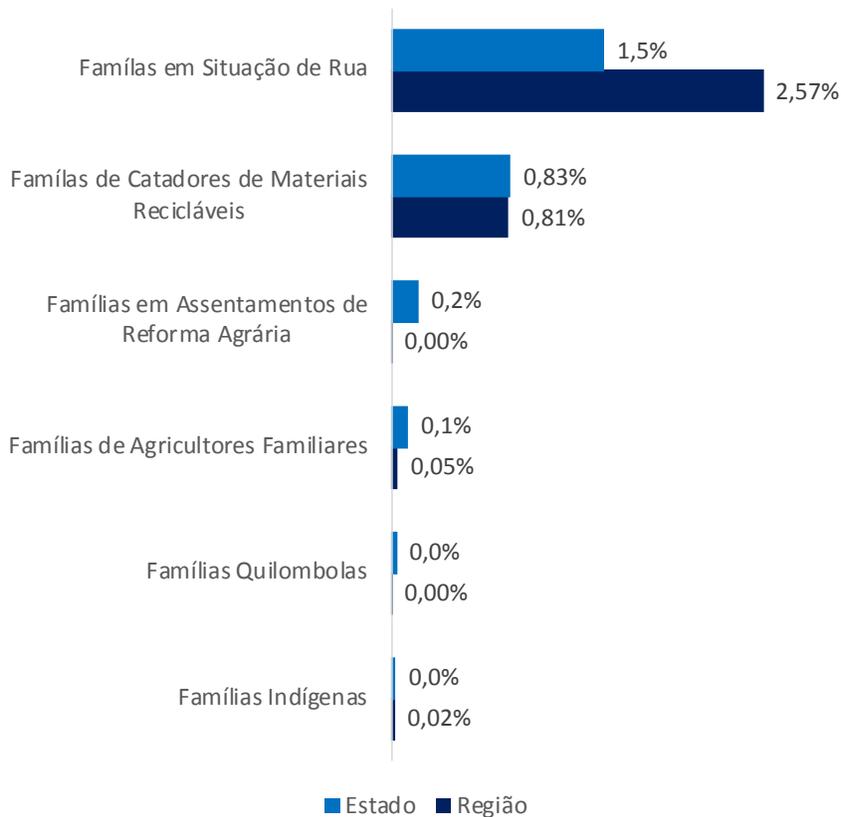
Descrição	Região	Estado	Participação Estadual
Total de Famílias Cadastradas no CadÚnico	1.324.537	4.173.780	31,7%
Famílias Indígenas	304	1.346	22,6%
Famílias Quilombolas	8	1.525	0,5%
Famílias de Agricultores Familiares	599	4.869	12,3%

Descrição	Região	Estado	Participação Estadual
Famílias em Assentamentos de Reforma Agrária	32	7.800	0,4%
Famílias de Catadores de Materiais Recicláveis	10.782	34.457	31,3%
Famílias em Situação de Rua	34.085	61.503	55,4%

Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

No entanto, é preciso que se observe se o perfil de famílias vulneráveis na região é correlato ao perfil de famílias do CadÚnico no estado de São Paulo. Em comparação com o conjunto do estado, a região da Capital apresenta maior percentual nos perfis de famílias de catadores de materiais recicláveis (+1%) e de famílias em situação de rua (+74,6%). Esse perfil comparado das famílias cadastradas no CadÚnico revela as formas de vulnerabilidades socioeconômicas vivenciadas nas regiões e exerce impacto direto nos objetivos e no grau de cobertura das políticas públicas de assistência social a serem desenhadas.

Figura 33 – Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual.



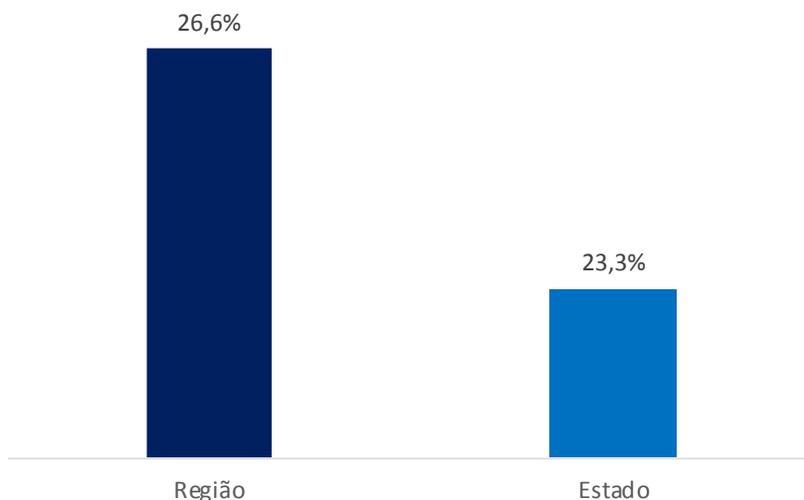
Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

EXTREMA POBREZA

Nesta seção são apresentados dados referentes ao percentual da população cadastrada no CadÚnico, bem como o percentual da população considerada em **extrema pobreza**. Ambos dados correspondem ao ano de 2020.

Sobre a população cadastrada, 26,6% dos habitantes da região da Capital fazem parte do CadÚnico, totalizando 3.258.308 habitantes, ou 30,4% de toda a população estadual cadastrada.

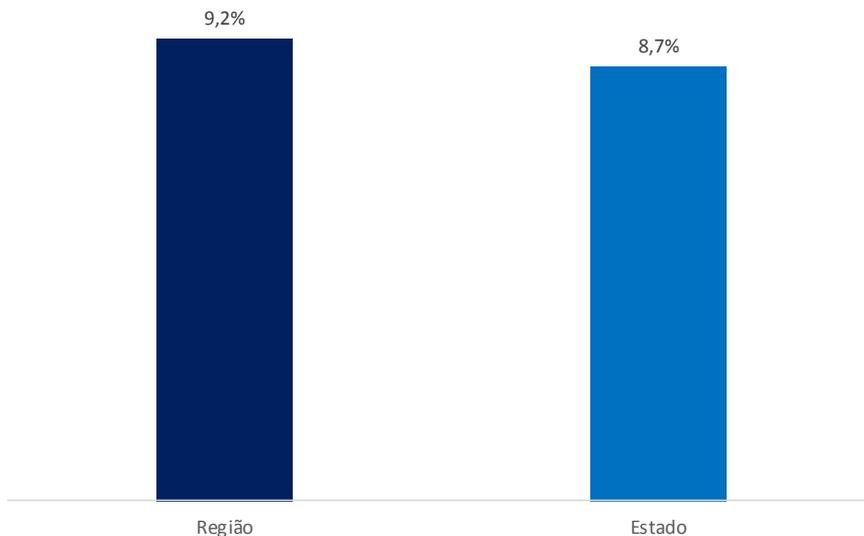
Figura 34 – Proporção de população cadastrada no CadÚnico.



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

O conceito de extrema pobreza corresponde às pessoas em famílias com rendimento mensal per capita entre R\$ 0,00 e R\$ 89,00. A região da Capital possui 9,2% da sua população nessa situação, o que dá um total de 1.130.121 residentes na extrema pobreza. Tal patamar revela que, na comparação com o Estado de São Paulo, a região apresenta contingente populacional 6,6% maior vivendo em tal situação de vulnerabilidade.

Figura 35 – Proporção da população cadastrada no CadÚnico em extrema pobreza.

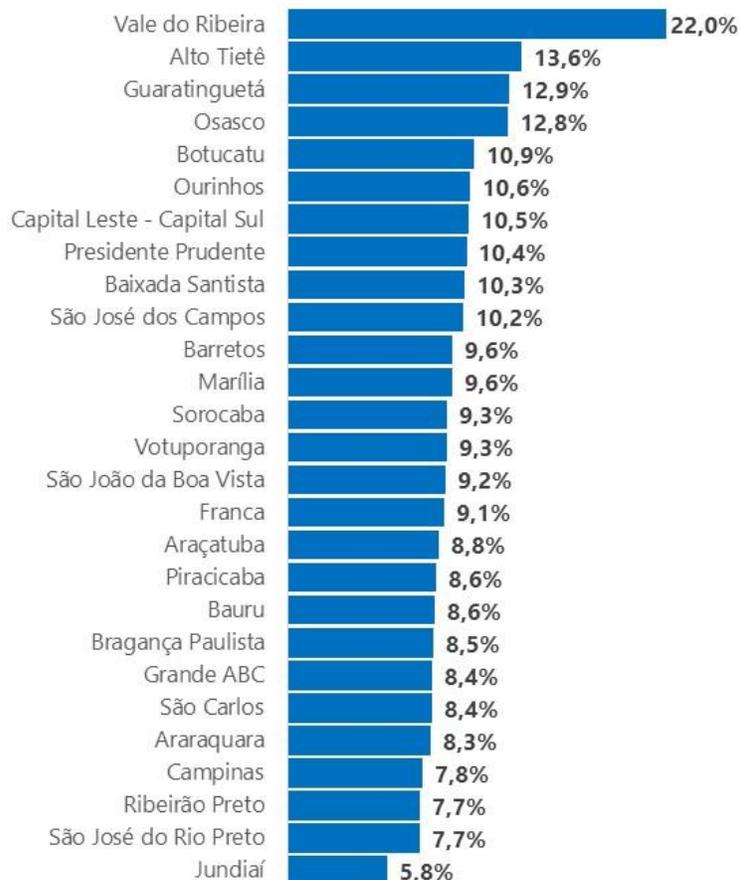


Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social.

2.4.3 Transferência de Renda

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos recebem auxílio financeiro mensal é o Bolsa Família. É elegível ao recebimento do benefício pessoas que estejam na faixa de extrema pobreza, ou seja, aquelas famílias no qual a renda per capita familiar não ultrapassa R\$ 89,00. A região da Capital ocupa posição na parte superior (7º lugar) no ranqueamento das regiões paulistas segundo as maiores parcelas populacionais beneficiárias do auxílio. Isso indica uma maior vulnerabilidade socioeconômica na região quando comparada às demais regiões paulistas ranqueadas na Figura 36.

Figura 36 – Ranqueamento de beneficiários do Bolsa Família, por região.



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

De modo mais específico vale mencionar que vivem na região 1.292.342 pessoas que recebem o auxílio (10,55% da população regional), o que equivale a 27,8% do total de beneficiários do estado. O valor despendido pelo programa na região é de R\$ 76.339.350,00 o que resulta em média de R\$ 59,07 por beneficiário, praticamente igual ao observado no conjunto do estado (R\$ 59,01). A Tabela 12 apresenta tais dados a partir da comparação região-estado.

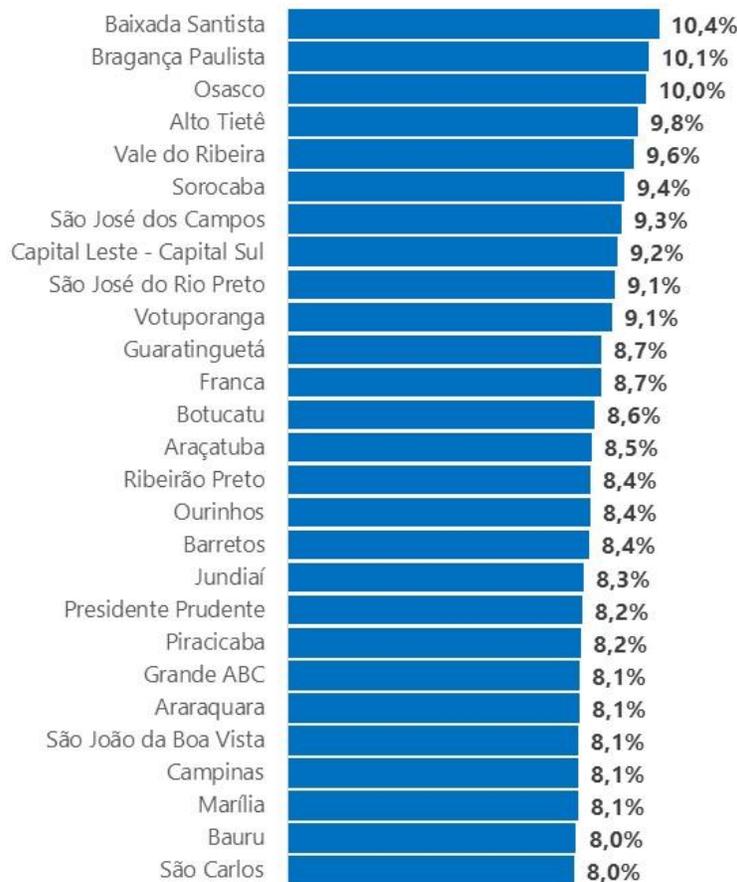
Tabela 12 – Beneficiários do Bolsa Família.

Descrição	Região	Estado	Comparação Estadual
Total de Pessoas em famílias que receberam bolsa Família	1.292.342	4.654.667	27,8%
Valor pago total	R\$ 76.339.350,00	R\$ 274.682.781,00	27,8%
Valor Pago Total percapita	R\$ 59,07	R\$ 59,01	99,9%
% de Pessoas que receberam auxílio emergencial	10,55%	10,14%	104,1%

Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

Outra modalidade de transferência de renda, surgida em tempos recentes em decorrência da pandemia da COVID-19, foi o auxílio emergencial. Em linhas gerais, são elegíveis ao programa aqueles indivíduos que se encontram desempregados durante a pandemia e aqueles já beneficiários pelo programa Bolsa Família. Com relação ao auxílio, a Capital ocupa a 8ª posição no ranqueamento dos maiores beneficiados pelo programa, uma vez que 9,2% da sua população é recebedora do auxílio emergencial. A Figura 37 mostra o ranqueamento completo que aponta a Baixada Santista como a maior recebedora do benefício (10,4% de sua população) e a região de São Carlos como a menos beneficiada (8,0% da população beneficiada).

Figura 37 – Ranqueamento de beneficiários do Auxílio Emergencial, por região.



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

Na região da Capital 1.129.150 pessoas recebem o auxílio, o que leva o valor dispendido pelo programa na área ao montante de R\$ 749.337.600,00. Em termos da população atendida, 9,2% dos indivíduos da região foram beneficiados, patamar cerca de 2,4% superior ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (9,0% da população estadual beneficiária). A Tabela 13 mostra os valores relativos ao programa na comparação região-estado.

Tabela 13 – Beneficiários do Auxílio Emergencial.

Descrição	Região	Estado	Comparação Estadual
Total de Pessoas que receberam auxílio emergencial	1.129.150	4.134.536	27,3%
Valor pago total	R\$ 749.337.600,00	R\$ 2.741.785.200,00	27,3%
Valor Pago Total percapita	R\$ 663,63	R\$ 663,14	99,9%

Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

2.4.4 Considerações referentes à assistência social na região

Em suma, nessa seção sobre assistência social, nota-se que a região da Capital apresenta volume de equipamentos de serviços públicos proporcionalmente menor à representação populacional da região no Estado de São Paulo. Embora a análise não explicita diretamente os efeitos da implementação das políticas públicas por meio desses aparelhos, é possível notar que há meios para que a cobertura das políticas de assistência social na região se dê de forma coerente, porém apresentando alguns gargalos.

Sobre as famílias cadastradas no CadÚnico, a Capital possui um perfil diversificado. A região possui maior participação de famílias de catadores de materiais recicláveis e em situação de rua, em comparação com o estado de São Paulo. Das famílias alocadas em outras categorias, a participação relativa é menor, mas não irrelevante. A composição desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

Com relação ao cadastro único e à pobreza, a Capital chama a atenção por possuir percentuais bem semelhantes de cadastrados e de indivíduos vivendo em extrema pobreza do que o Estado. Entretanto, ainda que semelhante, esses dados não podem ser negligenciados, pois 9,2% da população da Capital vive em situação de pobreza extrema. Já com relação aos programas de transferência de renda, nota-se uma maior penetração tanto do programa Bolsa Família quanto do auxílio emergencial quando os percentuais de beneficiários da região são comparados aos das demais áreas do Estado de São Paulo.

2.5 Índices de Desenvolvimento Humano

Uma das maneiras de avaliar os fatores sociais, demográficos e econômicos é analisando os índices de desenvolvimento humano dentro das regiões de estudo. Esses índices complementam as análises apresentadas nas seções anteriores pois apresentam as condições sociais inerentes às populações residentes em cada região.

2.5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)** é composto pela combinação de 3 indicadores sintéticos: IDH Educação, IDH Renda e IDH Longevidade. Cada um destes indicadores é composto por um conjunto de variáveis ou combinação das mesmas, a saber:

- ▣ IDH Educação:
 - ▣ % de jovens e adultos com 18 anos ou mais com o fundamental completo;
 - ▣ % de crianças de 5 a 6 anos na escola;
 - ▣ % de crianças de 11 a 13 anos no 2º ciclo do fundamental;
 - ▣ % de jovens de 15 a 17 anos com o fundamental completo e % de jovens de 18 a 20 anos com o médio completo;
- ▣ IDH Longevidade:
 - ▣ Esperança de Vida ao Nascer;
- ▣ IDH Renda:
 - ▣ Renda per Capita.

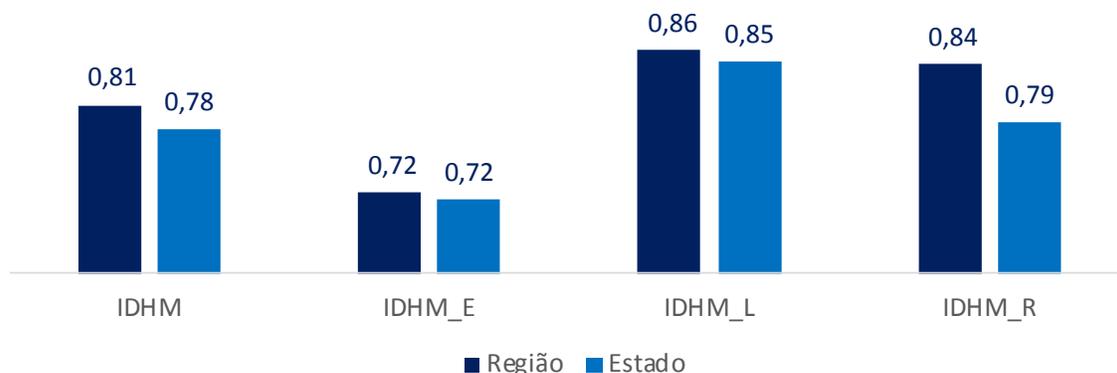
Assim, a análise do IDHM busca compreender e mensurar os níveis de desenvolvimento social de uma forma mais ampla abordando em sua análise os níveis de acesso à Educação, Saúde (Longevidade) e Renda da população estudada. É importante mencionar que o IDHM pode ser classificado entre cinco faixas:

- ▣ Muito Baixo: entre 0 e 0,499
- ▣ Baixo: entre 0,500 e 0,599

- ▣ Médio: entre 0,600 e 0,699
- ▣ Alto: entre 0,700 e 0,799
- ▣ Muito Alto: entre 0,800 e 1.

A região da Capital apresenta, quando comparada ao Estado de São Paulo, valores de IDHM superiores (+2,8%). A maior diferença, ainda que leve, se dá para o IDH Renda – com valor cerca de 6,8% acima do Estado (0,84 ante 0,79). Pode-se inferir, portanto, que a população da região tem níveis educacionais e de longevidade semelhantes, mas maior acesso à renda do que a média Estadual. Entretanto, para todos indicadores do IDHM os valores são considerados altos.

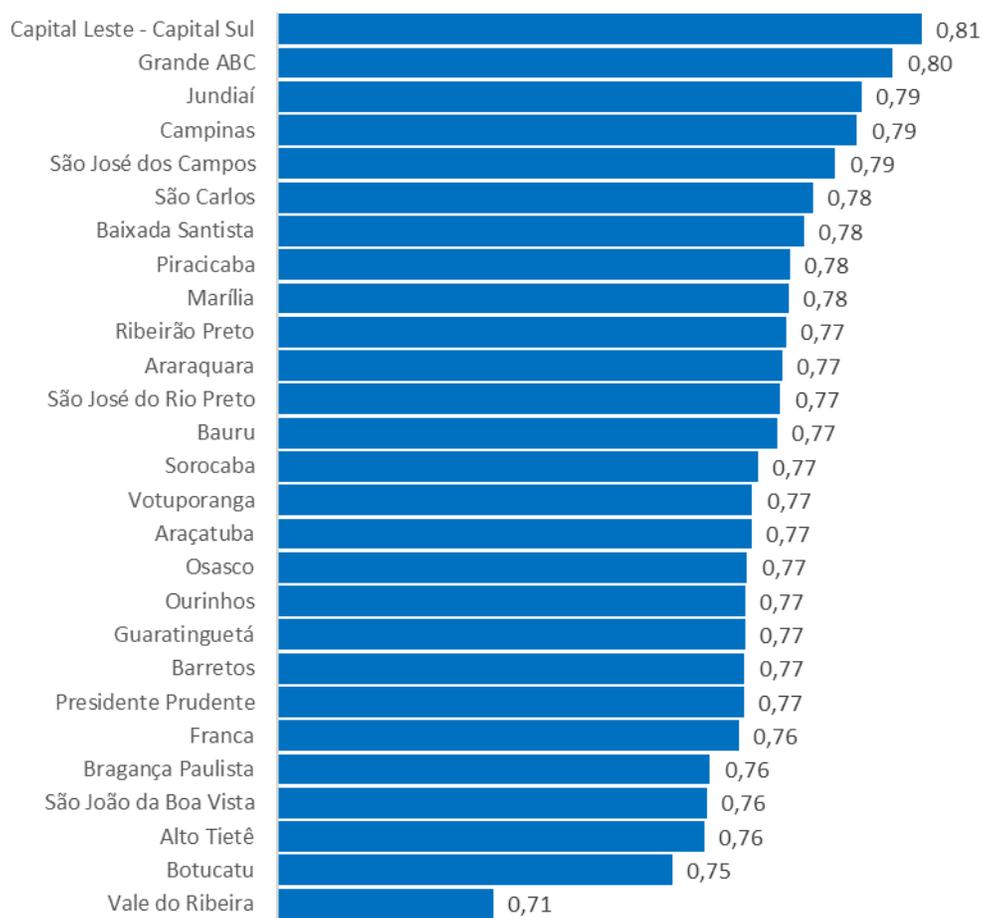
Figura 38 – IDHM da região da Capital comparada ao Estado de São Paulo.



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

De maneira geral, o IDHM é classificado como alto ou muito alto entre todas as Regiões de Articuladores que compõe este projeto. No caso específico da região da Capital pode-se auferir, conforme apresentado na Figura 39 abaixo, que o IDHM é o maior do Estado.

Figura 39 – Ranqueamento das regiões segundo IDHM.



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Apesar de ser um índice tradicional e comumente utilizado, o IDHM apresenta algumas limitações, especialmente as relativas à base de dados referencial utilizada em seus cálculos: Censo Demográfico de 2010. Ou seja, o IDHM reflete as condições sociais do território com defasagem de mais de 10 anos. Além disso, quando se considera os municípios paulistas, os indicadores, em especial o IDHM Longevidade, apresentam pouca variabilidade comparativa já que foram desenhados conceitualmente para mensurar o contexto nacional, que apresenta heterogeneidade maior do que a observada internamente ao Estado de São Paulo. Neste sentido, o IDHM pode não ser suficientemente sensível

para se captar os diferenciais sociais entre os municípios paulistas. Assim, para avançarmos na análise, exploraremos na próxima seção o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

2.5.2 Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

O IPRS é baseado nos mesmos conceitos de desenvolvimento humano compreendidos pelo IDHM, isto é, apresenta indicadores sintéticos para mensurar as dimensões riqueza, escolaridade e longevidade. Sua concepção teórica, porém, foi desenvolvida para caracterizar as especificidades internas dos municípios paulistas e captar mudanças de curto prazo. Além disso, o IPRS apresenta resultados mais recentes que abrangem o ano de 2018. As variáveis que compõe cada um dos três eixos temáticos do IPRS são apresentadas abaixo:

- ▣ Riqueza:
 - ▣ PIB per capita;
 - ▣ Remuneração dos empregados formais e beneficiários previdenciários;
 - ▣ Consumo residencial de energia elétrica;
 - ▣ Consumo de energia na agricultura, no comércio e nos serviços;
- ▣ Longevidade:
 - ▣ Mortalidade perinatal;
 - ▣ Mortalidade Infantil;
 - ▣ Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos;
 - ▣ Mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos;
- ▣ Escolaridade:
 - ▣ Proporção de alunos da pública com nível adequado nas provas de Língua Portuguesa e Matemática;
 - ▣ Taxa de atendimento escolar na faixa de 0 a 3 anos;
 - ▣ Taxa de distorção idade-série no ensino médio.

Por fim, o IPRS apresenta uma tipologia de classificação – 5 grupos e sem ordenação – baseadas nas condições municipais para os três eixos, conforme Tabela abaixo.

Tabela 14 – Grupos de classificação municipal do IPRS.

Grupo	Riqueza	Longevidade e Escolaridade
Dinâmicos	Alta	Média ou Alta
Desiguais	Alta	Baixa Longevidade e Média/Alta Escolaridade ou Baixa Escolaridade e Média/Alta Longevidade
Equitativos	Baixa	Média ou Alta
Em transição	Baixa	Baixa Longevidade e Média/Alta Escolaridade ou Baixa Escolaridade e Média/Alta Longevidade
Vulneráveis	Baixa	Baixa Longevidade e Baixa Escolaridade

Fonte: Fundação Seade, 2018.

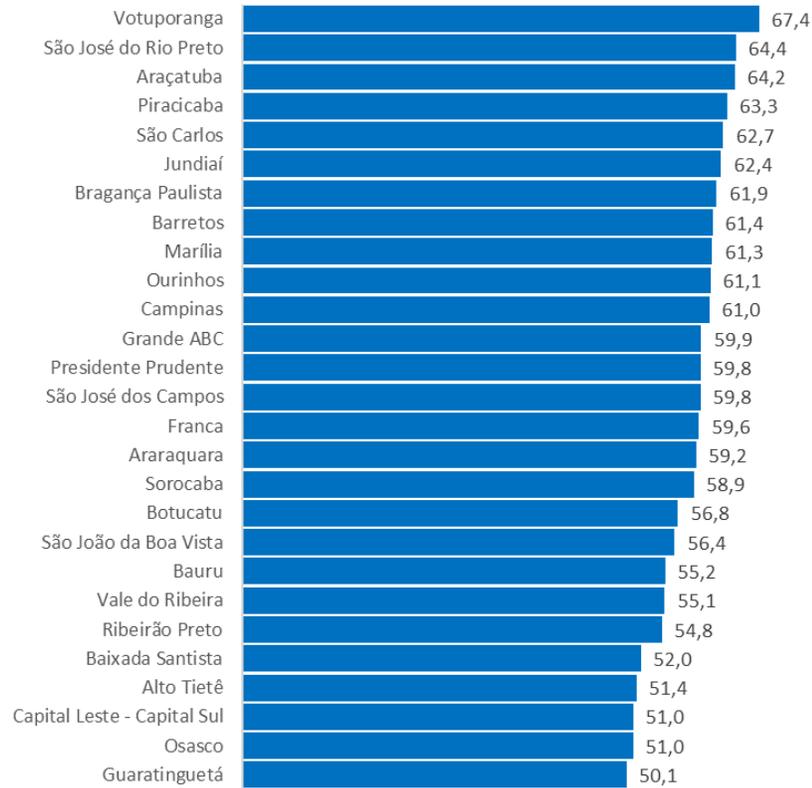
A comparação Estadual dos indicadores IPRS para a região da Capital apresenta algumas particularidades quando confrontada com a discussão dos indicadores IDHM. Por um lado, ela confirma a maior renda regional (+13,8%) e um indicador de longevidade próximo ao observado no estado, e levemente superior. Por outro lado, ela indica que o indicador de educação, antes favorável à região é agora inferior (-7,8%) ao observado no estado.

Figura 40 – IPRS da região da Capital comparada ao Estado de São Paulo.



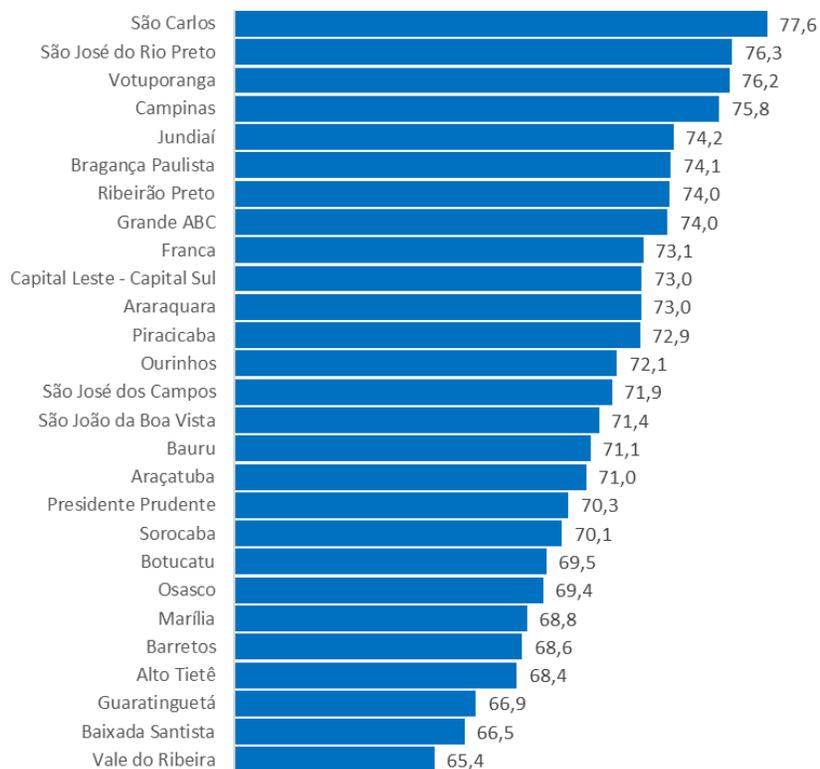
Fonte: Fundação Seade, 2018.

Figura 41 – Ranqueamento das regiões segundo IPRS Educação.



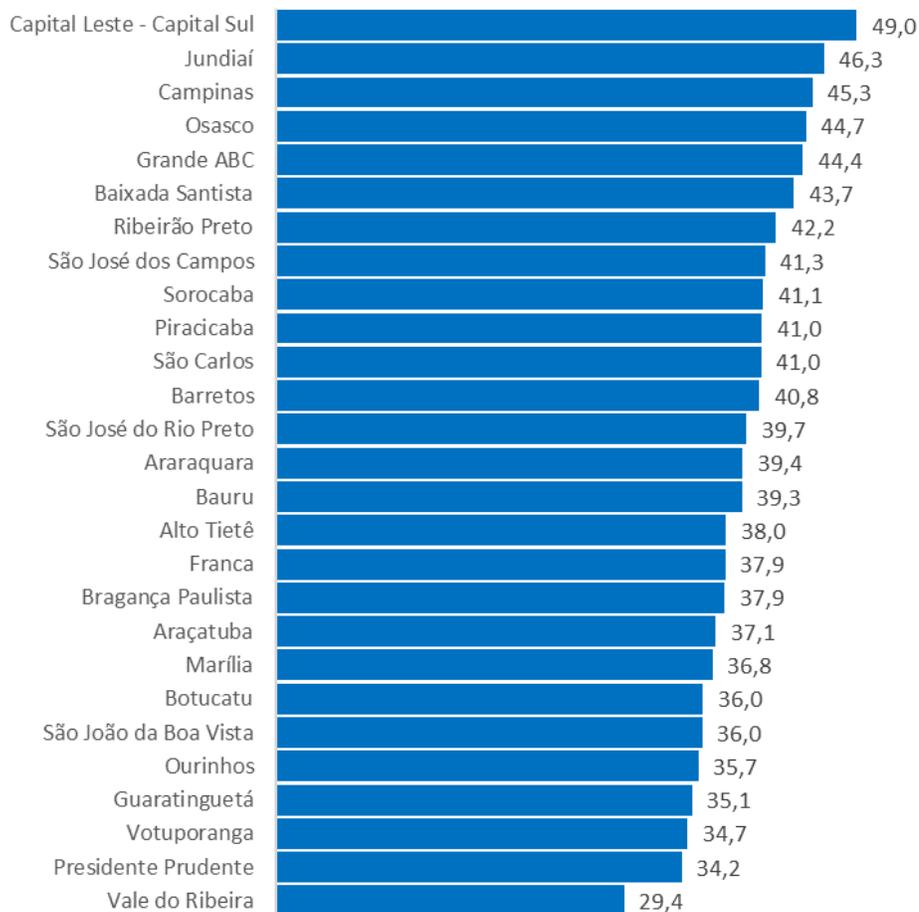
Fonte: Fundação Seade, 2018.

Figura 42 – Ranqueamento das regiões segundo IPRS Longevidade.



Fonte: Fundação Seade, 2018.

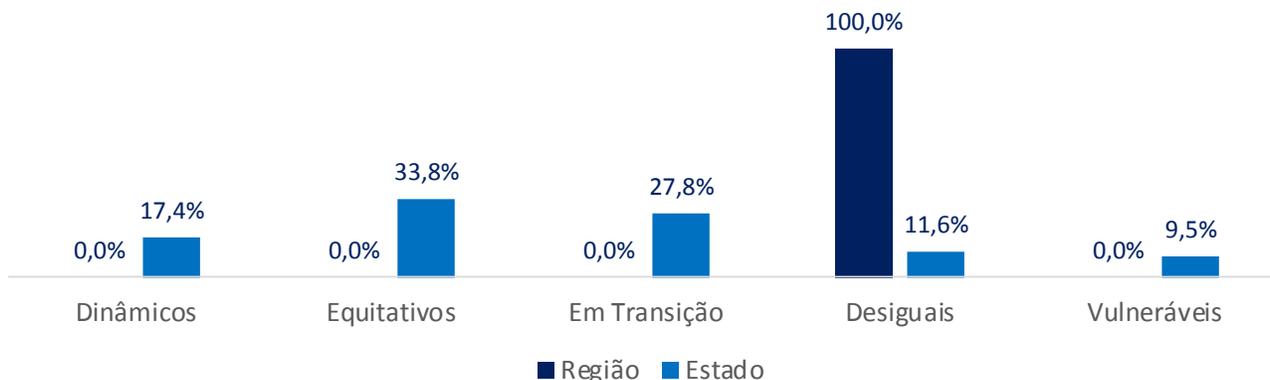
Figura 43 – Ranqueamento das regiões segundo IPRS Renda.



Fonte: Fundação Seade, 2018.

Quanto aos grupos de IPRS, como a região consiste em apenas uma cidade, ou seja, a capital paulista, temos então que cidade de São Paulo pode ser enquadrada como “Desigual” de acordo com a Figura 44.

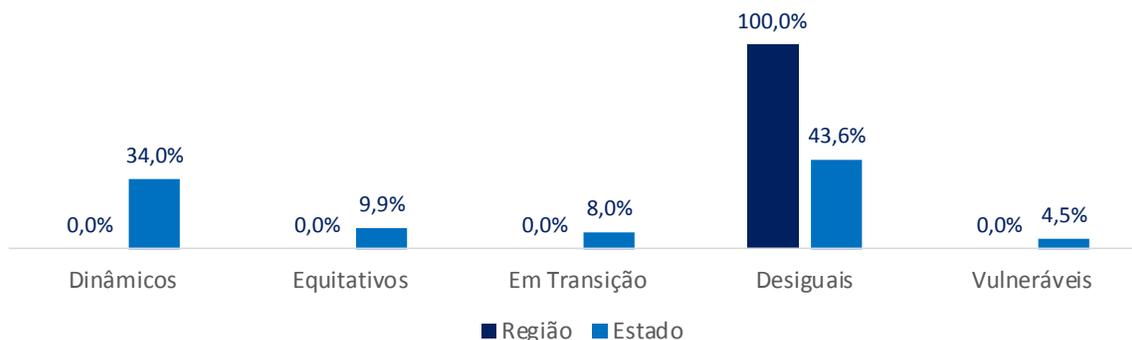
Figura 44 – Classificação municipal da região da Capital segundo grupos de IPRS.



Fonte: Fundação Seade, 2018.

De acordo com a Figura 45, pode-se perceber que a população inteira da cidade de São Paulo está distribuída no grupo “Desiguais”, o que era esperado uma vez que a única cidade que compõe a região é caracterizada como tal.

Figura 45 – Distribuição da população da região da Capital segundo grupos de IPRS.



Fonte: Fundação Seade, 2018.

2.5.3 Considerações referentes a IDH na região

Finalizando, a região da Capital, apresenta, tanto para o IDHM quanto para o IPRS, níveis próximos, ou mais elevados, para as dimensões educação e longevidade e renda, porém mais baixos para a dimensão educação, tendo assim o 3º pior IRPS de educação entre as 27 regiões do estado. Um fator



de destaque é que a região possui o maior IDHM do estado. Com relação à da cidade de São Paulo, esta é caracterizada como “Desigual”, segundo critérios do IPRS.

3. Dimensão econômica

Esta seção apresenta dados e informações de desenvolvimento econômico para a região da Capital . Serão abordados e analisados os seguintes tópicos:

- ▣ Produto Interno Bruto (PIB);
- ▣ Vocações Econômicas;
- ▣ Agropecuária.

Em cada uma destas dimensões serão comparados indicadores para da região com Estado de São Paulo e, quando necessário, serão apresentadas as características dos municípios com o intuito de apresentar as potencialidades e os gargalos para o desenvolvimento econômico.

3.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Uma das formas de compreender com maior precisão a situação econômica das diferentes regiões do Estado consiste em analisar o PIB dos municípios. Por meio da desse indicador é possível (i) verificar a situação econômica da região, especialmente quando se analisa o PIB per capita, (ii) comparar o desenvolvimento econômico regional em relação ao restante do Estado, (iii) verificar os principais responsáveis pelo PIB regional e as potenciais vocações econômicas regionais e (iv) verificar a heterogeneidade intrarregional entre os municípios, indicando a necessidade ou não de abordagens diferenciadas dentro da área analisada.

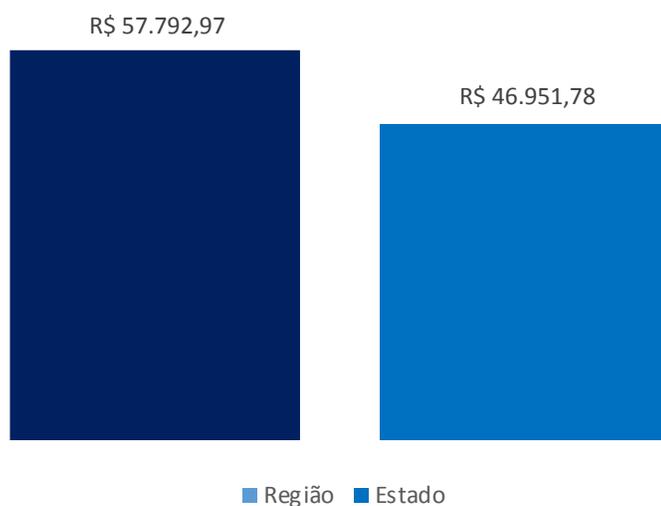
Para a realização desta análise foram utilizados dados do PIB por município referente ao ano de 2017, ano da última disponibilização de dados estratificados em nível municipal publicado pelo IBGE. A partir desses dados, com detalhamento de Valor Agregado (VA) e Impostos, os quais compõem o PIB, e de sua divisão entre PIB relativo à agropecuária, à indústria, a serviços e comércio e à administração pública, comparado à população municipal, conforme dados já abordados nas seções anteriores, verifica-se a possibilidade de analisar o desenvolvimento econômico da região da Capital de forma precisa e confiável.

As informações trazidas nesta seção são insumo essencial para que os planos de ação a serem desenvolvidos para esta região sejam condizentes com as características produtivas da área. Elas revelam diferenciais econômicos, tradução das potencialidades regionais que podem ser aprimoradas por meio de ações direcionadas.

3.1.1 PIB da Capital

O primeiro dado analisado refere-se à comparação do PIB da região da Capital com o do Estado de SP. Em valores totais, o PIB da região, obtido por meio da soma de todos os municípios pertencentes à região, foi de R\$ 699,28 bilhões em 2017, ante PIB estadual de R\$ 2,1 trilhões no período. Quando considerada a população total, observa-se que o PIB per capita é bem superior na região da Capital ao conjunto do Estado de São Paulo, conforme ilustrado a seguir:

Figura 46 – PIB per capita da região da Capital e PIB per capita do Estado de São Paulo.

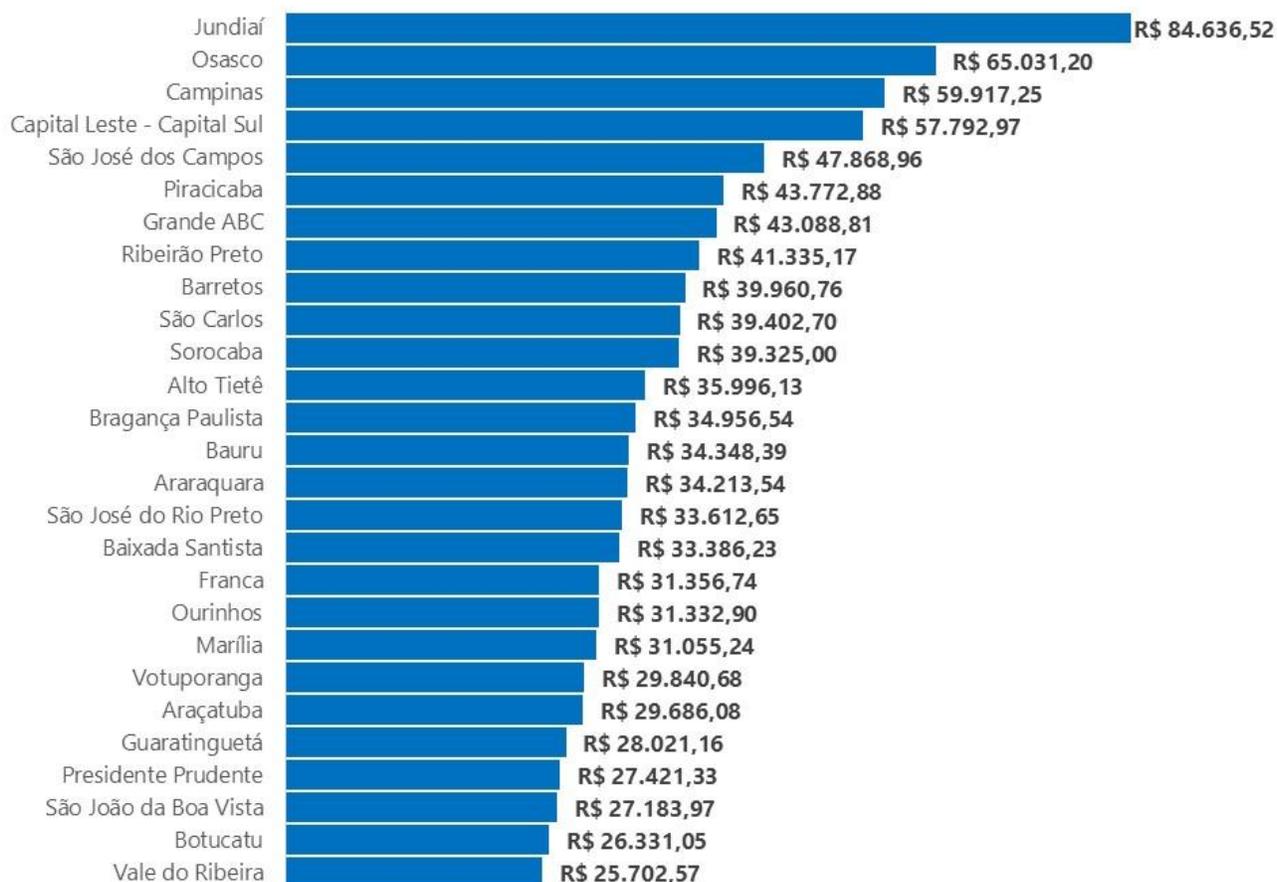


Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE; Estimativas de População, Ministério da Saúde, 2017.

Conforme apresentado na Figura 46, o PIB per capita da Capital corresponde a 123,3% do PIB per capita médio do Estado, indicando que o desenvolvimento econômico da região é superior ao verificado

do restante do Estado. Buscando aprofundar esta análise e comparar de forma mais clara a região da Capital com as demais, é apresentado a seguir o ranqueamento de PIB per capita das 27 regiões analisadas.

Figura 47 – Ranqueamento das regiões paulistas segundo o PIB per capita.



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE; Estimativas de População, Ministério da Saúde, 2017.

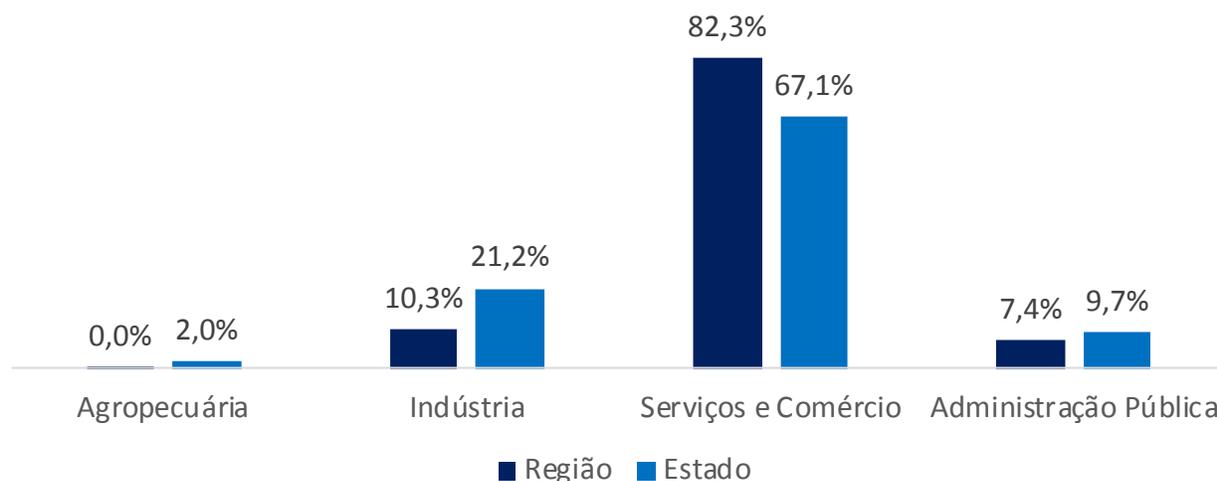
Conforme demonstrado na Figura 47, a Capital figura como a 4ª região com maior PIB per capita do Estado, com seu valor correspondendo a 68% do PIB da região de Jundiaí, a líder no ranqueamento. De fato, tal análise corrobora com os níveis da renda do IPRS e IDHM da região apresentados anteriormente.

3.1.2 Composição setorial do PIB

Uma vez revelado o panorama geral da região da Capital é importante que se discuta a composição do PIB, estratificando os dados de valor agregado por atividade econômica (agropecuária, indústria, serviços e comércio e administração pública). Esses dados são relevantes para se identificar as principais atividades econômicas da região e, conseqüentemente, sua vocação.

A seguir é apresentado o comparativo região-estado para a composição do valor agregado do PIB, possibilitando que não apenas sejam verificadas as principais vocações da região, mas também que seja analisado de que forma a área adere às atividades econômicas do Estado como um todo.

Figura 48 – Composição do valor agregado ao PIB na região e no Estado de São Paulo.



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

Conforme fica evidenciado na Figura 48, a região da Capital possui grande parte de sua economia relacionada às atividades de comércio e serviços (82,3%), tal participação é 22,7% superior àquela evidenciada pela média do conjunto do Estado de São Paulo (67,1%). Por outro lado, estão em situação de inferioridade ante a média paulista os setores da indústria (-51,7%), da administração pública -

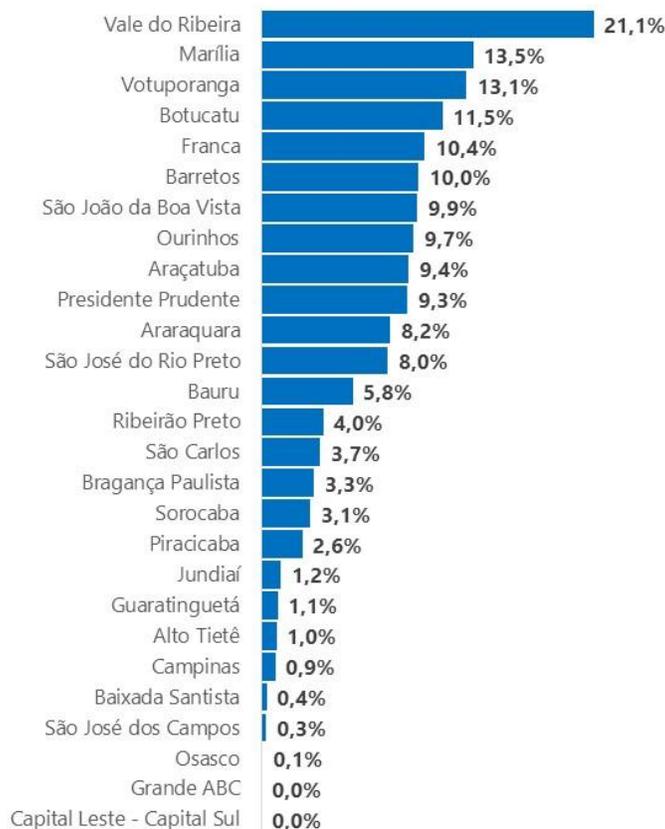


23,2%) e, especialmente, da agropecuária, cuja participação na composição do valor agregado ao PIB regional é de 0,01% conforme mostra a Figura 48.

Esse é um fator potencialmente explicativo da disparidade região-estado em termos do PIB per capita total, uma vez que as atividades de serviço e comércio tendem a gerar mais riqueza para a cadeia produtiva envolvida.

Analisando-se em maior profundidade a composição do valor agregado, vale discutir o ranqueamento das 27 regiões do Estado segundo a representatividade de cada um dos setores no valor adicionado ao PIB regional. Inicialmente, a respeito do agronegócio, a Figura 49 evidencia que a região da Capital se posiciona como a última colocada, com a pior representatividade da agropecuária para o PIB regional. Isso indica, portanto, que a região não possui nenhuma vocação para agricultura.

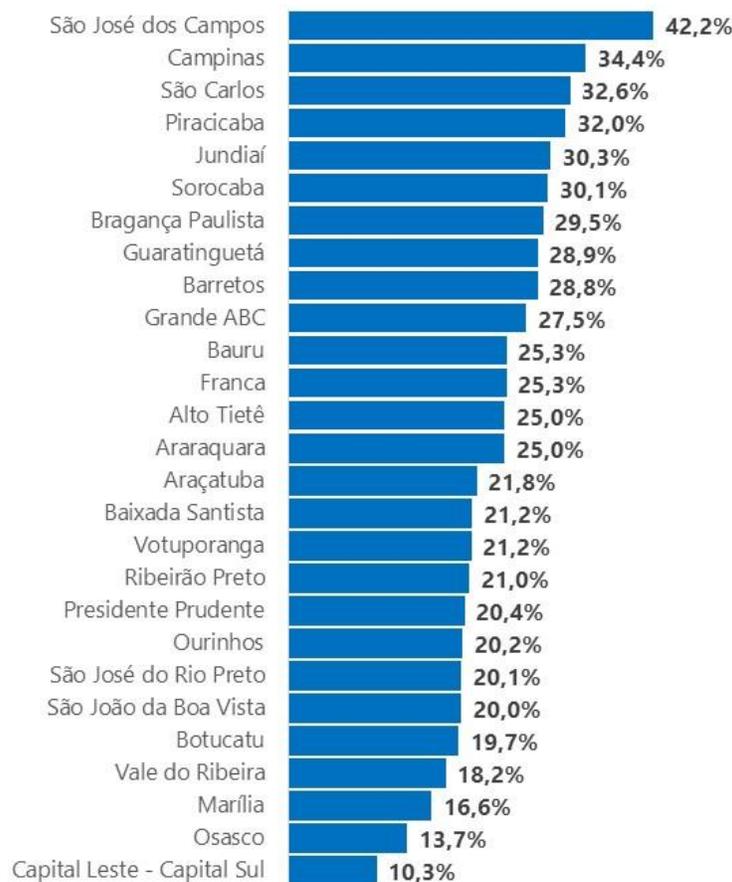
Figura 49 – Ranqueamento das regiões segundo valor agregado da agropecuária ao PIB.



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

De modo complementar, analisando-se o setor industrial da região, é possível observar que a região da Capital possui a menor representatividade da indústria em sua economia, sendo a 27ª região com maior participação do setor no PIB regional. Nesse contexto, a Figura 50 demonstra não apenas a baixa representatividade da indústria para o PIB da região da Capital, mas também a grande disparidade em relação a regiões mais industrializadas, como São José dos Campos (10,3% ante 42,2%).

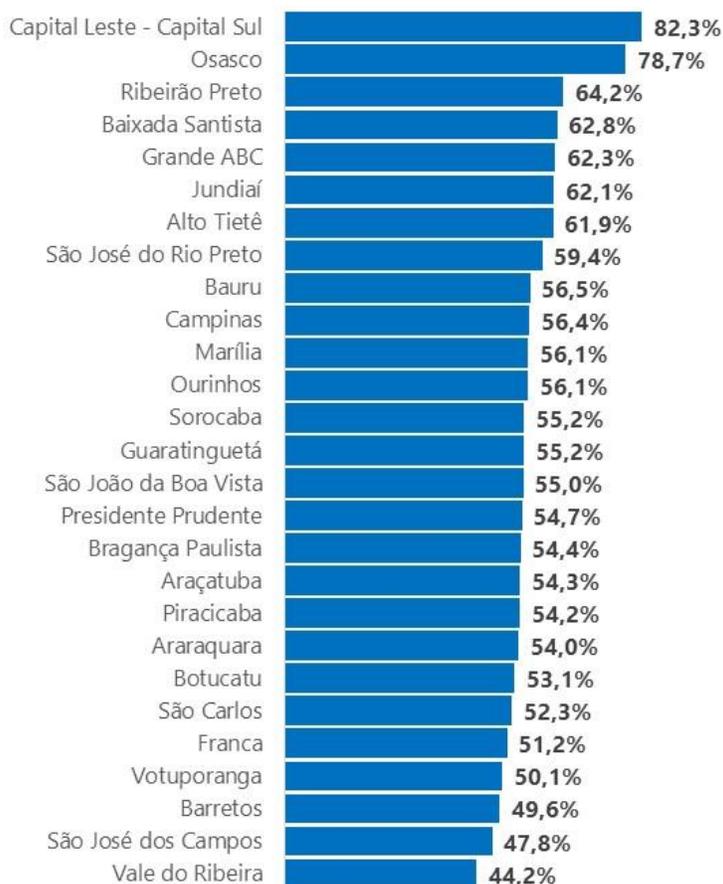
Figura 50 – Ranqueamento das regiões segundo valor agregado da indústria ao PIB.



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

A seguir a análise da representatividade do setor de serviços e comércio é apresentada. A partir da Figura 51 fica demonstrado que há grande disparidade entre as regiões na participação do setor de serviços e comércio para a composição do PIB regional. Em tais circunstâncias, a região da Capital possui a maior participação do setor de serviços e comércio em sua economia, o que pode indicar, ainda que de maneira preliminar, a maior demanda comparada por serviços na região. Nesse sentido a região possui uma vocação para esse setor, o que se apresenta como uma potencialidade a ser explorada na região.

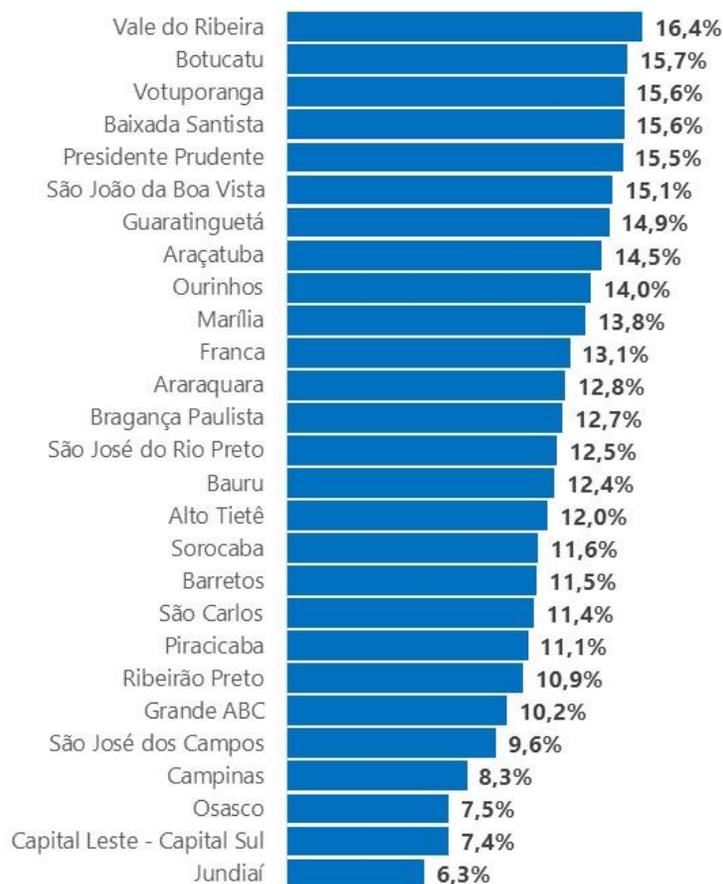
Figura 51 – Ranqueamento das regiões segundo valor agregado de serviços e comércio ao PIB.



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

Por fim, resta discutir a representatividade do setor de serviços públicos para o PIB regional. A Figura 52 indica a baixa presença de estruturas governamentais na economia local. Ao figurar em 26º lugar, a região mostra que o setor público desempenha um papel menos fundamental para a composição da economia regional. Em geral, o que se verifica é que este é um indicador de que a economia local possui menos deficiências (comparada às outras regiões), o que faz com que o peso do setor público acabe sendo proporcionalmente menor.

Figura 52 – Ranqueamento das regiões segundo valor agregado da administração pública ao PIB.



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

3.1.3 Considerações referentes ao PIB na região

Esta seção buscou analisar, por meio de dados referentes ao PIB da região da Capital. Por meio da comparação do PIB da região com o PIB médio do Estado, bem como das demais 26 regiões analisadas, restam evidenciadas peculiaridades entre a atividade econômica da região com o restante do Estado.

Com PIB per capita de 123,2% do valor médio do estado, verifica-se que se trata de uma região em patamar avançado de desenvolvimento econômico, o que gerou a necessidade de aprofundamento quanto a composição do PIB da região da Capital posterior comparação com as outras regiões e ao conjunto do Estado de São Paulo. A maior diferença na comparação região-estado é observada na representatividade do setor de serviços e comércio para a composição do PIB regional, sendo a região a primeira colocada no *ranking* entre as regiões. Tal representatividade deste setor, indica uma potencialidade a ser explorada e também explica em parte o alto desenvolvimento da região, uma vez que este setor é responsável por gerar um valor agregado superior, em comparação com outras atividades econômicas.

Por fim, chama a atenção a representatividade irrelevante da agropecuária na composição do PIB regional, e também da baixa representatividade da indústria (última colocada no ranking) e do setor público (penúltimo colocado no ranking).

3.2 Vocações Econômicas

Esta seção tem por objetivo analisar as principais vocações econômicas da região da Capital por meio do levantamento de dados de emprego, renda e perfil das empresas que atuam na localidade. As bases de dados utilizadas para esta seção foram:

- ▣ RAIS (2019);
- ▣ PNAD Contínua (2018, 2019 e 2020);
- ▣ CAGED (dados de 2020);
- ▣ Cadastro de MEIs² (setembro 2020).

Conforme apresentado a seguir, são discutidos dados referentes ao nível de ocupação, participação de empresas por natureza jurídica, quantidade de vínculos empregatícios por porte de empresas e nível de informalidade. Após a análise dessas informações, são apresentados, na sequência, os dados

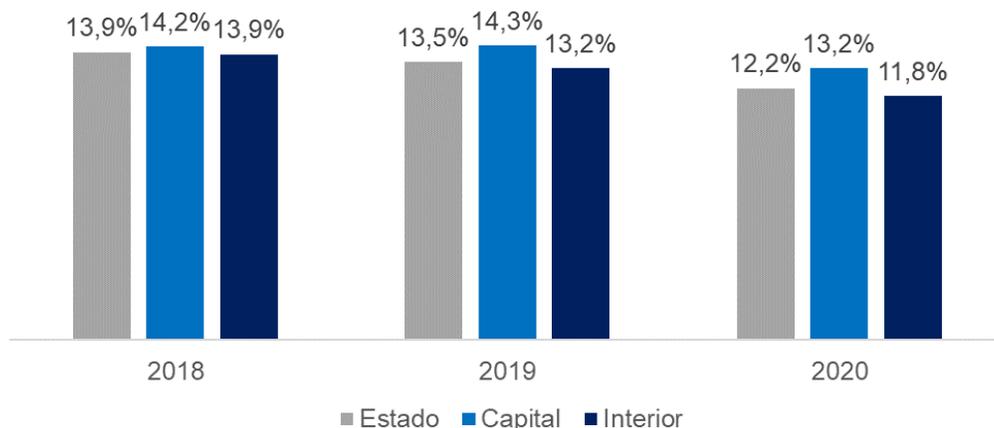
² Cadastro de MEI's por CNAE e por Município. Disponível em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemi/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>.

relativos à relevância de cada tipo de atividade na região por meio do cálculo do quociente locacional, considerando o número de vínculos formais de emprego por atividade produtiva.

3.2.1 Nível de desocupação no Estado de São Paulo

A taxa de desocupação, obtida por meio da PNAD contínua, não apresenta representatividade amostral dos resultados por município, tornando inviável a análise detalhada da região da Capital para esta variável. Entretanto, o detalhamento é disponibilizado para Capital – município de São Paulo - e Interior, conforme apresentado a seguir.

Figura 53 – Evolução no nível de desocupação no Estado de São Paulo, estratificado entre Interior e Capital.



Fonte: PNAD Contínua, IBGE, Primeiro Quadrimestre de 2018 a 2020.

Com base na evolução da taxa de desocupação é possível observar que a Capital Paulista apresentou redução contínua neste indicador. O resultado para o interior do estado é oposto ao observado para a capital do Estado, que em 2019 apresentou aumento na taxa de desocupação, demonstrando que o decréscimo na taxa de desocupação entre 2018 e 2019 se deu devido ao maior nível de emprego observado no interior paulista.

3.2.2 Perfil dos estabelecimentos formais na região da Capital Leste

Nos próximos parágrafos são apresentadas as características dos estabelecimentos empresariais na região da Capital Leste, o que possibilita uma maior compreensão da região objeto do estudo. O critério de classificação de porte da empresa adotado se apoiou no número de pessoas ocupadas, conforme especificação do Sebrae. Observa-se que para os setores de agropecuária foram adotados os mesmos critérios de segmentação do setor de comércio e serviços.

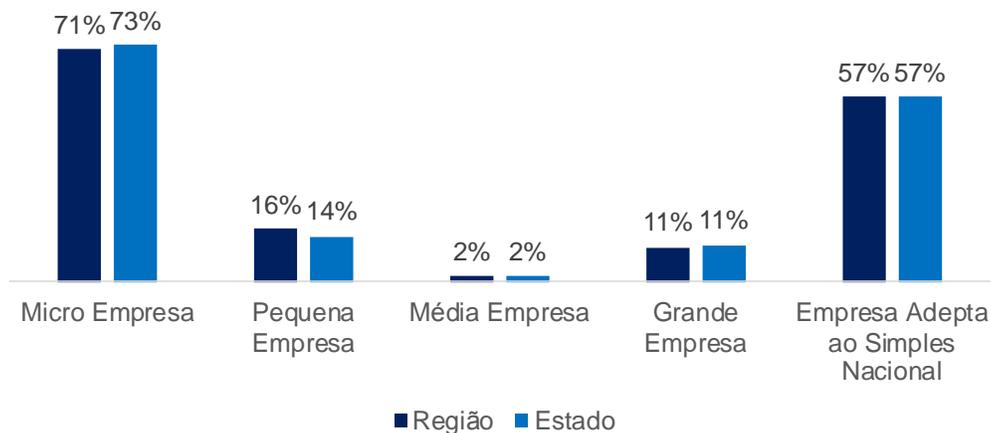
Tabela 15 – Critério de classificação do porte das empresas por pessoas ocupadas.

PORTE	SETORES	
	SERVIÇOS, COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA
MICROEMPRESA	ATÉ 09 PESSOAS OCUPADAS	ATÉ 19 PESSOAS OCUPADAS
PEQUENA EMPRESA	DE 10 A 49 PESSOAS OCUPADAS	DE 20 A 99 PESSOAS OCUPADAS
MÉDIA EMPRESA	DE 50 A 99 PESSOAS OCUPADAS	DE 100 A 499 PESSOAS OCUPADAS
GRANDE EMPRESA	ACIMA DE 100 PESSOAS	ACIMA DE 500 PESSOAS

Fonte: SEBRAE.

A região da Capital Leste possui 149.027 empresas formalmente registradas, sendo englobadas neste número todas as micro, pequenas, médias e grandes empresas, que representam 14,9% do total de empresas registradas no Estado. A seguir é apresentada a distribuição das empresas por porte:

Figura 54 – Distribuição das empresas na região da Capital Leste.

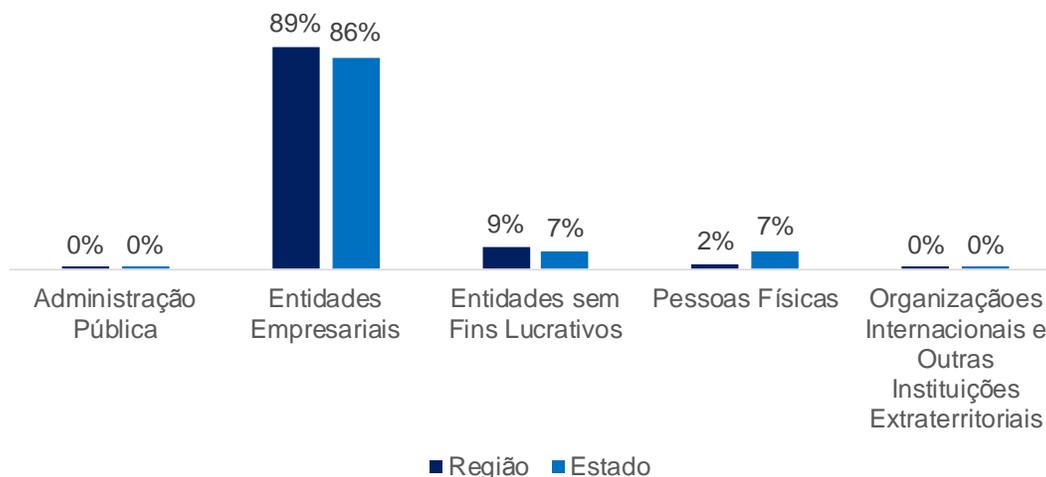


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme pode ser observado na Figura 54, a distribuição, por porte, é similar na Capital Leste e no restante do Estado. Além do porte, é verificado que a adesão ao Simples Nacional é igualmente parecida, uma vez que na região da Capital Leste 57% das empresas estão incluídas neste regime de tributação, contra 57,0% no estado. Aprofundando-se a análise das empresas localizadas na região, foram avaliadas as suas naturezas jurídicas, conforme os grupos de classificação indicados pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA³). Os dados são apresentados a seguir:

³ <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2018>.

Figura 55 – Natureza jurídica das empresas registradas na região da Capital Leste.



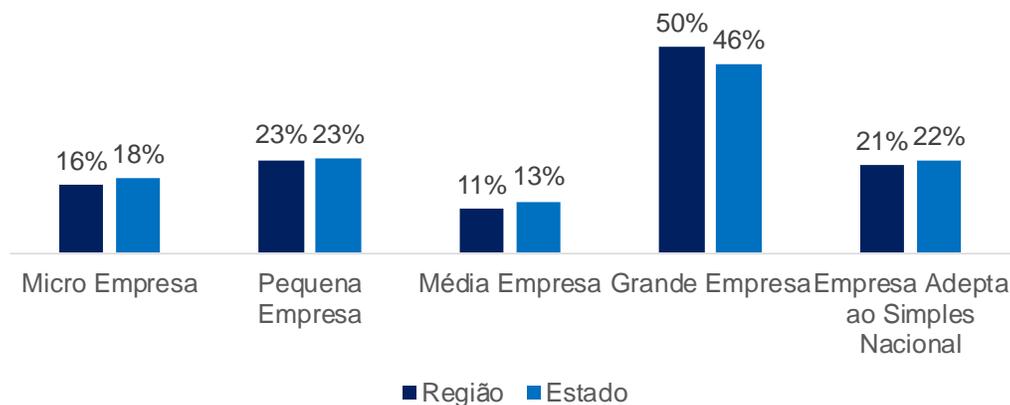
Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

A partir da análise da natureza jurídica das empresas é possível verificar a menor proeminência da classificação “pessoa física” em relação ao restante do Estado de São Paulo (-77%). Normalmente esse índice é alto em locais onde a agropecuária está presente, o que não é o caso da Capital Leste. Além de analisar o porte e natureza jurídica das empresas, foram levantados dados referentes aos vínculos formais na região conforme abordado nos próximos parágrafos.

3.2.3 Perfil dos vínculos formais na região da Capital Leste

A primeira análise consiste na avaliação da participação de vínculos formais na região da Capital Leste em comparação com a média estadual, conforme ilustrado a seguir:

Figura 56 – Participação de vínculos formais por porte de empresa na região da Capital Leste.

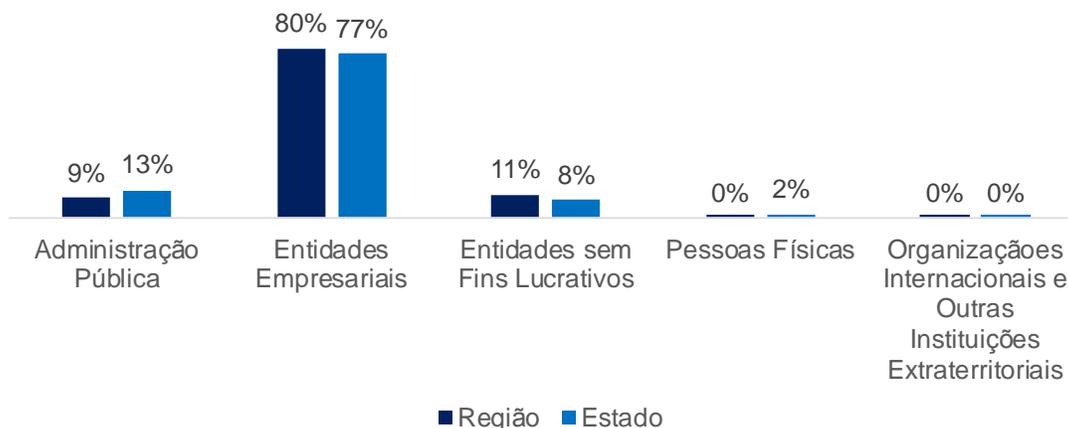


Fonte: RAIS, 2018.

Apesar da distribuição do número total de empresas, em termos de porte, ser similar na região e no restante do estado, verifica-se maior importância de grandes empresas na geração de vínculos empregatícios na região (+9%). Esse resultado demonstra que as grandes empresas empregam mais pessoas, em média, na Capital Leste, do que no restante do Estado. A diferença é compensada nos níveis de emprego das médias (-16%) e micro empresas (-10%), que, em média, empregam menos pessoas na região do que no conjunto do estado.

Após realização de análise similar àquela feita para número de empresas, têm-se os seguintes resultados para participação dos vínculos empregatícios conforme natureza jurídica:

Figura 57 – Participação de vínculos formais por natureza jurídica na região da Capital Leste.

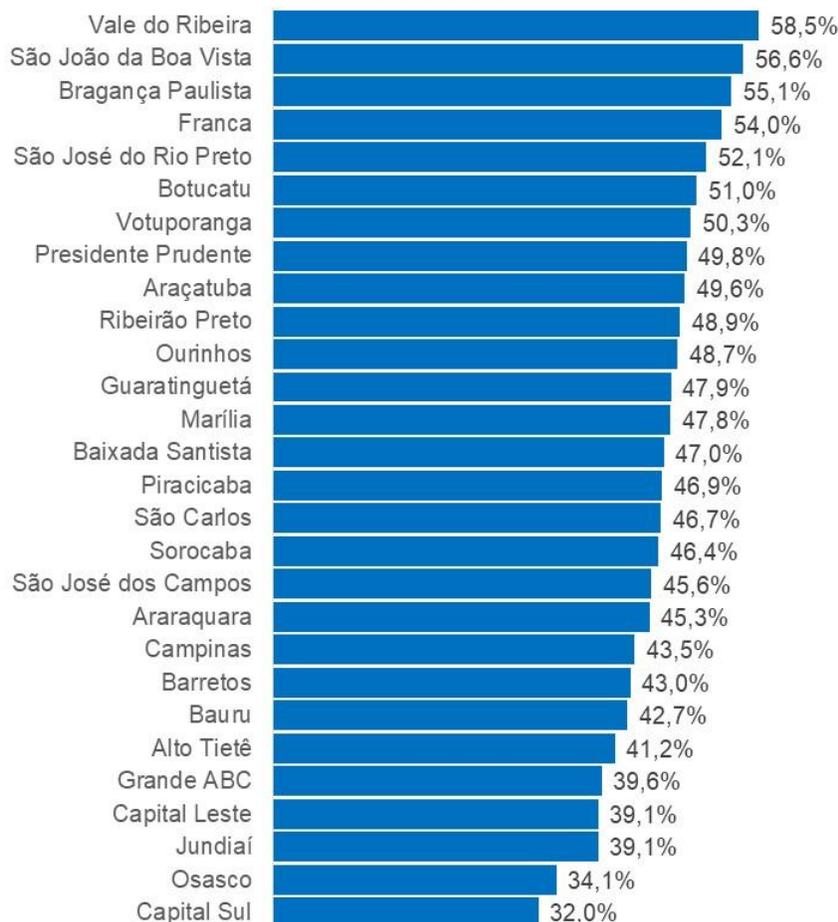


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme esperado, uma vez que há proeminência de empresas classificadas como “Entidades Empresariais”, a quantidade de vínculos para este tipo de natureza jurídica é igualmente diferente da média estadual (+3%). O mesmo acontece com a entidades sem fins lucrativos, no qual a quantidade de vínculos gerados na região é superior em 31% quando comparado com o restante do estado. Importante contraponto é observado nos vínculos relacionados a pessoas físicas, as quais no estado são responsáveis por 2% dos vínculos, mas por apenas 0,16% na região da Capital Leste, o que gera uma lacuna de -90% na comparação região-estado.

Analisando-se as 28 regiões do Estado, verifica-se que a importância das micro e pequenas empresas (MPEs) para o número total de vínculos difere significativamente entre as regiões. O ranqueamento com base nos resultados por ordem decrescente de representatividade das MPEs é apresentado a seguir:

Figura 58 – Ranqueamento das regiões segundo participação das MPEs no total de vínculos empregatícios.

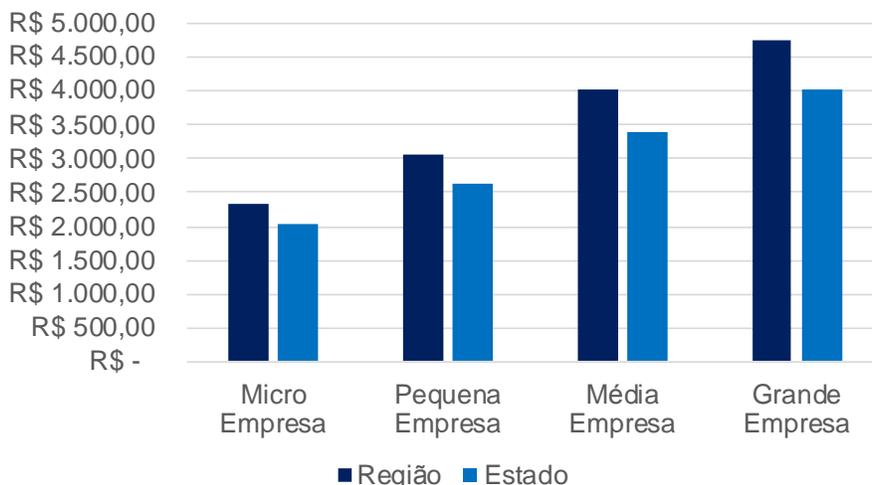


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme apresentado na Figura 58, a importância das MPEs para o total de vínculos varia entre 32,0% (Capital Sul) e 58,5% (Vale do Ribeira), sendo que a região da Capital Leste se encontra na parte inferior do *ranking* (25ª), com 39,1% dos vínculos formais de emprego relacionados à MPEs.

Além de analisar a quantidade de vínculos por porte e natureza jurídica, foi avaliado também o rendimento médio dos trabalhadores na região, estratificado por porte da empresa, conforme disposto a seguir:

Figura 59 – Rendimento médio dos trabalhadores da Capital Leste ante a média paulista.

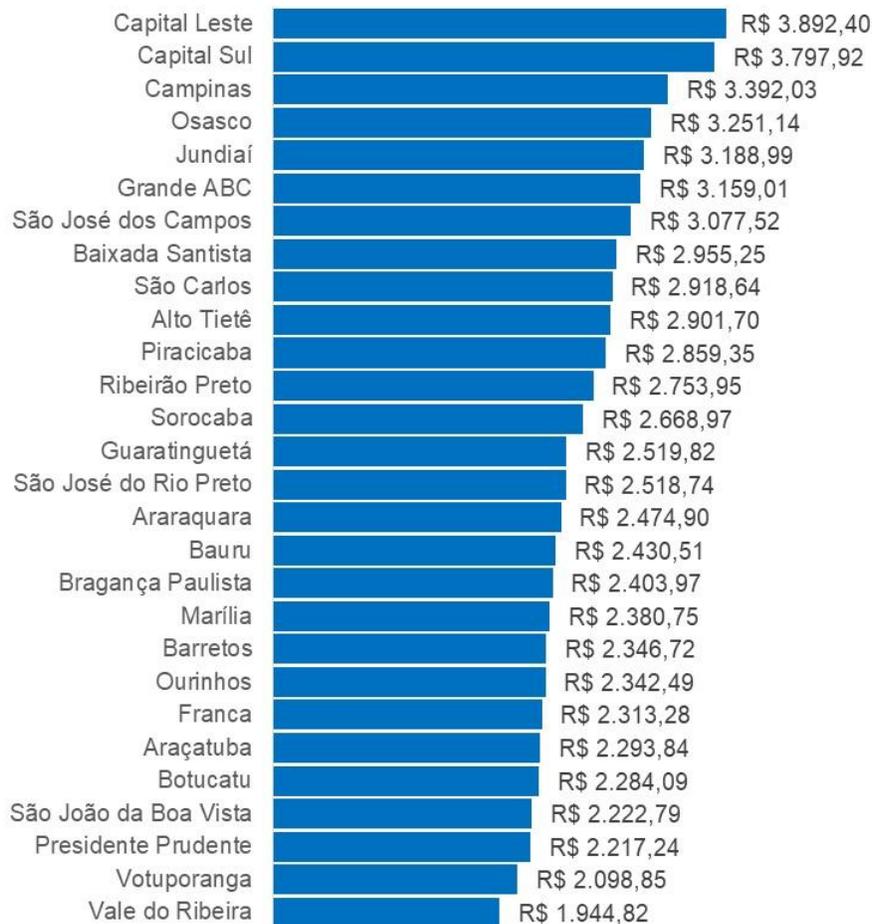


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme demonstrado na Figura 59, o rendimento médio dos trabalhadores da Capital Leste, independentemente do porte da empresa, é consistentemente superior à média estadual, o que está em linha com os resultados verificados para o PIB da região, igualmente superior à média estadual. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores da Capital Leste ganham o equivalente a 119,5% da média estadual.

Buscando situar a região da Capital Leste comparativamente às demais áreas paulistas, e não apenas à média estadual, é apresentado a seguir o rendimento médio dos trabalhadores nas 28 regiões analisadas.

Figura 60 – Ranqueamento das regiões segundo rendimento médio dos trabalhadores formais.



Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Nesse contexto, a Figura 60 revela a grande heterogeneidade entre as regiões do Estado, com os maiores rendimentos médios observados na capital e região metropolitana. A região da Capital Leste é a região que apresenta ao maior rendimento médio por trabalhador, dentre todas as 28 regiões do estado.

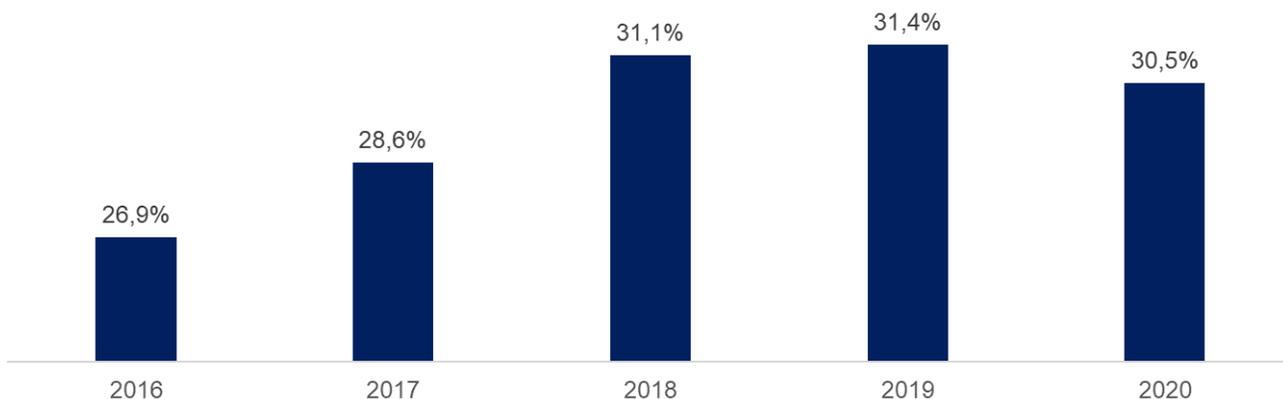
Além de analisar os vínculos formais e rendimento, vê-se como fator importante para compreensão da região, a análise da informalidade, que com frequência tem papel preponderante na economia local. A seção a seguir aborda informações levantadas sobre informalidade.

3.2.4 Informalidade no estado e na Capital Leste

A informalidade no mercado de trabalho é característica presente no Brasil, onde grupos significativos de indivíduos trabalham sem vínculos formais em funções diversas. Em geral, os trabalhadores informais atuam em trabalhos com baixa remuneração, tratando-se, portanto, de parcela mais vulnerável da sociedade. Nesse grupo se encontram os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores sem carteira assinada, bem como empreendedores (empregadores ou não), que não possuem CNPJ e, por fim, trabalhadores familiares.

Tendo em vista a falta de informações em nível municipal para informalidade, foram levantados dados em nível estadual (2016-2020) a respeito da participação de trabalhadores informais no agregado da população ocupada na região.

Figura 61 – Participação de trabalhadores informais em relação ao total de ocupados no Estado de São Paulo entre 2016 e 2020.



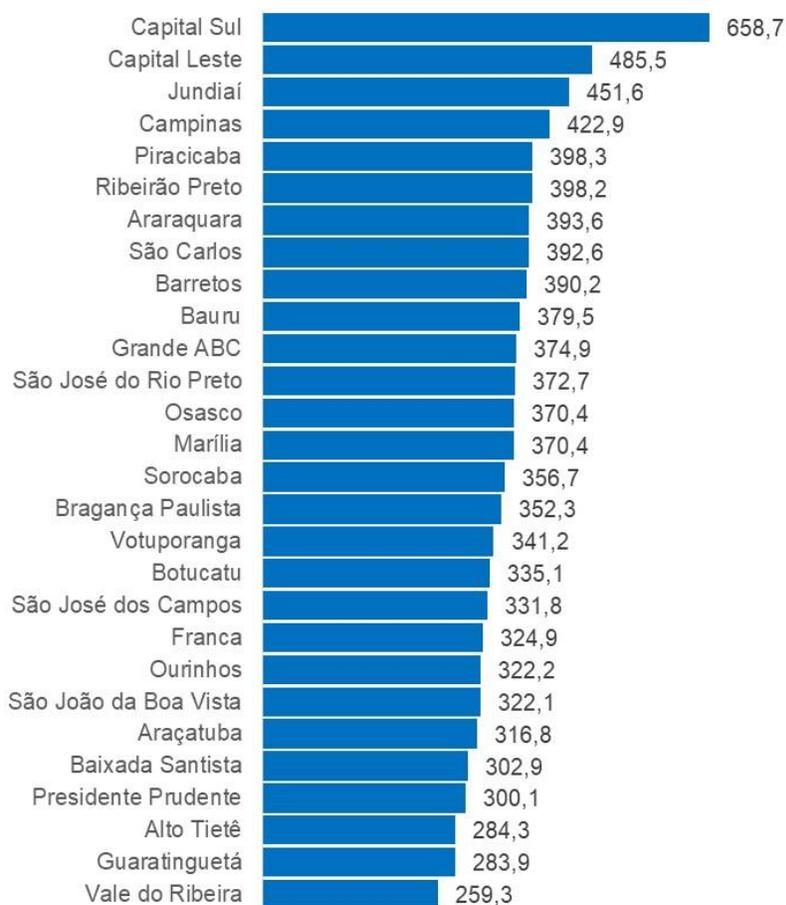
Fonte: PNAD Contínua, IBGE, Primeiro Quadrimestre de 2016 a 2020.

A análise da Figura 61 permite que se verifique a evolução da informalidade entre 2016 e 2020 – dados para o primeiro quadrimestre de cada ano – indicando a precarização da mão-de-obra no Estado de São Paulo. No ano de 2020 é possível verificar uma redução na informalidade, no entanto é necessário levar em consideração o efeito da pandemia sobre o indicador, uma vez que é natural que muitos

trabalhadores informais tenham deixado de trabalhar nesse período, o que tende a diminuir a sua proporção entre o total de pessoas ocupadas.

Devido à falta de dados detalhados e recentes sobre a informalidade nos municípios, foram coletados dados quanto à proporção de vínculos formais na região em relação a população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). Por meio dessa análise, é possível avaliar quantos vínculos formais ativos há na localidade em relação à cada 1000 pessoas entre 15 e 65 anos. Esse indicador objetiva mensurar o nível de atividade formal nas regiões, o que por consequência indicaria, ainda que de maneira indireta, quais os níveis de informalidade.

Figura 62 – Ranqueamento das regiões segundo total de vínculos formais para cada grupo de 1000 pessoas em idade economicamente ativa (15 a 65 anos).

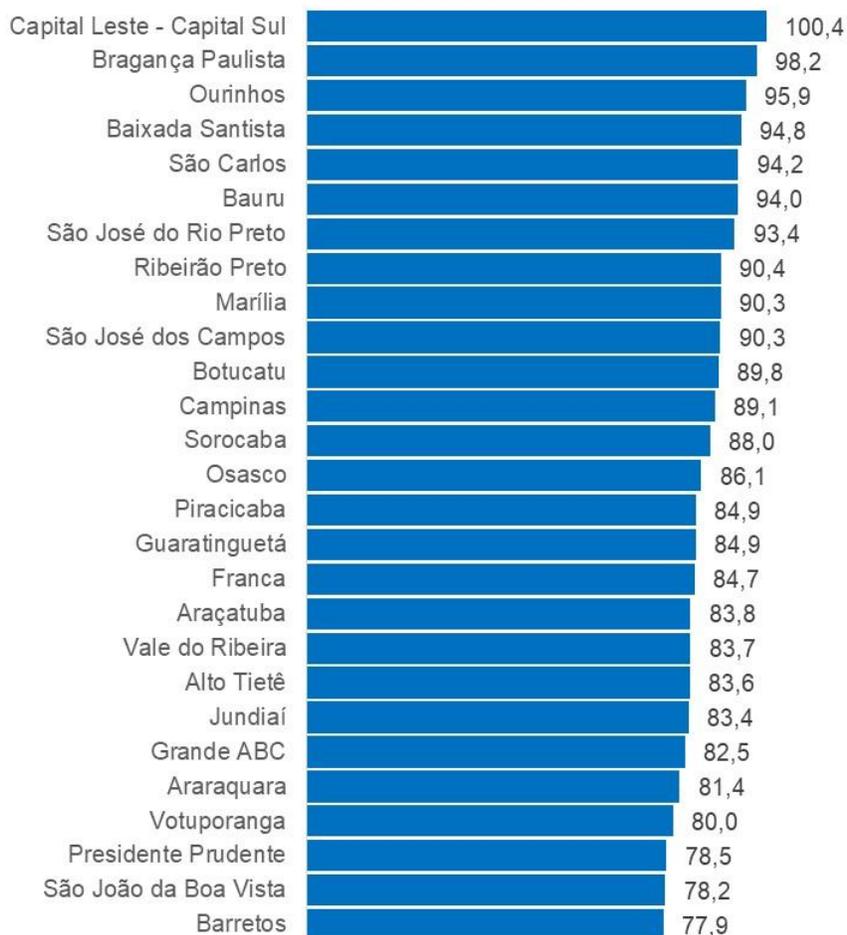


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

A análise de Figura 62 revela que, na Capital Leste, para cada 1000 habitantes entre 15 e 65 anos há, em média, 485,5 vínculos formais (2ª maior média). Infelizmente, não é possível realizar inferências sobre a informalidade com base nesse dado, uma vez que para tanto seria necessário conhecer a quantidade total de pessoas ocupadas entre a população entre 15 e 65 anos. De qualquer forma, o ranqueamento das regiões indica que a formalidade na região está em nível elevado quando comparada às outras regiões.

Nessas circunstâncias, aspecto relevante, especialmente no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador no sistema de seguridade social, refere-se aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do Estado foram analisados o número total de registros ativos em cada região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população da localidade em idade economicamente ativa (15 a 65 anos).

Figura 63 – Ranqueamento das regiões segundo total de MEIs para cada grupo de 1000 habitantes entre 15 e 65 anos.



Fonte: Portal do Empreendedor, Receita Federal, em setembro de 2020.

Conforme fica evidenciado na Figura 63, a Capital possui 100,4 MEIs registrados para cada grupo de 1.000 habitantes em idade economicamente ativa, situando-se como a região com o maior índice dentre as 27 regiões analisadas. Esse resultado dá indícios de maior tendência empreendedora da região, uma vez que este tipo de modalidade jurídica é usualmente utilizado para pequenos negócios ou prestação de serviços.

3.2.5 Principais atividades produtivas na região da Capital Leste

Ao longo do processo de levantamento de dados aprofundados em relação às atividades econômicas desenvolvidas na região da Capital Leste, foram analisados os vínculos empregatícios para 65 classificações⁴. A partir desses dados, foram calculados os valores relativos para a região, correspondendo à distribuição de vínculos verificados em cada atividade produtiva. Tais estudos são necessários para que se identifiquem as vocações econômicas regionais e para que se direcione as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas ao **Desenvolvimento Local**.

Os dados foram coletados para todas as empresas da natureza jurídica 2 – Entidades Empresariais – e segregadas, na Tabela 16, para a totalidade das atividades (“Economia Total”) e para as pequenas e médias empresas (“PMEs”). Tal segmentação se justifica pela necessidade de diagnóstico das relações econômicas intrínsecas das cadeias produtivas internas à região, dado que setores produtivos estão inseridos em um contexto econômico geral.

Por meio dos valores relativos para cada atividade, foi possível comparar os resultados obtidos aos valores relativos médios para o Estado de São Paulo. Tal comparação está expressa na Tabela 16 pelo quociente locacional, ou seja, a razão entre Região (%) e Estado (%). Valores de quociente locacional acima de 1 indicam que a atividade econômica é mais prevalente na região do que na média paulista; valores abaixo de 1 indicam o contrário, isto é, quanto mais distante do valor “1”, mais distinto é aquele setor na região em relação ao restante do estado.

⁴ Foram utilizados como referência as classificações econômicas do Sistema de Contas Nacionais do IBGE.

Tabela 16 – Quociente Locacional com base na distribuição setorial de vínculos formais registrados na Capital Leste e no estado.

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PMEs		
	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	0,0%	0,9%	0,03	0,0%	0,4%	0,10
Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,0%	0,2%	0,08	0,0%	0,2%	0,11
Produção florestal; pesca e aquicultura	0,0%	0,1%	0,04	0,0%	0,1%	0,10
Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,0%	0,1%	0,28	0,0%	0,2%	0,20
Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,0%	0,0%	0,02	0,0%	0,0%	0,10
Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,0%	0,0%	1,21	0,0%	0,0%	1,31
Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,0%	0,0%	2,28	0,0%	0,0%	2,47
Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	0,1%	0,8%	0,17	0,1%	0,4%	0,38
Fabricação de Outros produtos alimentares	0,9%	1,7%	0,51	0,8%	1,4%	0,55
Fabricação e refino de açúcar	0,0%	1,0%	0,01	0,0%	0,0%	1,52
Fabricação de bebidas	0,1%	0,3%	0,42	0,0%	0,1%	0,28
Fabricação de produtos do fumo	0,0%	0,0%	0,36	0,0%	0,0%	0,39
Fabricação de produtos têxteis	0,3%	0,9%	0,34	0,5%	0,7%	0,70
Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	1,6%	1,3%	1,25	3,1%	2,0%	1,58
Fabricação de calçados e de artefatos de couro	0,1%	0,5%	0,19	0,2%	0,5%	0,33
Fabricação de produtos da madeira	0,0%	0,2%	0,15	0,1%	0,3%	0,23
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,2%	0,6%	0,36	0,3%	0,4%	0,79
Impressão e reprodução de gravações	0,4%	0,4%	0,99	0,5%	0,5%	1,20

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PMEs		
	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional
Refino de petróleo e coquearias	0,0%	0,1%	0,14	0,0%	0,0%	0,61
Fabricação de biocombustíveis	0,0%	0,3%	0,00	0,0%	0,0%	0,01
Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,2%	0,3%	0,44	0,1%	0,2%	0,38
Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,2%	0,5%	0,47	0,2%	0,5%	0,39
Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,2%	0,4%	0,46	0,2%	0,3%	0,61
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,3%	0,5%	0,62	0,1%	0,1%	0,98
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	0,7%	1,8%	0,42	1,2%	1,7%	0,70
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,2%	0,9%	0,24	0,2%	1,0%	0,21
Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,1%	0,2%	0,33	0,1%	0,1%	0,76
Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,1%	0,3%	0,26	0,1%	0,3%	0,42
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,8%	1,5%	0,51	1,5%	2,2%	0,70
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,3%	0,5%	0,70	0,4%	0,4%	1,05
Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,2%	0,7%	0,36	0,4%	0,5%	0,86
Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	0,4%	1,5%	0,29	0,8%	1,5%	0,56
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,0%	0,6%	0,01	0,0%	0,1%	0,20
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,4%	1,5%	0,24	0,4%	0,5%	0,73

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PMEs		
	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,0%	0,3%	0,15	0,0%	0,1%	0,40
Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	0,6%	1,2%	0,51	1,0%	1,5%	0,67
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,3%	0,6%	0,57	0,6%	0,9%	0,63
Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,2%	0,3%	0,89	0,2%	0,2%	0,72
Água, esgoto e gestão de resíduos	0,9%	0,8%	1,19	0,3%	0,6%	0,49
Construção	6,3%	5,2%	1,21	6,5%	6,2%	1,05
Comércio por atacado e varejo	25,4%	25,8%	0,99	36,4%	36,1%	1,01
Transporte terrestre	5,3%	4,8%	1,10	1,7%	3,2%	0,54
Transporte aquaviário	0,0%	0,0%	0,08	0,0%	0,0%	0,39
Transporte aéreo	0,0%	0,3%	0,10	0,1%	0,0%	1,48
Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	2,0%	2,1%	0,97	2,3%	1,7%	1,31
Alojamento	0,4%	0,7%	0,64	0,5%	1,0%	0,52
Alimentação	5,9%	5,2%	1,12	9,9%	8,2%	1,22
Edição e edição integrada à impressão	0,3%	0,2%	1,20	0,3%	0,2%	1,50
Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,3%	0,3%	1,02	0,3%	0,3%	1,02
Telecomunicações	0,3%	0,5%	0,58	0,4%	0,4%	0,90
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	3,5%	2,0%	1,79	2,0%	1,2%	1,71
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	5,3%	3,4%	1,57	3,6%	2,8%	1,28
Atividades imobiliárias	0,6%	0,5%	1,32	1,0%	0,7%	1,33
Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	2,1%	1,7%	1,27	3,0%	2,2%	1,35

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PMEs		
	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional	Região (%)	Estado (%)	Quociente Locacional
Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,7%	0,8%	0,93	0,7%	0,6%	1,16
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	1,7%	0,9%	1,79	1,2%	0,8%	1,57
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,6%	0,6%	1,11	0,9%	0,8%	1,10
Outras atividades administrativas e serviços complementares	17,7%	12,2%	1,45	6,1%	4,7%	1,28
Atividades de vigilância, segurança e investigação	3,1%	1,8%	1,68	0,3%	0,3%	1,06
Administração pública, defesa e seguridade social	0,3%	0,1%	2,06	0,0%	0,0%	0,18
Educação	3,0%	2,8%	1,06	3,8%	3,6%	1,04
Saúde	3,4%	2,8%	1,20	2,6%	2,6%	1,01
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,5%	0,5%	1,13	0,9%	0,8%	1,24
Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,9%	0,9%	1,07	1,8%	1,4%	1,31
Serviços domésticos	0,0%	0,0%	0,21	0,0%	0,0%	0,28
TOTAL	100,0%	100,0%	1,00	100,0%	100,0%	1,00

Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

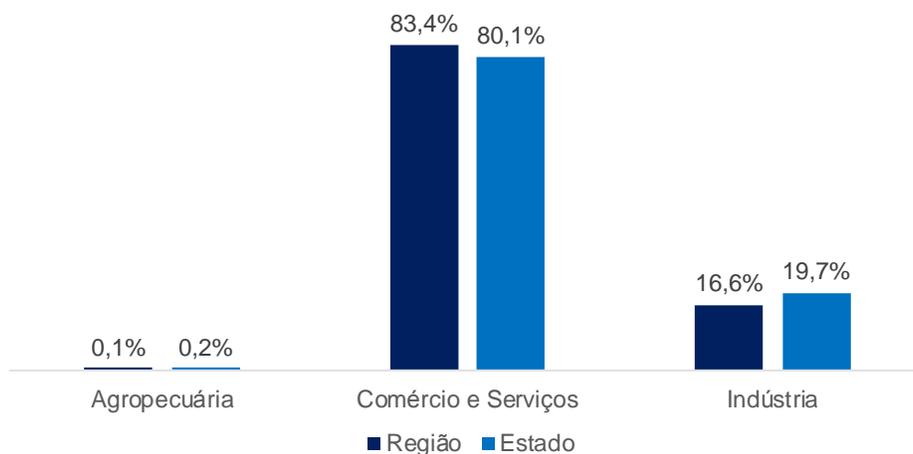
Com base nas informações disponibilizadas na Tabela 16 é possível verificar algumas atividades de destaque, como o comércio por atacado e varejo, que apesar de ter praticamente o mesmo patamar da média do estado, é responsável por 25,4% dos vínculos formais de trabalho. Uma análise interessante de se fazer é notar que, em linha com o que foi apresentado como setor fundamental para o PIB da região, atividades que envolvem tecnologia sistemas de informação e atividades relacionadas a prestação de serviços técnicos, são destaques na região. Por exemplo Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação representa 3,5% dos vínculos e está 79% acima da média estadual. Ainda nesse sentido, Outras atividades profissionais, científicas e técnicas, Intermediação financeira, seguros e previdência complementar, Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas

e Outras atividades administrativas e serviços complementares são responsáveis por 1,7%, 5,3%, 2,1% e 17,7% respectivamente, e estão acima da média do estado. Note que a mesma análise pode ser replicada para as PMEs.

O objetivo da apresentação da Tabela completa com os 65 setores da economia e respectivos quocientes locacionais permite uma análise completa da situação da região, restando clara a correlação com os dados apresentados anteriormente, por exemplo, relativos ao PIB. Na seção dedicada ao PIB foi destacada a importância do setor de serviços e comércio, com a adição das informações contidas nesta seção resta claro que a prestação de serviços é um diferencial para a região, revelando a importância de informações detalhadas sobre a região em estudo.

Adicionalmente à análise dos vínculos formais por setor produtivo, foram analisados os setores de atuação dos MEIs, possibilitando uma visão mais completa da região. Quando os setores de atuação são divididos em três grupos (i) agropecuária, (ii) comércio e serviços e (iii) indústria, é possível observar o grande peso de comércio e serviços na distribuição de MEIs (83,4%), nas outras modalidades a região da Capital se encontra sub-representada, conforme indicado a seguir.

Figura 64 – Distribuição de MEIs por atividade produtiva em comparação com a média estadual.



Fonte: Receita Federal.

Por fim, de maneira similar ao realizado para a análise dos setores produtivos com base no número de vínculos formais gerados por atividade econômica, o quociente locacional para os MEIs registrados na região da Capital foi calculado para os setores destacados na Tabela 17.

Tabela 17 – Quociente Locacional com base na distribuição de MEIs por setor na Capital e no Estado.

Setor Econômico	Região		Estado		Quociente Locacional
	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	512	0,1%	4.670	0,2%	0,37
Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	215	0,0%	1.378	0,0%	0,53
Produção florestal; pesca e aquicultura	62	0,0%	338	0,0%	0,62
Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	1	0,0%	7	0,0%	0,48
Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	250	0,0%	1.143	0,0%	0,74
Fabricação e refino de açúcar	7	0,0%	37	0,0%	0,64
Outros produtos alimentares	13.379	1,6%	42.944	1,5%	1,05
Fabricação de bebidas	25	0,0%	79	0,0%	1,07
Fabricação de produtos do fumo	6	0,0%	73	0,0%	0,28
Fabricação de produtos têxteis	5.288	0,6%	19.377	0,7%	0,92
Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	22.261	2,6%	63.875	2,2%	1,18
Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1.165	0,1%	6.083	0,2%	0,65
Fabricação de produtos da madeira	1.866	0,2%	8.459	0,3%	0,75
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.446	0,2%	4.171	0,1%	1,17
Impressão e reprodução de gravações	4.619	0,5%	12.086	0,4%	1,29
Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	11	0,0%	43	0,0%	0,86
Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	145	0,0%	583	0,0%	0,84
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	421	0,0%	1.556	0,1%	0,91

Setor Econômico	Região		Estado		Quociente Locacional
	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	1.464	0,2%	5.612	0,2%	0,88
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	6.574	0,8%	33.067	1,1%	0,67
Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	91	0,0%	244	0,0%	1,26
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	94	0,0%	559	0,0%	0,57
Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	15.075	1,8%	48.286	1,7%	1,05
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	7.836	0,9%	35.670	1,2%	0,74
Água, esgoto e gestão de resíduos	1.706	0,2%	8.034	0,3%	0,72
Construção	58.433	6,8%	278.373	9,6%	0,71
Comércio por atacado e varejo	191.820	22,3%	725.381	25,0%	0,89
Transporte terrestre	54.401	6,3%	149.730	5,2%	1,23
Transporte aquaviário	241	0,0%	989	0,0%	0,82
Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	46.130	5,4%	104.626	3,6%	1,49
Alojamento	622	0,1%	3.327	0,1%	0,63
Alimentação	83.939	9,8%	318.321	11,0%	0,89
Edição e edição integrada à impressão	19.208	2,2%	36.416	1,3%	1,78
Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	7.985	0,9%	14.360	0,5%	1,88
Telecomunicações	2.388	0,3%	5.980	0,2%	1,35
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	683	0,1%	1.416	0,0%	1,63
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	1	0,0%	2	0,0%	1,69
Atividades imobiliárias	1	0,0%	2	0,0%	1,69
Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	1.403	0,2%	2.704	0,1%	1,75
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	48.576	5,7%	141.364	4,9%	1,16
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	2.501	0,3%	13.105	0,5%	0,64
Outras atividades administrativas e serviços complementares	64.429	7,5%	175.134	6,0%	1,24
Atividades de vigilância, segurança e investigação	647	0,1%	2.158	0,1%	1,01

Setor Econômico	Região		Estado		Quociente Locacional
	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	Total de MEIs	Valores Relativos (%)	
Educação	44.028	5,1%	124.066	4,3%	1,20
Saúde	9.375	1,1%	28.232	1,0%	1,12
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	12.865	1,5%	31.770	1,1%	1,37
Organizações associativas e outros serviços pessoais	114.675	13,4%	395.536	13,6%	0,98
Serviços domésticos	9.826	1,1%	48.959	1,7%	0,68
Total	858.696	100%	2.900.325	100%	

Fonte: Portal do Empreendedor, Receita Federal, em setembro de 2020.

Conforme indicado na Tabela 17, a região da Capital possui 858.696 registros de MEIs, sendo que certas atividades produtivas se destacam devido ao alto quociente locacional. Dentre as atividades proporcionalmente mais proeminentes na região, verificam-se a Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio (+79%) Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas (+75%), que além de representarem um percentual significativo na geração de vínculos, também estão sobrerrepresentadas frente à média do estado. Além disso essas atividades estão consonantes com a vocação da região para a prestação de serviços.

3.2.6 Análise da evolução do nível de emprego no 1º semestre de 2020

A pandemia de COVID-19 afetou significativamente praticamente todas as atividades produtivas. A pesquisa PNAC-COVID19, do IBGE, disponibiliza resultados e indicadores sobre mercado de trabalho do Estado de São Paulo e nos permite contextualizar alguns impactos decorrentes da pandemia.

Tabela 18 – Indicadores de mercado de trabalho para o Estado de São Paulo.

Indicador	Maio	Junho	Julho
População Residente (mil pessoas)	46.232	46.263	46.293
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (mil pessoas)	37.769	37.841	37.856
Pessoas ocupadas (mil pessoas)	20.187	19.949	19.628

Indicador	Maio	Junho	Julho
Pessoas desocupadas (mil pessoas)	2.560	3.141	3.295
Pessoas na força de trabalho (mil pessoas)	22.747	23.091	22.923
Pessoas fora da força de trabalho (mil pessoas)	15.022	14.750	14.933
Taxa de participação na força de trabalho (%)	60,2%	61,0%	60,6%
Taxa de desocupação (%)	11,3%	13,6%	14,4%
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social no total da população ocupada (%)	17,6%	13,1%	7,0%
Percentual de pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho, que trabalhavam de forma remota, no total da população ocupada e não afastada do trabalho (%)	19,7%	18,0%	16,8%
Percentual de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho, mas que gostariam de trabalhar na semana anterior, no total de pessoas fora da força de trabalho (%)	31,0%	31,2%	32,0%
Proxy da taxa de informalidade das pessoas ocupadas (%)	28,3%	28,3%	27,2%
Percentual de pessoas ocupadas com rendimento do trabalho e que tiveram rendimento efetivo menor que o normalmente recebido, no total de pessoas ocupadas e com rendimento do trabalho (%)	35,4%	35,5%	30,1%

Fonte: PNAD-COVID19, IBGE, 2020.

A análise da Tabela 18 aponta alguns pontos importantes sobre o contexto pandêmico:

- ▣ Aumento da Taxa de Desocupação;
- ▣ Estabilidade na Taxa de Participação na Força de Trabalho, ou seja, estabilidade no total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas;
- ▣ Redução no mês de Julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social;
- ▣ Redução no mês de Julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto;
- ▣ Aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia;
- ▣ Redução da Taxa de Informalidade e;
- ▣ Impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Os dados apresentados anteriormente não permitem analisar o contexto regional. De tal sorte, buscando avaliar o impacto na região da Capital e possibilitar a comparação com as demais regiões do estado, foram levantadas informações referentes ao saldo de empregos formais disponibilizados no CAGED. A Tabela 19 apresenta os totais de admitidos, desligados e o saldo de movimentação de empregos formais entre Janeiro e Julho de 2020 para região.

Tabela 19 – Totais de admitidos, desligados e saldo de empregos formais para a Capital

Mês de 2020	Admitidos	Desligados	Saldo
Janeiro	204.969	182.689	22.280
Fevereiro	210.311	179.165	31.146
Março	199.520	240.814	-41.294
Abril	104.523	210.023	-105.500
Maiο	109.346	139.382	-30.036
Junho	129.357	134.641	-5.284
Julho	124.559	122.290	2.269
Total	1.082.585	1.209.004	-126.419

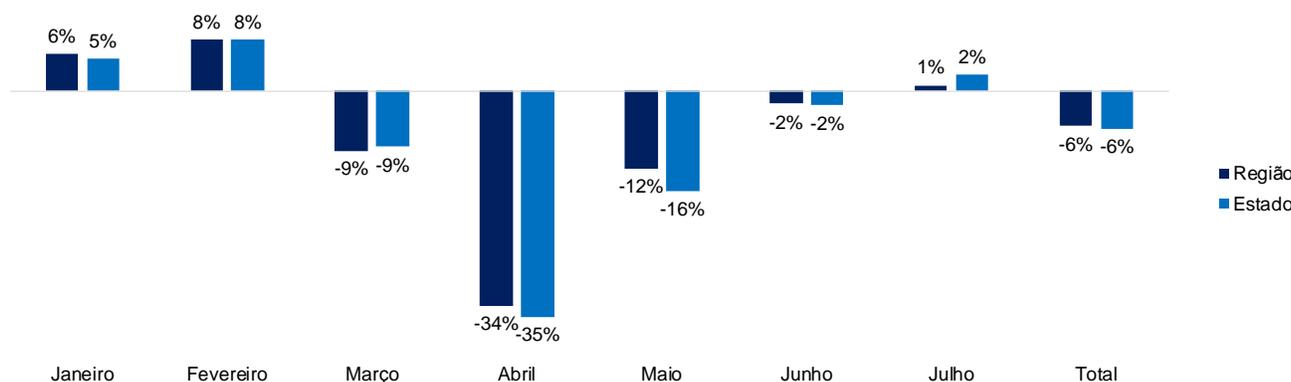
Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

A análise dos resultados mostra que a região apresentou saldo negativo em março, ou seja, no início efetivo da pandemia no Estado de São Paulo, cujo primeiro caso oficialmente confirmado se deu nos últimos dias do mês de fevereiro. Essa tendência de desligamentos se prorrogou nos dois meses subsequentes, levando o saldo de empregos no fim de Abril ao patamar de -105.500 vagas. A partir de então houve uma leve retomada nas contratações mensais que levou o saldo anual até o mês de Julho a -126.419 vagas.

De modo a que se possa comparar região e estado foi utilizado um indicador calculado por meio da razão entre a diferença do número de vagas criadas e suprimidas e o total de desligamentos e contratações. Este indicador compara o saldo de empregos com o total de movimentação observadas e pode ser analisado como a direção dos impactos no contexto do mercado formal. Por exemplo, quanto maior o total de desligamentos comparado às admissões, menor é o saldo e menor é o valor do

indicador. Assim, valores negativos indicam a maior direção do mercado formal para desligamentos e destruição de postos de trabalho.

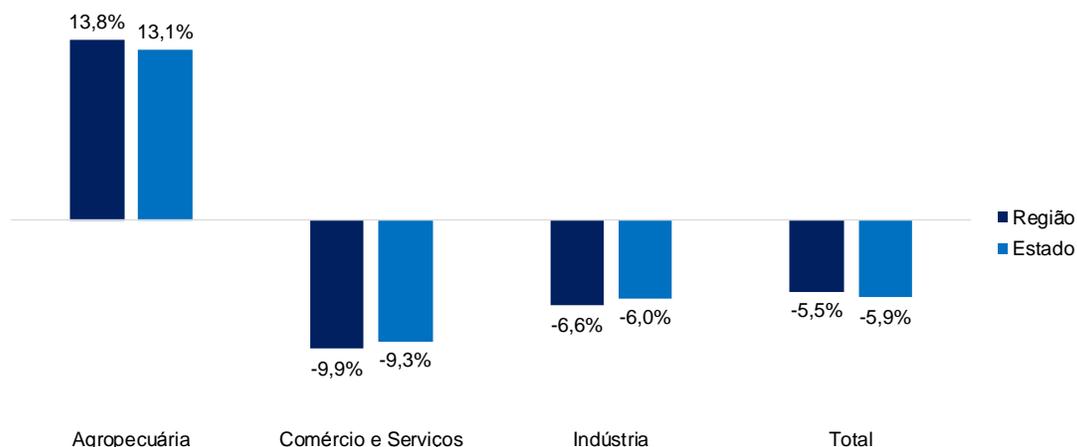
Figura 65 – Direção da movimentação de empregos do mercado formal por mês na região da Capital e no Estado de São Paulo.



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Conforme demonstrado na Figura 65, a região da Capital seguiu um padrão muito semelhante ao restante do estado, o que seria natural, uma vez que região tem um peso muito grande na média do estado. É possível perceber então que o pico das demissões foi no mês de Abril, e a partir de então o saldo foi se tornando menos negativo, até experimentar um saldo positivo no mês de julho, mas insuficiente para equilibrar o saldo acumulado no semestre, que terminou em -6% tanto na região quanto no estado.

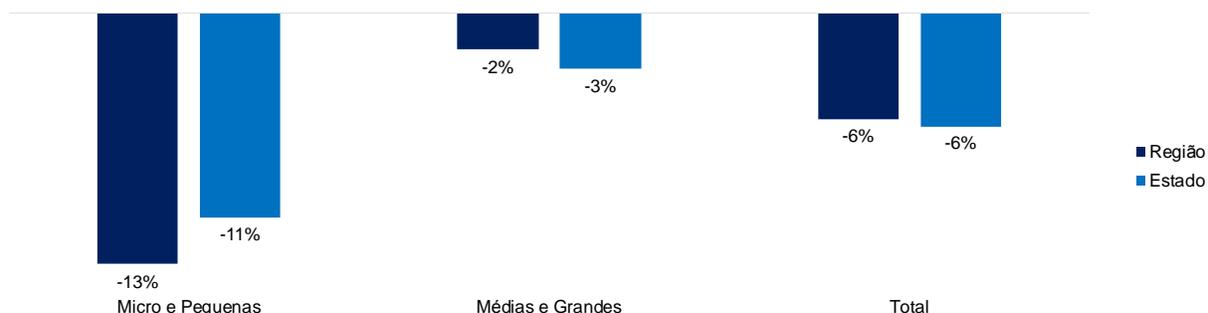
Figura 66 – Direção da movimentação de empregos do mercado formal por setor de atividade na Capital e no Estado de São Paulo.



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Conforme apresentado na Figura 66, o maior responsável direção de crescimento de empregos na região da Capital, entre janeiro de julho de 2020, foi o setor agropecuário. De qualquer forma, tanto o setor de comércio e serviços quanto o setor industrial se mostraram pouco mais afetados na região do que no restante do estado. Além da análise do saldo de empregos por setor, foram avaliados os impactos por porte das empresas, separando-se os resultados para micro e pequenas empresas e para médias e grandes, conforme apresentado a seguir.

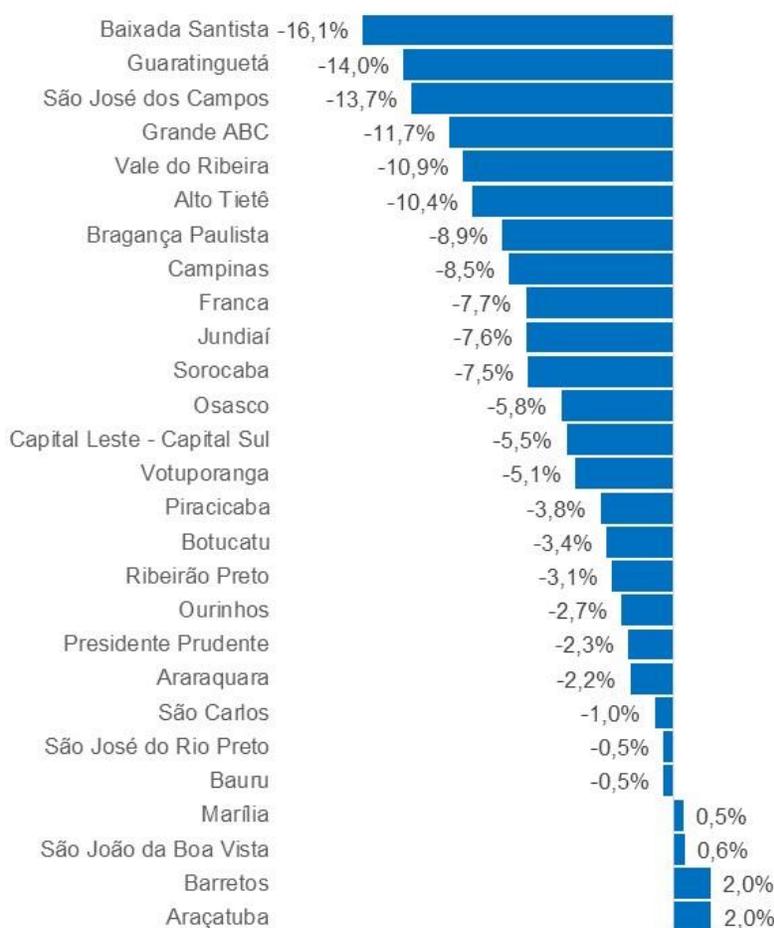
Figura 67 – Direção da movimentação de empregos do mercado formal por porte de empresa na Capital e no Estado de São Paulo.



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Os dados apresentados na Figura 67 demonstram que as micro e pequenas empresas foram mais afetadas na região do que no restante do estado, padrão que não é observado entre as médias e grandes empresas. Por fim, os resultados obtidos por meio da análise do CAGED possibilitam a comparação da região da Capital com as outras 27 analisadas, conforme ilustrado a seguir.

Figura 68 – Ranqueamento das regiões segundo direção da movimentação de empregos do mercado formal.



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Conforme apresentado na Figura 68, dentre as 23 regiões que apresentaram direção negativa no saldo de empregos no período, a Capital se apresenta em posição intermediária com um saldo de -5,5%.

Tal queda pode ser relacionada com a vocação da região para o setor de serviços e comércio, que foram os mais afetados pela pandemia de COVID-19.

3.2.7 Considerações referentes às vocações econômicas da região

Esta seção buscou apresentar a análise de um amplo espectro de informações relativas à atividade econômica na região da Capital Leste, dando indícios das suas principais vocações econômicas. Por meio da análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que a Capital/Capital Leste – considerando os dados da RAIS - possui maior prevalência de microempresas quando comparada ao restante do Estado, o que demonstra a importância de políticas que incentivem este tipo de empreendimento na região.

Por se tratar de uma área com maior desenvolvimento econômico, foi possível verificar que o rendimento médio dos trabalhadores da região é bem superior àquele observado no restante do Estado, independentemente do porte da empresa. No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente na região está em nível inferior, quando comparado às demais regiões paulistas.

A análise dos setores produtivos por meio do quociente locacional – calculado com base no número de vínculos formais por atividade produtiva – corrobora a avaliação de que a região possui vocação para a prestação de serviços e de comércio. Além desse destaque, vê-se na região da Capital Leste uma potencialidade que são as atividades voltadas para serviços técnicos e de serviços que envolvam sistemas de informação.

Por fim, a análise do saldo de empregos entre os meses de janeiro e julho de 2020 revela que houve redução de vagas formais na região da Capital, padrão observado em praticamente todo o Estado de São Paulo. O saldo final no 1º semestre foi de -5,5% na região ante -5,9% no estado. É preciso salientar aqui o peso que a região exerce sobre a média do estado, fazendo com a trajetória e a intensidades na geração de empregos e demissões seja semelhante, tanto nesta quanto naquela.

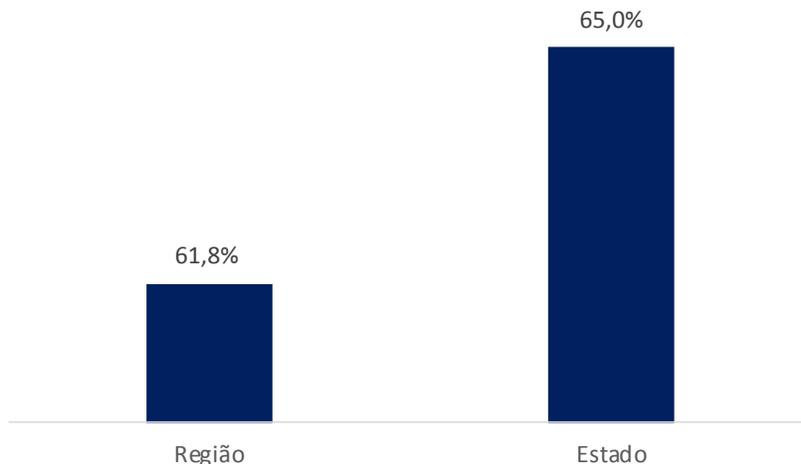
3.3 Agropecuária

A agropecuária desponta como uma das principais atividades econômicas não somente em âmbito nacional como também em contexto subnacional. Entretanto, de modo a que se possa entendê-la é importante, inicialmente, reconhecer que não se trata de setor econômico homogêneo, mas sim, diversificado em termos de sua estrutura e atividades produtivas. Nessa seção será dada ênfase à análise do setor agrícola da região tendo por base a discussão do porte e total de estabelecimentos, das formas de associativismo existentes, da presença e tipo de assistência técnica disponível aos produtores rurais e, por fim, das vocações agrárias características da produção regional. Vale ressaltar que todas essas questões apresentam grande interface com temas caros ao SEBRAE-SP com destaque ao interesse institucional por apoiar o desenho de políticas públicas relacionadas ao fomento do **associativismo e cooperativismo**, à maior eficiência das **compras governamentais e agricultura familiar**.

3.3.1 Estabelecimentos e Produtores

Assim como observado no restante do Estado de São Paulo, a região da Capital apresenta predominância da agricultura familiar entre seus estabelecimentos agrícolas. A Figura 69 substantia essa afirmação ao revelar que 61,8% dos produtores agrícolas da região comandam estabelecimentos pertencentes a tal grupo, índice, entretanto, cerca de 4,9% inferior ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (65,0%).

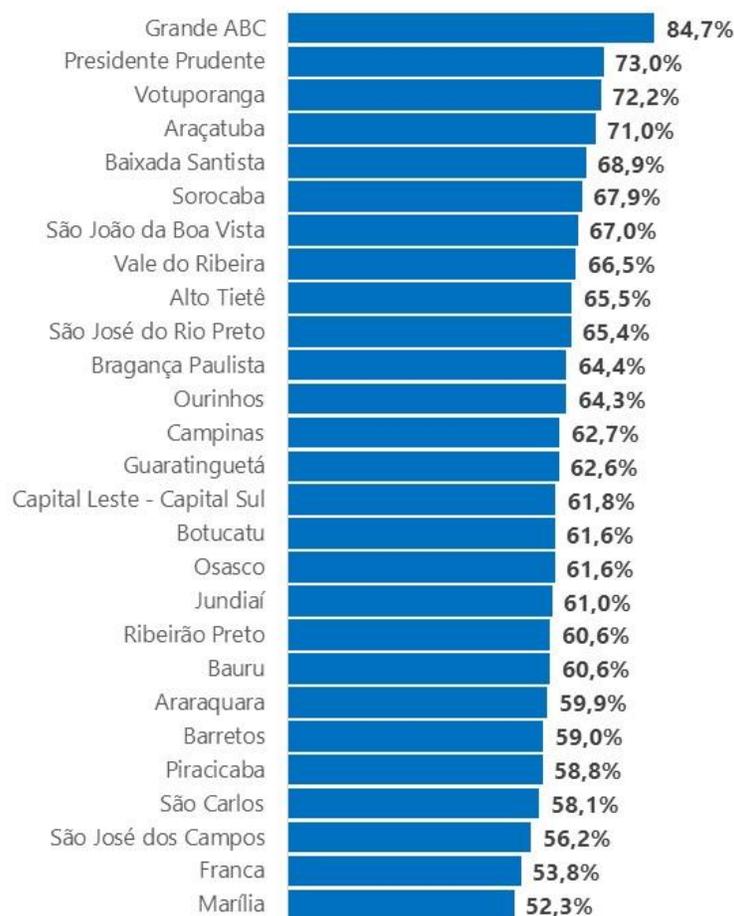
Figura 69 – Participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos da região.



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Além disso é interessante que se observe como a região se insere na comparação com as demais regiões de acordo com as quais o Estado de São Paulo foi dividido para os fins desse trabalho. Nesse contexto, nota-se que a Capital se destaca pela participação intermediária da agricultura familiar no seu conjunto de estabelecimentos agrícolas (61,8%), o que a classifica na 15ª posição dentre as 27 regiões, à frente de Botucatu (16ª posição, com 61,6% do total) e atrás da Guaratinguetá (14ª, com 62,6%).

Figura 70 – Ranqueamento das regiões segundo participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos.

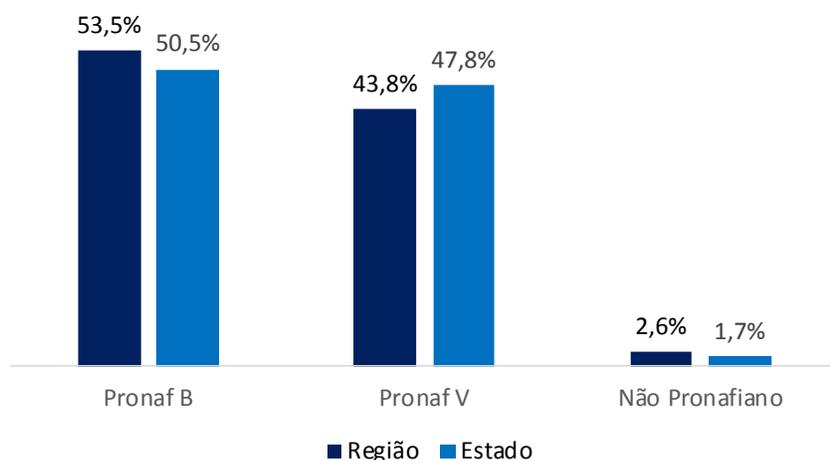


Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Criado através do decreto presidencial nº 1.946 de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma política federal duradoura de incentivo ao pequeno agricultor. Através do programa, é disponibilizado crédito a custos mais baixos ao agricultor familiar, grupo que tradicionalmente encontra maiores dificuldades de acesso a linhas de crédito, com objetivos tais como aumentar a produtividade e a renda e reduzir as desigualdades.

Na Figura 71 apresentamos a penetração do Pronaf – grupos B (renda familiar anual até R\$ 23.000) e V (até R\$ 415.000) – entre os estabelecimentos agrícolas familiares da região. Constata-se, inicialmente, que o programa se encontra altamente difundido tanto na região da Capital quanto no conjunto do Estado de São Paulo, uma vez que apenas cerca de 2,6% dos pequenos agricultores não aderiram ao programa. Entretanto, a análise das modalidades revela padrões distintos na comparação região-estado. Em outras palavras, enquanto na região 43,8% dos estabelecimentos está incluída no Pronaf V – parcela 8,3% inferior ao do estado (47,8%) – no conjunto do Estado de São Paulo a maioria deles (50,5%) se insere no grupo B do programa, patamar 6% abaixo daquele na região da Capital (53,5%). Tal distribuição indica que o produtor familiar da região possui renda anual comparativamente menos elevada, de modo a que não se possa inserir entre os elegíveis ao grupo V do Pronaf, mas, ainda assim, possa aderir ao grupo B do programa.

Figura 71 – Participação dos estabelecimentos de agricultura familiar segundo grupos do Pronaf.



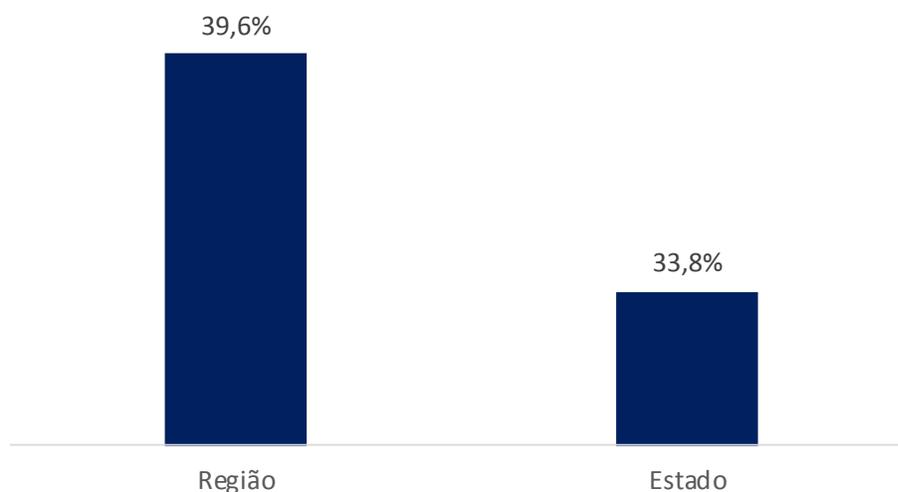
Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Outra iniciativa existente de fomento ao produtor rural é o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), instituído em 2010. Trata-se de oportunidade de crédito destinado a um grupo de produtores rurais que não se enquadram nos requisitos à participação no Pronaf e tampouco têm acesso a linhas de crédito tradicionais destinadas ao grande produtor agrícola. Por meio do programa preenche-se tal hiato ao disponibilizar a produtores rurais com renda anual de até R\$

2.000.000 acesso a financiamento para apoio às atividades produtivas e geradoras de trabalho e renda no campo.

Do total de 550 estabelecimentos agrícolas registrados na região, 218 (39,6%) participam do Pronamp, participação cerca de 17,3% maior do que o patamar de 33,8% aferido no conjunto do Estado de São Paulo.

Figura 72 – Participação dos estabelecimentos no Pronamp.

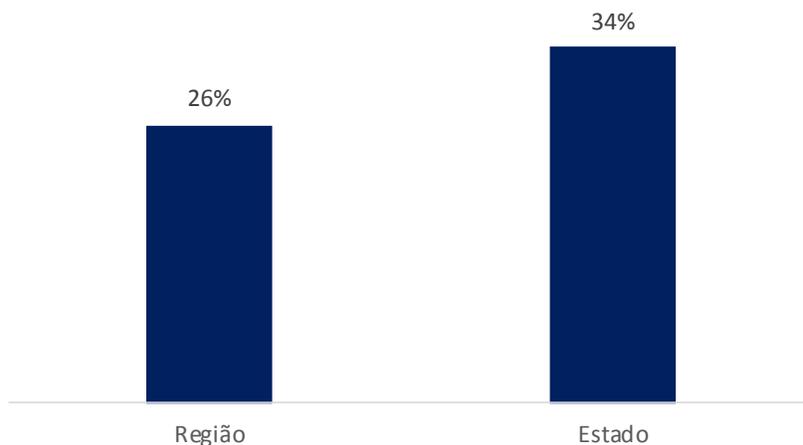


Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

3.3.2 Associativismo

O associativismo indica a participação dos agricultores em cooperativas, entidades de classe ou outros movimentos da sociedade civil bem como a capacidade de organização e articulação desses agricultores em torno de reivindicações de classe, econômicas e/ou políticas. Assim como a região da Capital se localiza entre aquelas com menor participação da agricultura familiar nos estabelecimentos de produção agrícola no estado, o nível de associação entre os estabelecimentos agrícolas apresenta-se cerca de 22% abaixo daquele atribuído as demais regiões, conforme explicitado na Figura 73. Dos 550 estabelecimentos, apenas 145 são associados.

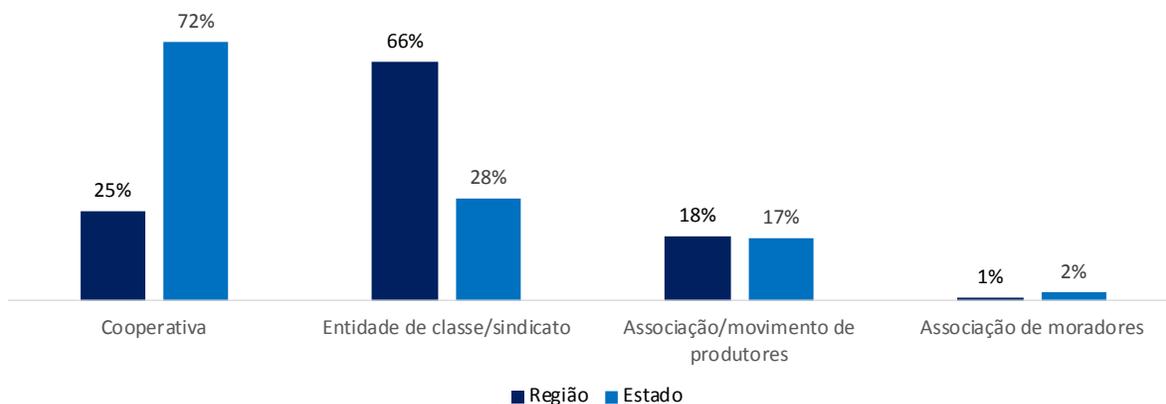
Figura 73 – Proporção de estabelecimentos associados.



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Dentre os 145 estabelecimentos com vínculos associativos na região, a maior parte se insere na forma de entidades de classe (66% ou 96 propriedades), seguida pelas cooperativas (34,5%, ou 818 estabelecimentos) e pelos movimentos de produtores (25%, ou 36 estabelecimentos). Na Figura 74 são explicitados os percentuais de participação dos estabelecimentos em cada uma das categorias de associação analisadas neste relatório. É possível observar que a proporção de associados em entidades de classe na região da Capital é 136% maior do que a média do estado, algo que pode estar relacionado à elevada participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas e à tendência de maior organização e a articulação política entre esses agricultores.

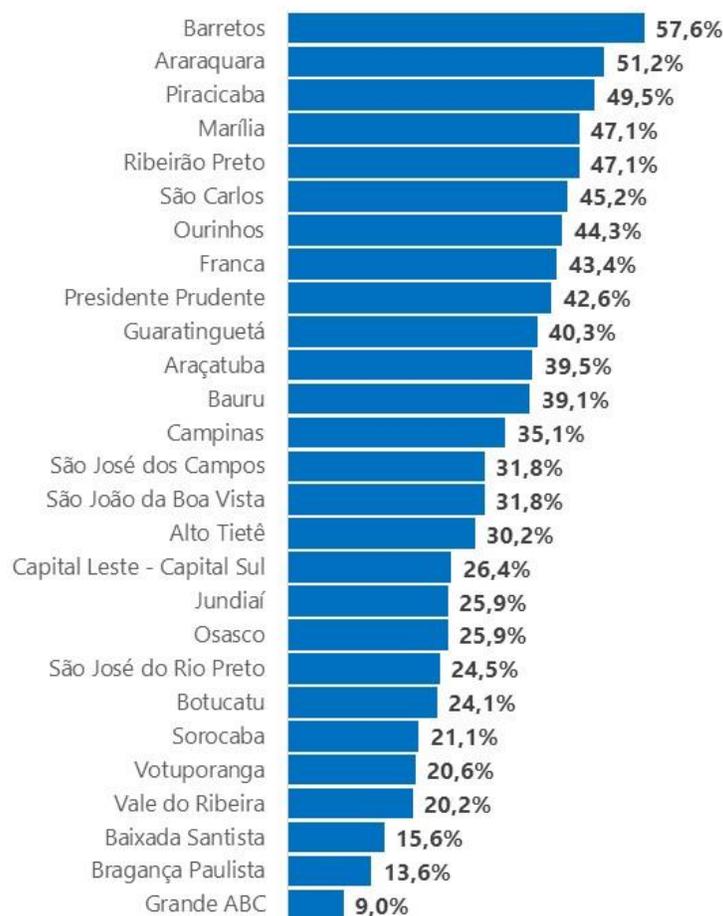
Figura 74 – Distribuição dos estabelecimentos associados por tipo de associação.



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

A participação tímida de estabelecimentos associados, induzem a pensar que o associativismo é pouco presente na região. Dessa forma, é natural que a região se posicione entre aquelas com baixa proporção de estabelecimentos associados entre as 27 regiões paulistas (17ª colocação), à frente de Jundiaí (18ª colocação, com 25,9% dos estabelecimentos associados) e abaixo da região vizinha, Alto Tietê (16ª, com 30,2%), conforme observado na Figura 75.

Figura 75 – Ranqueamento das regiões segundo participação de estabelecimentos associados.



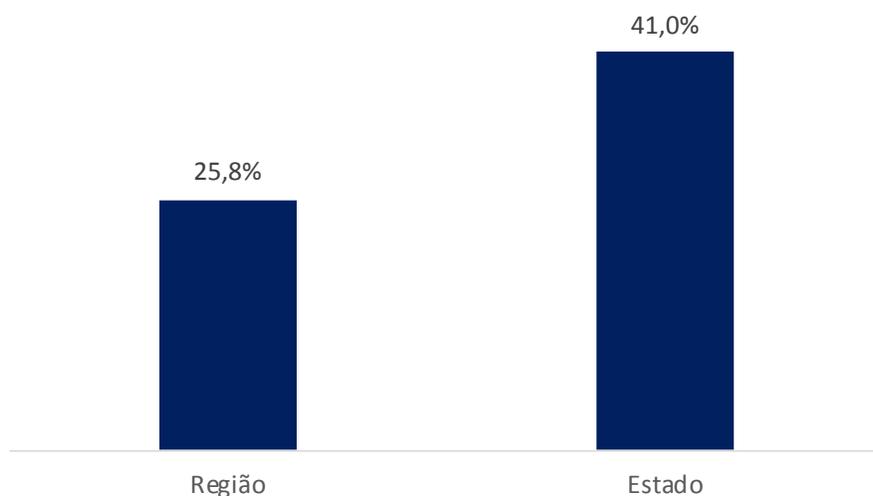
Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

3.3.3 Assistência Técnica

A assistência técnica - definida como a orientação prestada por profissionais habilitados, como engenheiros agrônomos, florestais ou agrícolas; médicos veterinários; zootecnistas; biólogos; técnicos agrícolas; tecnologistas de alimentos ou economistas domésticos, com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários - também é um importante indicador para a formulação de políticas públicas destinadas ao setor, uma vez que revela o nível de sofisticação da

atividade agrícola e os possíveis gargalos que eventualmente possam atravancar a produção. Dos 550 estabelecimentos da região da Capital, 142 isto é, 25,8%, recebem algum tipo de assistência técnica, o que corresponde a 0,2% da participação estadual. Na Figura 76 é possível constatar que este percentual é cerca de 37% inferior àquele contabilizado para o conjunto do Estado de São Paulo. Na região da Capital, portanto, a assistência técnica se faz pouco presente entre os estabelecimentos agrários.

Figura 76 – Proporção de estabelecimentos que recebem orientação técnica.



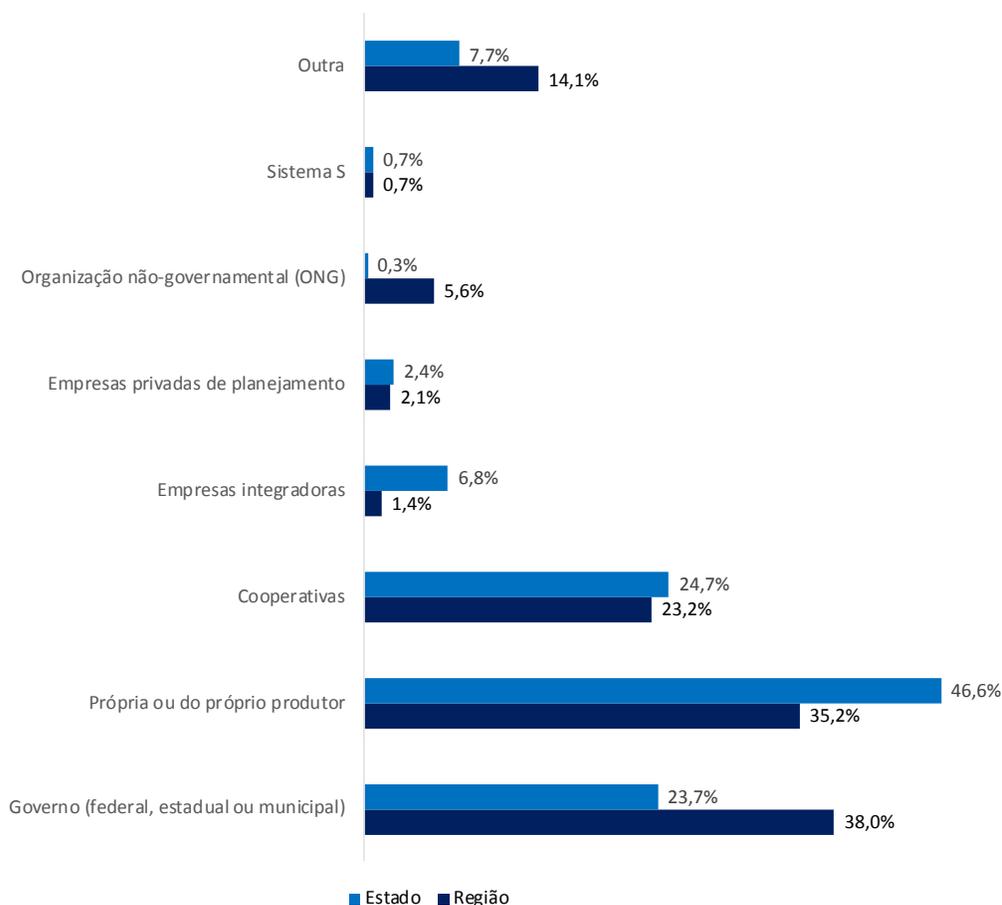
Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Dentre os 550 estabelecimentos que recebem assessoria, 38% (54 estabelecimentos) correspondem a assessoria governo e 35,2% (50) recebem por meio de assistência própria, e 23,2% (33 estabelecimentos) recebem assistência de cooperativas. Por outro lado, apenas 0,7%, ou 1 dos estabelecimentos, recebem assessoria do sistema S.

Na Figura 77 estão evidenciadas as distribuições de origem da assistência técnica para a região e para o estado. A partir dela pode-se observar que na comparação com o estado estão sobrerrepresentadas na região da Capital os seguintes prestadores de assistência técnica: Governo (+60,3%, ou 38% ante 23,7%), ONGs (+2.135%, ou 5,8% ante 0,3%) assim como outros provedores (+83,2%, ou 14,1% ante

7,7%). Por outro lado, destacam-se entre aqueles comparativamente sub-representados as empresas integradoras (-79,3%, ou 1,4% ante 6,8%) e os provedores próprios (-24,5%, ou 35,2% ante 46,6%).

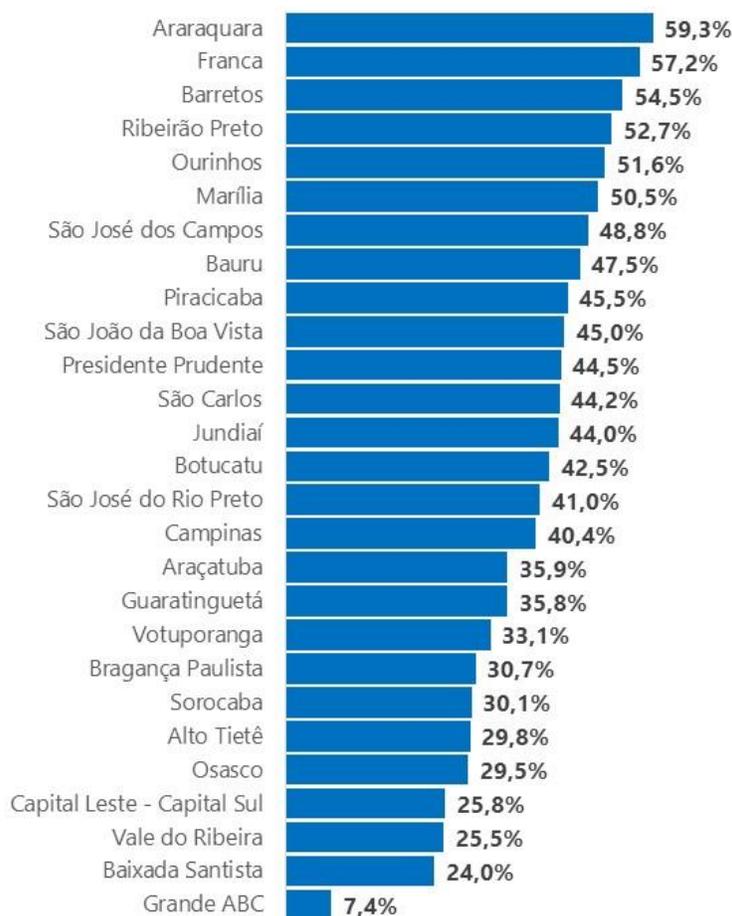
Figura 77 – Distribuição dos estabelecimentos por origem da assistência técnica recebida.



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

A Figura 78 revela que a baixa proporção de estabelecimentos com acesso a assistência técnica coloca a região da Capital na 4ª pior posição do ranqueamento estadual com 25,8% de penetração de assistência técnica entre os produtores rurais da região.

Figura 78 – Ranqueamento das regiões segundo cobertura da assistência técnica entre estabelecimentos.



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

3.3.4 Produção

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios da pouca vocação agrária da região. Na Figura 79 é possível constatar que a produção de horticultura e floricultura com a participação de 320 estabelecimentos (58,2%), o que indica participação relativa 426%% maior do que aquela observada no conjunto do Estado de São Paulo (11% do total). No entanto para todas as outras modalidades a região se encontra sub-representada em relação ao estado, exceto pela aquicultura,

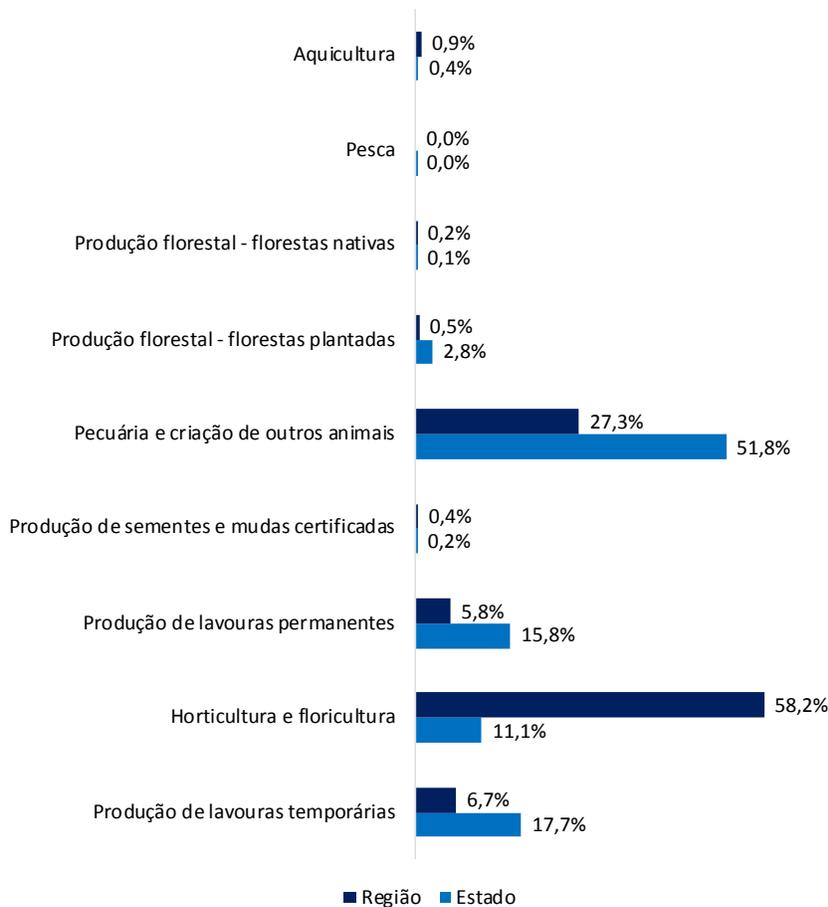
119 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

produção de sementes e mudas certificadas que apesar de estarem sobrerrepresentadas, são valores ínfimos.

Figura 79 – Distribuição dos estabelecimentos por grupos de atividades.



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

3.3.5 Considerações referentes à agropecuária na região

De forma geral a região da Capital apresenta grande participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agrícolas, que em sua maioria aderem ao Pronaf, programa de incentivo à agricultura



familiar do governo federal. Entre os agricultores médios cerca de 53,3% aderem ao programa de incentivo Pronamp, número acima do apresentado pelo restante do estado (33,8%).

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agrícolas cerca de 26% aderem a algum tipo de associação, em especial a cooperativas e a entidades de classe e sindicatos. A pouca aderência dos agricultores a algum tipo de associação coloca a região da Capital na 17ª posição no ranqueamento estadual.

Quanto à assistência técnica, 25,8% dos estabelecimentos agrícolas da região têm acesso a algum tipo de apoio às suas atividades. Destacam-se entre os provedores, a assessoria própria e do governo. É importante ressaltar, ainda, a baixa participação da assessoria proveniente do Sistema S (0,7%), o que pode significar uma desvantagem aos produtores, sobretudo da agricultura familiar com menores possibilidade de acesso a uma assessoria privada.

Por fim, as atividades que mais se destacam na região são horticultura e floricultura (58,2%), e a pecuária e a criação de outros animais (27,3%), que, embora com participação expressiva no total, se encontra sub-representada na comparação região-estado.

4. Dimensão Institucional

Esta seção apresenta dados e informações a respeito da dimensão institucional na região e no Estado de São Paulo. Serão abordados e analisados os seguintes tópicos:

- ▣ Gestão Fiscal;
- ▣ Compras Governamentais;
- ▣ Associativismo e Cooperativismo;
- ▣ Inclusão Produtiva.

Para cada um dos temas serão comparados, sempre que possível, indicadores da região e do Estado de São Paulo e, quando necessário, serão apresentadas as características dos municípios com o intuito de apresentar as potencialidades e os gargalos existentes na dimensão institucional. Importa observar que as informações coletadas na pesquisa primária com os municípios representam avaliação para o estado como um todo.

4.1 Fiscal

A contextualização fiscal é parte fundamental no mapeamento das regiões do Estado de São Paulo. Sua relevância se dá porque a situação orçamentária da região explica muito do que acontece em outras áreas de atuação estatal a exemplo da saúde e da educação. Além disso, identificar quais são as fontes de receitas da região pode ajudar a explicar possíveis gargalos a serem corrigidos, assim como a clareza quanto a gastos de recursos públicos permite melhor direcionamento e eficiência das políticas públicas. É importante destacar que a adoção de políticas que desconsiderem as peculiaridades fiscais de uma determinada região pode gerar distorções, não gerar os efeitos desejados e muitas vezes gerar incentivos que levam a uma má alocação dos recursos públicos.

Nessa seção serão discutidos aspectos relacionados tanto às receitas, quanto às despesas do setor público. No que se refere à receita, apresentaremos dados per capita relacionados às diferentes fontes que contribuem para o montante (receita própria, transferências federais, transferências estaduais,

outras transferências públicas), além de algumas especificidades de municípios que compõe a região. Já em relação aos gastos, também serão abrangidos os gastos por indivíduo de modo a revelar como se dividem entre as áreas de saúde, educação, assistência social, agricultura e entre outros tipos de gastos.

4.1.1 Receitas

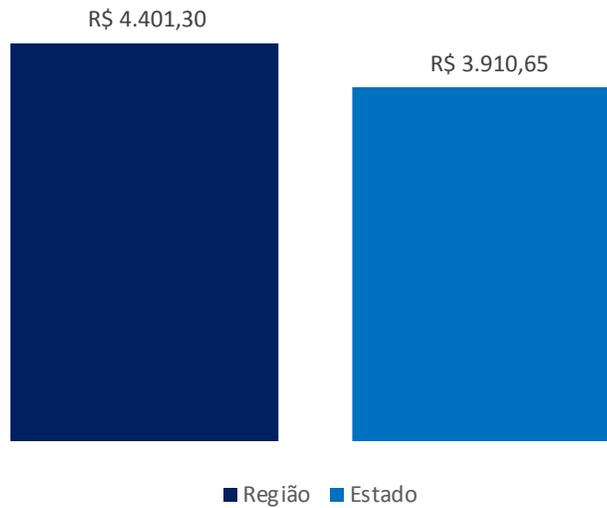
Inicialmente é importante mencionar as principais fontes de receita dos municípios brasileiros, a qual se mostra fortemente dependente da arrecadação tributária. Adotando-se como base o ano de 2018, em média, 66,14% das receitas municipais foram oriundas de transferências. Essas transferências incluem, entre outras fontes, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o FPM (Fundo de Participação dos Municípios). A receita tributária municipal é responsável, em média, por 19,07% das receitas totais com destaque para o ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), que representa 9,18%.⁵

Em 2020, no entanto, a redução da atividade econômica devido a medidas para contenção da pandemia de COVID-19, possivelmente impactará negativamente a arrecadação tributária e, por conseguinte, as receitas municipais. É difícil, porém, quantificar o impacto das medidas restritivas sobre as receitas devido às incertezas sobre evolução da pandemia nos municípios brasileiros e de como será a retomada econômica dos mesmos. No entanto, é importante saber que o momento é de tendência clara de queda na receita municipal tanto no presente quanto a médio prazo, o que tornam investimentos públicos mais proibitivos.

Em 2018, a região Capital teve uma receita total de R\$ 52,9 bilhões de reais, o que corresponde a 30,3% da soma das receitas de todos os municípios do Estado de São Paulo (R\$ 174,9 bilhões). A Figura 80 mostra que a região teve uma receita per capita 12,5% maior do que a observada no estado como um todo (R\$ 4.401,30 ante R\$ 3.910,65). A visualização do ranqueamento regional, apresentado na Figura 81, revela que a Capital possui 4ª maior receita per capita entre as 27 regiões paulistas.

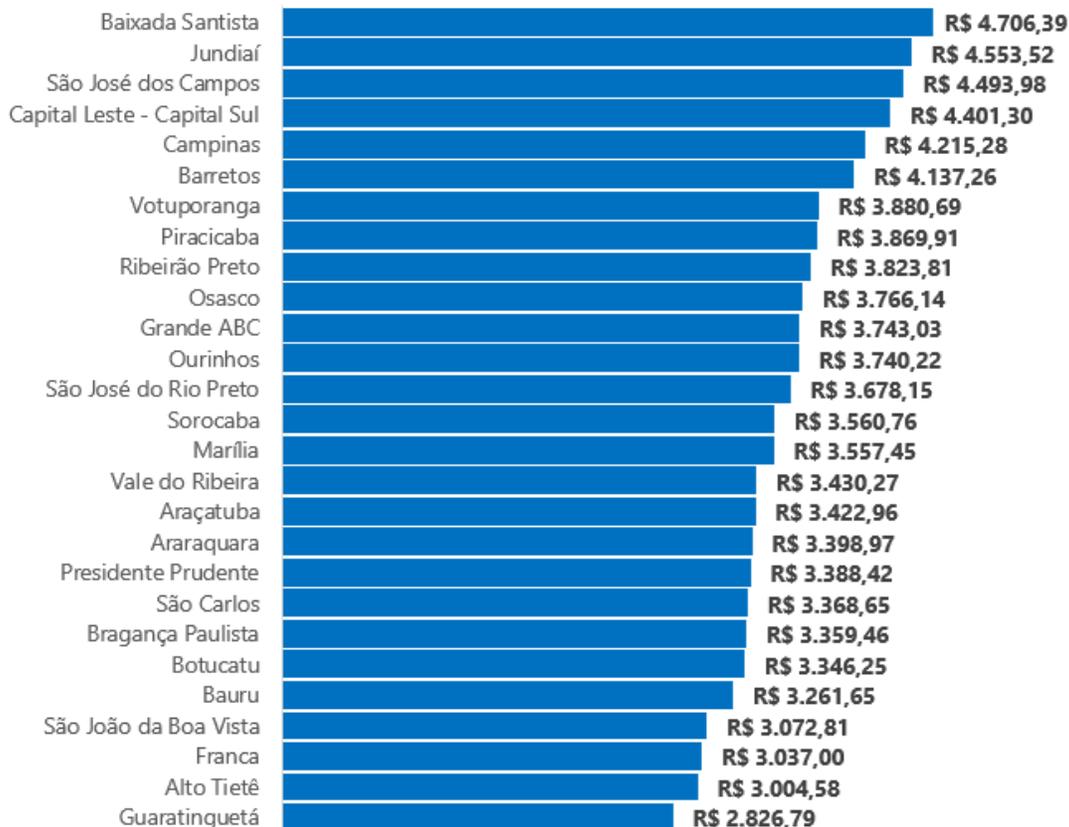
⁵ Fonte: Observatório de Informações Municipais: <http://www.oim.tmunicipal.org.br/>
123 / 225

Figura 80 – Receita per capita.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

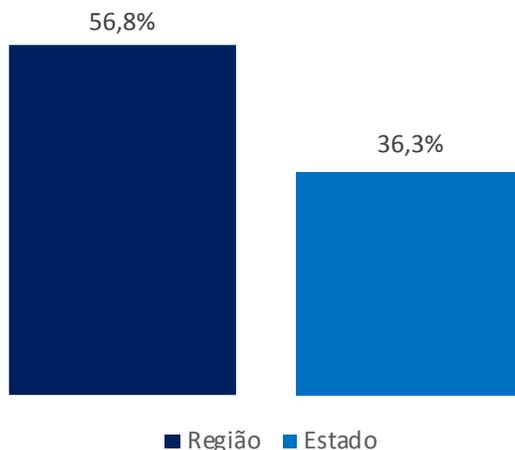
Figura 81 – Ranqueamento das regiões segundo receita per capita.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Como mencionado, é importante que se entenda o quanto a receita dos municípios da região depende de participação própria e de transferências. A Figura 82 mostra que a importância de receitas próprias na região é muito acima do observado no restante do estado. Enquanto os municípios do estado possuem 36,3% do total da receita geradas no próprio município, na região esse percentual é de 56,8% (ou +56,6%).

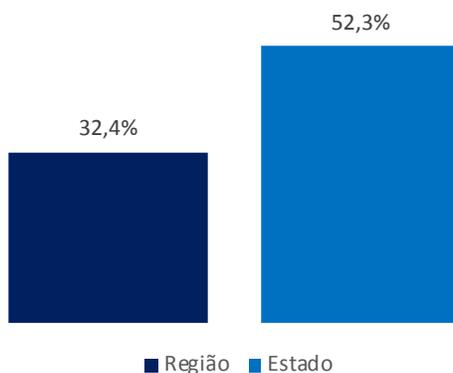
Figura 82 – Participação da receita própria nas receitas totais.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

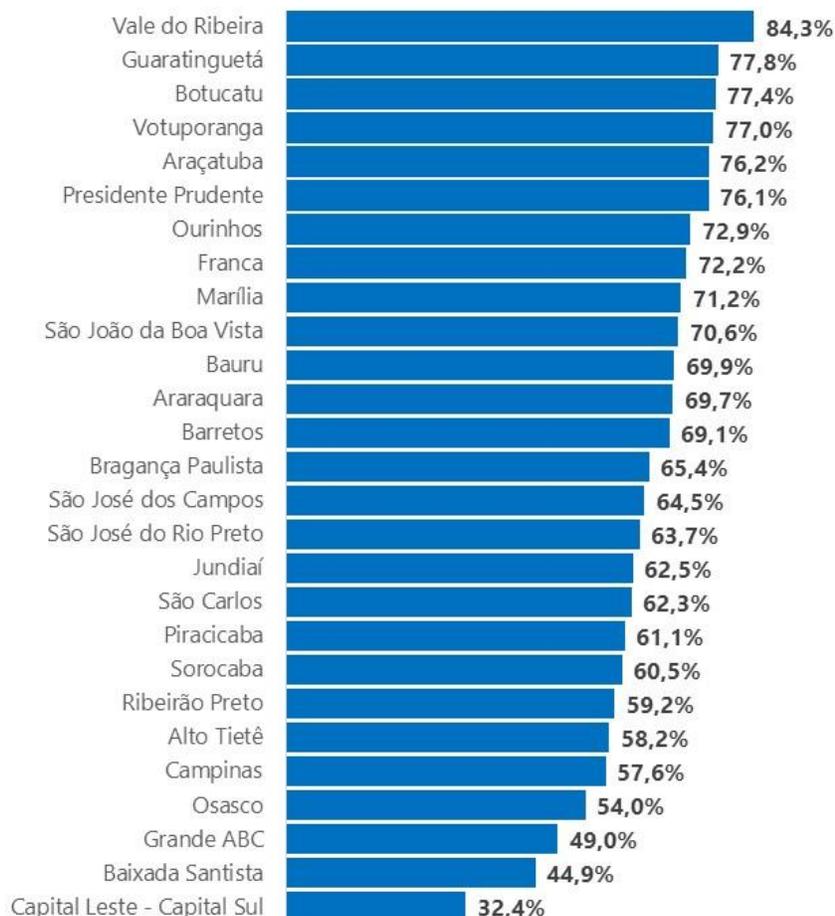
Dessa forma, é natural que a Figura 82 indique a menor dependência na região da Capital de transferências. Cerca de 32,4% das da região vêm de transferências, 61,3% menor que o participação no conjunto do Estado de São Paulo (52,3%). Isso coloca a região da Capital como a região menos dependente de transferências em termos de receita.

Figura 83 – Participação das transferências nas receitas totais.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

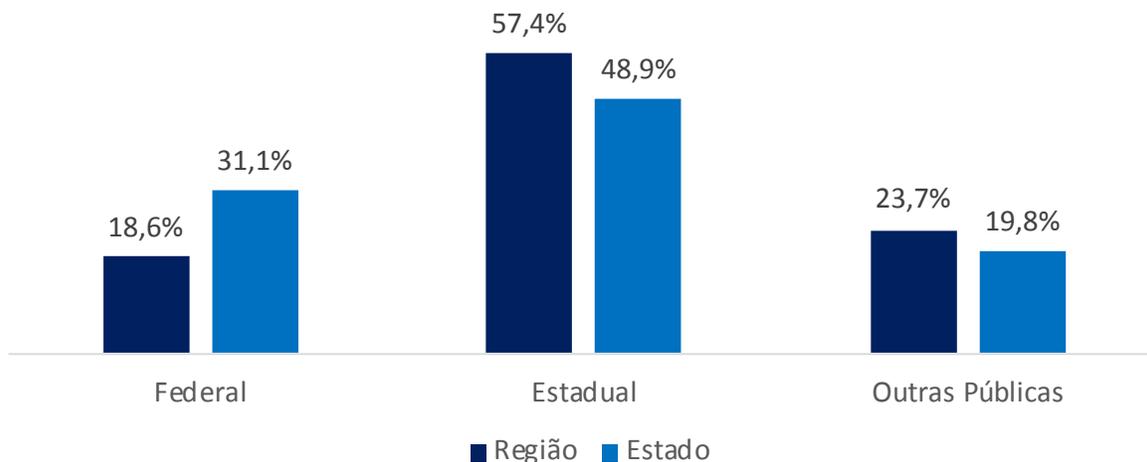
Figura 84 – Ranqueamento das regiões segundo dependência de transferências.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Com relação à origem das transferências, as estaduais são as mais relevantes regionalmente (57,4%), e se situa em patamar +17,5% ao observado no restante do estado (48,9%). A seguir, as transferências federais também se mostram representativas, porém em menor grau em relação ao estado – respondem por 18,6% do total e 40% menor em relação ao estado. Por fim, outras transferências públicas respondem por 23,7% do total, patamar 20% maior do que o estadual (19,8%).

Figura 85 – Composição das transferências recebidas.

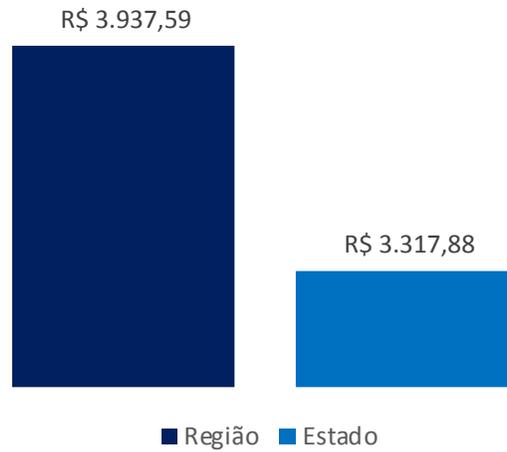


Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

4.1.2 Despesa

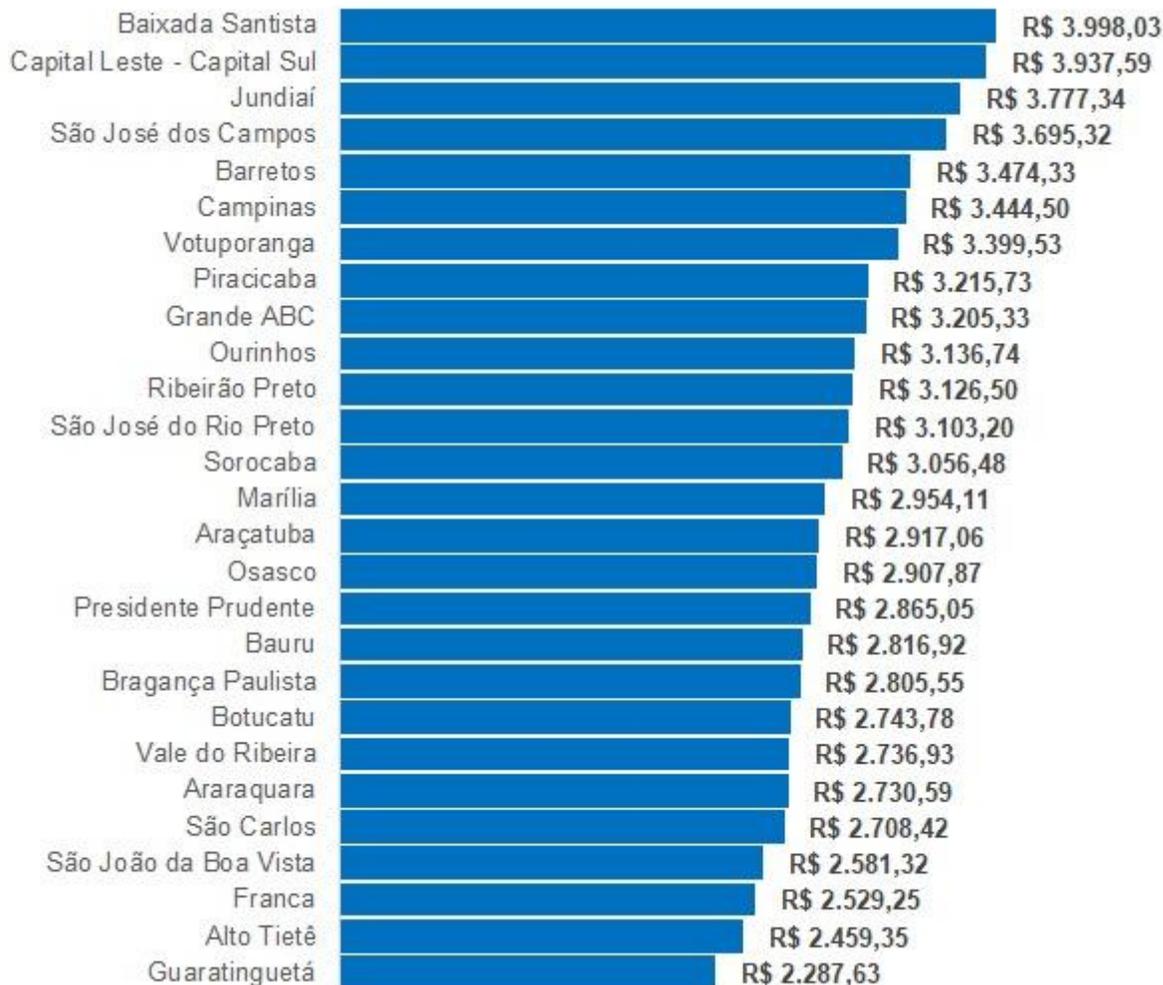
Complementarmente à discussão das receitas, vale discutir os dados relativos aos gastos da região da Capital. A região é responsável por um gasto de R\$ 47,40 bilhões, que representa 31,9% das despesas de todo o Estado de São Paulo (R\$ 148,4 bilhões). Em termos populacionais, a região apresenta despesa de R\$ 3.937,59 por habitante da região, ou 18,7% maior do que o valor médio paulista (R\$ 3.317,68). No ranqueamento das regiões paulistas, percebe-se que a região da Capital ocupa a faixa superior do ranking (4^a) em relação as demais.

Figura 86 – Despesa corrente per capita.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

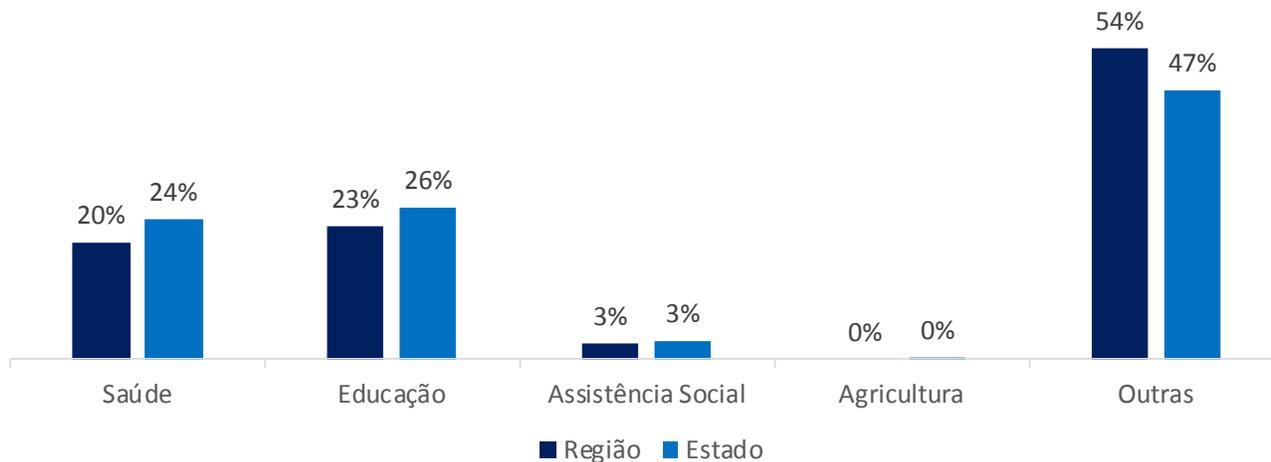
Figura 87 – Ranqueamento das regiões segundo despesa corrente per capita.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Por fim, deve-se analisar o perfil das despesas em diferentes áreas na região da Capital. Conforme observado na a Figura 88, a região gasta mais do que o conjunto do estado somente em áreas, tais como transportes e urbanismo – aqui agregadas como ‘Outras’. Já nas demais áreas a região gasta menos que o restante do estado mas ainda assim segue o mesmo padrão. Por exemplo os gastos em: saúde (-16%), educação (-11%) e assistência social (-14%).

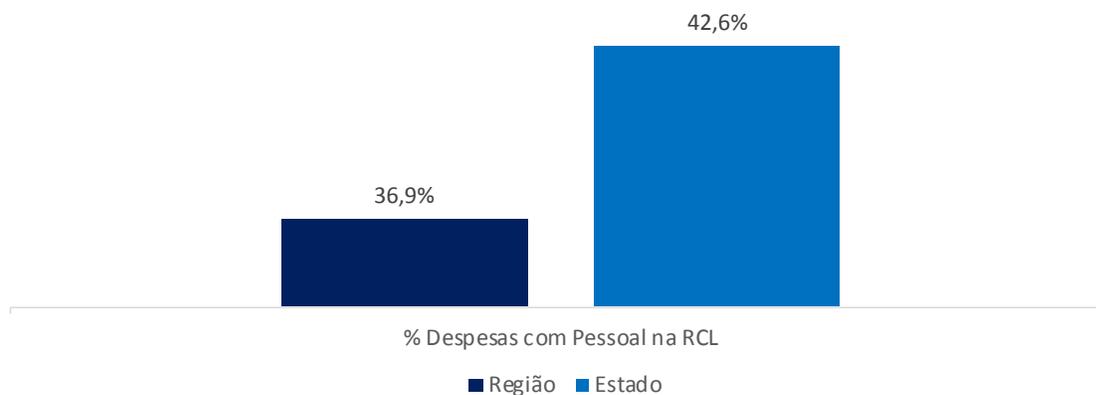
Figura 88 – Composição das despesas segundo área.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Na análise das despesas municipais é essencial que se verifiquem os gastos com pessoal do poder executivo municipal, normalmente responsáveis por elevada parcela do total. Essa informação é apresentada na Figura 89 – como proporção da receita corrente líquida (RCL) – e indica que a região da Capital gasta cerca de 15,5% a menos com pessoal do que o conjunto do estado. Apesar de essa ser uma diferença considerável é relevante verificar se a região se enquadra no limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), isto é, gastam menos que 54% da RCL com pessoal (incluindo os encargos sociais).

Figura 89 – Participação de despesas com pessoal na receita corrente líquida – Executivo.



Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Mais especificamente, quando a despesa pessoal fica entre o percentual de 51,3% e 54%, a cidade se encontra no chamado ‘Limite Prudencial’, que indica que o município está próximo ao teto estabelecido pela LRF. A partir desse patamar, o município passa a ter entraves para a criação de cargos, contratações e concessão de reajustes. Quando o município está acima do máximo permitido – acima de 60% da RCL – ele deve corrigir os excessos em até 8 meses e, caso não o faça, está sujeito a punições não mais receber transferências voluntárias e não poder contratar operações de créditos, afetando diretamente as finanças públicas municipais.

A Tabela 20 mostra que a cidade de São Paulo (Capital paulista) está em conformidade com a LRF.

Tabela 20 – Dados Comparativos entre a Capital e demais municípios do Estado segundo categorias da LRF.

Categorias da LRF	Total de municípios (região)	%	Total de municípios (estado)	%
Em conformidade	1	100%	476	74%
Acima do Limite Prudencial (54%)	-	0%	25	4%
Acima do Limite de Alerta (57%)	-	0%	10	2%
Acima do Limite Máximo (60%)	-	0%	8	1%
Sem Informação	-	0%	126	20%
Total	1	100%	645	100%

Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

4.1.3 Capacidade de Pagamento

Nos próximos parágrafos serão analisados dados relativos à **situação fiscal** dos municípios em relação à sua capacidade de pagamento e também à sua situação fiscal, extraídos das bases de dados do **Tesouro Nacional**. Segundo descrição do Tesouro:

“A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da CAPAG é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o Tesouro Nacional. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por

132 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da CAPAG foram definidos na Portaria STN nº 882/2018⁶.

Ressalta-se nesse sentido que para qualquer operação de crédito das quais os entes subnacionais dependam de garantias ou aval da União, a **CAPAG** é o parâmetro de risco de crédito. A metodologia, bem como as descrições das análises de suficiência, são objeto da **Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017**.

A Portaria destaca três requisitos de elegibilidade à análise de pedido de verificação dos limites e condições de operação de crédito:

- ▣ Que o ente pleiteante tenha capacidade de pagamento calculada e classificada como A ou B;
- ▣ Que haja comprovação de suficiência das contra garantias oferecidas à União
 - ▣ No caso dos municípios são: 1) IRRF - arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; 2) ITR - participação na arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural; 3) IPVA - participação na arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores; 4) ICMS - participação na arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e; 5) FPM - Fundo de Participação dos Municípios⁷.
- ▣ Que haja manifestação favorável quanto ao custo efetivo da operação de crédito⁸.

A CAPAG será determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores:

⁶ Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

⁷ a) receitas próprias a que se refere o art. 156 da Constituição Federal; b) recursos a que se refere o art. 158 da Constituição Federal e c) recursos a que se referem o inciso I, "b" do art. 159 da Constituição Federal.

⁸ Art. 9º O custo efetivo máximo aceitável das operações de crédito garantidas pela União será determinado com base em metodologia a ser definida pela STN.

- ▣ Indicador de Endividamento;
- ▣ Indicador de Poupança Corrente;
- ▣ Indicador de Liquidez.

A nota final da CAPAG é determinada pela composição destes 3 indicadores, conforme Tabela abaixo:

Tabela 21 – Tabela de atribuição de notas para a Capacidade de Pagamento (CAPAG).

Classificação Parcial dos Indicadores			Classificação Final da CAPAG
Endividamento	Poupança Corrente	Liquidez	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais Combinações			C

Fonte: Tesouro Nacional, 2020.

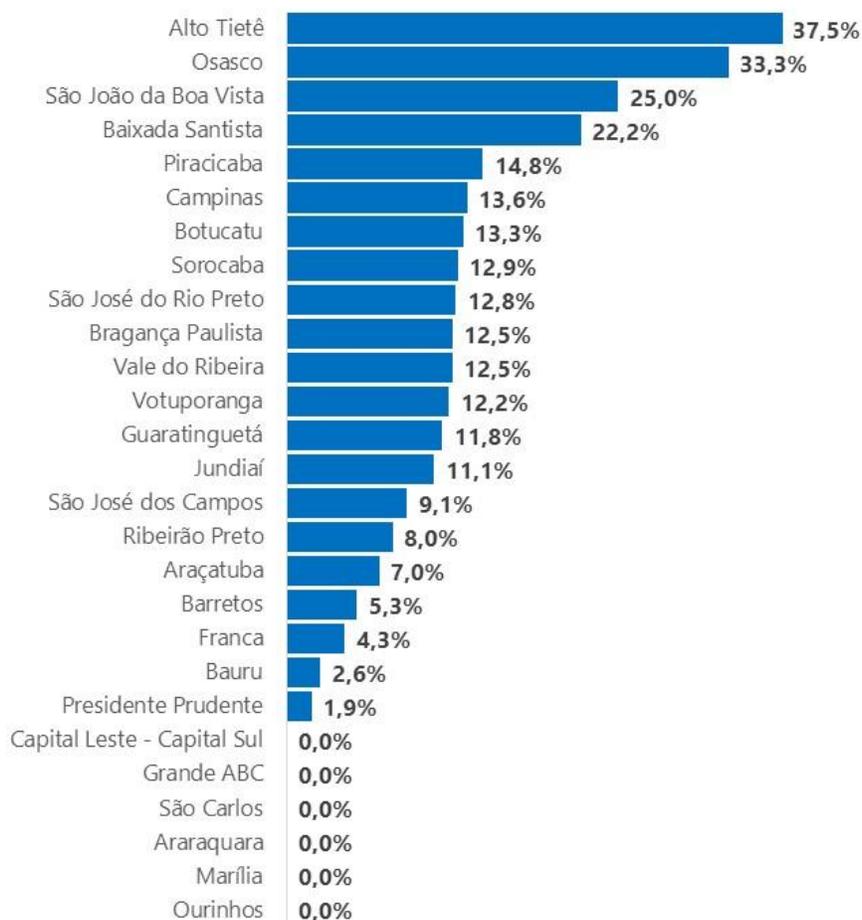
Nesse sentido, pode-se observar a partir de informações obtidas da base do Tesouro Nacional – dados para o segundo quadrimestre de 2020 – a distribuição dos municípios da região por notas da CAPAG. A Tabela 22 apresenta esses dados, e pode-se perceber que a Capital do estado possui nota B para o indicador de endividamento assim como outros 19 municípios do estado (ou 3% do estado). Com relação ao indicador de poupança corrente a região apresenta nota B assim como outros 223 municípios do estado (ou 35%). Já com relação ao indicador de liquidez a região recebe nota A assim como outros 357 municípios do estado (ou 55%). Por fim tem-se que a nota final da região é B, e figura assim entre os outros 130 municípios que receberam a mesma nota B em todo o estado. Esse fator pode explicar a má colocação da região da Capital no ranqueamento estadual segundo a proporção de municípios com nota CAPAG A, apresentado na Figura 90.

Tabela 22 – Dados Comparativos da Capital com os municípios do Estado segundo notas CAPAG.

Notas dos Indicadores CAPAG	Total de municípios (Região)	(%)	Total de municípios (Estado)	%	Participação Estadual
Indicador de Endividamento					
A	-	0%	529	82%	0,0%
B	1	100%	19	3%	5,3%
C	-	0%	-	0%	0,0%
Sem registro	-	0%	97	15%	0,0%
Indicador de Poupança Corrente					
A	-	0%	110	17%	0,0%
B	1	100%	223	35%	0,4%
C	-	0%	259	40%	0,0%
Sem registro	-	0%	53	8%	0,0%
Indicador de Liquidez					
A	1	100%	357	55%	0,3%
B	-	0%	-	0%	0,0%
C	-	0%	198	31%	0,0%
Sem registro	-	0%	90	14%	0,0%
Nota Final CAPAG					
A	-	0%	64	10%	0,0%
B	1	100%	130	20%	0,8%
C	-	0%	269	42%	0,0%
Sem registro	-	0%	182	28%	0,0%

Fonte: Tesouro Nacional, 2020.

Figura 90 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios com nota CAPAG A.



Fonte: Tesouro Nacional, 2020.

4.1.4 Considerações referentes à gestão fiscal na região

Com relação a situação fiscal, a região da Capital se mostra com um nível de receita per capita acima da média estadual. Muito deste desempenho pode ser explicado pelo fato de a Capital apresentar o maior nível de geração de receitas próprias dentro do Estado de SP. Cabe ressaltar que, ao discutir a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, o percentual de transferências intergovernamentais foi diferente ao padrão médio estadual. Neste ponto, destaca-se a elevada participação das transferências estaduais em contraponto aos demais municípios.

Do ponto de vista das despesas podemos notar que a região da Capital tem um valor de gastos per capita também superior ao restante do estado de São Paulo, estando entre as com maiores níveis para este indicador. Na análise do perfil de gastos, percebe-se menores gastos relativos em Saúde, Educação, Assistência Social do que o conjunto paulista. A região também possui um menor percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida do que a totalidade do estado e está em conformidade em relação aos limites impostos pela lei de responsabilidade fiscal.

Por fim, os indicadores de capacidade de pagamento (CAPAG) das finanças municipais mostram que a região da Capital apresenta classificação final B. Este resultado é consequência das notas de poupança corrente e endividamento.

4.2 Gestão Municipal

Com a nova Constituição Federal do país promulgada em 1988, o federalismo brasileiro passou a se organizar de forma cada vez mais descentralizada, de forma que os governos subnacionais assumiram mais responsabilidades, principalmente nas políticas públicas de cunho social (saúde, educação e assistência social). Destaca-se, nesse contexto, a maior atuação dos atores em nível municipal.

Quanto à gestão administrativa, mais autonomia exige mais capacidade e qualidade técnica e organizacional das prefeituras. Assim, a descentralização prevista na Constituição possibilitou, no campo das políticas sociais, a existência de características cooperativas no federalismo brasileiro⁹. O artigo 23 da Nova Carta estabeleceu como tarefa comum da União, dos estados e dos municípios importantes áreas de políticas públicas, tais como saúde, assistência social, educação, cultura, habitação e saneamento, meio ambiente e redução da pobreza.

Ao mesmo tempo, atribuiu forte poder regulatório nas mãos do governo federal para direcionar o processo de descentralização com efeitos duradouros, principalmente no que se refere às

⁹ Abrucio, Fernando Luiz e Sano, Hironobu (2013). *Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras*". Luciana de Oliveira Garcia, Nelcilândia Pereira de Oliveira e Samuel A. Antero (orgs.). Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília-DF: Editora IABS.

características das administrações municipais¹⁰. De forma especial, e em linha com o tema do capítulo, segundo Grin e Abrucio (2018)¹¹, ao instituir uma Federação, o Brasil ampliou a autonomia municipal, mas também ampliou seus poderes comuns com a União e os estados. Este novo estatuto passou a exigir mais capacidade administrativa, visto que a descentralização das políticas aumentou as necessidades de organização e prestação de serviços locais.

A demanda gerencial municipal tornou-se efeito imprevisto de descentralização que cresceu conforme as atribuições foram assumidas localmente¹². Portanto, é necessário considerar a baixa qualidade das burocracias municipais diante do hiato entre as novas responsabilidades que a descentralização proporcionou e suas capacidades instaladas¹³. A descentralização coexiste com municípios com estrutura administrativa e financeira precárias e seu sucesso é condicionado por essas limitações na resposta às atribuições assumidas¹⁴.

4.2.1 Instrumentos de Planejamento

Uma forma de abordagem para avaliar capacidades de gestão em nível municipal é a existência de setores de planejamento. Uma *proxy* nesse sentido é a formulação de planos setoriais direcionados a algumas áreas de políticas públicas, conforme mostra a Figura 91. Como pode ser visto, são poucas as áreas com cultura de planejamento mais disseminada, como são os casos das áreas de saúde e educação. Nessas áreas, em particular, a existência de planejamento é um dos critérios para o recebimento de transferências intergovernamentais, o que implica a existência de mais planos formais que são efetivamente coordenados por uma unidade de gestão. Há, ainda, obrigações legais, como no caso de legislação federal que exige o desenvolvimento de planos para o setor educacional por parte dos municípios.

10 Grin, Eduardo José Grin (2014). *Trajetória e avaliação dos Programas Federais Brasileiros voltados a promover a eficiência administrativa e fiscal dos municípios*. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 2, Mar./Abr., pp. 459-480.

11 Grin, Eduardo José J e Abrucio, Fernando Luiz (2018). *Las capacidades estatales de los municipios brasileños en un contexto de descentralización de políticas*. *Reforma y Democracia*, 70, febrero, pp. 93-126.

12 Souza, Celina y Carvalho, Inaiá M. M. (1999). *Reforma do Estado, descentralização e desigualdades*. *Lua Nova*, N° 48, pp. 187-213.

13 Melo, Marcus André (1996). *Crise federativa, guerra fiscal e 'hobbesianismo municipal': efeitos perversos da descentralização?*. *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 10 N° 3, pp. 11-20.

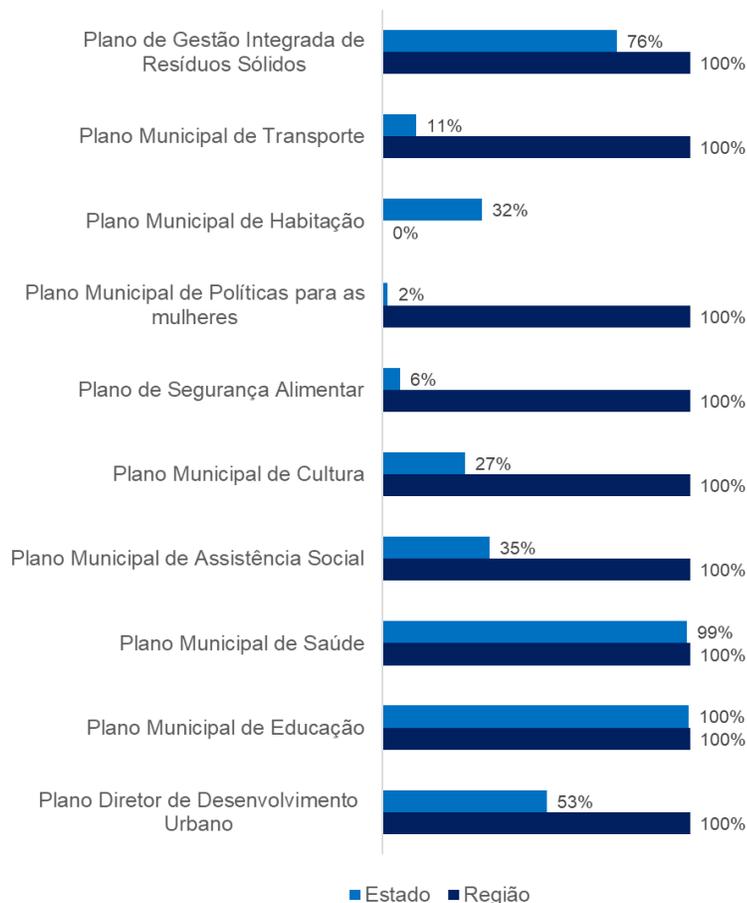
14 Kugelmas, Eduardo y Sola, Lourdes (1999). *Recentralização/descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90*. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, Vol. 11 N° 2, pp. 63-83.

A situação dos resíduos sólidos é semelhante, já que a Lei Nacional de 2010 obriga os municípios a implementarem políticas municipais para a área. Tais políticas têm potencial direto de impacto sobre temas voltados ao **Associativismo e Cooperativismo**, especialmente àqueles relacionados às cooperativas de material reciclável. Em suma, a lógica do planejamento nos municípios é mais setorial e muito mais estimulada pela legislação federal do que sistêmica e elaborada como uma política autônoma dos municípios. Nas áreas onde prevalece a discricionariedade do governo local (segurança alimentar, transporte e políticas para as mulheres) o planejamento é bem menos presente.

Nas áreas de cultura, assistência social e habitação, setores em que existe, ou existiu, períodos com incentivos mais organizados pelo governo federal (e.g. Sistema Nacional de Cultura, PAC e Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social), os números são mais altos. Todavia, mesmo nessas temáticas, a quantidade de cidades com planos setoriais corresponde a menos de 50% do total regional. No caso do Plano Diretor Municipal, vale registrar que, conforme o Estatuto das Cidades¹⁵, trata-se de uma obrigatoriedade apenas para as cidades com mais de 20 mil habitantes.

¹⁵ Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001.

Figura 91 – Existência de Planos Setoriais nos municípios por tema.



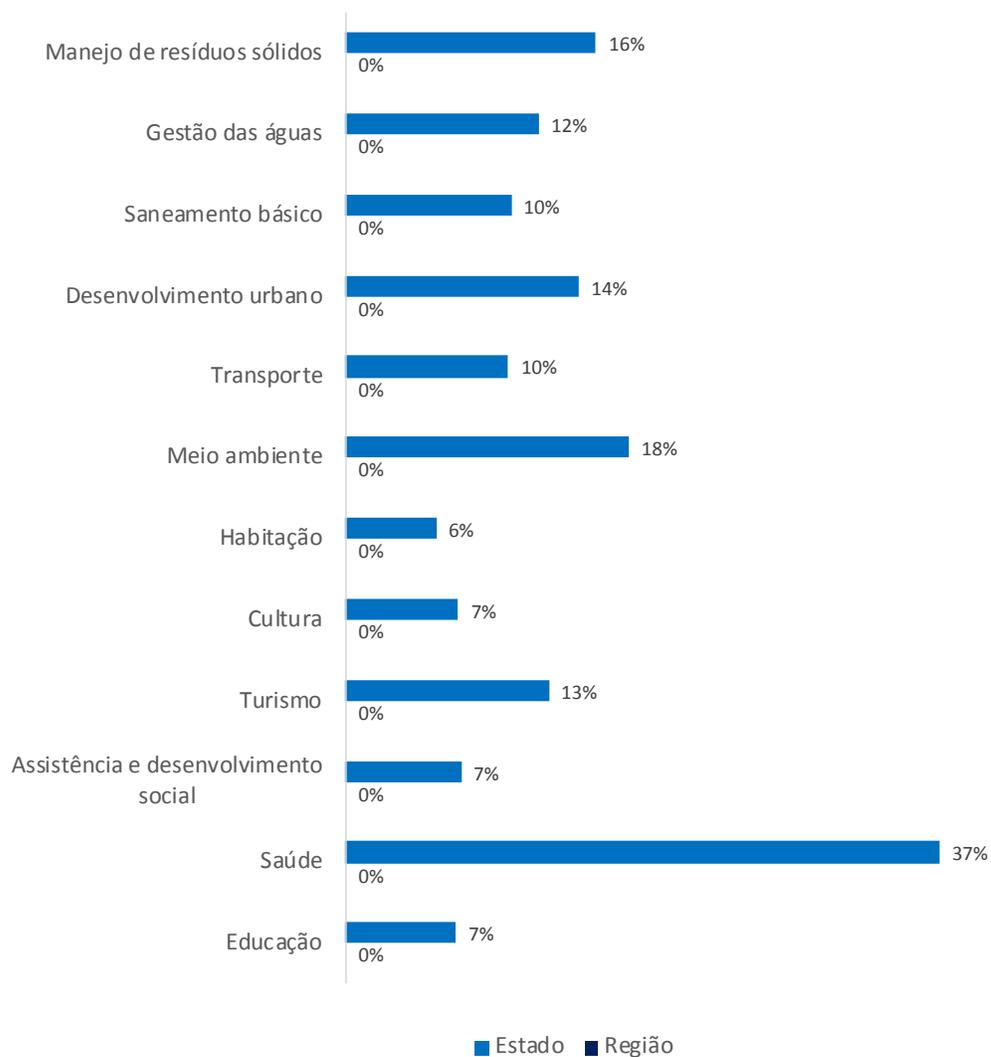
Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2017, IBGE.

Em relação ao município de São Paulo, os dados apresentados na Figura 91 revelam a existência de planos setoriais para todos temas, exceto o de Habitação. Entretanto, após consulta aos diretamente aos portais da Prefeitura foi comprovada a existência do Plano Municipal de Habitação.

4.2.2 Participação em Consórcios

A situação dos consórcios – temática correlata às **Relações Institucionais** – na região da Capital difere dos municípios brasileiros e mesmo da média das localidades paulistas, ao não apresentar nenhum vínculo com consórcios.

Figura 92 – Municípios participantes de Consórcio Municipal, segundo tema.

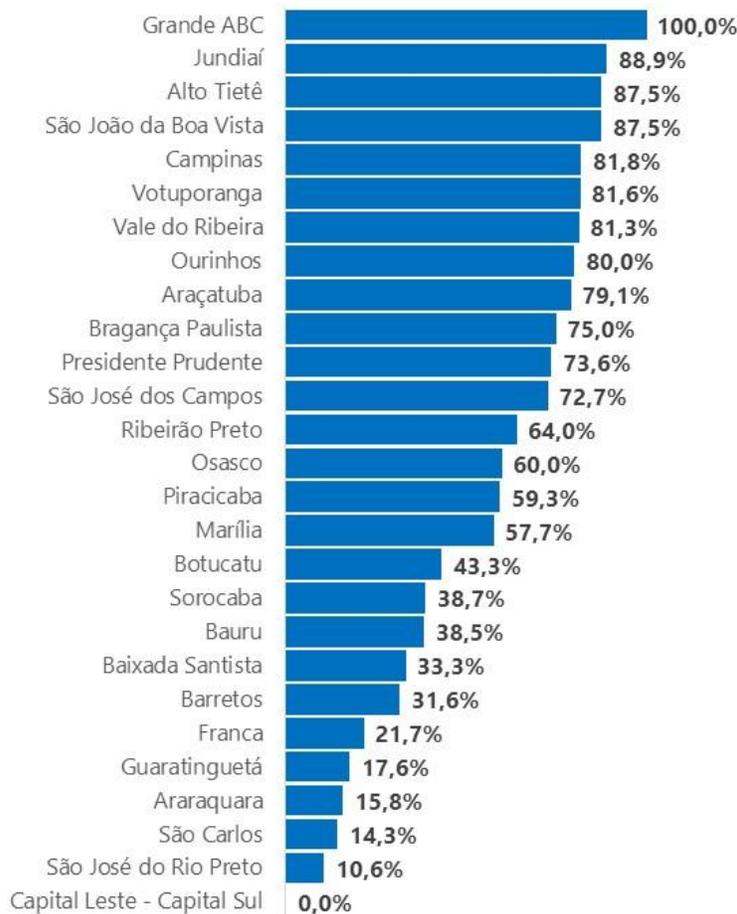


Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2015, IBGE.

A área da educação é usualmente pouco propensa ao associativismo territorial, pois a distribuição de redes de ensino por nível de governo e a forma como a política é financiada estimulam mais a autonomia do que a visão consorciada. Isso explicaria a ausência regional de consórcios da área, bem como sua baixa presença no Estado de São Paulo. No caso da assistência social, a lógica de planejamento regional, mimetizada da saúde, é mais recente (por exemplo, a construção de Centros de Referência Especializado – CREAS) e não tem sido suficiente para mobilizar esforços mais

cooperativos. No país como um todo não são mais de 8% das cidades consorciadas nessa área, conforme dados de 2015. No meio ambiente, área na qual o consorciamento, no Brasil, cresceu em 235% de 2005 a 2015, observa-se que a região também possui números inferiores à média estadual. No saneamento a situação é similar (+ 94% de expansão no país em 10 anos). Em resumo, baseado nos dados apresentados, a região da Capital, por não possuir nenhum município vinculado à consórcio, figura como a última colocada no ranking.

Figura 93 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios que participam de ao menos 1 consórcio.



Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2015, IBGE.

4.2.3 Políticas para Micro e Pequenas Empresas

A Lei Geral¹⁶ estabelece as normas gerais relativas ao tratamento e favorecimento dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Entre os seus benefícios estão: (i) regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias; (ii) desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária; (iii) dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias; (iv) simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPE; (v) facilitação do acesso ao crédito e ao mercado; (vi) preferência nas compras públicas; (vii) estímulo à inovação tecnológica; (viii) incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios; (ix) incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho; (x) regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização; xi) parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional.

Assim, essa Lei é um importante mecanismo normativo e de regulação da gestão municipal perpassando diversos eixos prioritários de atuação do SEBRAE: **Desenvolvimento local e regional; Agentes de Desenvolvimento; Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios e; Legislações de desburocratização e fortalecimento das micro e pequenas empresas.** Na prática a Lei Geral busca modernizar as relações entre as MPEs e a gestão pública tendo como uma das suas metas mobilizadoras a implementação da Lei pelo Poder Público Municipal.

Dada a importância da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa o Sebrae Nacional desenvolveu o projeto **Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros**¹⁷. Tal “monitor” tem como objetivo acompanhar – em nível municipal – o desenvolvimento de ações que fomentem: o aumento de renda via **uso do poder de compra**; a modernização de processos de abertura e baixa de registros empresariais (**desburocratização**) e a institucionalização do **Agente de Desenvolvimento**. Nesse sentido, esta seção explora as informações disponibilizadas pelo SEBRAE Nacional e busca

¹⁶ Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

¹⁷ <http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/Home.do>

contextualizar a região da Capital comparando-a com as informações estaduais e demais regiões de articuladores. Importante ressaltar que estas informações estão defasadas no tempo e, com isso, a proposta analítica aqui apresentada é subsidiar e indicar o panorama observado no passado para os indicadores e fomentar a discussão futura com os atores locais que participarão das oficinas de formulação da agenda.

Tabela 23 – Instrumentos existentes na Região e no Estado.

Pergunta	Região	(%)	Estado	(%)
Implementa a Lei Geral*				
Sim	1	100%	341	53%
Não	-	0%	304	47%
Políticas de Desenvolvimento Implantadas*				
Sim	-	0%	45	7%
Não	1	100%	600	93%
Implementa a Rede Simples*				
Sim	-	0%	-	0%
Não	1	100%	645	100%
Via Rápida Empresa, em 03.08.2020**				
Sim	-	0%	444	69%
Não	1	100%	201	31%
Existência de Sala do Empreendedor/SEBRAE Aqui**				
Sim, tem ambos	-	0%	155	24%
Sim, tem Sala do Empreendedor	-	0%	95	15%
Sim, tem SEBRAE Aqui	1	100%	62	10%
Não	-	0%	333	52%

Fonte: Monitoramento da Implementação de Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014*;
UPPRI, SEBRAE-SP, 2020**

De forma geral, a Figura 93 indica que a região possui desempenho semelhante às médias estaduais quanto ao status de implementação de instrumentos de gestão para alguns critérios – Lei Geral, Rede

Simplex e Políticas de Empreendedorismo – porém distinto em outros (Desenvolvimento Sala do Empreendedor/SEBRAE e Via Rápida Empresa). Especificamente a respeito da Lei Geral, nota-se que a região implementa a Lei Geral. Tal superioridade regional se verifica, no comparativo entre as regiões de articuladores, apresentado na Figura 94, o qual aponta a região como a 2ª colocada entre elas.

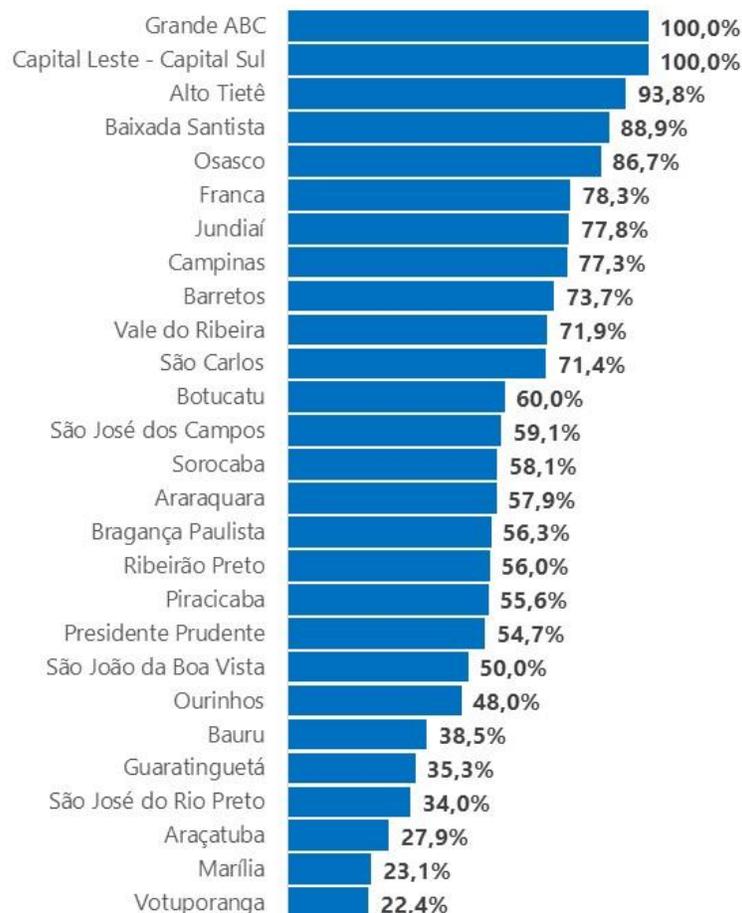
Seria importante aprofundar a investigação das razões causadoras dessa performance. Esse é mais um tópico que pode orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP já que tais considerações se mostram relevantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação. Por outro lado, a aplicação de políticas de **desenvolvimento local**, a região não apresenta Políticas de Desenvolvimento Implantada.

Figura 94 – Ranqueamento das regiões segundo a proporção de municípios com a Lei Geral implementada.

145 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

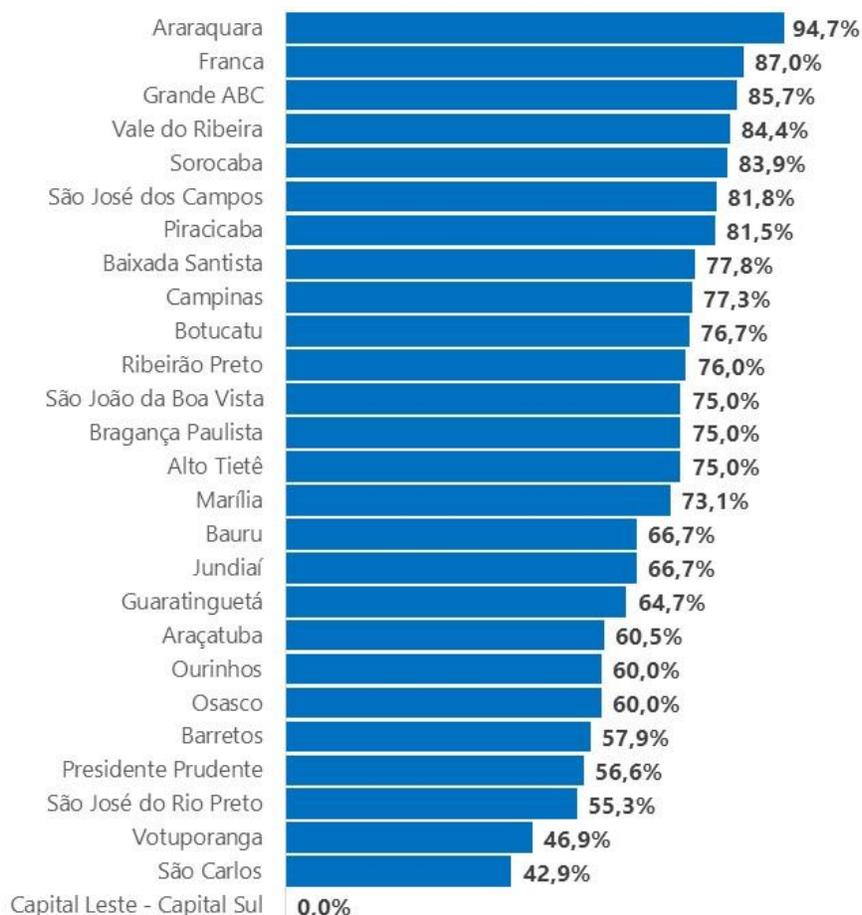
Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.



Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

O Via Rápida Empresa é um programa do Governo do Estado de São Paulo com objetivo de facilitar e **desburocratizar** o registro, o licenciamento e a regularização empresarial. Para tal objetivo o Via Rápida Empresa integra o Cadastro Web e o Sistema Integrado de Licenciamento (SIL) e se espera que, para atividades econômicas de baixo risco, as empresas possam ser abertas em até 5 (cinco) dias. Na região não há implementação desse programa e, portanto, a região figura em último lugar no ranking.

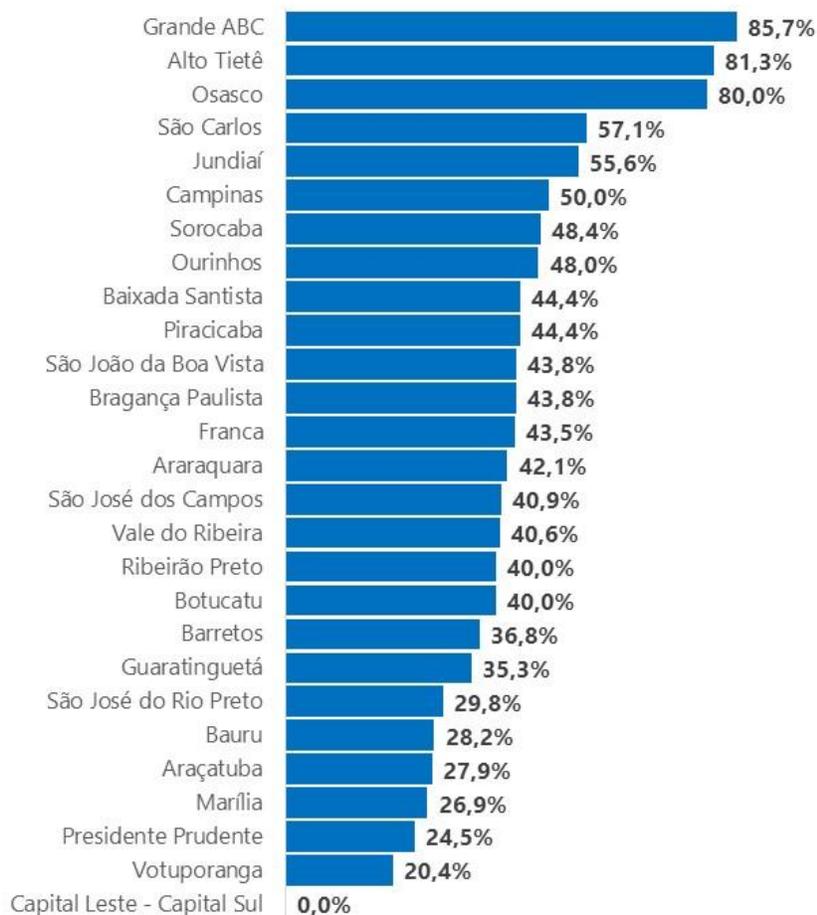
Figura 95 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios com Via Rápida Empresa.



Fonte: UPPRI, SEBRAE-SP, 2020.

No tocante à gestão municipal, se destaca o programa Sala do Empreendedor, que consiste em locais de atendimento disponibilizados pelas prefeituras municipais voltados à facilitação e à orientação do público nos processos de abertura, regularização e baixa de empresas. A região não possui Sala do Empreendedor e portanto no ranqueamento regional visualizado na Figura 96 aparece como última colocada no ranking regional. Tal performance pode ser algo a se explorar.

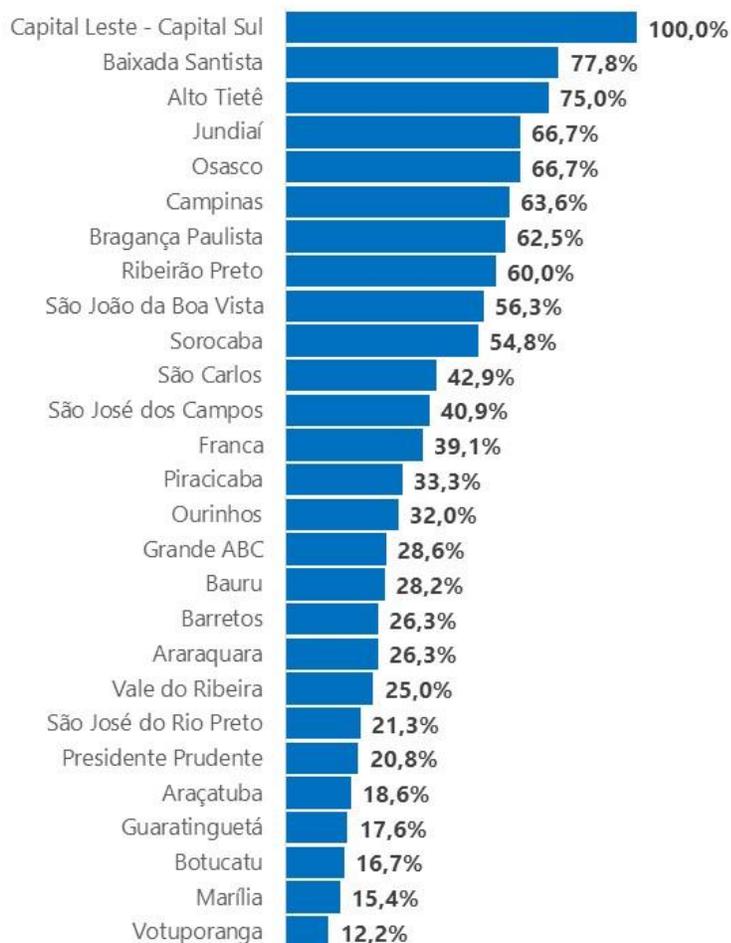
Figura 96 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios com Sala do Empreendedor.



Fonte: UPPRI, SEBRAE-SP, 2020.

Nesse sentido, a atuação do SEBRAE em parceria nas Sala do Empreendedor é importante para a promoção e desenvolvimento das políticas de formalização empresarial, melhoria da gestão e do ambiente de negócios. No entanto, a região da Capital é 1ª no ranqueamento das regiões segundo a cobertura e presença de unidades do SEBRAE Aqui nos territórios municipais. É importante observar o contraste relativo entre a presença do SEBRAE em algumas regiões comparativamente às demais.

Figura 97 – Ranqueamento das regiões segundo proporção de municípios com presença do SEBRAE Aqui.



Fonte: UPPRI, SEBRAE-SP, 2020.

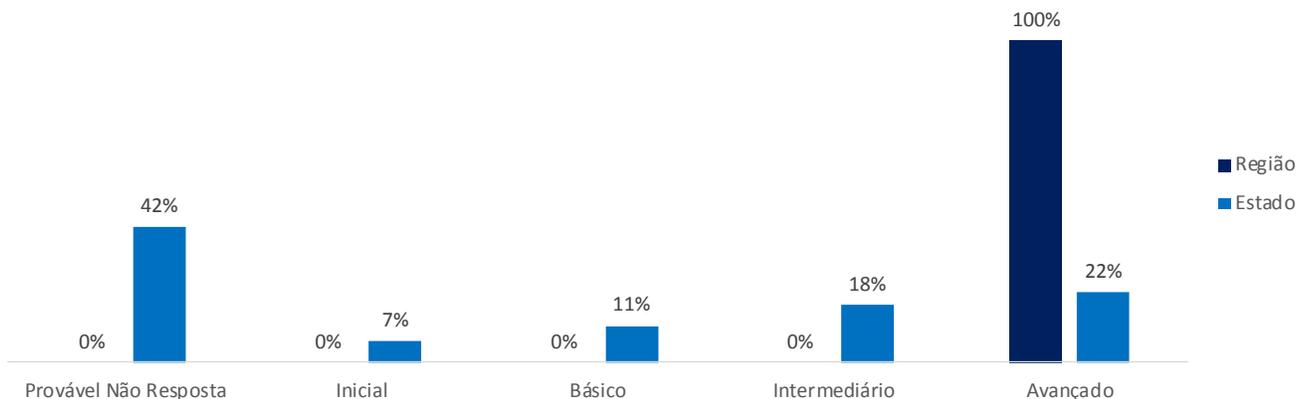
Como consequência dos levantamentos realizados pelo SEBRAE Nacional no seu projeto de Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros são disponibilizados alguns indicadores de resultados. Esses indicadores são orientados para mensurar o nível de qualificação de políticas prioritárias e calculados através das respostas de perguntas temáticas prioritárias realizadas em pesquisa junto aos municípios. Cada um deles é apresenta 4 categorias de desenvolvimento: (i) inicial, (ii) básico, (iii) intermediário e (iv) avançado. Para este diagnóstico foi criado uma categoria extra denominada “Provável não Resposta”, pois, os dados disponibilizados não permitem inferir qual município não respondeu às perguntas prioritárias e conseqüentemente não teve seu indicador calculado.

O primeiro indicador avaliado é o **Uso do Poder de Compras**, que apresenta as seguintes perguntas chave para a sua mensuração:

- ▣ A prefeitura realiza licitações exclusivas para participação de MPE nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)?
- ▣ A prefeitura exige dos licitantes a subcontratação de MPE, até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado (valor do objeto licitado)?
- ▣ Na aquisição de bens e serviços de natureza divisível, a prefeitura estabelece cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de MPE?
- ▣ Qual a participação das MPE nas compras totais do município?

A região da Capital apresenta um estágio avançado quanto ao indicador de Uso do Poder de Compras.

Figura 98 – Comparação região-estado da distribuição de municípios segundo classes do indicador de Uso do Poder de Compras.



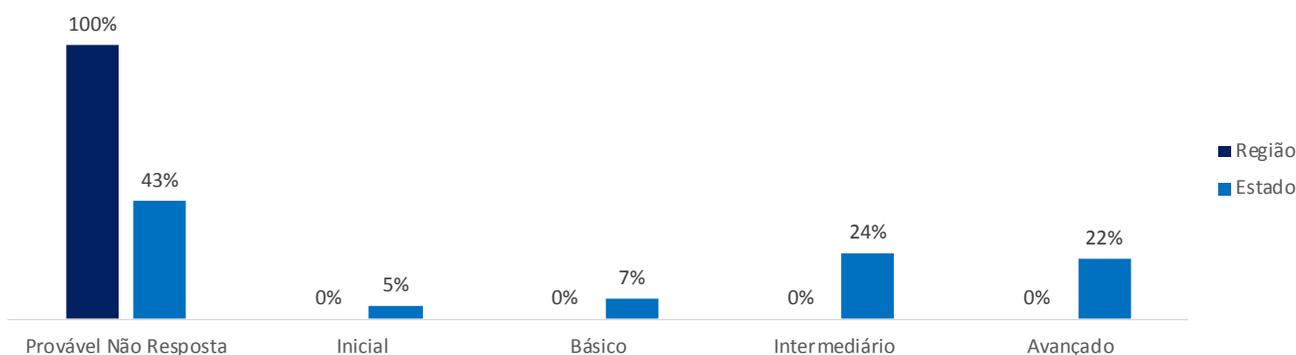
Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

O segundo indicador avaliado é o indicador de **Desburocratização**, que é composto pelas seguintes perguntas-chave em sua mensuração:

- ▣ A prefeitura especificou quais atividades e seus respectivos graus de risco?
- ▣ A prefeitura concede o Alvará de Funcionamento Provisório para atividades classificadas como de baixo/médio risco?
- ▣ Qual o tempo médio de abertura de empresas, no que tange às responsabilidades do município?

Ao contrário do que foi observado anteriormente, para este indicador a região da Capital não respondeu a esse quesito, o que é um complicador na geração de inferências oriundas da análise.

Figura 99 – Comparação região-estado da distribuição de municípios segundo classes do indicador de Desburocratização.



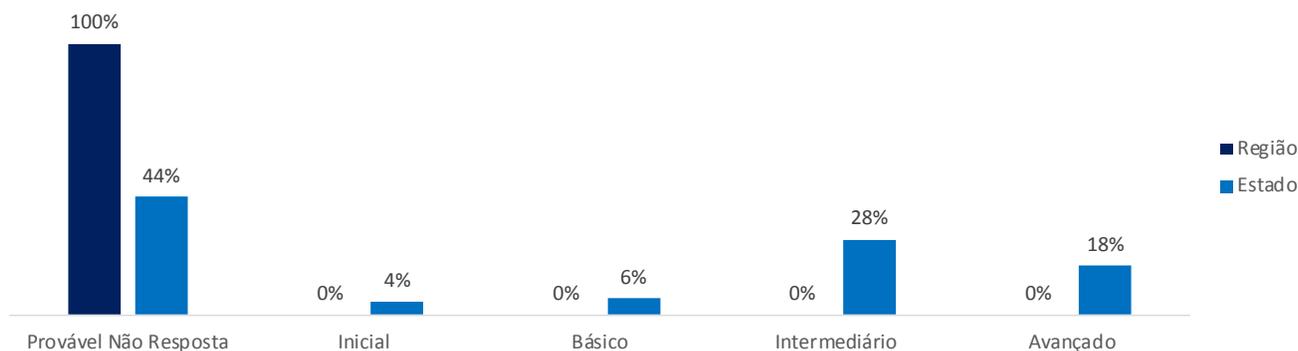
Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

O terceiro indicador avaliado é o indicador de **Agente de Desenvolvimento**, mensurado por meio da seguinte pergunta-chave:

- ▣ A prefeitura designou um plano de trabalho efetivo para o Agente de Desenvolvimento?

Igualmente à análise anterior, para este indicador a região da Capital não respondeu a esse quesito o que é um complicador na geração de inferências oriundas da análise.

Figura 100 – Comparação região-estado da distribuição de municípios segundo classes do indicador de Agente de Desenvolvimento.



Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

Por fim, o último indicador se refere à **Rede Simples**, mensurado através das seguintes perguntas-chave:

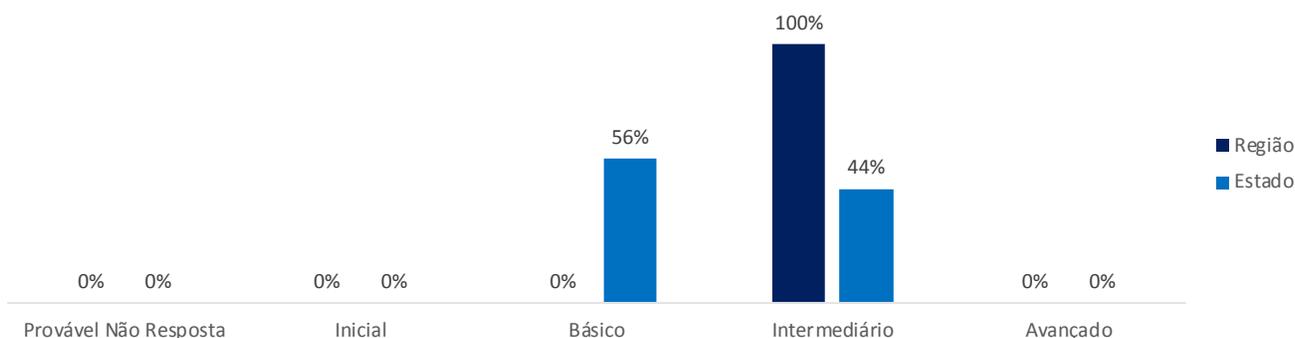
- O município simplificou e integrou seus processos de abertura de empresas?
- O município considera a atividade empresarial para analisar e responder às consultas de endereço?
- A resposta da consulta de viabilidade é feita pela internet (digitalmente)?
- A resposta da consulta de viabilidade é feita em até 48 horas?
- A consulta de viabilidade é feita de maneira gratuita?

A Rede Simples – programa do Governo Federal – desempenha importante papel nos processos de desburocratização para a abertura de empresas. É importante notar que o levantamento realizado pelo SEBRAE Nacional aponta que nenhum município do Estado possui Rede Simples implementada (Tabela 23).

Quanto ao indicador proposto pelo SEBRAE Nacional, este considera perguntas de ações e direcionamentos internos à Rede Simples para gerar os resultados. Nessas circunstâncias, a região da

Capital se encontra em posição intermediária ante o restante do estado ao se mostrar menos presente no nível intermediário.

Figura 101 – Comparação região-estado da distribuição de municípios segundo classes do indicador de Rede Simples.



Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

4.2.4 Considerações referentes à gestão municipal

A gestão municipal brasileira sofreu mudanças profundas após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A ampliação das responsabilidades crescentemente assumidas pelos municípios em um cenário de descentralização de políticas, cada vez mais, vem associada com a necessidade de qualificar as capacidades de gestão das localidades. Esse desafio não vem sendo igualmente respondido, seja pelo critério de distribuição regional, seja pelo tipo de política pública ou instrumento de gestão. Nesta seção foram trazidos alguns indicadores que reforçam esse retrato da realidade local.

Quanto aos instrumentos de planejamento municipal (territorial e setorial), há uma enorme discrepância na sua implementação. Em geral, a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal as tornem mandatórias tendem a ser mais amplamente presentes. Essa é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS).

Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser menos planejadas, tendo os planos municipais como proxy. São os casos de áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou estão sujeitas a menores incentivos federais (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

O consorciamento pode ser explicado por razões similares: áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa se destacam no associativismo territorial, como é o caso da saúde. Vale ressaltar que esse padrão é observado em âmbito estadual, porém não é realista para descrever a saúde na região da Capital. O mesmo raciocínio por trás dos consórcios em saúde, existiria na área de manejo de resíduos sólidos. Assim sendo, deve-se investigar por que em resíduos sólidos o número de consórcios é bem mais reduzido, uma vez que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União devem estar consorciadas. Políticas cujas regras federativas são menos favoráveis a esse tipo de arranjo apresentam números menos promissores, como ocorre com a educação. Destaca-se o fato que a Capital Paulista não participa de nenhum consórcio público.

Também foram discutidos os instrumentos de gestão para a área de fomento ao empreendedorismo. Quanto a Lei Geral e existência de SEBRAE Apoio, a Capital desempenha positivamente. O mesmo não ocorre a respeito da Via Rápida Empresa e da Sala do Empreendedor. O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para que o SEBRAE-SP oriente suas ações de assessoria técnica na região visando a melhorar sua performance, pois as médias estaduais parecem indicar que há espaços para tanto. Assim, esses tópicos podem orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação.

4.3 Associativismo e Cooperativismo

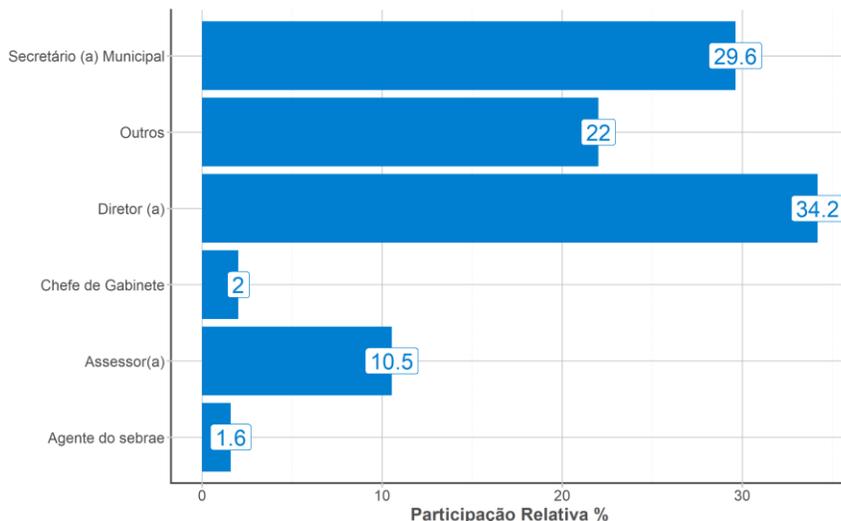
Governos locais têm assumido, na realidade do federalismo brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988, diversas responsabilidades. O desenvolvimento econômico local é uma das mais relevantes, pois busca identificar as possibilidades de implementar políticas públicas voltadas a gerar alternativas de emprego e renda para as suas populações. Ainda que as localidades enfrentem os efeitos de políticas macroeconômicas estaduais e nacionais que limitam os efeitos de suas iniciativas, governos municipais podem atuar na promoção de políticas públicas que visem a gerar alternativas de emprego e renda.

Dentre o leque de ações disponíveis, o estímulo à organização de associações e cooperativas na área de resíduos sólidos assume destaque. A informalidade dos trabalhadores desse setor, somada às precárias condições de trabalho e aos efeitos benéficos da atividade sobre o meio ambiente e a saúde pública, são fatores que incidem em favor do suporte municipal ao setor através do desenho e implementação de políticas públicas. A atuação municipal na organização, capacitação, fomento e na gestão de associações e cooperativas de catadores de lixo tem se configurado em política pública para atender esses diversos objetivos inter-relacionados. Essa seção do relatório apresenta os resultados da pesquisa aplicada com gestores municipais responsáveis por tais políticas públicas.

4.3.1 Perfil dos respondentes

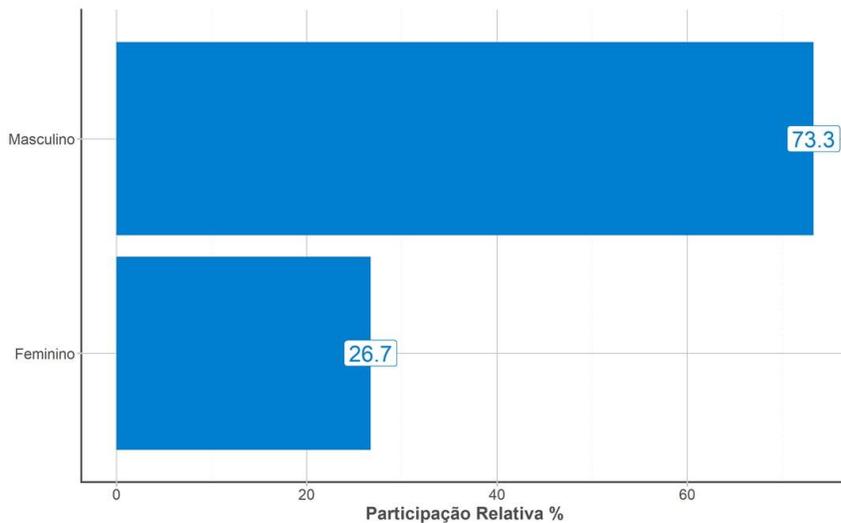
A distribuição dos respondentes por cargo ocupado é sempre uma informação importante, ainda que de difícil inferência em si mesma. Contudo, dado que os municípios possuem diferentes portes populacionais, o mais provável é que nas pequenas cidades, a área responsável por essas políticas possua menor hierarquia (diretoria). Já nas localidades maiores, geralmente uma secretaria assume a gestão dessas iniciativas. De toda forma, vale aprofundar-se em estudos posteriores a análise do perfil específico dessa área nos municípios paulistas.

Figura 102 – Distribuição dos respondentes segundo cargo ocupado na prefeitura municipal.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

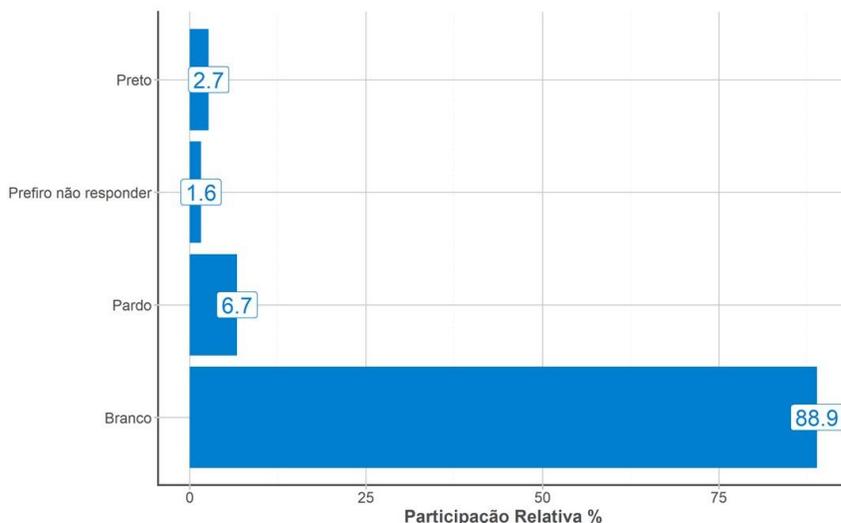
Figura 103 – Distribuição dos respondentes segundo gênero.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição por gênero reflete uma realidade da gestão pública brasileira: cargos gerenciais seguem sendo ocupados majoritariamente por homens.

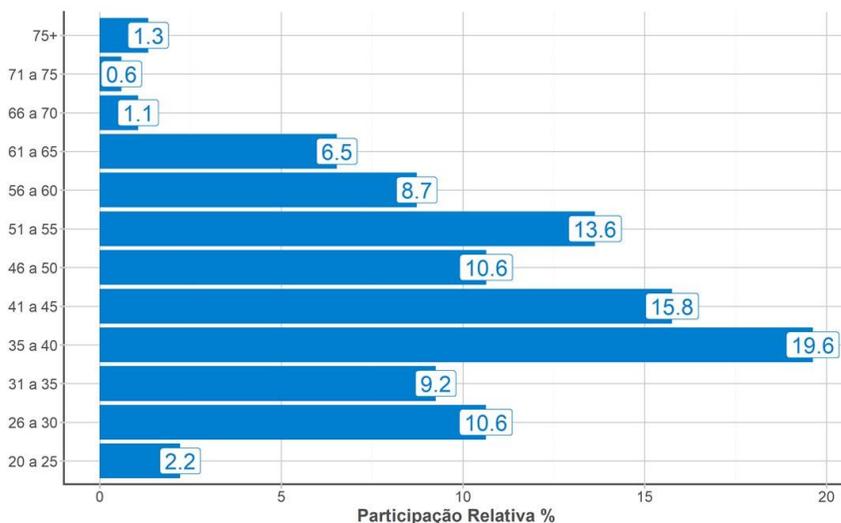
Figura 104 – Distribuição dos respondentes segundo raça.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos cargos gerenciais pelo critério de raça reproduz uma realidade típica da gestão pública brasileira: negros são o segmento mais excluído dessa possibilidade.

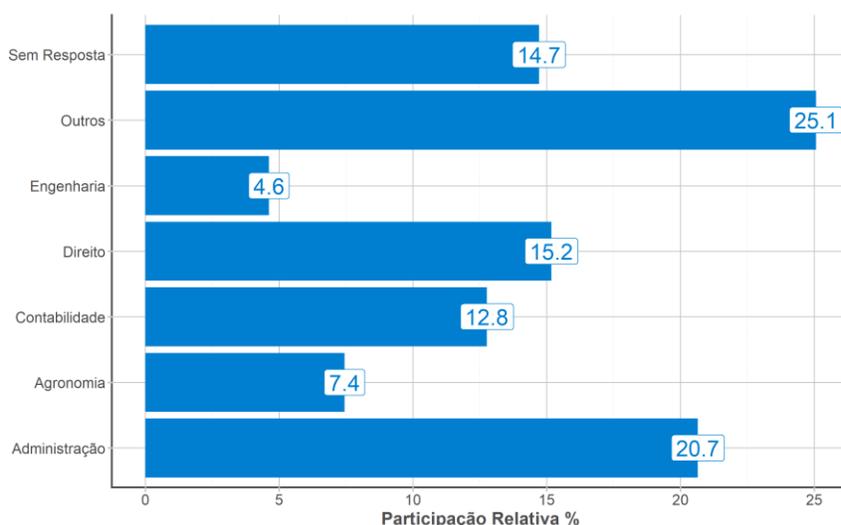
Figura 105 – Distribuição dos respondentes segundo faixa etária.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos respondentes por faixa etária mostra que: (i) cerca de 35% são profissionais cuja idade varia de 35 a 45 anos; (ii) 24,2% possuem entre 46 e 55 anos; (iii) cerca de 20% possuem de 26 a 35 anos e (iv) cerca de 18% possuem mais de 50 anos. Em resumo, o perfil etário predominante é relativamente jovem, o que pode ser um indicativo de mais fácil implantação de inovações nesse campo de políticas públicas.

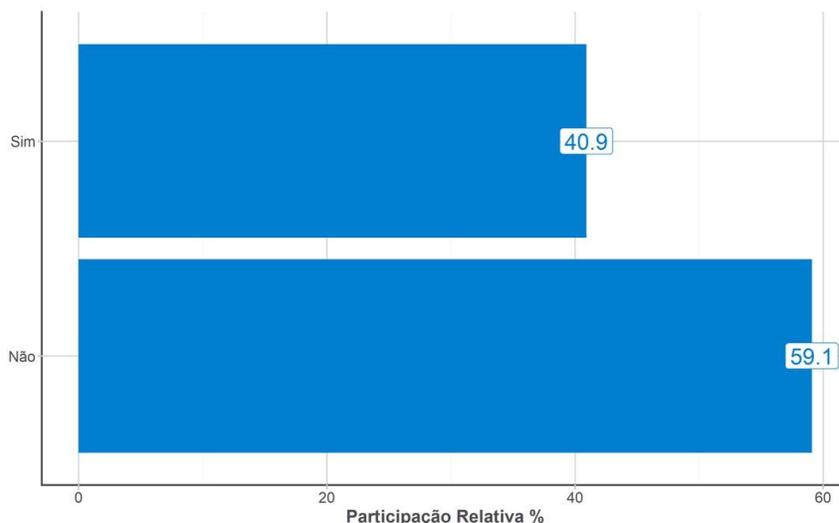
Figura 106 – Distribuição dos respondentes segundo área de formação acadêmica.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Em termos do nível educacional, há entre os gestores a predominância de graduados e de pós-graduados, aproximadamente 80% do total, cuja formação acadêmica indica uma predominância de cursos de administração, seguidos de direito e contabilidade. Gestores públicos não precisam ter como pré-requisito formação específica na área de atuação, contudo chama atenção que engenheiros e agrônomos, profissões que costumam ser mais próximas para atuação na área de resíduos sólidos, representem apenas 12%.

Figura 107 – Distribuição dos respondentes segundo atuação como empreendedor.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Por fim, a respeito do perfil dos respondentes, destaca-se a menor atuação empreendedora entre os gestores, limitada a 40,9% do total. Curiosamente, no entanto, esse padrão se inverte quando questionados sobre a existência de empreendedores em seu círculo familiar, uma vez que 65% responderam afirmativamente à questão.

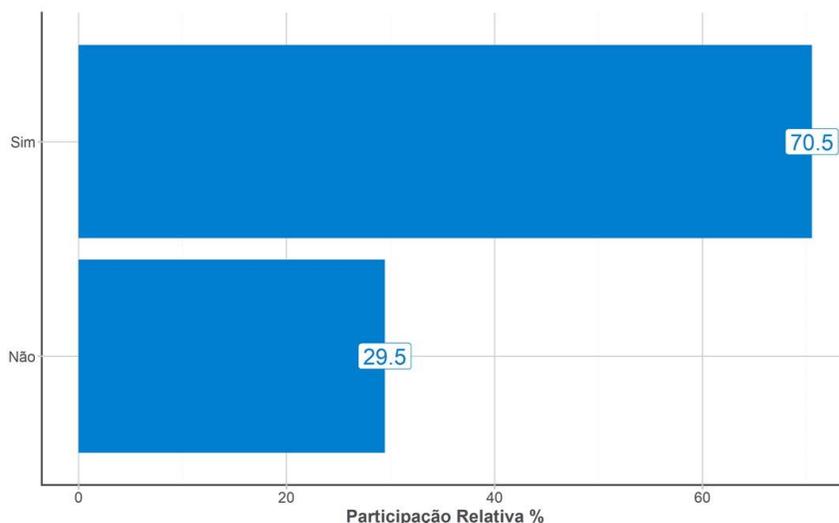
4.3.2 Abrangência

Conforme a Confederação Nacional dos Municípios (CNM)¹⁸, a partir de 1989 as secretarias ou departamentos de agricultura dos municípios passaram a ser legalmente responsáveis pela inspeção, por meio do Serviço de Inspeção Municipal, dos estabelecimentos cujos produtos são comercializados em seu território. A partir de 1998, com a criação dos sistemas brasileiros de inspeção (SISBI), os municípios passaram a ser sua unidade básica, em face de algumas particularidades: (i) conhecem a realidade local das propriedades e das empresas; (ii) possuem informações sobre as principais produções de origem animal e vegetal; (iii) monitoram doenças diagnosticadas; (iv) possuem a capacidade de ajustar a legislação à realidade da local e (v) garantem a qualidade dos alimentos,

¹⁸ Confederação Nacional dos Municípios (2015). *A Importância do Serviço de Inspeção Municipal (Sim) na Gestão Pública e para o Desenvolvimento Agroindustrial*. Brasília: CNM.

principalmente os produzidos pelos pequenos estabelecimentos familiares. Nesse sentido, percebe-se que quase 30% dos municípios paulistas estão em desacordo com a legislação federal, o que indica oportunidade de atuação ao SEBRAE-SP para assessorar tecnicamente essas localidades.

Figura 108 – Distribuição das respostas segundo existência de Serviço de Inspeção Municipal.

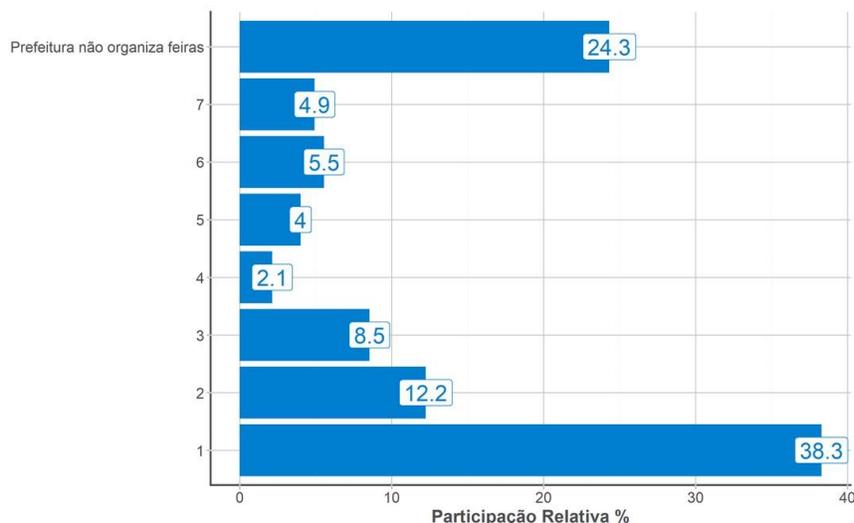


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

PRODUÇÃO RURAL

Majoritariamente, nas cidades que realizam feiras, essas ocorrem uma vez na semana. Tal frequência é observada em 50,6% das cidades em que as feiras estão presentes. Se, por um lado, constata-se a inexistência de feiras em quase $\frac{1}{4}$ das cidades paulistas, por outro lado, é significativo que 75% das cidades do Estado de São Paulo estimulem a economia local por meio da organização dessa atividade.

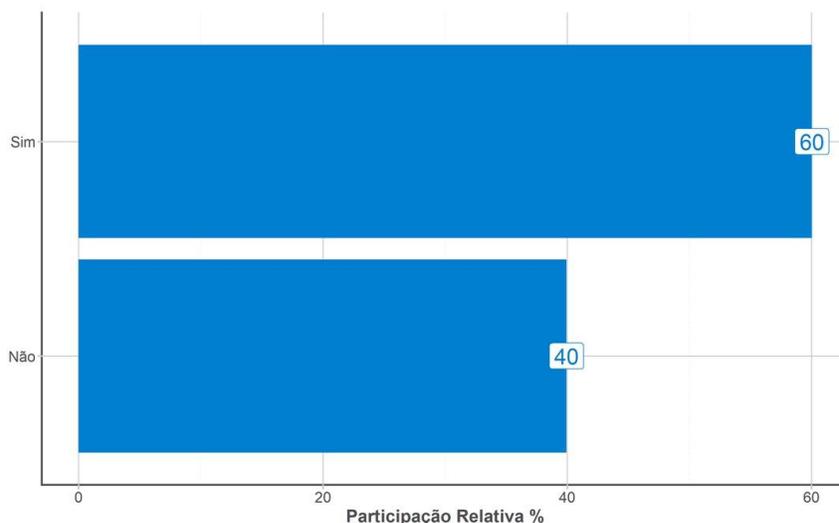
Figura 109 – Distribuição das respostas segundo frequência de feiras municipais.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

De cada 10 cidades paulistas 6 delas relatam a existência de cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) destinados a apoiar e promover os produtores rurais. Ainda assim, a maior parcela observada nos municípios é de reduzido número de organizações – até 5 de cada tipo – tanto de cooperativas (35,4% dos municípios paulistas), quanto de associações (43,7%) e de grupos informais (23,4%). De modo similar ao que ocorre quanto aos coletores/separadores de resíduos sólidos, mais de 50% dos gestores não quiseram ou não souberam responder às questões acerca do número de organizações existentes no território, fator que limita o levantamento de dados. Sem o suporte do poder público local por meio de feiras e outros canais de escoamento da produção, as possibilidades de atuação desses grupos tendem a ser mais restritas. Por outro lado, identifica-se a oportunidade de o poder público municipal apoiar esse público no processo de formalização e estruturação. A pesquisa mostra que há um espaço significativo de intervenção nessa direção.

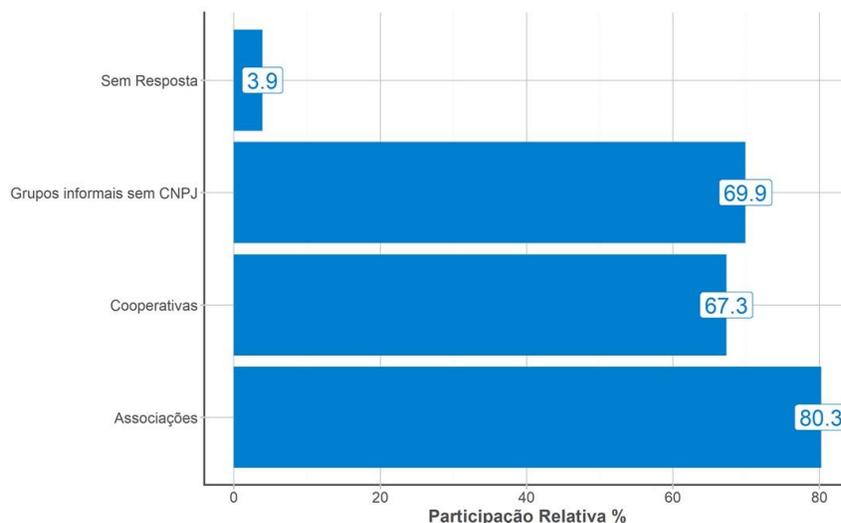
Figura 110 – Distribuição das respostas segundo existência de cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) de produtores rurais no município.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

De modo similar ao observado quanto aos coletores e separadores de resíduos sólidos, quase a totalidade (96,1%) dos gestores municipais manifestaram interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP para fomentar as organizações de produtores rurais. No entanto, chama a atenção a preferência por desenvolver iniciativas com associações de produtores rurais (80,3%), ainda que grupos informais (69,9%) e cooperativas (67,3%) também figurem como alternativas bastante representativas.

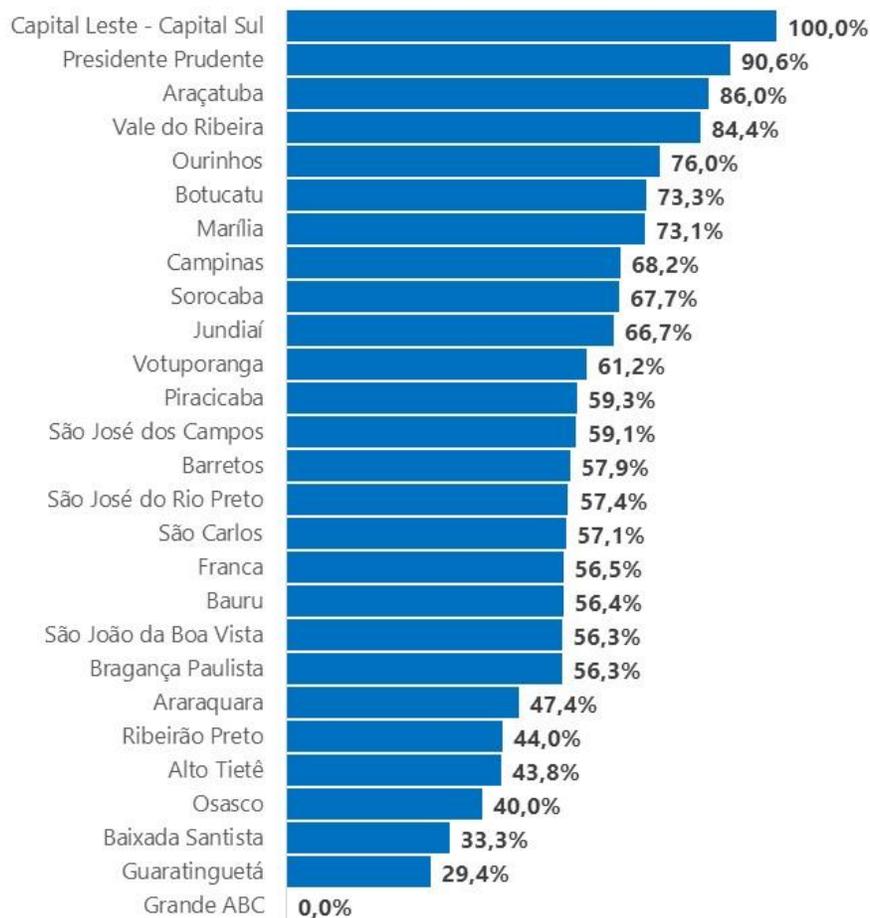
Figura 111 – Distribuição das respostas segundo grupos de interesse das prefeituras para parcerias com o SEBRAE-SP na gestão e eficiência da produção rural.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

No contexto regional, dados de 2017 obtidos em pesquisa secundária, revelam que a região da Capital desenvolvia programas ou ações em prol do associativismo e do cooperativismo. Esse patamar, quando comparado às demais regiões de articuladores, torna a região a 1ª colocada no ranking regional, como uma das mais ativas em políticas de promoção neste quesito.

Figura 112 – Proporção de prefeituras que desenvolve programa ou ação para estímulo ao associativismo (associação de produtores, cooperativas etc.) por região de articuladores.



Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, IBGE, 2017.

Quanto aos registros, a região respondeu que possui entidades de associativismo como Sindicatos rurais, Associações de produtores e Cooperativas.

Tabela 24 – Entidades de associativismo ou representação de produtores agropecuários com registro oficial na prefeitura (Sim).

Resposta (SIM)	Municípios da Região	(%)	Municípios do Estado	(%)
Sindicatos rurais	1	100%	258	40%
Associações de produtores	1	100%	377	58%
Cooperativas	1	100%	171	27%
Não possui registro	-	0%	186	29%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, IBGE, 2017.

Tabela 25 – Entidades de associativismo ou representação de produtores agropecuários que atuam no município.

Resposta (SIM)	Municípios da Região	(%)	Municípios do Estado	(%)
Sindicatos rurais	1	100%	371	58%
Associações de produtores	1	100%	446	69%
Cooperativas	1	100%	233	36%
Outras	-	0%	20	3%
Nenhuma entidade	-	0%	91	14%

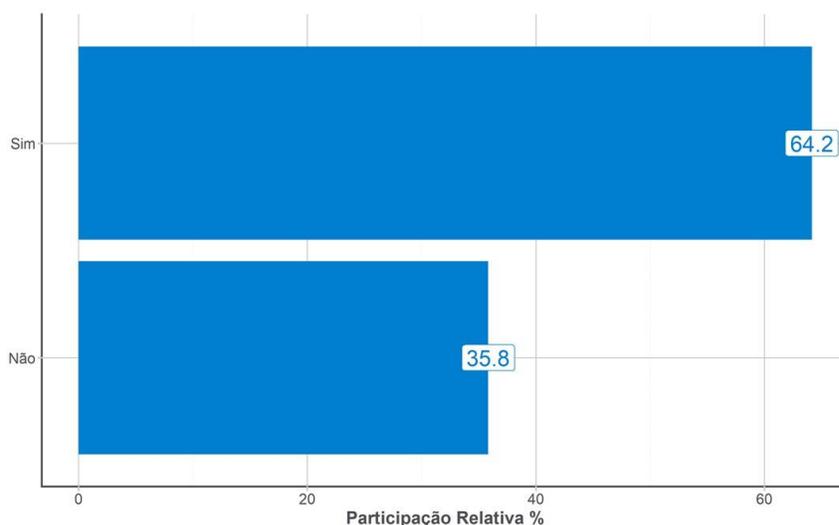
Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, IBGE, 2017.

COLETA E SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS

Não é desprezível a existência de cooperativas, associações e grupos informais, de forma que as três alternativas podem ser relevantes para apoiar políticas de inclusão produtiva. Resta identificar as possibilidades, por parte dos governos locais, de atuação específica junto a cada um desses três grupos. A Figura 113 traz dados alinhados com o alcance das políticas de geração de emprego e renda para o setor de coleta e separação de resíduos sólidos ao indicar que em 64,2% das cidades existem cooperativas, associações ou grupos que trabalham no setor.

Vale dizer que a predominância nas cidades é da existência de número limitado – até 5 organizações – tanto de cooperativas (43,8% dos municípios paulistas), quanto de associações (37,1%) e de grupos informais (31,9%). Por outro lado, mais de 50% dos gestores não quiseram ou não souberam responder às questões acerca do número de organizações existentes no território, o que revela a existência de uma lacuna informacional importante. Sem o apoio do poder público, essa parcela de trabalhadores encontra maior dificuldade de inclusão produtiva, o que só reforça a importância do mapeamento apropriado e da implementação de políticas públicas com essa finalidade.

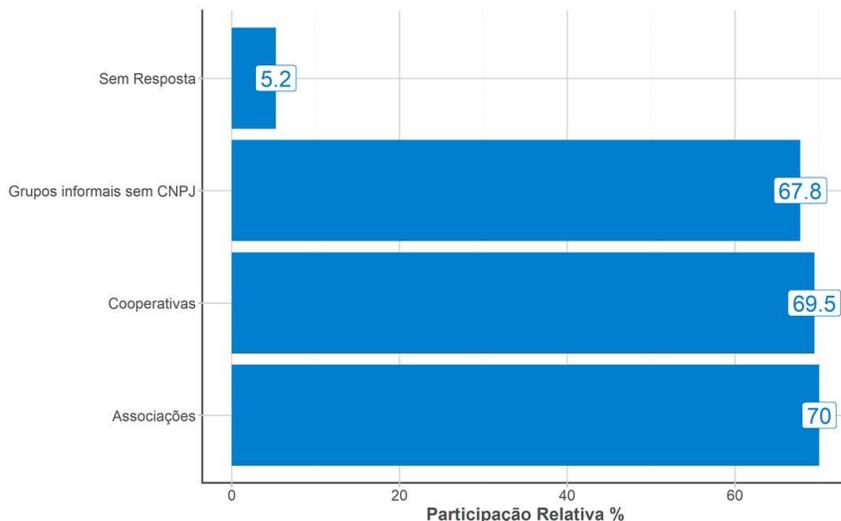
Figura 113 – Distribuição das respostas segundo existência de cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) de coleta e separação de resíduos no município.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A quase totalidade dos gestores questionados (94,8% do total) revelou interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP junto a cooperativas, associações e grupos informais (sem CNPJ) para melhorar a gestão e a eficiência dos resíduos sólidos, o que denota importante abertura a parcerias. A Figura 114 mostra que as prefeituras, no geral, não possuem preferência marcada por um tipo organizacional, o que parece indicar que todas opções são canais importantes para implementar políticas de inclusão produtiva.

Figura 114 – Distribuição das respostas segundo grupos de interesse das prefeituras para parcerias com o SEBRAE-SP na gestão e eficiência no tratamento dos resíduos sólidos?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Por fim, dados de 2018 coletados através do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) identificaram 24 associações de materiais recicláveis atuando na região e contabilizando um total de 686 integrantes. A Tabela abaixo apresenta as associações identificadas na região.

Tabela 26 – Nome e sigla das entidades associativas identificadas na região da Capital.

Município	Nome e Sigla da entidade associativa de catadores de materiais recicláveis	Quantidade de integrantes
São Paulo	5 DE JULHO	17
São Paulo	AGUA BRANCA	10
São Paulo	BUTANTA	26
São Paulo	CAMINHO CERTO	34
São Paulo	CHICO MENDES	52

167 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

Município	Nome e Sigla da entidade associativa de catadores de materiais recicláveis	Quantidade de integrantes
São Paulo	COOPERCAPS	52
São Paulo	COOPERCRAL	7
São Paulo	COOPERECENTRO	59
São Paulo	COOPERLESTE	49
São Paulo	COOPERMITI	24
São Paulo	COOPERPAC	18
São Paulo	CRESCER	37
São Paulo	GIBA GPS	19
São Paulo	NOSSOS VALORES	31
São Paulo	PARELHEIROS	14
São Paulo	RAINHA DA RECICLAGEM	16
São Paulo	RECIFAVELA	24
São Paulo	TIETE	52
São Paulo	TIQUATIRA	15
São Paulo	UNIAO ITAQUERA	17
São Paulo	VINTE E OITO	33
São Paulo	VIRALATA	39
São Paulo	VIT BELÉM	16

Município	Nome e Sigla da entidade associativa de catadores de materiais recicláveis	Quantidade de integrantes
São Paulo	VITORIA DA PENHA	25

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2018.

É importante mencionar que a qualidade das informações do SNIS inviabilizou o uso e aprofundamento das questões referentes à coleta seletiva, à coleta de resíduos sólidos, à coleta de material reciclável e à economia solidária em nível regional e municipal, conforme previsto na metodologia inicial deste mapeamento.

4.3.3 Considerações referentes ao associativismo e cooperativismo

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema do associativismo e cooperativismo mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A maioria dos profissionais que respondem pelas políticas relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo não tem experiência empreendedora, possui, porém, empreendedores nas suas famílias.

Em termos de políticas públicas da área, constata-se que 70,5% possuem serviço de inspeção municipal, havendo, portanto, oportunidade para que o SEBRAE-SP atue junto aos demais municípios de forma a que também eles atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural.

Assim, para o SEBRAE-SP reforça a importância de capacitar as prefeituras para que sigam atuando e ampliando suas iniciativas de atendimento a esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Ademais, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras no desenho e implementação de ações de formalização e de estruturação das organizações por meio da inserção dos atores como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Desse modo, a partir do tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que possa ser avaliada a possibilidade de sua expansão, caso de 25% das localidades. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para a avaliação da viabilidade de incentivos nessa direção. Essa é, portanto, mais uma área de atuação que se abre ao SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

4.4 Compras Governamentais e Agricultura Familiar

As compras governamentais consistem em um importante mecanismo para o desenvolvimento regional, uma vez que as estruturas de governo são responsáveis por volumes significativos de aquisições de produtos e serviços. Não raro as aquisições ocorrem junto a fornecedores locais, promovendo ganhos logísticos devido à facilidade de transporte de produtos por menores distâncias e, ainda, movimentando a economia local.

Esta seção é dividida em duas etapas principais. Na primeira são apresentados os resultados da pesquisa primária realizada para mapeamento da situação relativa às compras governamentais no Estado de São Paulo como um todo. Já a segunda etapa traz informações referentes à situação específica da região da Capital, evidenciada por meio da análise de dados secundários.

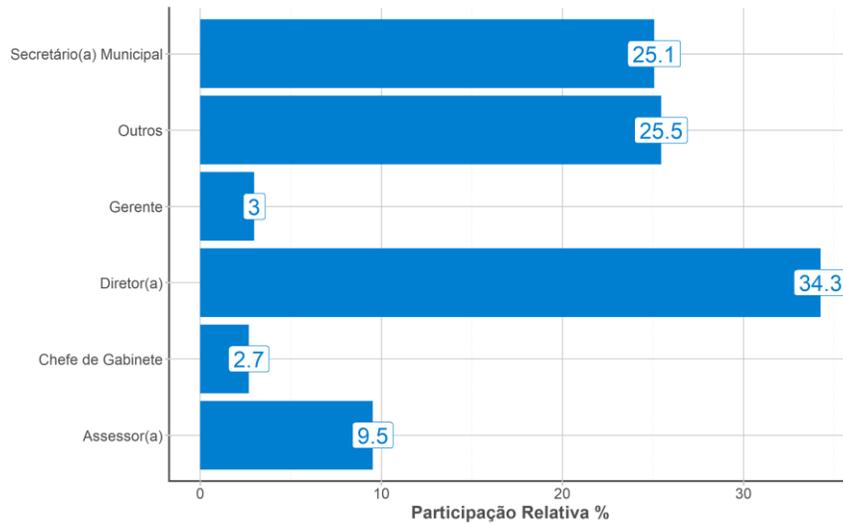
4.5 Perfil dos Entrevistados

Para execução da pesquisa primária foram consultados os gestores das secretarias responsáveis por compras em 150 Municípios, distribuídos nas 28 regiões do Estado. Dos 150 municípios sorteados aleatoriamente, foram obtidas respostas de 95, correspondendo a uma taxa de resposta de 63,33%. Tendo-se em mente o universo de municípios paulistas (645 cidades), verifica-se que a amostra corresponde a 14,7% do universo estudado, garantindo a representatividade dos resultados em nível estadual.

Inicialmente serão apresentadas as características dos respondentes, o que é importante para contextualizar e melhor entender as respostas e indicadores apresentados na sequência. Posteriormente, serão discutidas as respostas com relação a ferramentas de gestão das compras municipais utilizadas, à existência de planejamento anual, à caracterização da equipe de compras e dos editais de aquisição de serviços, bem como a ações de incentivos a agricultores familiares e a empreendedores.

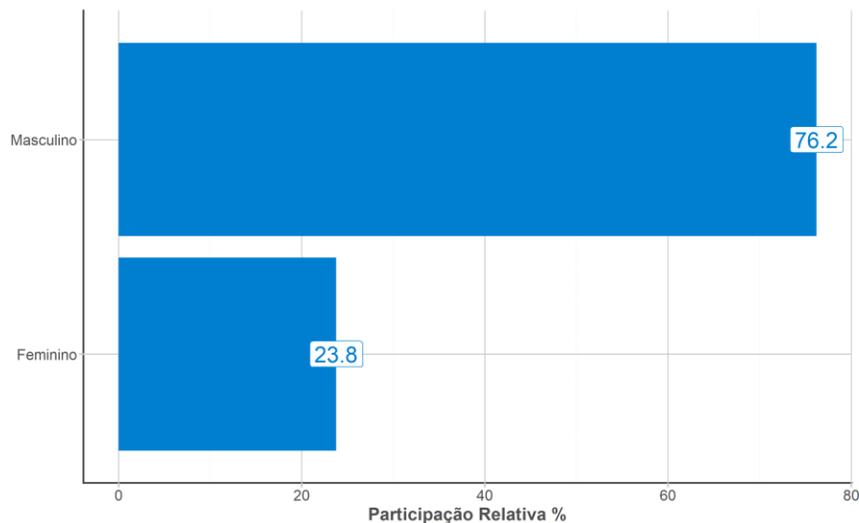
A Figura 115 mostra que 34,3% dos respondentes ocupavam o cargo de diretor e que 25,1% ocupavam o cargo de secretário municipal. Em outras palavras, quase 60% da amostra é composta por pessoas que ocupam um desses dois importantes cargos. Entre os respondentes, 9,5% são assessores, 3% gerentes e 2,7% chefes de gabinete. Além disso, a amostra é composta majoritariamente por homens que se autodeclararam brancos, conforme apresentado na Figura 116 e na Figura 117. Ainda sobre as características pessoais dos respondentes, a Figura 118 apresenta a distribuição destes por faixa etária. Observamos que a amostra possui um perfil jovem, com 21% se situando na faixa de 35 a 40 anos de idade, e 70,8% com 50 anos ou menos.

Figura 115 – Cargo ocupado na Prefeitura Municipal.



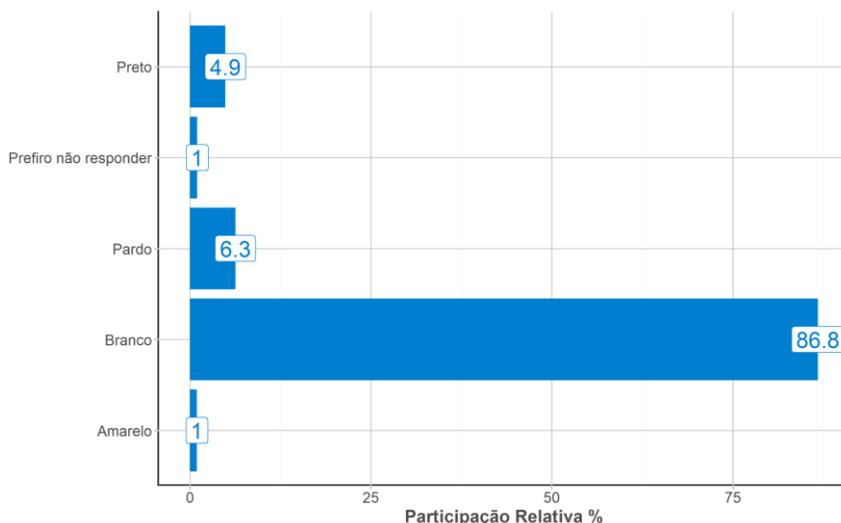
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 116 – Gênero.



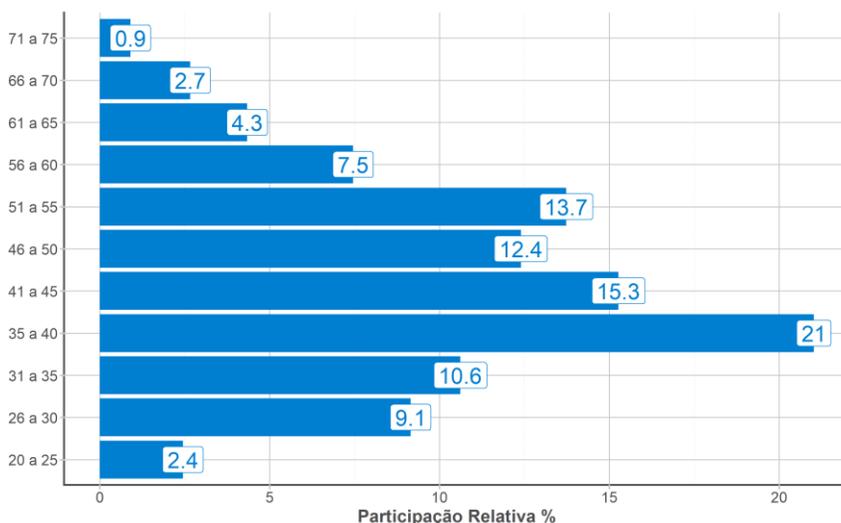
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 117 – Raça/Cor autodeclarada.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 118 – Faixa etária.

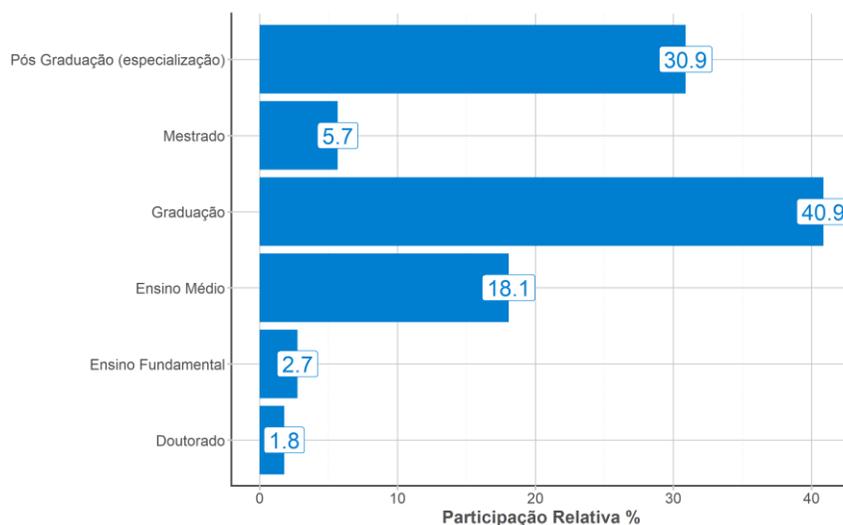


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Os respondentes possuem um nível de educação formal alto comparado ao perfil médio do brasileiro. A Figura 119 mostra que pouco mais de 75% da amostra possui ao menos ensino superior completo.

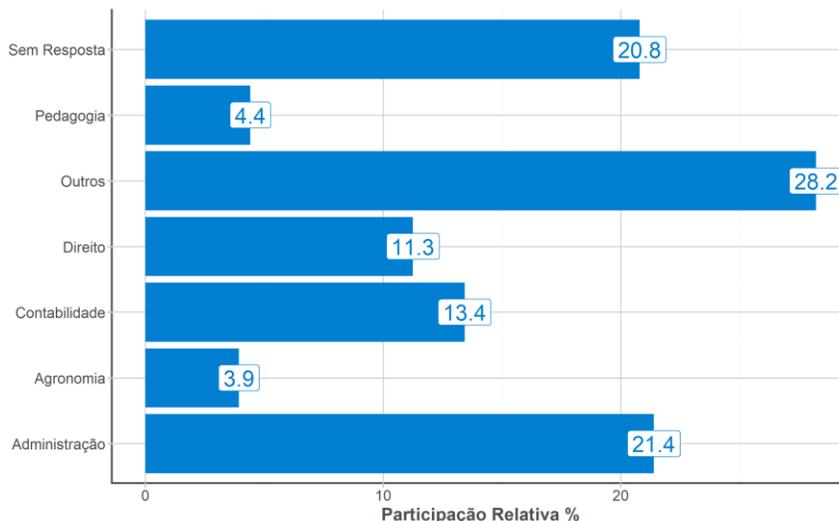
Isto é, os trabalhadores da gestão municipal que responderam a essa pesquisa estão no estrato mais alto de qualificação educacional do país. Apesar de 20,8% não responderem sobre sua formação acadêmica, observamos que 21,4% da amostra possui formação na área de Administração, 13,4% em Contabilidade, e 11,3% possuem formação em Direito. Portanto, são pessoas com formação adequada e dentro do esperado para trabalhadores da gestão municipal e com os cargos previamente citados. Essa adequação da formação com a atividade exercida fica mais clara ao analisarmos a Figura 120, juntamente com as respostas sobre a atividade profissional, da Figura 121. Nesta figura, observamos que mais da metade da amostra declarou trabalhar na área de “Administração, Direito e Negócios”. Vale ressaltar que o segundo eixo profissional mais citado foi o de “Agricultura, silvicultura, pesca e pecuária”, com 10% das respostas.

Figura 119 – Escolaridade.



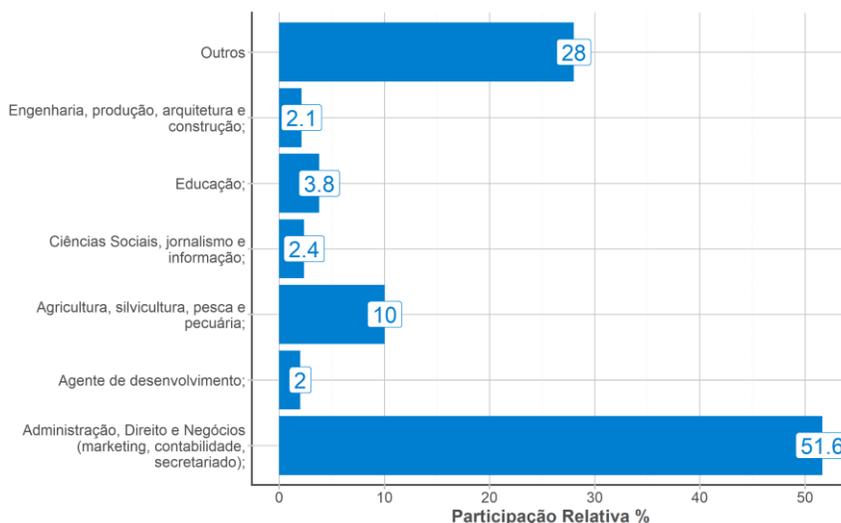
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 120 – Formação acadêmica.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 121 – Profissão ou atividade profissional.



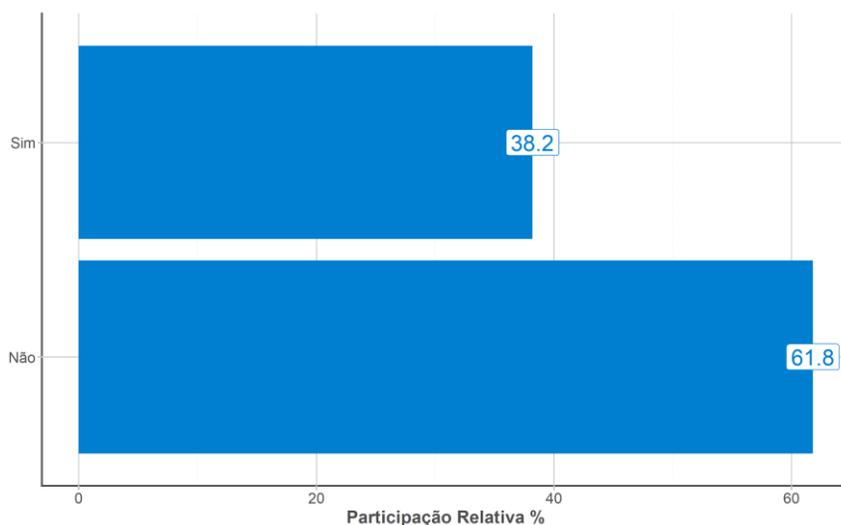
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

O questionário apresentou dois importantes questionamentos a respeito do perfil do respondente. O primeiro deles era a pergunta se o indivíduo desempenhava atividade profissional empreendedora,

enquanto o segundo questionava se ele possuía algum empreendedor na família. Essas características são relevantes pois revelam características muitas vezes difíceis de se observar, como propensão a assumir riscos, expertise e experiência prévia com gestão de negócios, capacidade de negociação, detecção de possíveis oportunidades, entre outras.

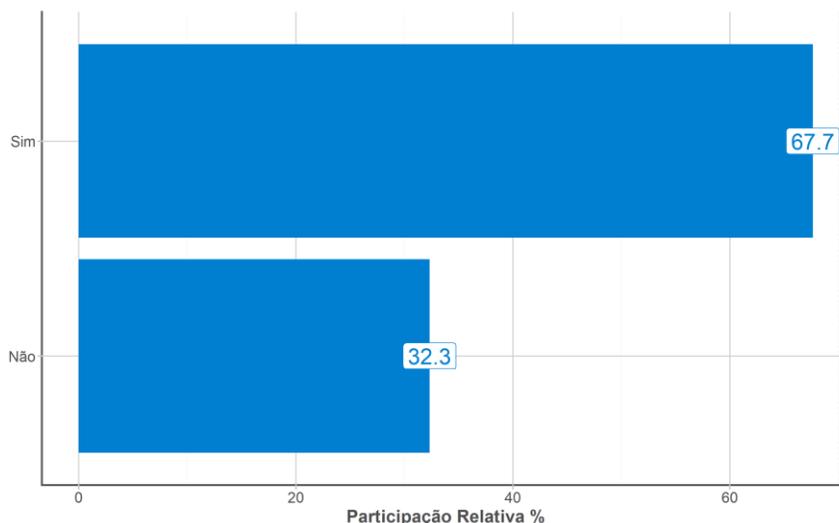
A Figura 122 e Figura 123 a apresentam as respostas a essas perguntas. A maioria dos pesquisados afirmou que não é empreendedor (61,8%), o percentual que respondeu de maneira positiva a essa pergunta é considerável – 38,2% – indicando que essa é uma característica que pode ser mais estimulada entre os gestores. Ademais, a Figura 123 mostra que 67,7% da amostra possui um empreendedor na família, é, portanto, razoável pensar que esses respondentes já possuem certo contato com situações e características ligadas ao empreendedorismo.

Figura 122 – Empreendedor.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 123 – Existência de empreendedor na família.

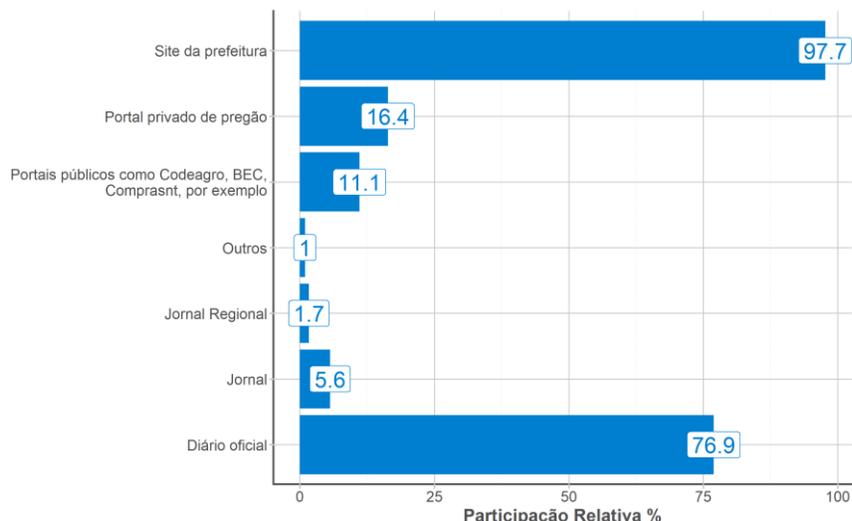


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

4.5.1 Abrangência

Ao analisar as práticas mais utilizadas em relação a gestão de compras públicas em si, observa-se na Figura 124 que praticamente todos os gestores afirmaram que seus municípios utilizam o site da prefeitura como ferramenta para dar publicidade na gestão de suas compras. Além disso, 76,9% responderam que utilizam o tradicional canal do Diário oficial para este fim. Apenas 27,5% reportaram utilizar portal privado de pregão e/ou portais públicos. Isso indica que possa existir um espaço para modernização das ferramentas para publicidade na gestão das compras municipais.

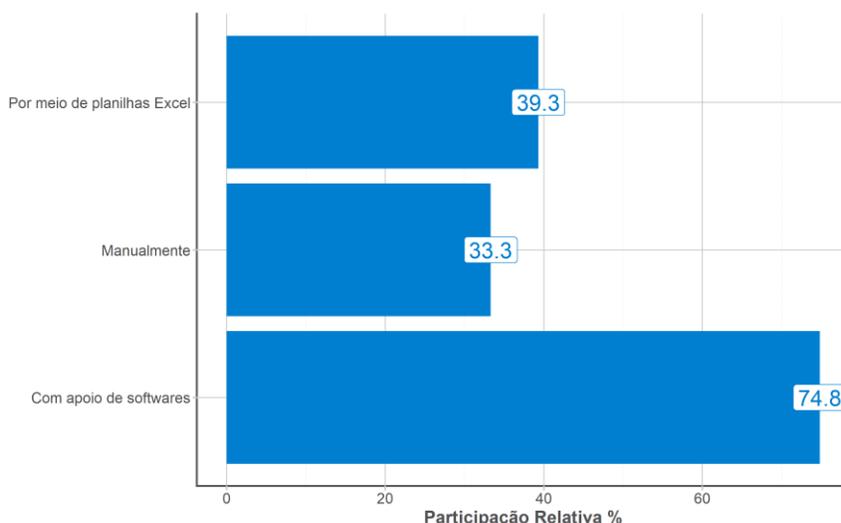
Figura 124 – Ferramenta Utilizadas Para Publicidade Na Gestão Das Compras



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

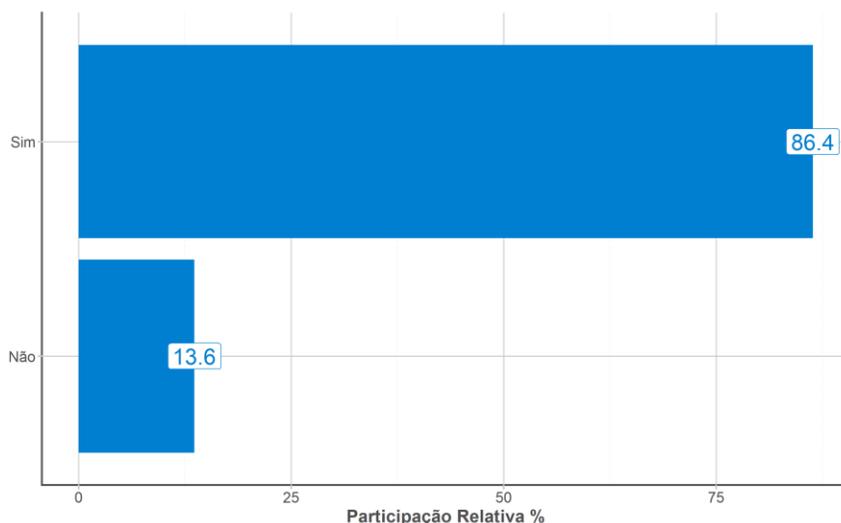
Ainda sobre a Gestão de compras municipais, chama a atenção que, como apresentado Figura 125, 33,3% dos gestores afirmaram que fazem a gestão de contratos de compras públicas de forma manual, o que pode gerar um processo menos eficiente em termos de tempo e precisão. A Figura 126 mostra que 13,6% dos respondentes afirmaram que o município não possui planejamento anual de compras, um número alto, uma vez que este é um passo inicial em termos de boas práticas para uma gestão pública competente.

Figura 125 – De que forma a secretaria/órgão realiza a gestão dos seus contratos de compras públicas?.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 126 – Município faz planejamento anual das compras

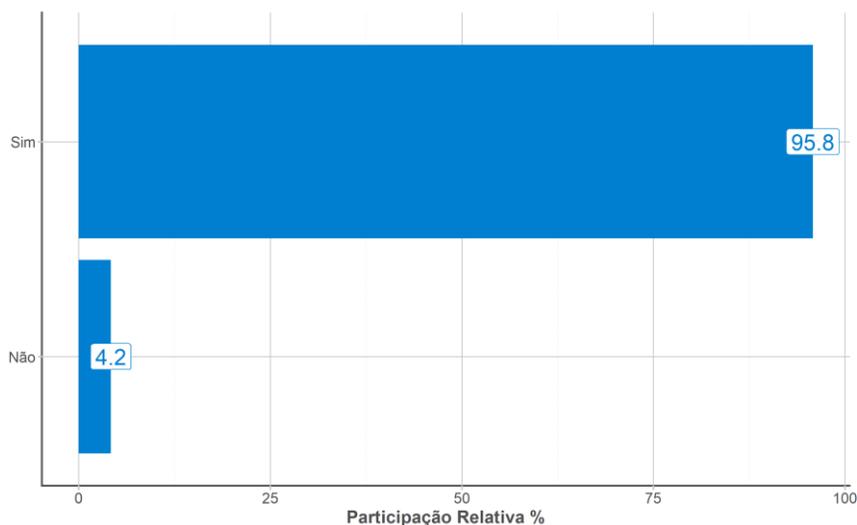


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Em seguida, é interessante analisar características sobre o planejamento anual das compras. Segundo a Figura 127, quase a totalidade dos municípios tem um responsável por essas compras (95.8%). Finalmente, é importante entender como a equipe responsável pelo planejamento se atualiza e se

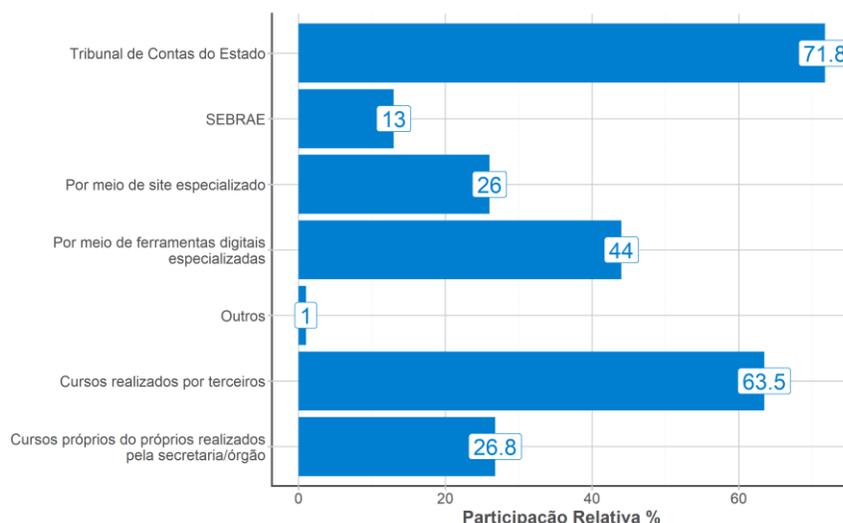
capacita. São diversas opções e as prefeituras podem fazer uso de múltiplos mecanismos, que estão expressos na Figura 128. O método mais presente foi o Tribunal de Contas do Estado (71,8%), seguido por Cursos Realizados por Terceiros (63,5%) e ferramentas digitais especializadas (44%). Destaca-se que o SEBRAE é uma das formas menos utilizada, com apenas 13% de uso.

Figura 127 – Município possui uma equipe fixa responsável pelas compras



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

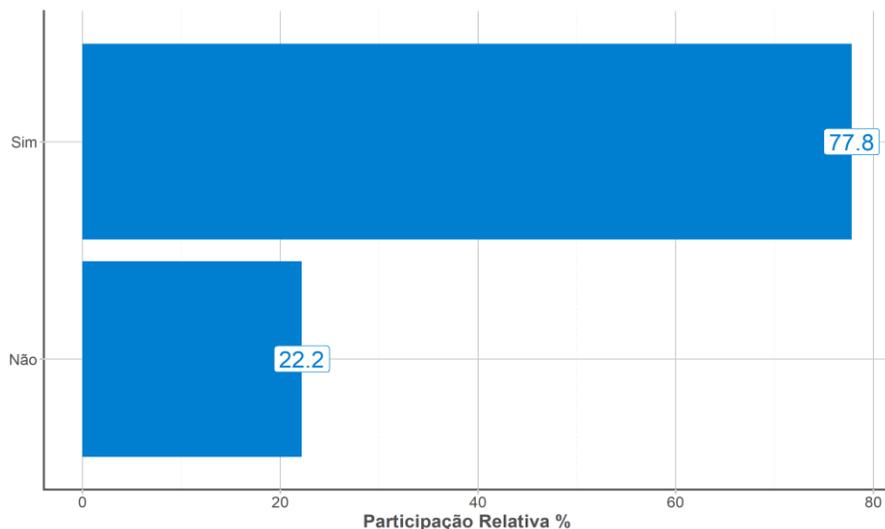
Figura 128 – De que forma a secretaria/órgão mantém a equipe de compras atualizada/capacitada



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

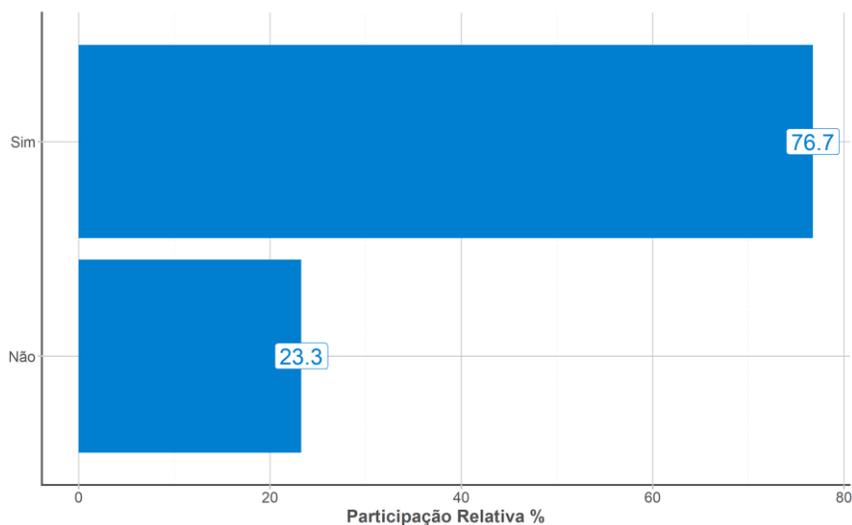
Em seguida pode ser analisada a temática da agricultura familiar. A Figura 129 revela que 77,8% dos municípios teve algum tipo de ação de incentivo a agricultura familiar. Ainda que elevado, esse número mostra que esse é um possível espaço de política. Outro ponto é se a localidade já teve algum edital prevendo benefícios às MPEs, e novamente a maioria (76.8%) respondeu de maneira positiva. Por fim, foi questionada sobre a possibilidade de se estimar a participação das MPEs nos editais de aquisições e serviços à prefeitura no último ano. A maior parte ou não respondeu (23,3%) ou não foi capaz de precisar (19,7%). Dentre aqueles que deram um valor numérico temos conforme a Figura 131 que foi mais frequente a participação de 10% a 30%.

Figura 129 – O município já realizou ações de incentivo à agricultura familiar



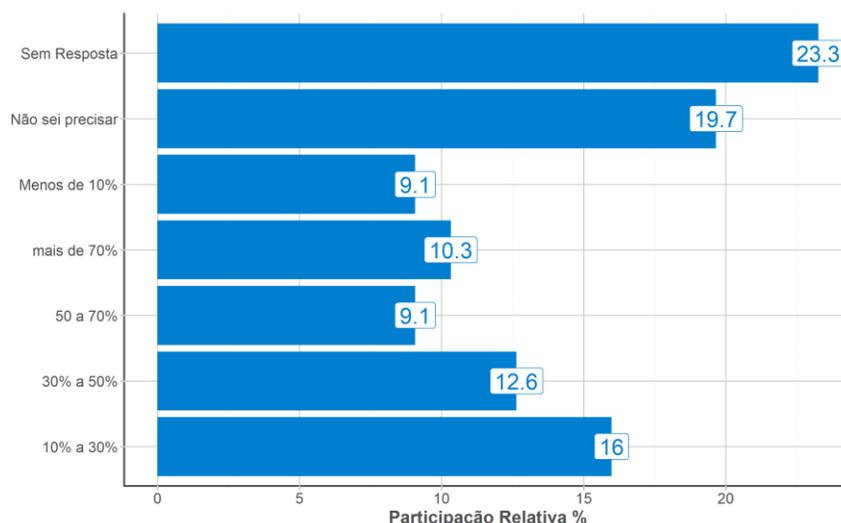
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 130 – O município já publicou algum edital de aquisição prevendo os benefícios às MPE's



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

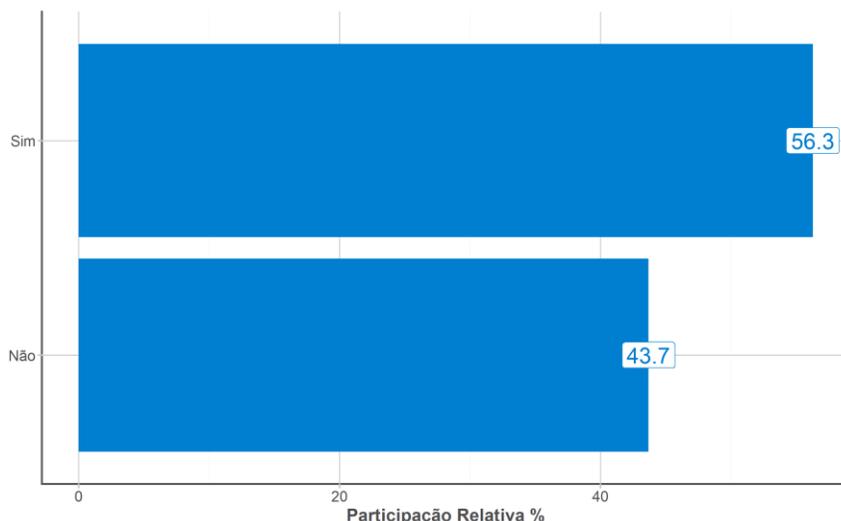
Figura 131 – É possível estimar a participação das MPEs nos editais de aquisições e serviços à Prefeitura (em %) no último ano (2019)?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

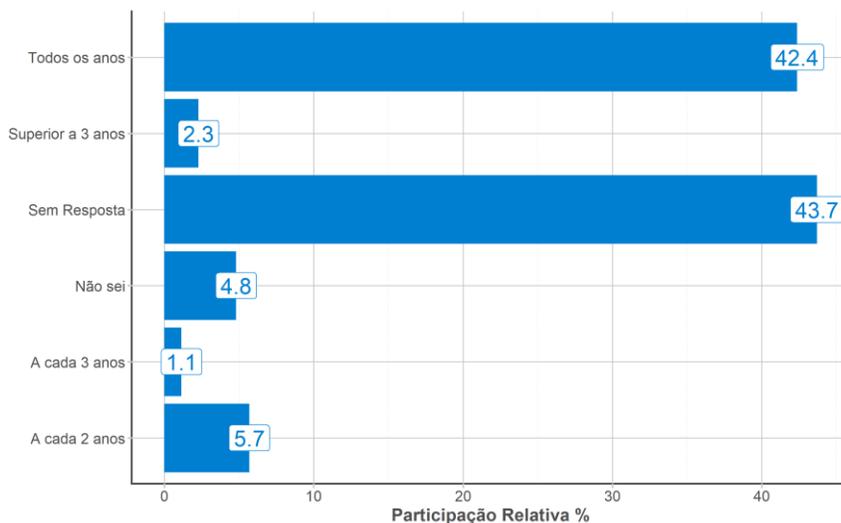
Empreendedorismo também foi uma das temáticas abordadas. Conforme a Figura 132, um pouco mais da metade dos municípios (56,3%) tem cadastro atualizado dos empreendedores da localidade e região. O elevado número de municípios sem registro revela uma importante lacuna que caso seja mitigada pode abrir espaço para ações focalizadas e que aumentariam o desenvolvimento. Além disso, temos que 42,4% dos municípios atualiza esse cadastro com uma periodicidade anual.

Figura 132 – Município possui cadastro atualizado dos empreendedores da localidade e região?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 133 – Qual a periodicidade da atualização cadastro dos empreendedores da localidade e região?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Por fim, o último assunto foi relativo a merenda escolar. Um primeiro elemento é entender o que compõe essa refeição. A Figura 134 mostra que na maior parte das cidades (85,4%) a merenda escolar é

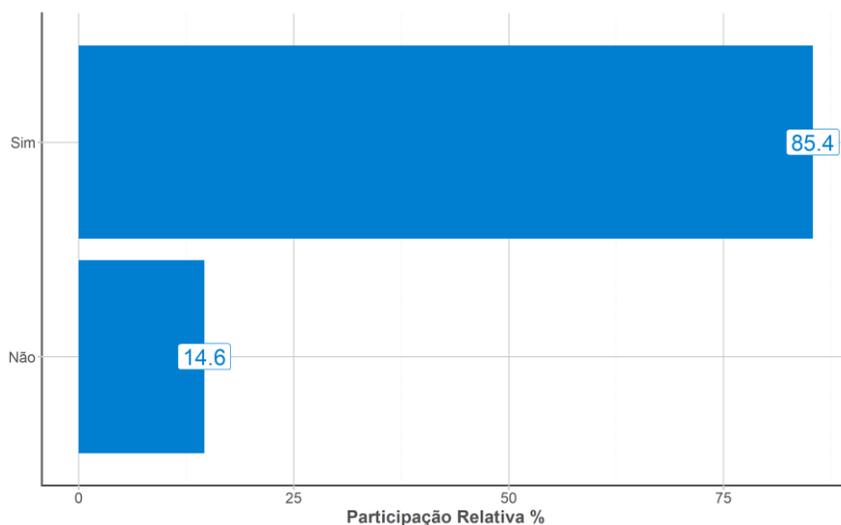
184 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

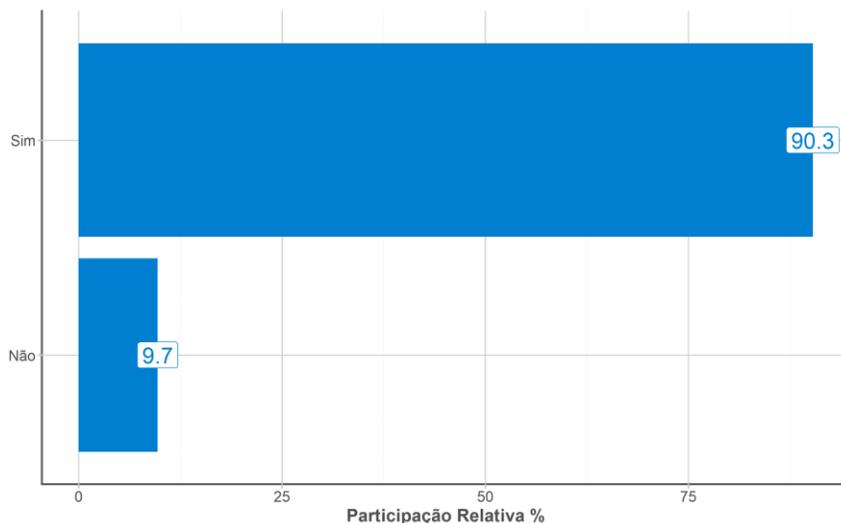
composta por alimentos provenientes de produtores familiares locais, enquanto a Figura 135 nos mostra que produtos regionais são a maior parte da alimentação das crianças. Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%). Por fim, em um pouco mais da metade das cidades, existiam outros produtos regionais além dos citados anteriormente.

Figura 134 – Município compra algum alimento da merenda escolar de produtores familiares locais?



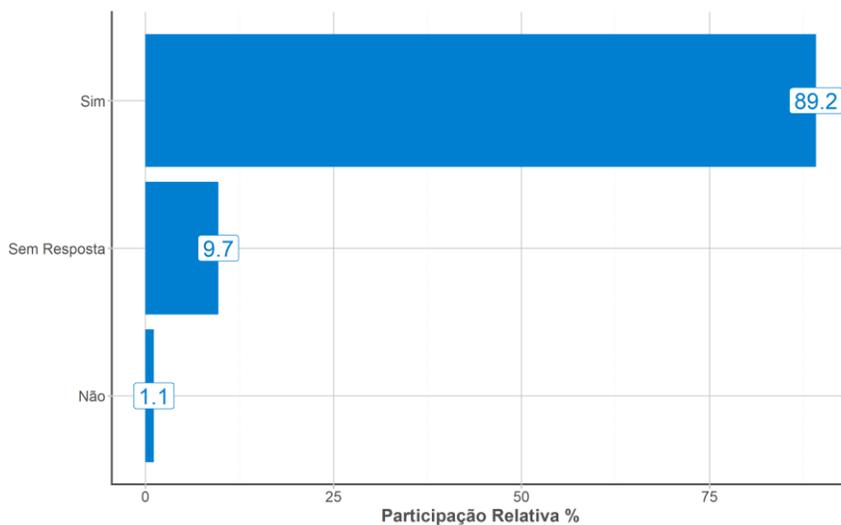
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 135 – Produtos regionais fazem parte do cardápio escolar?



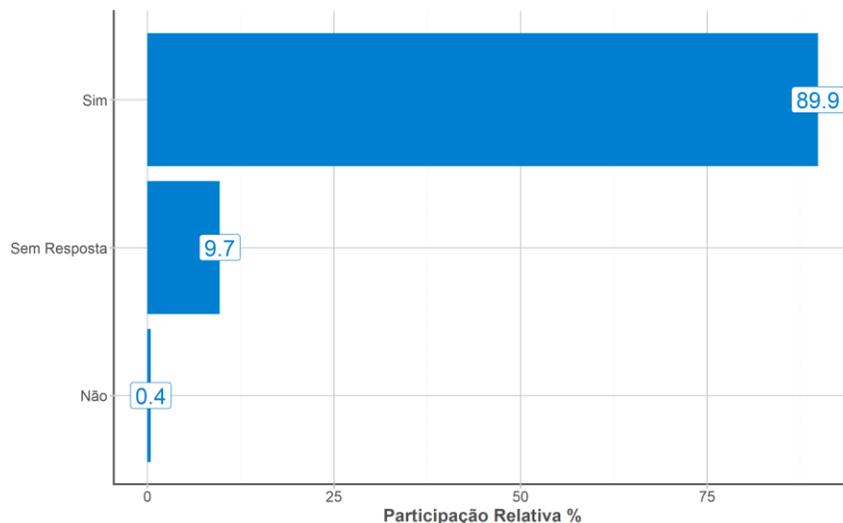
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 136 – Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há frutas?



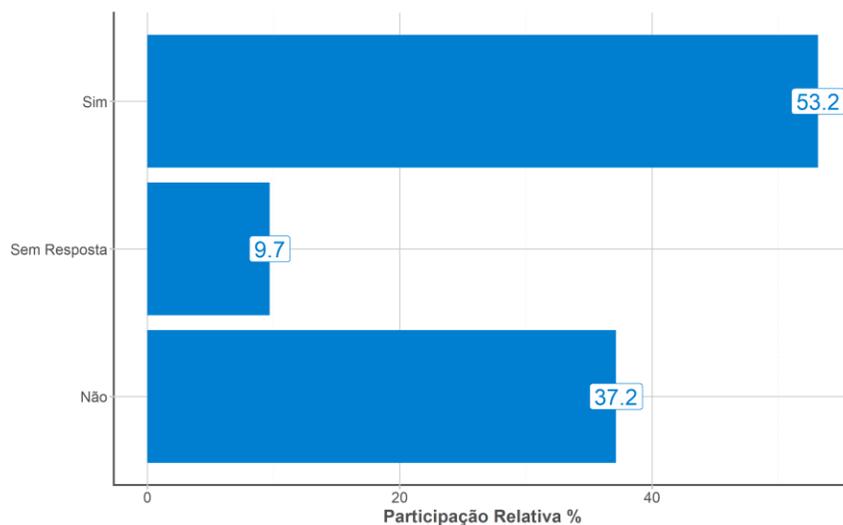
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 137 – Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há vegetais?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 138 – Além dos produtos regionais descrito anteriormente, há outros presentes no cardápio escolar?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

4.5.2 Análise da região da Capital referente às compras governamentais

Conforme demonstrado na seção anterior, as compras governamentais, especialmente aquelas executadas pelos municípios, possuem grande relevância para o desenvolvimento local. Buscando aprofundar o mapeamento, esta seção agrega informações detalhadas sobre a região da Capital. A seguir são apresentados resultados da análise realizada a partir de dados dos contratos disponíveis no Portal de Transparência da Prefeitura de São Paulo considerando o período compreendido entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2019.

No período analisado foram encontrados 28.525 contratos realizados pela Prefeitura de São Paulo. A análise de tais contratos aponta que:

- ▣ Em 93% dos casos o contrato foi celebrado com Pessoa Jurídica;
- ▣ 54% eram referentes a Extrato de Aditamento e 21,6% a de Notas de Empenho; e
- ▣ A modalidades de implementação mais utilizadas foram: Pregão Eletrônico (29,4%); Convênio (15%); Compra por ata de registro de Preço (14,7%); Inexigibilidade (10,5%); e Dispensa (10,4%).

Entre estes contratos, que somam 278 – aproximadamente 1% do total – foram classificados como relacionados a compras de alimentos. Esta classificação foi realizada a partir da busca orientada de palavras chaves na descrição do objeto dos contratos com objetivo de encontrar aqueles relacionados à pequenos produtores rurais ou da agricultura. Sobre estes contratos podemos apontar que:

- ▣ Em 98% dos casos o contrato foi celebrado com Pessoa Jurídica;
- ▣ 62,8% eram Extrato de Contratos ou Notas de Empenho e 15,1% eram referentes a Extrato de Aditamento; e
- ▣ A modalidades de implementação mais utilizadas foram: Pregão Eletrônico (61,9%); Chamada Pública (17,3%); e Compra por ata de registro de Preço (15,1%).

As análises da forma de implementação destes contratos na Capital podem ajudar a compreender melhor o status e desenvolvimento dos processos de compras municipais e orientar o desenvolvimento das ações do SEBRAE-SP.

4.5.3 Considerações referentes às compras governamentais e à agricultura familiar

Nesta seção foram apresentados os resultados da pesquisa primária sobre Compras Governamentais e da Agricultura Familiar, com perfil de respondentes composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Dentre os gestores, 38,2% autodeclararam-se empreendedores e 67,7% afirmaram ter empreendedores na família, o que mostra como esta característica está correlacionada com a gestão municipal.

Além disso, quase a totalidade dos municípios (97,7%) faz uso do site da prefeitura para dar publicidade à gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de 1/3 afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% das cidades afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Outro ponto importante é a indicação de que 86,4% das cidades fazem algum tipo de planejamento anual de compras, com uma grande parcela também fazendo cursos de atualização e capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, temos uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

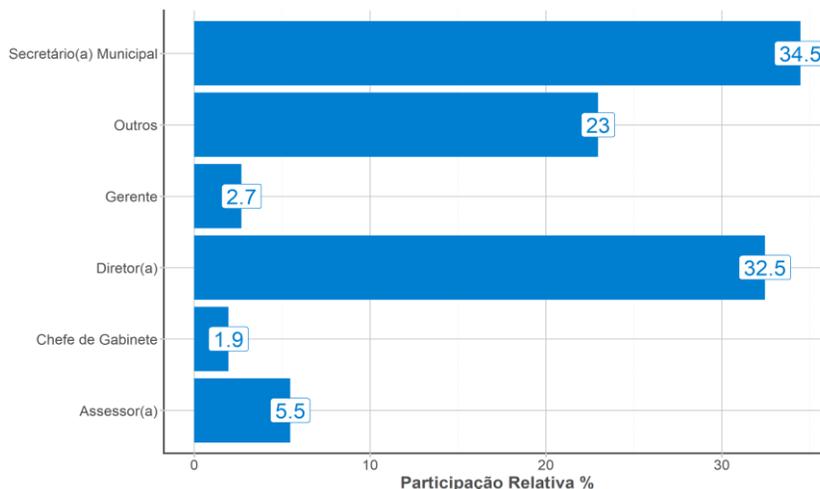
4.6 Inclusão Produtiva

Políticas públicas de inclusão produtiva são voltadas para implementar iniciativa que visem a inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da economia solidária. Dentre as ações que buscam atender esse objetivo estão aquelas que apoiam microempreendedores e cooperativas de economia solidária, a oferta de qualificação profissional e a intermediação de mão de obra. Dessa forma, buscam reduzir a vulnerabilidade e a exclusão social de segmentos de trabalhadoras e trabalhadores que não conseguem gerar alternativas de emprego e renda. Por meio de propostas oriundas do poder público, o objetivo é promover políticas públicas que ampliem o leque de possibilidades para elevação da renda e do bem-estar de setores da sociedade com dificuldades de encontrar colocação formal no mercado de trabalho.

4.6.1 Perfil dos respondentes

A distribuição dos respondentes por cargo ocupado é sempre uma informação importante, ainda que de difícil inferência em si mesma. Contudo, dado que os municípios possuem diferentes portes populacionais, o mais provável é que nas pequenas cidades, a área responsável por essas políticas possua menor hierarquia (diretoria). Já nas localidades maiores, geralmente uma secretaria assume a gestão dessas iniciativas. De toda forma, vale aprofundar-se em estudos posteriores a análise do perfil específico dessa área nos municípios paulistas.

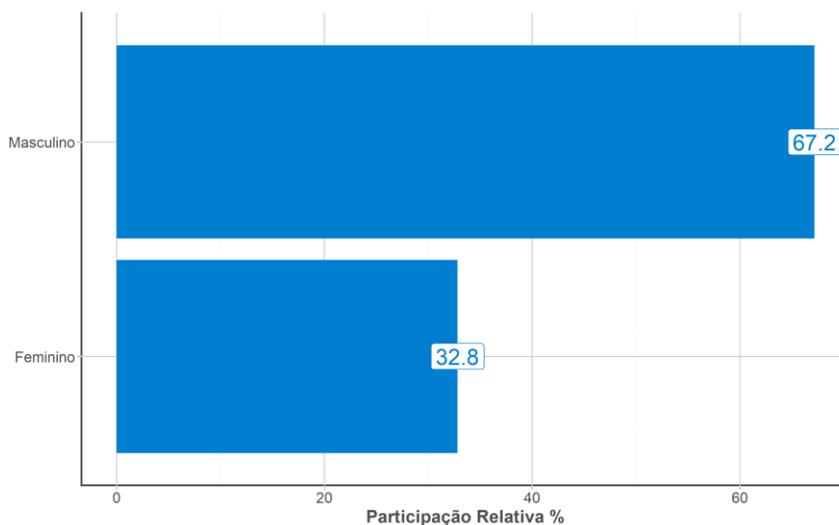
Figura 139 – Cargo ocupado na Prefeitura Municipal.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição por gênero reflete uma realidade da gestão pública brasileira: cargos gerenciais seguem sendo ocupados majoritariamente por homens, embora um pouco menos pronunciada do que na área de associativismo e cooperativismo.

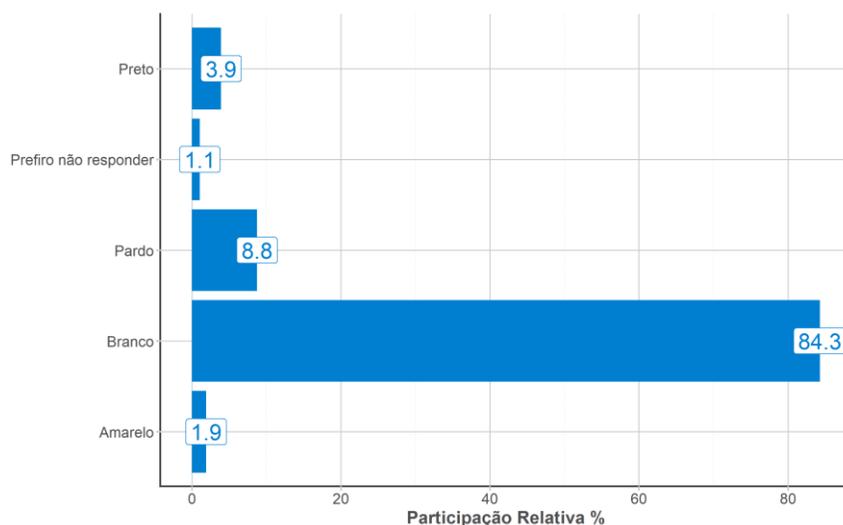
Figura 140 – Gênero.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos cargos gerenciais pelo critério de raça reproduz uma realidade típica da gestão pública brasileira: negros são o segmento amplamente mais excluído dessa possibilidade.

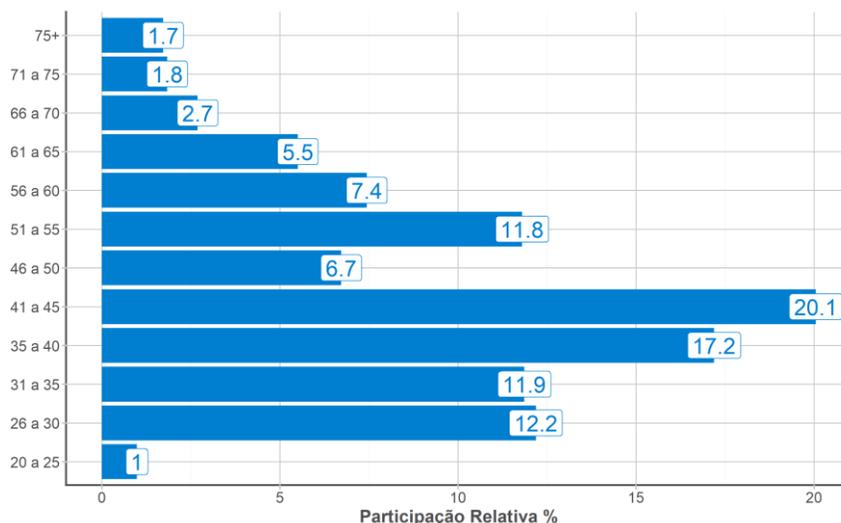
Figura 141 – Raça/Cor autodeclarada.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos respondentes por faixa etária mostra que: a) cerca de 37% são profissionais cuja idade varia de 35 a 45 anos; b) 24,1% possuem entre 26 e 35 anos; c) 18,5 % possuem de 46 a 55 anos; d) cerca de 18% possuem mais de 50 anos. Em resumo, o perfil etário predominante é relativamente jovem (61% dos gestores possui até 45 anos), o que pode ser um indicativo de mais fácil implantação de inovações nesse campo de políticas públicas.

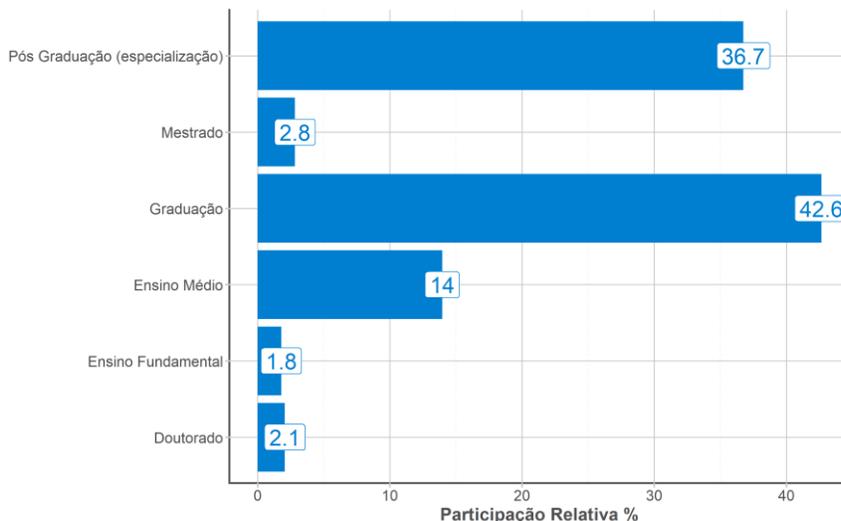
Figura 142 – Faixa etária.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A escolaridade dos gestores indica uma formação majoritária com graduação ou especialização (79,3% do total). Por outro lado, 16% possuem ensino fundamental ou médio. Escolaridade não é pré-requisito para ser um bom gestor, mas conhecimento acadêmico costuma ser um instrumento importante para a formulação de políticas públicas. Por fim, 5% dos gestores possuem mestrado ou doutorado, números esses que estão em linha com a baixa prevalência dessa escolaridade na população brasileira.

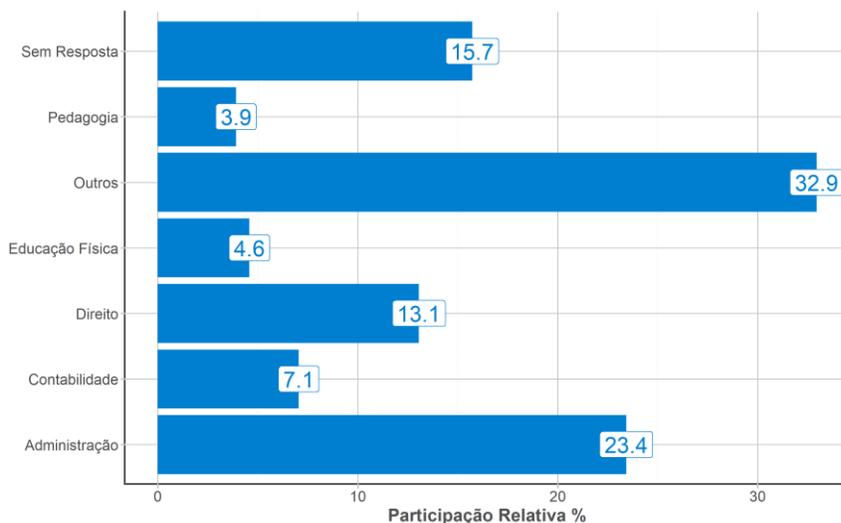
Figura 143 – Escolaridade.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A formação acadêmica dos gestores indica uma predominância de cursos de Administração, seguidos de Direito e Contabilidade. A primeira área parece ser a mais alinhada com o tema da inclusão produtiva. No entanto, não se observa nenhum gestor com formação específica em alguma área de gestão pública.

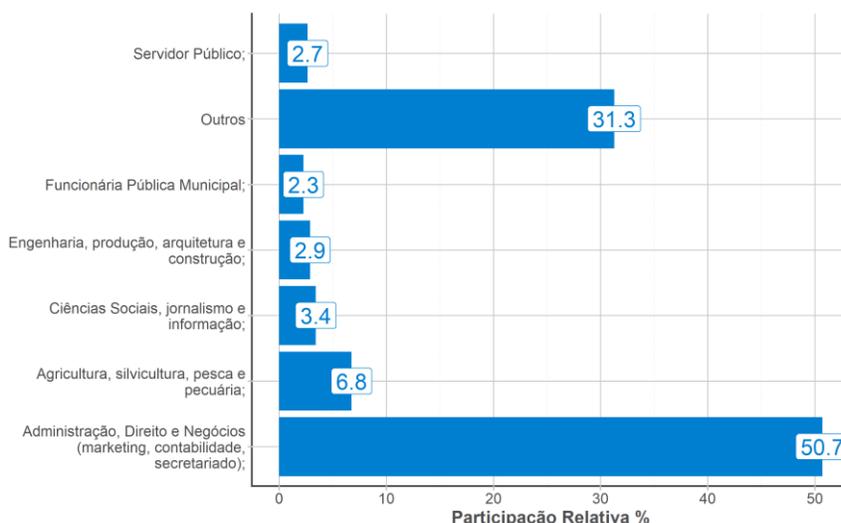
Figura 144 – Formação acadêmica.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Como se observa, as áreas predominantes de atuação profissional coincidem com aquelas de formação acadêmica (administração, direito e contabilidade). Chama a atenção que pouquíssimos são servidores públicos (5%), o que parece indicar que os gestores são cargos de livre provimento. Por fim, as chamadas ciências humanas igualmente pouco figuram. Isso se mostra relevante porque os temas da inclusão produtiva costumam estar associados a políticas públicas voltadas a segmentos mais vulneráveis que, em geral, são mais alinhados a essa área do conhecimento.

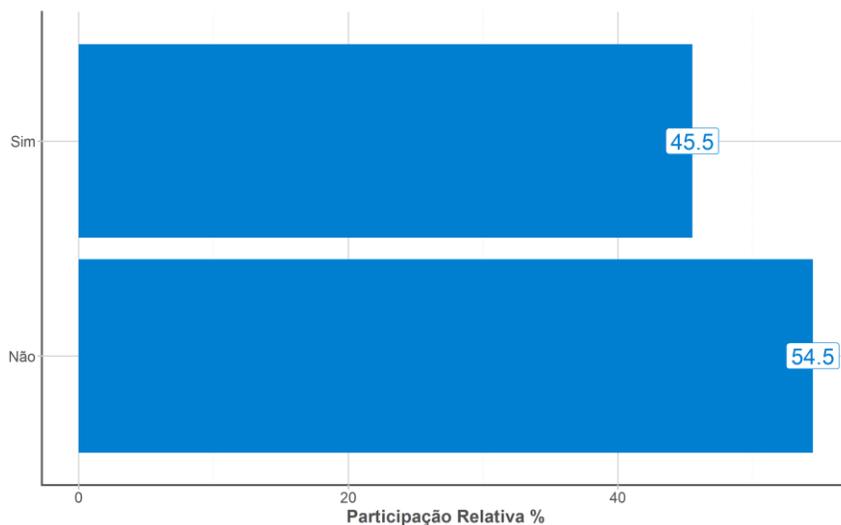
Figura 145 – Profissão ou atividade profissional.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

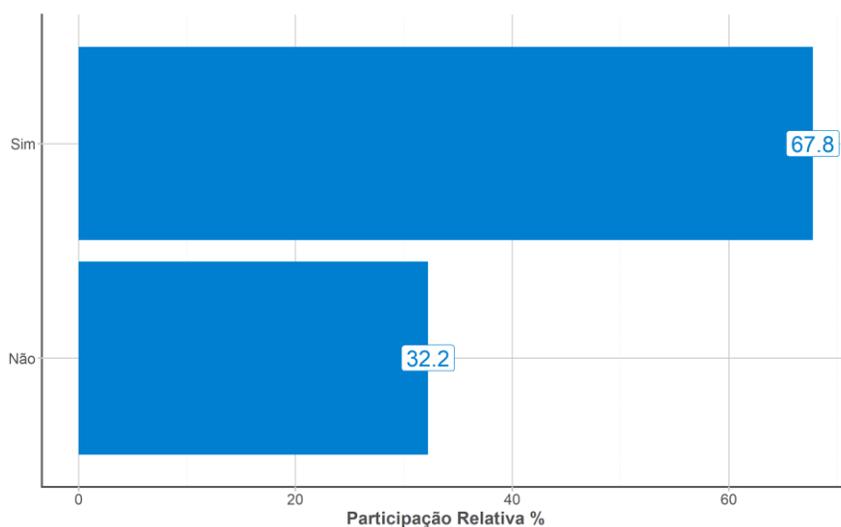
Por fim, ainda a respeito do perfil dos respondentes, destaca-se a menor atuação empreendedora entre os gestores, limitada a 45,5% do total. Curiosamente, no entanto, esse padrão se inverte quando questionados sobre a existência de empreendedores em seu círculo familiar, uma vez que 67,8% responderam afirmativamente à questão.

Figura 146 – Empreendedor.



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 147 – Tem empreendedor na família.

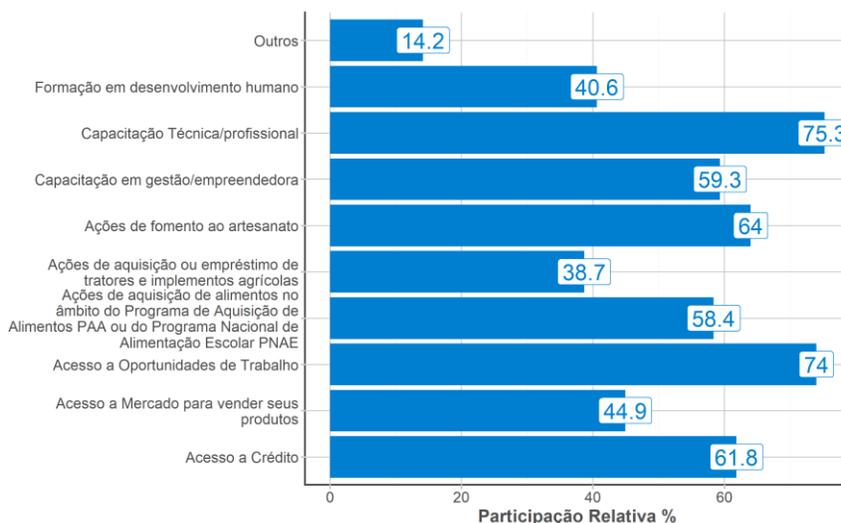


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

4.6.2 Abrangência

Observando-se as políticas implementadas: (i) das três voltadas à capacitação prevalece aquela orientada à formação técnica e profissional, seguida das habilidades de gestão e empreendedorismo e, em último lugar, da qualificação em desenvolvimento humano; (ii) ações para geração de trabalho predominam sobre fomento ao artesanato; (iii) estímulo ao escoamento de produtos e compras públicas: acesso ao mercado predomina sobre compras no âmbito do PNAE ou PAA; (iv) fomento ao crédito: realizado por 62% das cidades e predominante sobre ações mais específicas de outras sobre empréstimos de tratores ou implementos agrícolas. Em resumo, tem-se como características dominantes das ações municipais a capacitação técnica e profissional, a geração de trabalho, o suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Figura 148 – Quais foram todas as ações de inclusão produtiva desenvolvidas pela prefeitura após 2017? (Marque todas as ações de inclusão realizadas)



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Em relação à população vulnerável, as atividades listadas a seguir foram consideradas como muito importantes para os seguintes percentuais dos gestores respondentes:

197 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

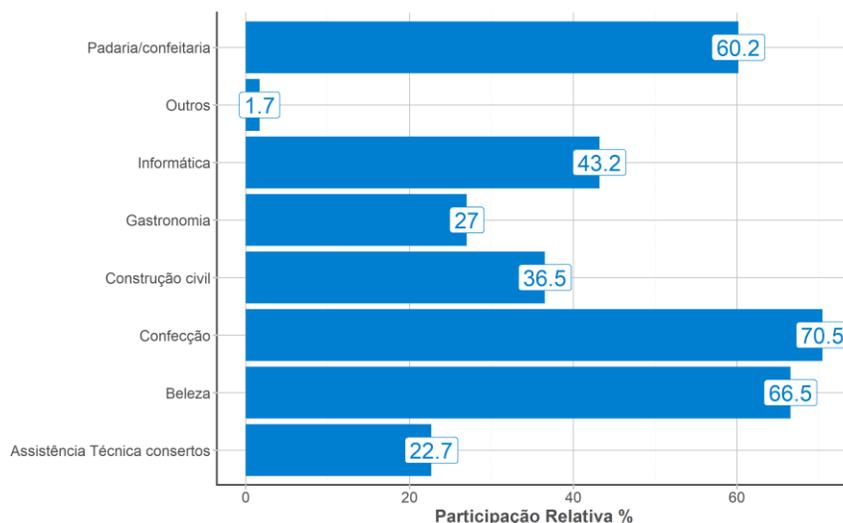
Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

- ▣ 80,8% ações para regularização de documentos;
- ▣ 86,6% ações para acesso a oportunidades de trabalho;
- ▣ 67,3% ações para acesso a mercado para vender seus produtos;
- ▣ 67,8% ações para acesso a crédito;
- ▣ 76,9% ações para conclusão dos estudos do Ensino Fundamental e Médio;
- ▣ 62,2% ações para acesso à cursos de Ensino Superior;
- ▣ 81,2% ações para capacitação técnica e profissional;
- ▣ 69,3% ações para capacitação em gestão empreendedora;
- ▣ 70,4% ações para formação em desenvolvimento humano;
- ▣ 54,9% ações para assistência jurídica;
- ▣ 60,6% ações para assistência psicológica; e
- ▣ 70,7% ações para o acesso a programas de transferência de renda (BPC, PBF etc.).

Claramente os cursos ofertados concentram-se, predominantemente, em três áreas: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades abrange tópicos como informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos.

Baseando-se apenas nesses dados descritivos não é possível a geração de inferências. Contudo pode-se sugerir caminhos possíveis para a atuação do SEBRAE-SP. O primeiro diz respeito a identificar se os cursos são organizados a partir da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou da demanda (são temas requeridos pela população). Se o levantamento indicar certa inclinação para a primeira opção, deve-se estudar a efetividade das iniciativas. O segundo caminho a ser investigado indicaria os motivos que levam ao fato de que – excluía construção civil – a maioria das ações são voltadas ao setor de serviços. O terceiro é que, a princípio, as capacitações enfatizam habilidades para atuação tanto como provedor de serviços ou microempreendedor quanto como assalariado. Esta pode ser uma frente de investigação complementar.

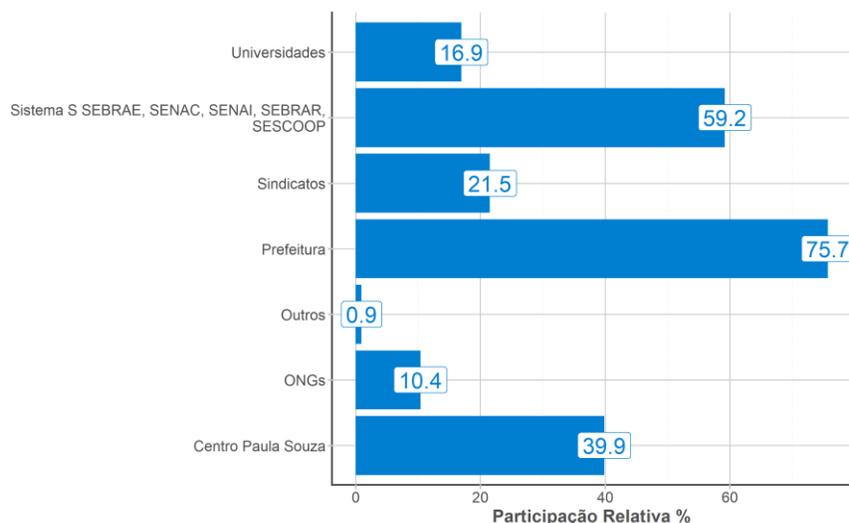
Figura 149 – Quais vem sendo os temas dos cursos ofertados pela Secretaria ou órgão responsável pela inclusão produtiva na sua cidade?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A partir da Figura 150 é possível constatar cinco aspectos principais. O primeiro é que a prefeitura é o órgão amplamente dominante na oferta desses cursos, o que parece indicar que a questão da inclusão produtiva é uma política pública inserida no rol de atividades dos governos locais. O segundo é a importância do Sistema S como parceiro, embora haja indícios de que as prefeituras atuem mais com seus recursos próprios do que com o suporte das entidades do Sistema S. O terceiro é o papel menos proeminente do governo estadual, uma vez que menos de 40% das localidades indicam a atuação do Centro Paula Souza. O quarto é a baixa presença dos sindicatos, que em tese deveriam ser entidades alinhadas a essas atividades. O quinto refere-se à reduzida presença de ONGs, o que pode indicar tanto a sua baixa presença no território como a ausência de vínculos mais estruturados das prefeituras com essas organizações.

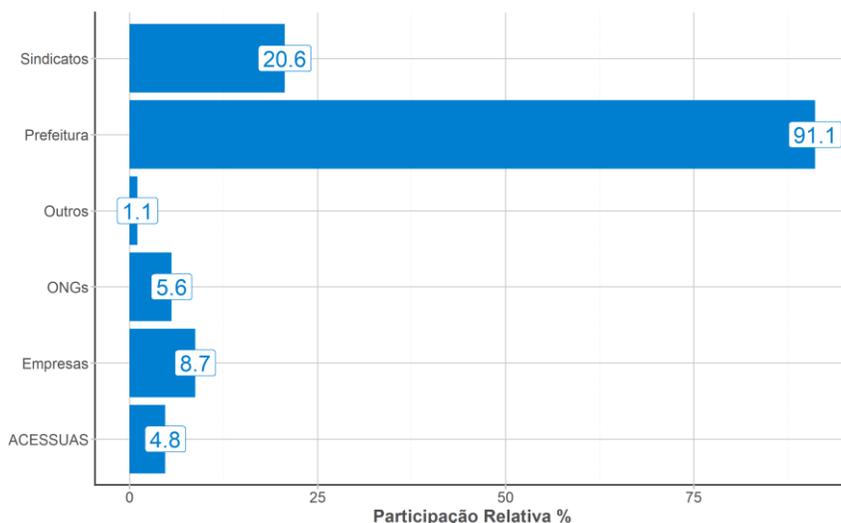
Figura 150 – Em relação aos cursos desenvolvidos, eles vêm sendo ofertados por quais instituições?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Os dados do gráfico a seguir reforçam o enorme protagonismo das prefeituras na organização dessas atividades e o quanto essa política pública parece inserida na atuação dos governos locais. Ademais, se os sindicatos são menos ativos na provisão de curso, destacam-se como um parceiro mais atuante no apoio financeiro para garantir a presença dos interessados nos cursos. Vê-se que as empresas são atores que pouco apoiam, de forma que essa pode ser uma janela de oportunidade para a atuação do SEBRAE-SP. Em quarto lugar, nota-se a muito reduzida importância do ACESSUAS, algo que levanta a necessidade de que se investiguem de forma mais detida os porquês dessa baixa relevância.

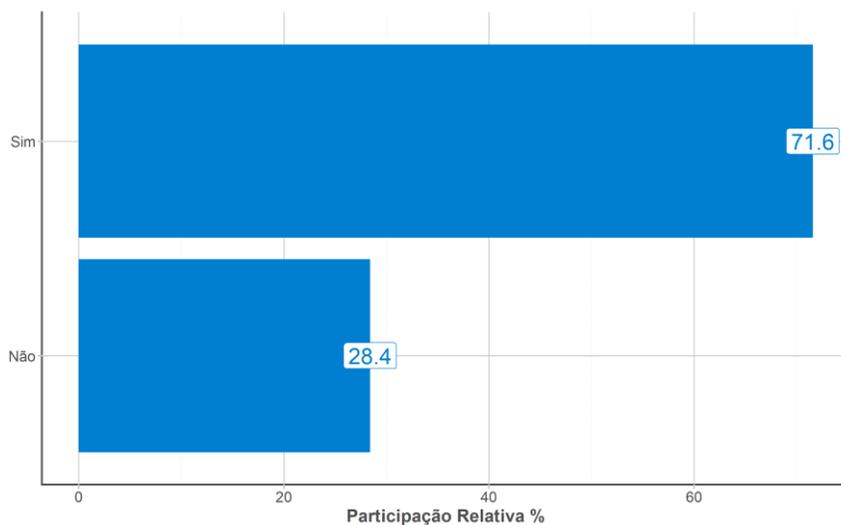
Figura 151 – Em relação à fonte de financiamento das aulas pertencentes aos cursos de inclusão produtiva, qual vem sendo a origem de seus recursos?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

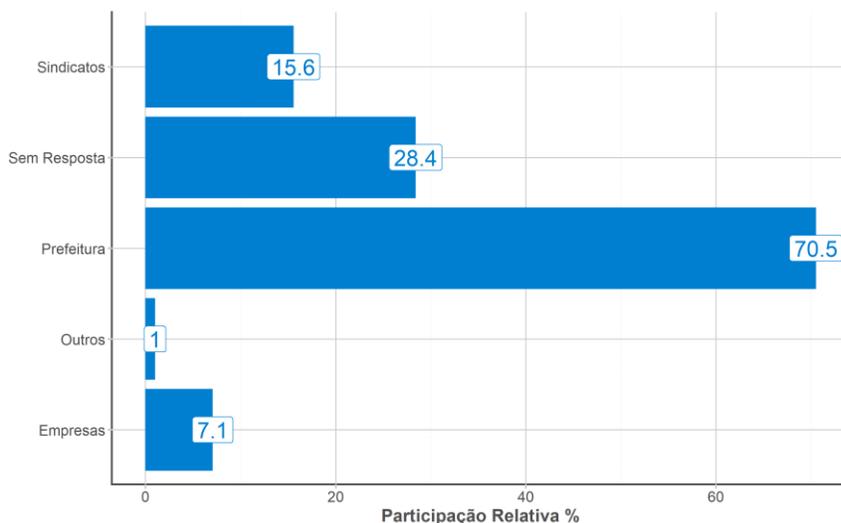
A Figura 152 e a Figura 153 confirmam o que já foi acima enfatizado: o poder público local é o principal provedor de recursos para custear as atividades de capacitação. Mais ainda, o órgão responsável por essas iniciativas em 71,6% dos casos dispõe de recursos, o que é um indicador positivo da prioridade que as ações assumem na gestão desses órgãos.

Figura 152 – A Secretaria ou o órgão responsável dispõe de recursos para pagamento de custos para garantir a presença de público nos cursos de inclusão produtiva (como por exemplo, fornecimento de lanche e transporte).



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

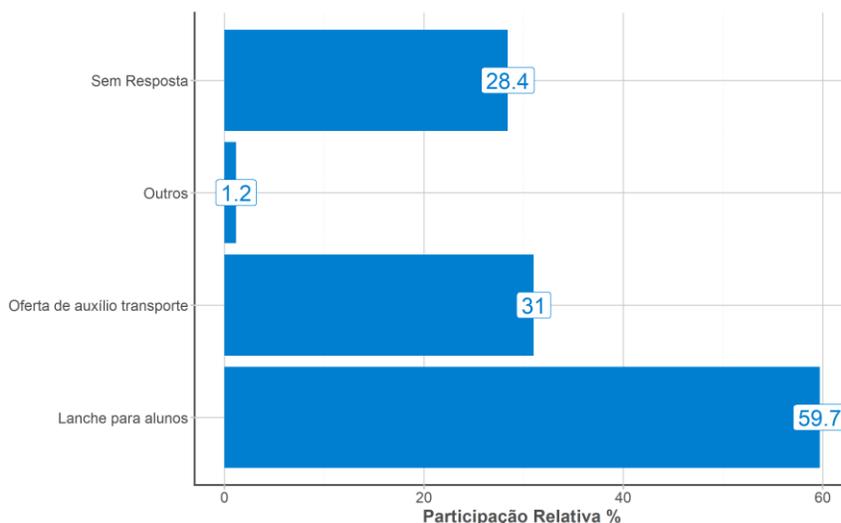
Figura 153 – De quais instituições, entidades ou organizações provêm esses recursos?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Chama atenção os quase 60% de cidades que pagam lanches contra os 31% que pagam pelo deslocamento dos alunos. A questão que merece ser mais bem investigada é se a não oferta de ambos em patamares similares pode prejudicar a frequência de alunos.

Figura 154 – Que tipos de custos vêm sendo cobertos para garantir a presença de estudantes?

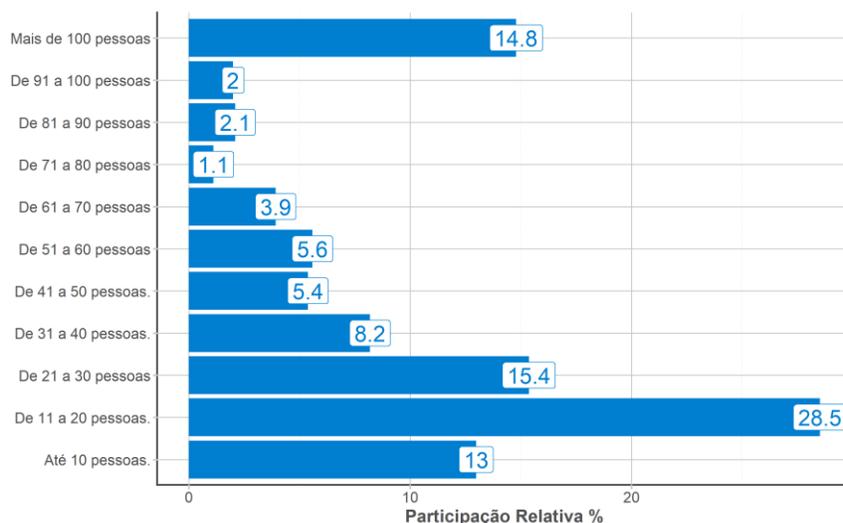


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Os números médios mensais de atendimento devem ser vistos com cuidado, mas buscando aproximações. A população média dos municípios paulistas é de 69,2 mil habitantes. A População Economicamente Ativa, em 2019, era de 35,7 mil e o seu desemprego em fevereiro de 2020 era de 12,1%¹⁹. Assim, se 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, isso representa uma parcela muito reduzida do público alvo potencial, apenas considerando um indicador bastante singelo. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Contudo, tomando os números médios como referência há um bom espaço para a expansão dessas atividades nos municípios, o que pode indicar bom caminho para as ações de assessoria do SEBRAE-SP.

19 Fundação SEADE Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/evolucao-populacional/>.

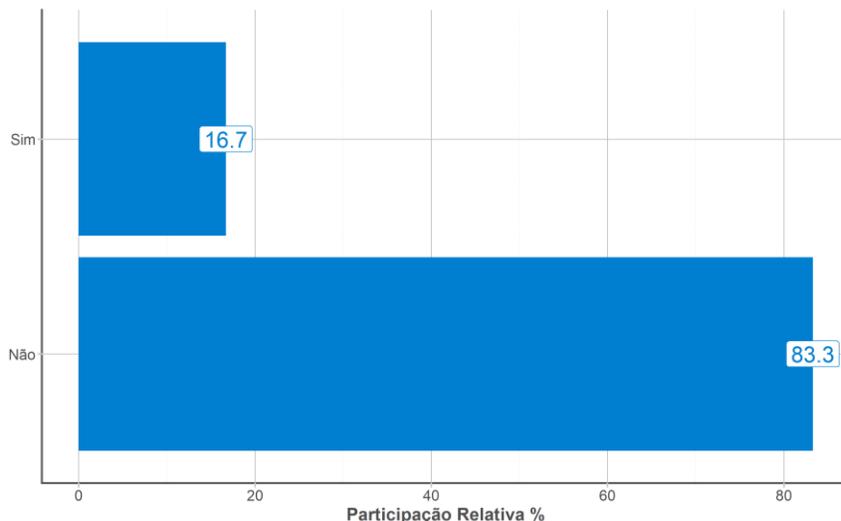
Figura 155 – Em relação aos cursos de inclusão produtiva, em média, quantas pessoas são atendidas mensalmente?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Por fim, a Figura 156 mostra que a cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas quando se trata do ACESSUAS. A questão é saber se se trata de um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

Figura 156 – A Prefeitura possui o ACESSUAS?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A maioria das cidades da região não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios da inclusão produtiva, o que pode reforçar o questionamento anterior: os cursos são organizados pelo lado da oferta ou da demanda?

Tabela 27 – Informações sobre atuação da Capital e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: estudos setoriais.

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
Existe algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município que tenha sido realizado no período entre 2015 e 2017				
Sim	1	100%	99	15%
Não	-	0%	393	61%
Não Sabe Responder	-	0%	153	24%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

Com relação à essa questão, a Capital possui algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município realizado no período entre 2015 e 2017. Assim, a Capital se junta aos outros 15% do estado que também possuem tal ação. Quanto ao desenvolvimento de ações e programas para inclusão produtiva rural, a Capital diz possuir tais ações, o que acontece também 70% dos municípios do estado de São Paulo.

Tabela 28 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: ações realizadas.

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para a geração de trabalho e renda				
Sim	1	100%	99	15%
Não	-	0%	393	61%
Não Sabe Responder	-	0%	153	24%
O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva rural				
Sim	1	100%	451	70%
Não	-	0%	135	21%
Não Sabe Responder	-	0%	59	9%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

A Tabela 29 mostra que a atividade mais importante trata da compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE e PAA. Na sequência, destacam-se as ações de assistência técnica e extensão rural, de fomento a atividades produtivas, de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas, de aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos. Dentre as atividades que não estão presentes na região da Capital estão as (i) ações de incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural, (ii) as ações de doação de sementes ou matrizes de pequenos animais, (iii) as ações aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros, (iv) ações de aquisição de

alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros, (v) ações de fomento a empreendimentos coletivos rurais (associativismo, cooperativismo e economia solidária e (vi) ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos rurais (para formalização, melhora da produção, aspectos jurídicos e comerciais).

Tabela 29 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área da inclusão produtiva rural.

Ações	Região	(%)	Estado	(%)
Ações, programas ou projetos desenvolvidos:				
Ações de assistência técnica e extensão rural	1	100%	271	79%
Ações de fomento a atividades produtivas	1	100%	238	69%
Ações de incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural	-	0%	182	53%
Ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas	1	100%	249	72%
Ações de doação de sementes ou matrizes de pequenos animais	-	0%	66	19%
Ações de aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1	100%	286	83%
Ações de aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros	-	0%	89	26%
Ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos (18)	1	100%	117	34%
Ações de fomento a empreendimentos coletivos rurais (associativismo, cooperativismo e economia solidária)	-	0%	224	65%
Ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos rurais (para formalização, melhora da produção, aspectos jurídicos e comerciais)	-	0%	163	47%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

Tabela 30 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra.

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
O município desenvolve ações, programas ou projetos de qualificação profissional e intermediação de mão de obra				
Sim	1	100%	437	68%
Não	-	0%	160	25%
Não Sabe Responder	-	0%	48	7%
Ações, programas ou projetos desenvolvidos:				
Ações de qualificação profissional	1	100%	416	95%
Ações de intermediação de mão de obra	1	100%	274	63%
Ações de mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional	1	100%	378	86%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

A qualificação profissional e a intermediação da mão de obra são atividades amplamente desenvolvidas, e a região demonstra desenvolver esse tipo de ação.

Tabela 31 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área da inclusão produtiva urbana.

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva urbana				
Sim	1	100%	253	39%
Não	-	0%	299	46%
Não Sabe Responder	-	0%	93	14%
Sim				
Ações de fomento a empreendimentos individuais urbanos	1	100%	182	72%
Ações fomento a empreendimentos coletivos urbanos (Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária urbana e outros grupos não formalizados)	1	100%	156	62%

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva urbana				
Ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos (para formalização, melhora da produção, aspectos jurídicos e comerciais)	1	100%	162	64%
Ações de incubação de empreendimentos	1	100%	87	34%
Ações de fomento ao artesanato	1	100%	225	89%
Ações de doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho	-	0%	61	24%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

Com relação a ações de inclusão produtiva urbana, é possível perceber que está amplamente difundido na região da Capital, sendo que a único tipo de ação não realizado na região nesse sentido são ações de doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho . O terceiro grupo são ações de apoio logístico como doação de equipamentos.

Tabela 32 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área de crédito, microcrédito e seguro.

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
O município desenvolve ações, programas ou projetos de crédito, microcrédito e seguro				
Sim	-	0%	385	60%
Não	-	0%	200	31%
Não Sabe Responder	1	100%	60	9%
Ações, programas ou projetos desenvolvidos:				
Ações para promover o acesso a microcrédito produtivo orientado (Programa CRESCER e/ou similar)	-	-	87	23%
Ações de acesso a crédito por meio do Banco do Povo ou outras organizações congêneres	-	-	373	97%
Ações de acesso a crédito do Proger urbano	-	-	35	9%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

Com relação à essa questão, não foi obtido nenhuma informação à respeito de programas de ou ações de crédito, microcrédito e seguro.

209 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

Tabela 33 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área de geração de trabalho e renda.

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
O município desenvolve ações, programas ou projetos de geração de trabalho e renda				
Sim	1	100%	369	57%
Não	-	0%	215	33%
Não Sabe Responder	-	0%	61	9%
Ações, programas ou projetos desenvolvidos:				
Projeto(s) de apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimentos solidários	1	100%	255	69%
Projeto(s) de apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária	1	100%	216	59%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

4.6.3 Considerações referentes à inclusão produtiva

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema da inclusão produtiva mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal.

O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. Como se observa as áreas predominantes de atuação profissional coincidem com aquelas de formação acadêmica (administração, direito e contabilidade). Chama a atenção que pouquíssimos são servidores públicos (5%) e que a escolaridade dos gestores indica uma formação majoritária com graduação ou especialização (79,3% do total). A grande maioria dos profissionais que respondem pelas políticas de inclusão produtiva possuem empreendedores nas suas famílias (67,8%), mas mais da metade dos gestores não são empreendedores (54,5%).

A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a primeira, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa – por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. Resta saber se a causa é um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, o que representa parcela muito reduzida do público alvo potencial, quando considerado esse indicador bastante simples. Por outro lado, destaque para 14,8% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para que se identifiquem as possibilidades de apoio às prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

Com relação às ações de inclusão produtiva a região indica implementar a maioria delas, no entanto algumas ações como programas de crédito, microcrédito e seguro, não há informações, de forma que dificultam as análises que poderiam ser realizadas.

5. Considerações Finais

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região da Capital é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos.

- 1) Importância de considerar-se que a região representa a de maior em termos populacionais entre todas as regiões de articuladores.
- 2) População com um nível de envelhecimento próximo da média estadual, o que afeta a disponibilidade da PEA, influencia a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional em áreas como saúde e assistência social.
- 3) Vulnerabilidade social comparativamente maior em termos de população vivendo em extrema pobreza apesar de apresentar IDHM superior à média estadual. Exemplificando, o PIB per capita é superior à média estadual.
- 4) Educação básica majoritariamente pública, mas com espaço para melhor aproveitar os recursos humanos de docentes que possuem menos alunos similares à média estadual. Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando a avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais.
- 5) Qualidade do ensino é um tema relevante, considerando as notas do IDEB equivalentes à média estadual no ensino fundamental, porém levemente piores no ensino médio. O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando a realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP).
- 6) Estrutura ambulatorial superior às demais regiões do estado, com destaque para a rede ambulatorial de atenção básica. Entretanto, a região se mostra mais bem equipada na disponibilidade de respiradores, leitos de internação hospitalar e em UTI, o que evidencia uma estrutura importante no enfrentamento da atual pandemia de coronavírus. Diante do perfil mais envelhecido da população, a saúde pública parece ser uma área com desafios maiores, ainda mais considerando que será a demanda deve crescer no cenário pós-pandemia. O

213 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

consorciamento se destaca como resposta essencial que poder ser construída ou aprofundada no enfrentamento dessa questão, sobretudo dada a inexistente participação da cidade nesse tipo de arranjo de cooperação territorial.

- 7) Assistência social se encontra proporcionalmente posicionada inferior à média estadual no quesito oferta de equipamentos públicos. A partir da análise da extrema pobreza na região, tem-se que a vulnerabilidade social é mais alta que a média estadual. Quanto à penetração do programa Bolsa Família e do Auxílio Emergencial quando os percentuais de beneficiários da região, mostram que, na comparação com as demais áreas do Estado de São Paulo, que os percentuais não são baixos. Assim, políticas de inclusão produtiva podem ser importantes na região.
- 8) A realidade econômica regional indica que políticas com foco redistributivo podem ser importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional e elevar os patamares de desenvolvimento humano.
- 9) Economia regional com pouca representação da agropecuária e menor presença da indústria ante o restante do estado. O setor de comércio e serviços é o responsável por maior parcela do PIB regional. A administração pública é menos importante para a economia que a média do estado, o que indica caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento para potencializar e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.
- 10) No campo da economia criativa, ainda que a região seja caracterizada pela presença dos setores de comércio e serviços, deveriam ser analisadas as possibilidades de conectar a modernização econômica às vocações regionais dominantes.
- 11) Quantidade de MEIs maior que a média estadual nos setores de serviços e comércio, mas proporcionalmente menor em agropecuário e industrial. Ações visando a qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão-de-obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir amplo espaço para incremento da oferta de cursos e atividades de educação profissional.

- 12) Informalidade é a segunda menor das 28 regiões analisadas, porém ainda com potencial de redução através da expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras.
- 13) Região comparativamente caracterizada por um associativismo menor que a média estadual entre produtores rurais (2ª maior taxa do estado). Com os patamares existentes de associativismo existe um caminho aberto para incentivar esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP seja pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo as associações de produtores parecem mostrar maior potencial para o apoio técnico.
- 14) Sistema S com uma atuação de assistência técnica relevante, mas que mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto às empresas, sobretudo considerando a dimensão da capital. O papel do Agente de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo com o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.
- 15) Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPes e a região se viu afetada em níveis similares ao restante do Estado de São Paulo. Isso é possivelmente explicado pela prevalência regional com maior atuação do setor de comércio e serviços, que foram as mais afetadas pela situação sanitária. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.
- 16) Gestão fiscal menos dependente de transferências intergovernamentais e com volumes maiores advindos do governo estadual, ao contrário do restante do Estado de São Paulo, mais dependente das receitas de transferências. Percentual de receitas próprias muito acima média do estado. Ainda assim, identificar possibilidades de modernizar a gestão fiscal é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.
- 17) Mesmo que a gestão das despesas com pessoal mostre que a Capital gaste 15,5% menos do que a média estadual, segue sendo um tema importante. Modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados ou outras formas de aprendizado gerencial.
- 18) Planejamento de políticas mostra uma menor heterogeneidade que a média estadual, sobretudo quanto às áreas em que há indução ou legislação federal. Mesmo nas áreas que dependem da iniciativa local os números são maiores que a média estadual (por exemplo:

segurança alimentar e políticas para mulheres). Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.

- 19) Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio, sobretudo a Rede Simples e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas. Nas demais políticas os indicadores são mais bem posicionados, embora faltem dados sobre desburocratização e Agentes de Desenvolvimento.
- 20) Mesmo que a Capital possua uma gestão pública municipal mais bem organizada que a média estadual, o tema da inovação surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP). Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.
- 21) O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Diante dos números que mostram políticas públicas com menos ênfase no associativismo, o SEBRAE-SP pode ofertar apoio técnico para a instalação de consórcios. A ausência da cidade de São Paulo no tocante à participação em consórcios em todas políticas analisadas é muito significativo e deve servir de referência para a atuação do SEBRAE-SP.
- 22) Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.
- 23) Incentivo ao cooperativismo de setores informais figura como um campo de enormes possibilidades em face do levantamento realizado pela pesquisa primária. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.



Anexo Único - Roteiros das Pesquisas Primárias Realizadas

217 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.



São aqui apresentados os roteiros completos das pesquisas primárias realizadas junto aos 150 Municípios sorteados nas 28 regiões do Estado de São Paulo. As pesquisas foram elaboradas em dois blocos, sendo o primeiro similar para as três pesquisas e o segundo distinto, conforme tema de interesse.

Bloco geral das pesquisas primárias, incluindo todas as questões relativas ao perfil dos respondentes

Bloco 1 – Questões Gerais												
Informações Pessoais												
Cargo ocupado na prefeitura Municipal												
Secretário(a) Municipal			Diretor(a)			Gerente			Assessor(a)			Outro
Gênero												
Masculino			Feminino			Outros			Prefiro não responder			
Raça/cor												
Branco		Pardo		Preto		Amarelo		Indígena		Prefiro não responder		
Qual a sua faixa etária?												
20 a 25		26 a 30		31 a 35		35 a 40		41 a 45		46 a 50		51 a 55
56 a 60		61 a 65		66 a 70		71 a 75		75+				
Informações profissionais												
Escolaridade												
Ensino Fundamental		Ensino Médio			Graduação			Pós Graduação (especialização)		Mestrado		Doutorado
Qual é a área de sua formação acadêmica?					Qual a sua profissão ou atividade profissional?					Especifique a área em que você atua:		
Você é um empreendedor/a?							Você tem algum empreendedor/a na sua família?					
Sim							Não					

Elaboração FGV

Bloco específico da pesquisa primárias referente às compras governamentais e da agricultura familiar

Bloco 2 – Questões Específicas					
Compras Governamentais					
O município utiliza alguma ferramenta específica para dar publicidade na gestão de suas compras? (Marque todas as ferramentas utilizadas).					
Portal privado de pregão	Portais públicos (como Codeagro, BEC, Comprasnet, por exemplo)	Diário oficial	Site da prefeitura	Não	Outra
De que forma a secretaria/órgão realiza a gestão dos seus contratos de compras públicas? (Marque todas as ferramentas utilizadas)					
Manualmente	Com apoio de softwares	Por meio de planilhas Excel	Não há gestão dos contratos	Outros	
O município faz planejamento anual das compras?					
Sim			Não		
Por que é feito o planejamento anual das compras?			Por que não é feito o planejamento anual de compras?		
O Município possui uma equipe fixa responsável pelas compras?					
Sim			Não		
Por que o Município possui uma equipe fixa responsável pelas compras?			Por que o Município não possui uma equipe fixa responsável pelas compras?		
De que forma a secretaria/órgão mantém a equipe de compras atualizada/capacitada? (Marque todos os recursos utilizados)					
Cursos próprios realizados pela secretaria/órgão	Cursos realizados por terceiros	Por meio de ferramentas digitais especializadas	Por meio de site especializado	Tribunal de Contas do Estado	Outros
Para cada uma das formas indicadas acima especifique o tipo de ação realizada.					
O município já realizou ações de incentivo à agricultura familiar?					
Sim			Não		
Que tipo de ações de capacitação já foram ou vem sendo realizadas?					
O município já publicou algum edital de aquisição prevendo os benefícios às MPes?					
Sim			Não		

É possível estimar a participação das MPEs nos editais de aquisições e serviços à Prefeitura (em %) no último ano (2019)?					
Menos de 10%	10% a 30%	30% a 50%	50 a 70%	Mais de 70%	Não sei precisar
Liste até três principais dificuldades de seu município na realização de editais de compras voltados aos pequenos negócios?					
Dificuldade 1:		Dificuldade 2:		Dificuldade 3:	
O município possui cadastro atualizado dos empreendedores da localidade e região					
Sim			Não		
Quais os instrumentos utilizados para organizar esse cadastro? (Marque todos os instrumentos utilizados).					
Página de cadastro no site da Prefeitura	Pesquisa presencial (fiscalização)	Gestão dos documentos de abertura de empresa no município		Censo	Censo
Qual a periodicidade da atualização do cadastro?					
Todos os anos	A cada 2 anos	A cada 3 anos	Superior a 3 anos	Nunca foi atualizado	
O município compra algum alimento da merenda escolar de produtores familiares locais?					
Sim			Não		
Produtos regionais fazem parte do cardápio escolar?					
Sim			Não		
Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há frutas?		Quais frutas estão presentes no cardápio escolar?			
Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há vegetais?		Quais vegetais estão presentes no cardápio escolar?			
Além dos produtos regionais descritos anteriormente, há outros presentes no cardápio escolar?		Quais são os produtos?			

Elaboração FGV

Bloco específico da pesquisa primária referente à inclusão produtiva

Bloco 2 – Questões Específicas			
Inclusão Produtiva			
Quais foram todas as ações de inclusão produtiva desenvolvidas pela prefeitura após 2017? (Marque todas as ações de inclusão realizadas)			
Acesso a Oportunidades de Trabalho	Acesso a Mercado para vender seus produtos	Acesso a Crédito	Capacitação Técnica/profissional
Capacitação em gestão/empreendedora	Formação em desenvolvimento humano	Ações de fomento a empreendimentos individuais urbanos	Ações fomento a empreendimentos coletivos urbanos (Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária)
Ações de incubação de empreendimentos	Ações de fomento ao artesanato	Ações de doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho	Ações de incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural
Ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas	Ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos	Ações de aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais	Ações de aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
O Município não realizou ações relativas à inclusão produtiva desde 2017			Outros
Para cada um dos itens selecionados acima especifique as ações de inclusão executadas pela prefeitura:			

Das opções abaixo listadas indique a sua importância para a população vulnerável na sua cidade?

1: Não é importante
2: Tem pouca importância
3: Tem alguma importância
4: É razoavelmente importante
5: É muito importante

Regularização de Documentos	Acesso a Oportunidades de Trabalho	Acesso a Mercado para vender seus produtos	Acesso a Crédito
Concluir estudos do Ensino Fundamental/Médio	Cursar universidade	Capacitação Técnica/profissional	Capacitação em gestão/empreendedora
Formação em desenvolvimento humano	Assistência jurídica	Assistência psicológica	Acesso a programas de transferência de renda (BPC, Bolsa Família, etc)

Quais vêm sendo os temas dos cursos ofertados pela Secretaria ou órgão responsável pela inclusão produtiva na sua cidade? (Marque todos os temas dos cursos ofertados).

Beleza	Confeção	Padaria/confeitaria	Gastronomia
Informática	Construção civil	Assistência Técnica (consertos)	Turismo

Em relação aos cursos desenvolvidos, eles vêm sendo ofertados por quais instituições? (Marque todas as instituições parceiras que vêm trabalhando com a prefeitura).

Universidades	ONGs	Sindicatos	Prefeitura
Sistema S (SEBRAE, SENAC, SENAI, SEBRAR, SESCOOP)	Centro Paula Souza	Outros	

Em relação à fonte de financiamento das aulas pertencentes aos cursos de inclusão produtiva, qual vem sendo a origem de seus recursos? (Marque todas as origens de recursos que vêm sendo utilizados).

Prefeitura	ONGs	Empresas	Sindicatos	ACESSUAS	Outros
------------	------	----------	------------	----------	--------

A Secretaria ou o órgão responsável dispõe de recursos para pagamento de custos para garantir a presença de público nos cursos de inclusão produtiva (como por exemplo, fornecimento de lanche e transporte)?

Sim	Não
-----	-----

De quais instituições, entidades ou organizações provém esses recursos? (Marque todas as entidades que vêm colaborando com recursos).

Prefeitura	ONGs	Empresas	Sindicatos	Outros
------------	------	----------	------------	--------

Que tipo de custos vem sendo cobertos para garantir a presença de estudantes? (Marque todos os custos que vêm sendo cobertos).

Oferta de auxílio transporte	Lanche para alunos	Outros
------------------------------	--------------------	--------

Em relação aos cursos de inclusão produtiva, em média, quantas pessoas são atendidas mensalmente?

Até 10 pessoas	De 11 a 20 pessoas	De 21 a 30 pessoas	De 31 a 40 pessoas	De 41 a 50 pessoas	De 51 a 60 pessoas
De 61 a 70 pessoas	De 71 a 80 pessoas	De 81 a 90 pessoas	De 91 a 100 pessoas	Mais de 100 pessoas	

A Prefeitura possui o ACESSUAS?

Sim	Não
-----	-----

Indique o quanto os itens abaixo representam resultados obtidos por meio das ações do ACESSUAS:

1: Não foi um resultado verificado
5: Foi um resultado significativo

Inclusão no mercado de trabalho através de emprego formal	Inclusão no mercado de trabalho através de emprego informal	Inclusão no mercado de trabalho através de empreendedorismo	Capacitação técnica do aluno
---	---	---	------------------------------

Especifique outros resultados obtidos por meio das ações do ACESSUAS:

Em média, quantas pessoas são atendidas mensalmente por meio das atividades do ACESSUAS?					
Até 10 pessoas	De 11 a 20 pessoas	De 21 a 30 pessoas	De 31 a 40 pessoas	De 41 a 50 pessoas	De 51 a 60 pessoas
De 61 a 70 pessoas	De 71 a 80 pessoas	De 81 a 90 pessoas	De 91 a 100 pessoas	Mais de 100 pessoas	
Indique o quanto os itens abaixo representam desafios observados nas ações do ACESSUAS:					
1: Não foi verificado					
5: É um desafio significativo					
Garantir a frequência/aceso dos alunos aos cursos	Oferecer cursos adequados às necessidades do aluno	Oferecer cursos que respondam às necessidades do mercado de trabalho local	Favorecer o aproveitamento do aluno	Promover a inclusão no mercado de trabalho	
Solicitar os recursos do governo federal	Desconhecimento do programa pela gestão pública	Falta de pessoal	Falta de recursos	Prestar contas dos recursos federais	
Especifique outros desafios para as ações do ACESSUAS					
Cite até três desafios do município nas suas atividades de inclusão produtiva?					
Cite até três aspectos que facilitam as atividades de inclusão produtiva no município?					
Cite até três aspectos que dificultam as atividades de inclusão produtiva no município?					

Elaboração FGV

Bloco específico da pesquisa primária referente ao Associativismo e Cooperativismo

Bloco 2 – Questões Específicas							
Associativismo e Cooperativismo							
No seu município, existe uma área de Serviço de Inspeção Municipal?							
Sim				Não			
Qual o número de dias da semana que são realizadas feiras municipais (com ou sem o apoio da prefeitura)?							
1	2	3	4	5	6	7	Não há feiras
Existem cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) que trabalham com coleta e separação de resíduos no Município?							
Sim				Não			
Qual o número de cooperativas trabalhando com coleta e separação de resíduos existentes na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de associações trabalhando com coleta e separação de resíduos existentes na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de grupos informais (sem CNPJ) trabalhando com coleta e separação de resíduos existentes na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
A Prefeitura tem interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP junto a cooperativas, associações e grupos informais (sem CNPJ) para melhorar a gestão e a eficiência dos resíduos sólidos?							
Sim				Não			
Com quais desses grupos a Prefeitura tem interesse em trabalhar? (Marcar todos os grupos).							
Associações			Cooperativas			Grupos informais (sem CNPJ)	
Existem cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) de produtores rurais no Município?							
Sim				Não			
Qual o número de cooperativas de produtores rurais na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de associações de produtores rurais na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de grupos informais (sem CNPJ) de produtores rurais na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
A Prefeitura tem interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP junto a esses grupos para melhorar a gestão e eficiência dos produtores?							
Sim				Não			
Com quais desses grupos a Prefeitura tem interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP? (Marcar todos os grupos).							
Associações			Cooperativas			Grupos informais (sem CNPJ)	

Elaboração FGV

José Bento Carlos Amaral Júnior

Gerente Executivo

225 / 225

FGV Projetos CE Nº 1157/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

1157-20 Produto 2.27.pdf

Código do documento 2528fb28-dfba-42df-baf2-59c76908275b



Assinaturas



jose bento carlos do amaral junior
jose.bento.amaral@fgv.br
Assinou



Eventos do documento

30 Oct 2020, 23:01:36

Documento número 2528fb28-dfba-42df-baf2-59c76908275b **criado** por MARIA SCARLET FATIMA DO CARMO DE ARAUJO (Conta 6cd2b492-2bfd-4d55-8746-92dad8b4bb52). Email :scarlet.carmo@fgv.br. - DATE_ATOM: 2020-10-30T23:01:36-03:00

30 Oct 2020, 23:02:11

Lista de assinatura **iniciada** por MARIA SCARLET FATIMA DO CARMO DE ARAUJO (Conta 6cd2b492-2bfd-4d55-8746-92dad8b4bb52). Email: scarlet.carmo@fgv.br. - DATE_ATOM: 2020-10-30T23:02:11-03:00

31 Oct 2020, 17:21:57

JOSE BENTO CARLOS DO AMARAL JUNIOR **Assinou** (Conta dbaec4dd-e51f-4dea-a5b6-5541d7372a7b) - Email: jose.bento.amaral@fgv.br - IP: 187.101.8.242 (187-101-8-242.dsl.telesp.net.br porta: 53536) - Documento de identificação informado: 037.347.748-10 - DATE_ATOM: 2020-10-31T17:21:57-03:00

Hash do documento original

(SHA256):40c07c87134f5912f66bfb5c1449c5ac50feab365d7984cea1ad201ebecd591

(SHA512):f19c75b480bebea3e4d01a3bb6059314933a4404b2a910e2010086a8ac014d3cb2af9f7fdb63b3b9d79b9c1d8fdd49e70758d0ae0f8310bb2aba0edbe32fd0f3

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign